

- PJLB

APRENDENDO PELO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

# HISTÓRIA

# 12

PRÉ-UNIVERSITÁRIO



APRENDENDO PELO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

José Luís Barbosa Pereira



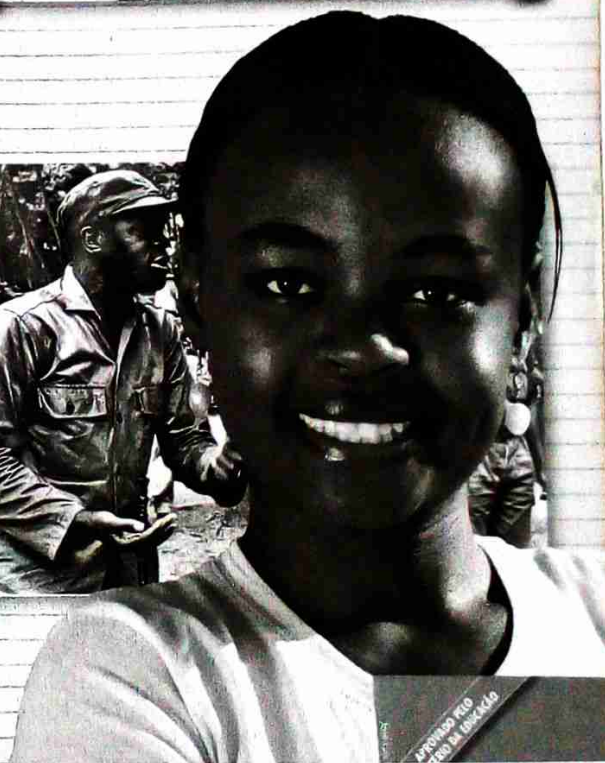
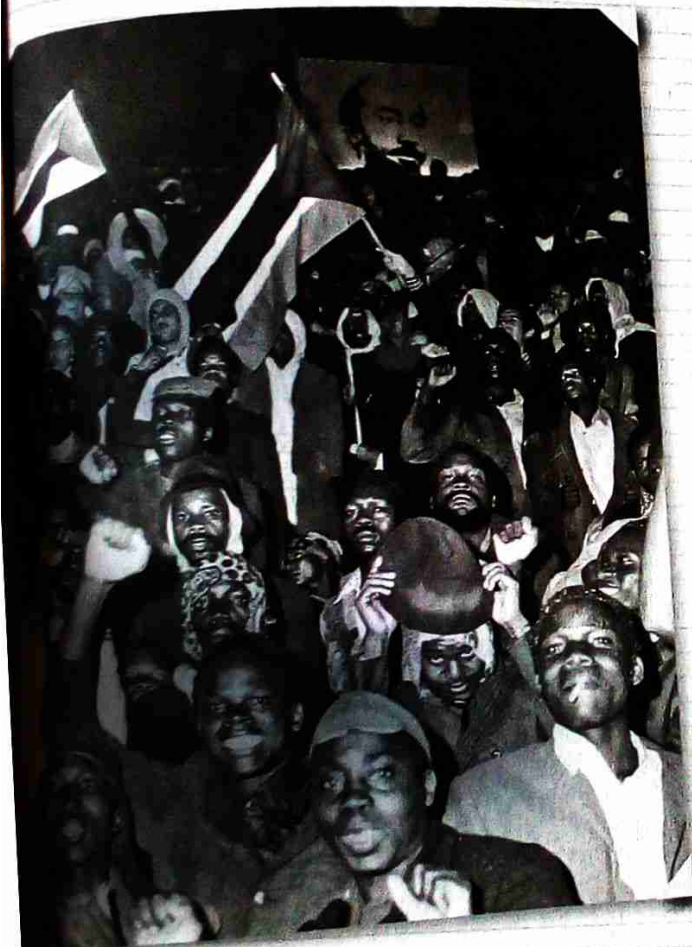
APRENDENDO SEMPRE

PEARSON

José Luís Barbosa Pereira

# HISTÓRIA

# 12



PRÉ-UNIVERSITÁRIO



# Índice

	Pág.
<b>Unidade 1 A periodização da História de Moçambique</b> .....	8
1.1 Os conceitos de Periodização e Cronologia.....	9
1.2 Proposta de periodização da História de Moçambique.....	10
1.3 As fontes da História de Moçambique.....	12
<b>Unidade 2 Moçambique – da comunidade primitiva ao surgimento das sociedades de exploração</b> .....	14
2.1 As comunidades de caçadores e recolectores.....	15
2.2 Os povos de origem bantu.....	16
2.2.1 A expansão e fixação dos Bantu.....	16
2.2 As sociedades moçambicanas após a fixação bantu.....	19
2.2.1 Economia.....	19
2.2.2 Organização sociopolítica.....	19
2.2.3 Ideologia.....	21
<b>Unidade 3 Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira</b> .....	22
3.1 Abordagem teórica sobre a origem do Estado.....	23
3.2 Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira.....	25
3.2.1 O Grande Zimbabwe.....	25
3.2.2 O Estado dos Mwenemutapas.....	26
3.2.3 Os Estados Marave.....	32
3.3 A penetração mercantil asiática e os Estados moçambicanos.....	36
3.4 A penetração mercantil europeia.....	39
3.4.1 A presença portuguesa e o Estado dos Mwenemutapas (1505/1693) – o Ciclo do Ouro.....	39
3.5 Os prazos da Coroa.....	42
3.6 A decadência dos Mwenemutapas.....	45
3.7 A presença portuguesa e os Estados Marave (1693-1750) – o Ciclo do Marfim.....	47
3.8 O comércio do marfim.....	48
3.9 O Ciclo dos Escravos (1750/60-1836 / séc. XX) – aspectos gerais.....	52
3.10 Os Estados de Moçambique no século XIX – o Ciclo dos Escravos.....	55
3.10.1 Os Estados Militares do vale do Zambeze (1750/1760-1836 / princípios do século XX) ...	55
3.10.2 Os Estados Ajaua (Yao).....	59
3.10.3 Os Reinos afro-islâmicos da costa.....	62
3.11 O Estado de Gaza.....	66

	Pág.
<b>Unidade 4 O período da dominação colonial em Moçambique e o Movimento de Libertação Nacional</b> .....	<b>72</b>
4.1 Colonização e teorias de resistência .....	73
4.2 O colonialismo português em Moçambique (1890-1930) .....	76
4.2.1 A segunda corrida a África (revisão) .....	76
4.2.2 O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique .....	79
4.2.3 A economia colonial .....	92
4.3 O período do colonialismo português (1930-1962) .....	121
4.3.1 A conjuntura política e económica e os marcos da viragem .....	121
4.3.2 A política social: a crescente importância da colonização mental .....	129
4.4 Alterações na política colonial .....	131
4.5 O nacionalismo africano e o nacionalismo moçambicano .....	134
4.5.1 O nacionalismo moçambicano .....	134
4.5.2 A luta anticolonial, 1955-1961 .....	137
4.5.3 A fusão dos três movimentos e a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) .....	138
4.5.4 A crise do colonialismo português .....	139
4.5.5 A Independência Nacional: a República Popular de Moçambique e o regime monopartidário .....	142
<b>Unidade 5 Moçambique depois da independência</b> .....	<b>144</b>
5.1 A independência nacional e a RPM .....	145
5.2 As estratégias políticas, económicas e sociais (internas e internacionais) .....	146
5.3 O Acordo Geral de Paz .....	148
Cronologia .....	150
Bibliografia .....	151
Índice Remissivo .....	152

## I.1 Os conceitos de Periodização e Cronologia

A História, como sabes, localiza os acontecimentos no tempo e no espaço, o que implica periodizar e elaborar a respectiva cronologia. Periodizar é dividir os acontecimentos históricos em grandes épocas, utilizando critérios como a organização económica, política, social e ideológica, destacando as características principais de um período. Esses acontecimentos são organizados seguindo uma ordem cronológica, da data mais antiga para a mais recente.

A escolha dos marcos cronológicos depende muito das fontes disponíveis para estudar cada período. A data escolhida para separar os períodos históricos não deve constituir um entrave para a explicação histórica, pois algumas características do período anterior coexistem com as do período seguinte durante algum tempo.

Vejamos os seguintes conceitos:

**Periodização** – Divisão dos acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as características principais que distinguem um período do outro.

Exs.: Antiguidade: do 4.º milénio a. C. ao século V; Idade Média: do século V a meados do século XV; Idade Moderna: de meados do século XV ao fim do século XVIII; Idade Contemporânea: dos finais do século XVIII aos nossos dias.

**Cronologia** – Organização dos acontecimentos históricos, por ordem, no tempo.

Exs.: 1400-1450: fundação do Estado dos Mwenemutapas; 1450-1500: auge dos Mwenemutapas; 1561: o Mwenemutapa reinante é baptizado com o nome de D. Sebastião.

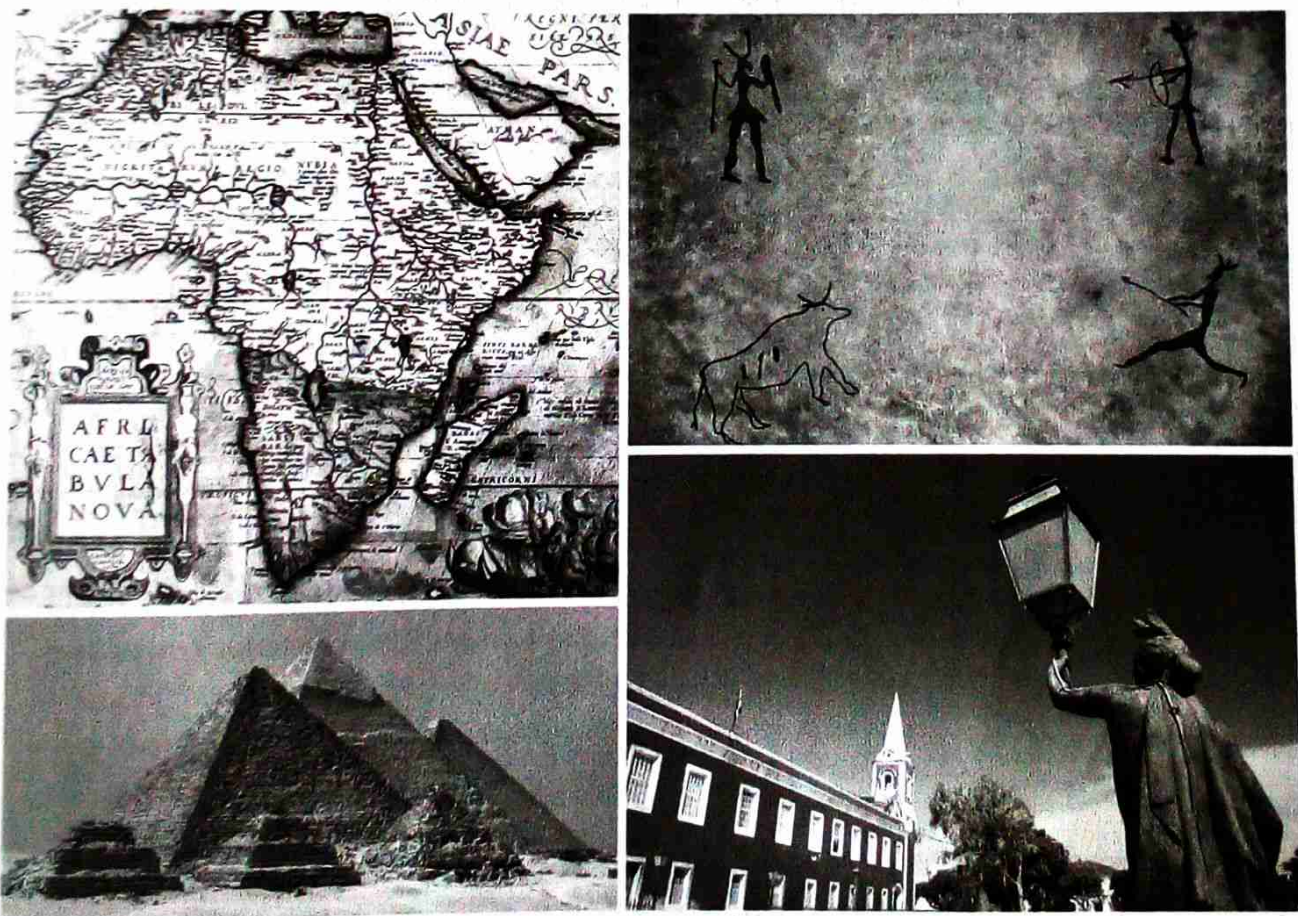


Fig. 1 Em cima: mapa de África do século XVI (à esquerda); pinturas rupestres – Pré-História (à direita). Em baixo: Pirâmides de Gizé, no Egipto – 3.º milénio a. C. (à esquerda); Palácio dos Capitães-Generais na Ilha de Moçambique – reconstrução de 1674 (à direita).

## 1.2 Proposta de periodização da História de Moçambique

Para a História de Moçambique, propomos a periodização seguinte.

Período	Subperíodo	Características
I Comunidade de caçadores e recolectores (até aos séculos III-IV)		Predomínio da técnica lítica (da pedra). Economia recolectora (recolecção e caça). Imediatismo na produção/consumo. Organização social baseada em bandos, sem classes sociais e, consequentemente, sem Estado. Prática da primeira arte rupestre (pinturas rupestres).
II Comunidade de agricultores e pastores (séc. IV-séc. IX)		Fixação bantu em Moçambique. Introdução e desenvolvimento da agricultura, metalurgia e pecuária ⇒ Transição da economia recolectora para a economia produtora. Surgimento das comunidades sedentárias semipermanentes. Organização das comunidades em linhagens ou surgimento de linhagens, nas quais o poder dos chefes era mais de ordem moral do que política.
III Mercantil  (séc. IX-séc. XIX ou 800-1886)	Fase afro-asiática  (séc. IX-séc. XVI)	Primeira exploração intensiva de recursos, fundamentalmente no planalto do Zimbabwe. Delimitação dos grupos etnolinguísticos em «Moçambique». Intercâmbio comercial entre «Moçambique» (Sofala) e a costa oriental africana e o Índico. Edificação das primeiras sociedades de classes e dos primeiros Estados: Zimbabwe (Manyekeni), Mwenemutapa e Marave. Estabelecimento dos primeiros núcleos islamizados na costa oriental norte de Moçambique.
	Fase europeia  (séc. XVI-séc. XIX ou 1505-1886)	Fixação portuguesa em Sofala (1505) e Ilha de Moçambique (1507) e início do conflito entre mercadores árabes e portugueses. Ciclo do Ouro: formação de prazos e desagregação dos Mwenemutapas. Ciclo do Marfim: desenvolvimento e desagregação dos Marave. Ciclo dos Escravos e emergência de vários Estados: Militares, Ajaua e reinos afro-islâmicos da costa. Conferência de Berlim (1884/85).
Observação: <i>No período mercantil (800-1886), a aquisição de riquezas em Moçambique fazia-se sem que os mercadores interviessem directamente na produção ou investissem em sectores produtivos. A troca desigual era o método pelo qual os mercadores estrangeiros acumulavam lucros.</i>		
IV Colonialismo  (1886-1975)	Domínio do capital estrangeiro não português  (1886-1926/30)	Ocupação efectiva e montagem do aparelho político-administrativo. Vinculação de Moçambique ao capital estrangeiro não português ⇒ Surgimento de companhias majestáticas e arrendatárias (de Moçambique, Niassa e da Zambézia, respectivamente). O Sul de Moçambique e o trabalho migratório (transporte, minas e plantações).

	Nacionalismo económico de Salazar (1926/30-1962/64)	Introdução do nacionalismo económico de Salazar. Extinção das companhias majestáticas e arrendatárias. Introdução de culturas obrigatórias. Colonatos e introdução dos planos de fomento. Criação de uma educação diferenciada para os brancos/ /assimilados e para os indígenas. Contestação da situação interna. Transformação das colónias em Províncias Ultramarinas. Formação de movimentos nacionalistas.
	Observação: <i>Nesta fase, Portugal pretendia fortalecer a burguesia nacional com base na exploração intensiva da força braçal indígena. Para isso, instituiu medidas tendentes a controlar esta mesma força, quer a partir de recenseamentos, quer a partir da implementação de uma educação desigual que sujeitava o indígena. Dado que esse objectivo não surtiu efeitos satisfatórios, surgiu a crise da fase seguinte.</i>	
	Crise e reestruturação do colonialismo português (1962/64-1975)	Abolição formal do indigenato e das culturas obrigatórias e introdução das propriedades dos colonos. Formação de um movimento unitário de libertação nacional e início da luta de libertação nacional. Política de «portas abertas» e a construção da barragem de Cahora Bassa. Surgimento das «zonas libertadas». Governo de transição.
V Moçambique pós-independência (de 1975 aos nossos dias)	Fase monopartidária (1975-1990/94)	Institucionalização de um Estado de orientação socialista. Desenvolvimento de uma economia dirigida ⇒ Planos económicos: PPI, PEC, PRE e PRES. Guerra civil. Constituição de 1990. Acordo de Paz.
	Fase multipartidária (de 1990/94 aos nossos dias)	Eleições legislativas multipartidárias. Introdução de uma democracia parlamentar. Economia de mercado.

..... Fig. 2 Proposta de periodização da História de Moçambique, por R. Selimane e M. Pedro.

### Actividades

1. Explica a importância da cronologia em História.
2. Em colaboração com os teus colegas de grupo, elabora uma pequena cronologia histórica do teu bairro, cidade ou aldeia.
3. Elaborar um quadro-resumo sobre a periodização da História de Moçambique, destacando os seguintes aspectos:
  - a) os períodos; características gerais destes períodos;
  - b) os principais acontecimentos de cada período.

Para a realização desta última actividade, consulta o seguinte livro: Serra, Carlos (coord.), *História de Moçambique*, Maputo, Livraria Universitária, 2000 (Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885, e Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930).

## 1.3 As fontes da História de Moçambique

Como é do teu conhecimento, as fontes não existem segundo a vontade do historiador. Estas são raras para certos períodos, abundantes para outros ou, ainda, inexistentes em muitos deles, tornando difícil a tarefa de reconstituir o passado, pois, «sem documentos, não há História».

Para a reconstituição da História de Moçambique, utilizam-se as **fontes escritas, orais e iconográficas**. As fontes escritas encontram-se dispersas em Moçambique e territórios vizinhos e na Ásia, Europa e América, muitas vezes inacessíveis aos investigadores. Das fontes não escritas, destacam-se a tradição oral (que nos permite fazer novas perguntas à História e reproblematicá-la) e as fontes arqueológicas e iconográficas.



Fig. 3 Acheiro arqueológico de um homínido do Quênia.



Fig. 4 Fragmento de pedra de armas de Portugal na Fortaleza de Maputo.

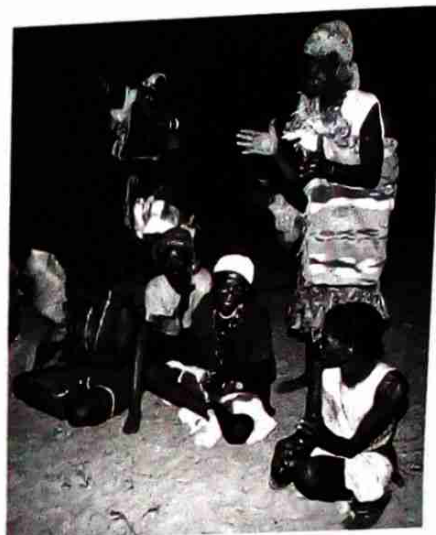


Fig. 5 A tradição oral é uma importante fonte histórica em África.

Lê os textos seguintes.

### A natureza das fontes sobre a História de Moçambique

A maioria dos estudiosos da História de Moçambique são unânimes e peremptórios em reconhecer que a historiografia colonial deixou uma base fragilíssima em termos de estruturas de fontes. A documentação legada é rica em descrições de natureza etnográfica, memória de viajantes e legislação colonial, apresentando tendências para um registo fraco das lutas populares contra o sistema colonial, da introdução desse sistema e do seu impacto na formação social moçambicana, tornando muito difícil uma reconstituição da História do país. [...]

A reconstituição de certos períodos da História de Moçambique enferma muitas vezes de uma falta de informações escritas fiáveis ou de fontes inacessíveis aos investigadores. Deste modo, em muitos casos, a informação oral acaba sendo a única fonte disponível.

Cruz e Silva, Teresa e José, Alexandrino, «A História e a problemática das fontes», in José, A. e Menezes, Paula M. G., *Moçambique - 16 Anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*, vol. I, Maputo, CEGRAF, 1991, pp. 17-27.

Com a independência de Moçambique surgiu uma geração de estudiosos nacionais da História deste país, que procurou romper com a historiografia herdada do colonialismo, tentando fazer uma reproblemática. [...]

As mudanças políticas que se operam presentemente neste país irão certamente criar outras aberturas para determinadas interpretações do devir histórico fundamental da epopeia moçambicana. Não nos podemos, no entanto, esquecer que, em qualquer época ou período histórico, a classe que está no poder determina um certo tipo de produção histórica, manipulação para a qual os investigadores sociais devem estar sempre atentos.

Cruz e Silva, Teresa e José, Alexandrino, «A História e a problemática das fontes», *op. cit.*, 1991.

## Actividades

1. Refere-te à natureza das fontes da História de Moçambique.
2. Explica a importância da fonte oral para a reconstituição da História de Moçambique.
3. Que cuidados devemos ter com as fontes orais?
4. Menciona as principais limitações para a reconstituição da História de Moçambique.
5. Comenta a seguinte frase do texto acima:  
«Não nos podemos, no entanto, esquecer que, em qualquer época ou período histórico, a classe que está no poder determina um certo tipo de produção histórica, manipulação para a qual os investigadores sociais devem estar sempre atentos.»
6. Procura, no teu bairro, cidade e província, os principais locais de interesse histórico nacional. Elabora um quadro-resumo com os seguintes elementos:
  - bairro/cidade/província;
  - local de interesse histórico-cultural;
  - importância histórica.

## Vamos recordar...

- A História, como ciência, localiza os acontecimentos no tempo e no espaço.
- Localizar os acontecimentos no tempo implica periodizar e elaborar a respectiva cronologia.
- Periodizar é dividir os acontecimentos históricos em grandes épocas, destacando as características que distinguem um período do outro.
- Para reconstituir a História de Moçambique, podem ser utilizadas fontes orais, escritas e iconográficas.
- As fontes históricas, sejam elas escritas, orais, materiais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade e devem ser submetidas à crítica histórica.

## 2.1 As comunidades de caçadores e recolectores

Os primitivos habitantes de Moçambique foram os Khoisan ou Hotentotes.

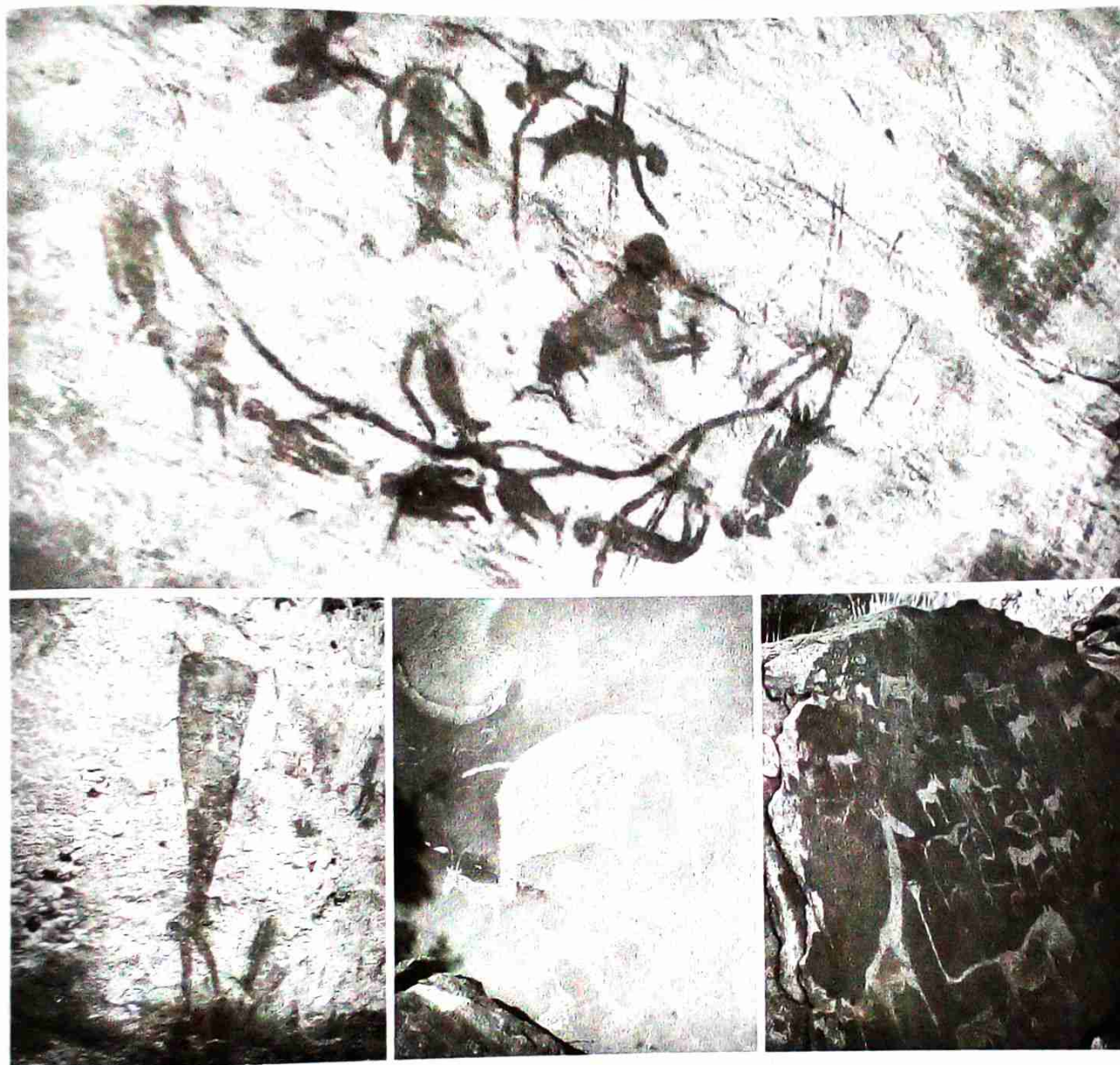


Fig. 1 Arte dos Khoisan ou Hotentotes.

Estes povos:

- eram caçadores, recolectores e pescadores;
- tinham um modo de vida nómada.
- os seus instrumentos de trabalho eram muito primitivos;
- estavam socialmente organizados em bandos;
- faziam a divisão do trabalho tendo em conta o sexo e a idade;
- faziam a distribuição equitativa dos bens, sendo o produto final do trabalho distribuído de forma justa por todos os que tinham trabalhado.

Pelas características mencionadas, pode concluir-se que eram sociedades sem exploração do homem pelo homem. Porém, por volta dos séculos II-III, povos provenientes da orla noroeste da grande floresta equatorial chegaram em vagas sucessivas à região austral de África – os Bantu.

## 2.2 Os povos de origem bantu

### 2.2.1 A expansão e fixação dos Bantu

Sobre a expansão bantu, existem, até hoje, algumas controvérsias. Presume-se que o alargamento do deserto do Sara, o aumento populacional na orla noroeste da floresta equatorial, a falta de terras cultiváveis e a difusão da tecnologia do ferro e das práticas agro-pastoris tenham estado na origem da referida expansão.

De entre vários autores consagrados, destaca-se particularmente o trabalho realizado por Martin Hall<sup>1</sup>, que resumiu em três aspectos fundamentais as grandes discussões que linguistas, arqueólogos e historiadores têm realizado sobre a expansão bantu.

#### 1.º aspecto

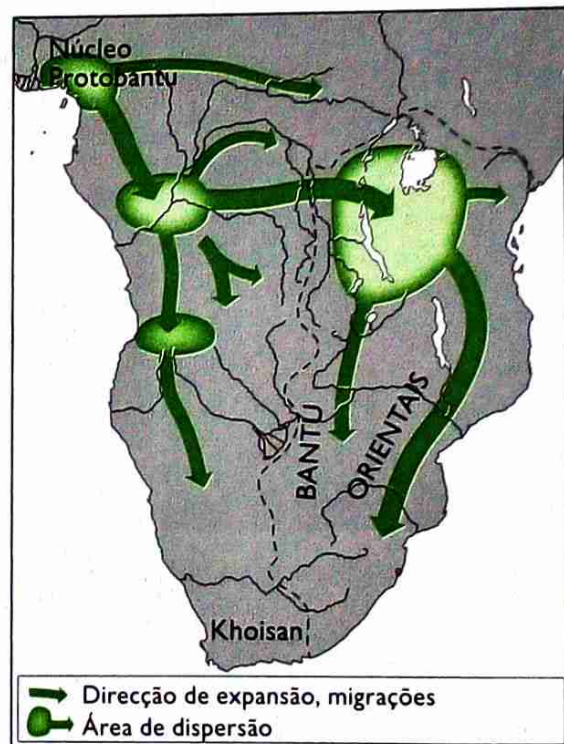
Os Bantu eram uma nova raça que teria imigrado para o Sul, substituindo ou absorvendo as comunidades primitivas que habitavam a África Austral – é a concepção rácica da expansão, logo criticada e abandonada.

#### 2.º aspecto

Os Bantu não eram uma nova raça, mas povos falantes de línguas aparentadas entre si – as línguas bantu. É a chamada teoria linguística (o termo «bantu» passou a ser utilizado a partir de 1862, graças ao trabalho do linguista alemão Bleek, que descobriu um grande parentesco em cerca de 300 línguas faladas na região austral).

Esta teoria tem várias vertentes para explicar a expansão bantu:

- para Joseph Greenberg, a migração bantu deu-se em direcção ao Sul, a partir da zona de fronteira entre os Camarões e a Nigéria;
- Malcom Guthrie defende que o centro da expansão teria sido a região do Luba, na província do Shaba, no Zaire;
- Roland Oliver concorda com ambos, defendendo que as suas teorias se complementam, e acrescenta um novo dado – a expansão obedeceu a quatro fases distintas;



..... Fig. 2 A expansão bantu (segundo Guthrie, Greenberg, Heine, etc.). Fonte: Serra, Carlos (coord.), *História de Moçambique*, vol. 1, Maputo, Livraria Universitária, 2000, p. 13.

<sup>1</sup> Hall, Martin. «The changing past: farmers, kings and traders in southern Africa, 200-1860», citado por Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, pp. 23-26.

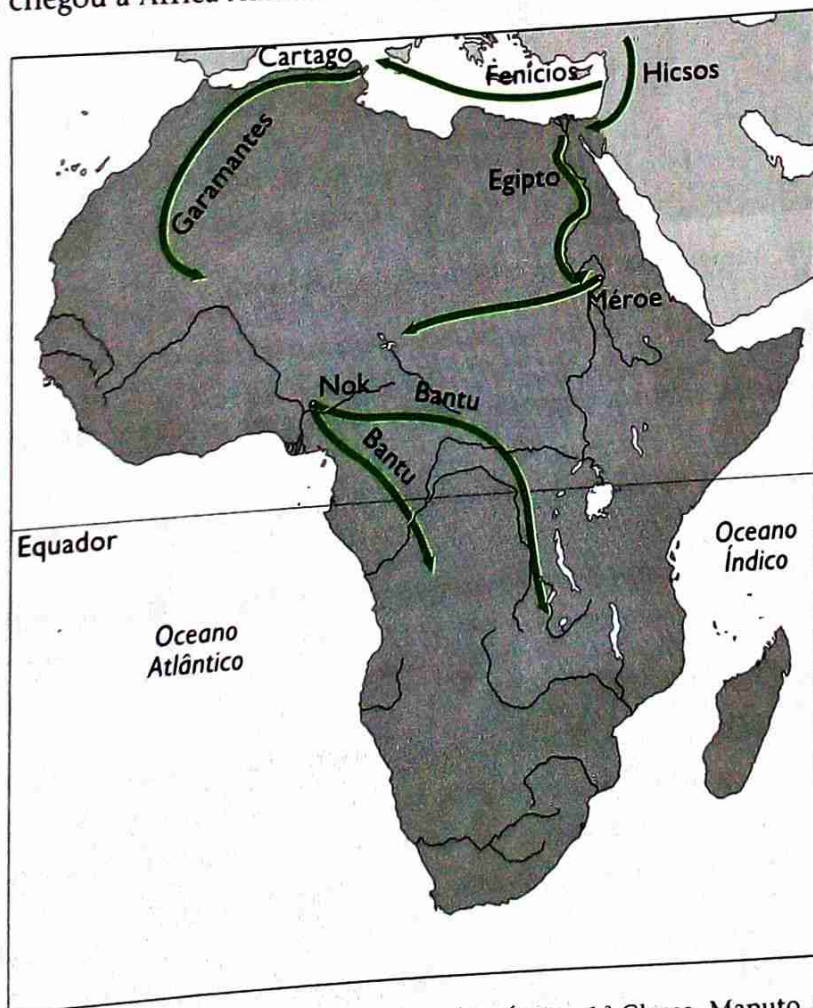
- d) David Phillipson defende que a origem da expansão se encontra na floresta dos Camarões, com dois movimentos distintos: um que contornou a Grande Floresta na região dos Lagos (a oriente) e outro que o seguiu, atravessando a floresta em direcção ao Zaire e a Angola;
- e) Christopher Ehret acredita que as línguas bantu se espalharam através da zona tropical, com um período de diferenciação local nas regiões de floresta de savana, antes da sua expansão final para oriente e região sul-oriental.

Do exposto, pode concluir-se que os que defendem a teoria linguística concordam relativamente ao facto de que o centro da expansão bantu, o núcleo protobantu, estaria na orla noroeste da floresta equatorial e que em vagas sucessivas estes povos teriam chegado à África Austral.

### 3.º aspecto

A expansão bantu estaria ligada à domesticação das plantas e animais, à cerâmica e ao trabalho do ferro. O desenvolvimento desta economia mista (agricultura, pastorícia e metalurgia) permitiu a sedentarização das populações, a especialização no trabalho e o surgimento da desigualdade social.

Os Bantu já dominavam a técnica da metalurgia do ferro. Com a utilização de instrumentos feitos de ferro, a vida das populações da África Austral melhorou consideravelmente. Como é que esta técnica chegou à África Austral?



..... Fig. 3 A difusão do ferro em África. (Fonte: *História de África*, 6.ª Classe, Maputo, DTI, 1978, p. 13.)

Três rotas prováveis podem ser esquematizadas: **Rota 1:** Hicsos → Egipto → Méroe → Nok; **Rota 2:** Fenícia → Cartago → Nok; **Rota 3:** Nok → África Austral.

Comparando estas teorias, podemos concluir que a teoria linguística é a que melhor explica as razões da expansão bantu.

No que respeita a Moçambique, vestígios encontrados na Matola, Xai-Xai, Vilanculos, Marrape, Hola-Hola, Mavita, Chongoene, Bilena, Zitundo, Serra Maúa e Monte Mitukué, entre outros locais, provam a presença bantu neste território.



..... Fig. 4 Povo macua. A língua macua tem origem nas línguas bantu.

### Actividades

1. Compara as teorias sobre a expansão bantu. Com qual te identificas mais? Justifica a tua posição.
2. Baseando-te no mapa da figura 3, esquematiza as prováveis rotas da expansão do ferro em África.
3. Explica a importância do uso do ferro para as comunidades das línguas bantu.

### Vamos recordar...

- Os Bantu não são um povo ou raça, mas povos falantes de línguas aparentadas entre si.
- Martin Hall resumiu, em três aspectos fundamentais, as grandes discussões que linguistas, arqueólogos e historiadores têm realizado sobre a expansão bantu:
  - a teoria rácica;
  - a teoria linguística;
  - a teoria da domesticação das plantas e animais e da expansão da metalurgia do ferro.
- A teoria linguística é a que melhor explica as razões da expansão bantu.
- A tecnologia do ferro chegou à Africa Austral a partir de Nok.

## 2.2 As sociedades moçambicanas após a fixação bantu

Com a chegada dos Bantu, a vida das sociedades moçambicanas altera-se.

### 2.2.1 Economia

A base económica passa a ser a agricultura (mapira e mexoeira), promovendo um modo de vida sedentário. A caça, a pesca, a olaria, a tecelagem, o comércio e a metalurgia do ferro passam a ser actividades complementares da agricultura.

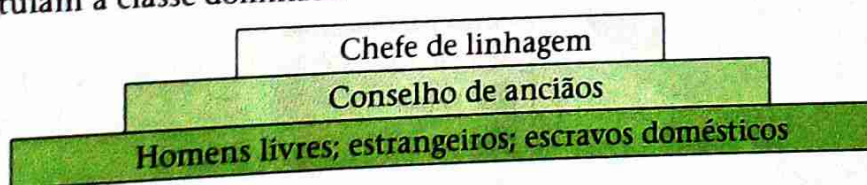
Com a introdução de novas técnicas de cultivo e novos instrumentos de trabalho, feitos de ferro, a produção aumentou, criando-se excedentes. Estes excedentes, que eram possuídos por um grupo reduzido da população, geralmente os parentes mais velhos, herdeiros e guardiões das experiências e tradições da comunidade, contribuíram para o aparecimento de uma economia de exploração.

A principal forma de exploração económica era o pagamento do tributo, que podia ser em trabalho ou em género. A terra, meio de trabalho principal, era património da comunidade. Não podia ser vendida ou alienada. Todos tinham acesso a ela, mas cabia aos parentes mais velhos a distribuição e o controlo da sua correcta exploração.

### 2.2.2 Organização sociopolítica

No que respeita à organização sociopolítica, predominava o sistema de parentesco, assente em linhagens e clãs, desempenhando um importante papel nas esferas sociais, políticas, económicas e religiosas.

Cada linhagem tinha um **chefe**, com amplos poderes políticos, económicos, jurídicos e religiosos, bem como o respectivo **conselho de anciãos**, que formava a classe dominante. Existia ainda um grupo de **homens livres, estrangeiros e escravos domésticos**, sendo que estes últimos constituíam a classe dominada.



..... Fig. 5 Esquema com a organização sociopolítica nas sociedades bantu.

Em Moçambique, identificam-se, de uma maneira geral, dois tipos de linhagem:

- a **matrilinear**, a norte do rio Zambeze;
- a **patrilinear**, a sul do mesmo rio.

Na **linhagem matrilinear**, o filho nascido de um casamento pertence à família da mãe; pratica-se a **uxorilocalidade**, isto é, com o casamento, o homem deixa a sua povoação e vai para a da mulher.

A educação dos filhos não é assegurada pelo pai, mas pelo tio materno. Na transmissão do poder, este passa para o sobrinho, filho da irmã mais velha. As mulheres dedicam-se à agricultura e os homens à caça, à pesca e à construção de casas.

Na **linhagem patrilinear**, o filho nascido de um casamento pertence à família do pai. Pratica-se a **virilocalidade**, isto é, com o casamento, a mulher transfere-se para a povoação do marido.

O dote (lobolo) pago pelo noivo aos sogros aparece como um mecanismo de estabilidade dos casamentos e de subordinação da mulher em relação ao homem. A transmissão da herança é feita do pai para o filho mais velho. A pastorícia era praticada pelos homens. O gado era o principal meio de pagamento de lobolo e simbolizava o poder económico, ou melhor, representava a capacidade de adquirir esposas.

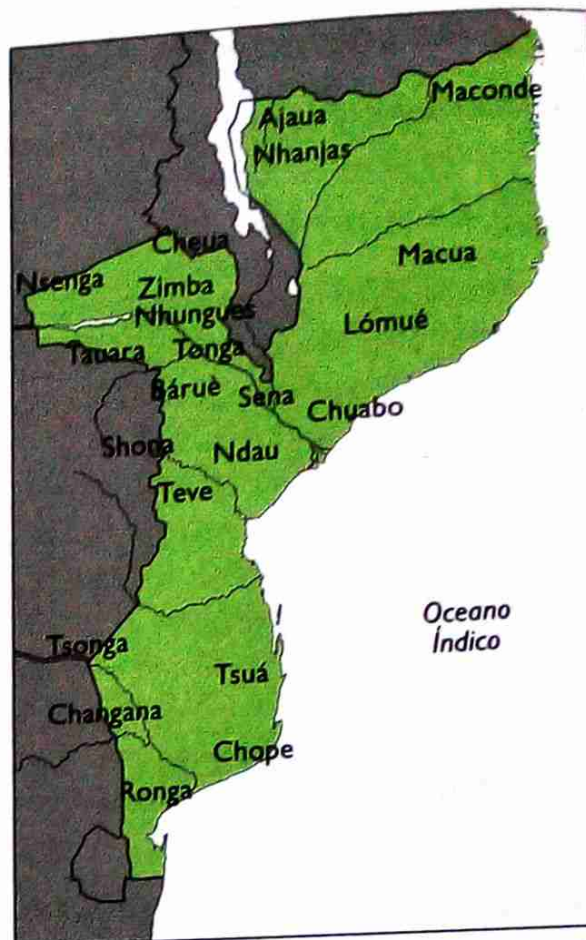


Fig. 6 As formações etnolinguísticas de Moçambique. (Fonte: Serra, Carlos (coord.), *op. cit.*, p. 18.)

Observa o mapa.

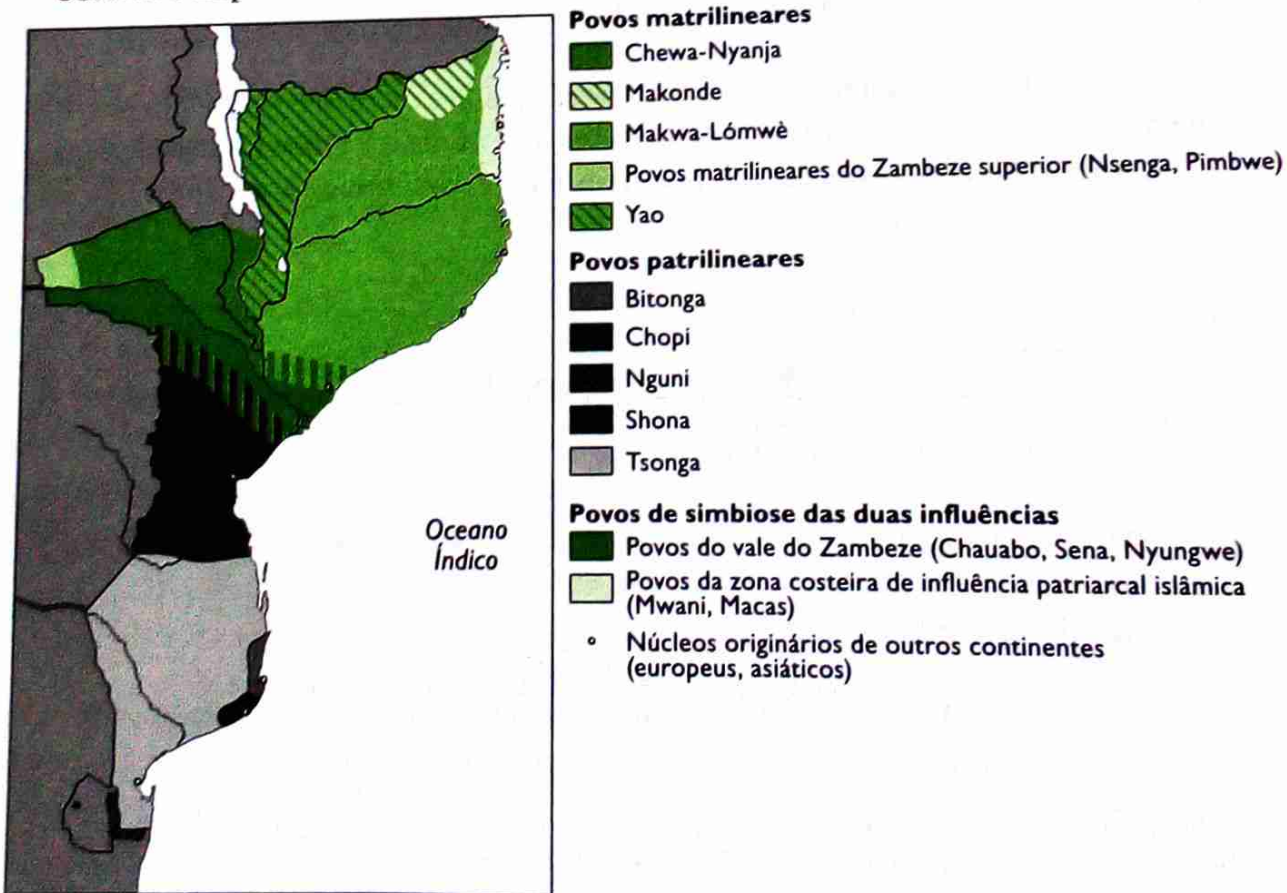


Fig. 7 Grupos patrilineares e matrilineares em Moçambique (cerca de 1880). Fonte: INDE.

### 2.2.3 Ideologia

No campo ideológico, cabia aos chefes das linhagens orientar as cerimónias mágico-religiosas, como, por exemplo, as cerimónias da invocação da chuva e da fertilidade do solo, bem como garantir a estabilidade política e o sucesso das actividades económicas. Como chefes religiosos, eram considerados os elos de ligação entre vivos e mortos.

Segundo Carlos Serra (*op. cit.*, p. 19), nas sociedades moçambicanas, «as crenças mágico-religiosas e outros aspectos ideológicos desempenharam um papel importante, constituindo uma arma fundamental do poder, da coesão social e de aparente imobilidade».

### Actividades

1. Compara as comunidades khoisan com as de línguas bantu, tendo em conta os seguintes aspectos:
  - a) instrumentos de trabalho;
  - b) actividades económicas;
  - c) organização social.
2. O que entendes por linhagem?
3. Diferencia a linhagem patrilinear da matrilinear em quatro aspectos.
4. Investiga o seguinte tema:

Como é designado o termo «linhagem» entre os Macuas, os Ajaua, os Chewa, os Tsonga e os Shona?
5. Procura o significado dos seguintes conceitos:
  - bando;
  - clã;
  - família alargada;
  - linhagem;
  - sociedades de exploração.

### Vamos recordar...

- Após a fixação bantu, as sociedades moçambicanas tornam-se sedentárias.
- A agricultura tornou-se a principal base económica. As outras actividades económicas tornaram-se subsidiárias da agricultura.
- A linhagem é um grupo de parentes que descendem de um antepassado comum através de uma filiação materna ou paterna.
- As crenças mágico-religiosas eram uma arma fundamental do poder, da coesão social e da aparente imobilidade das sociedades moçambicanas.

### 3.1 Abordagem teórica sobre a origem do Estado

Sobre a origem do Estado existem várias teorias:

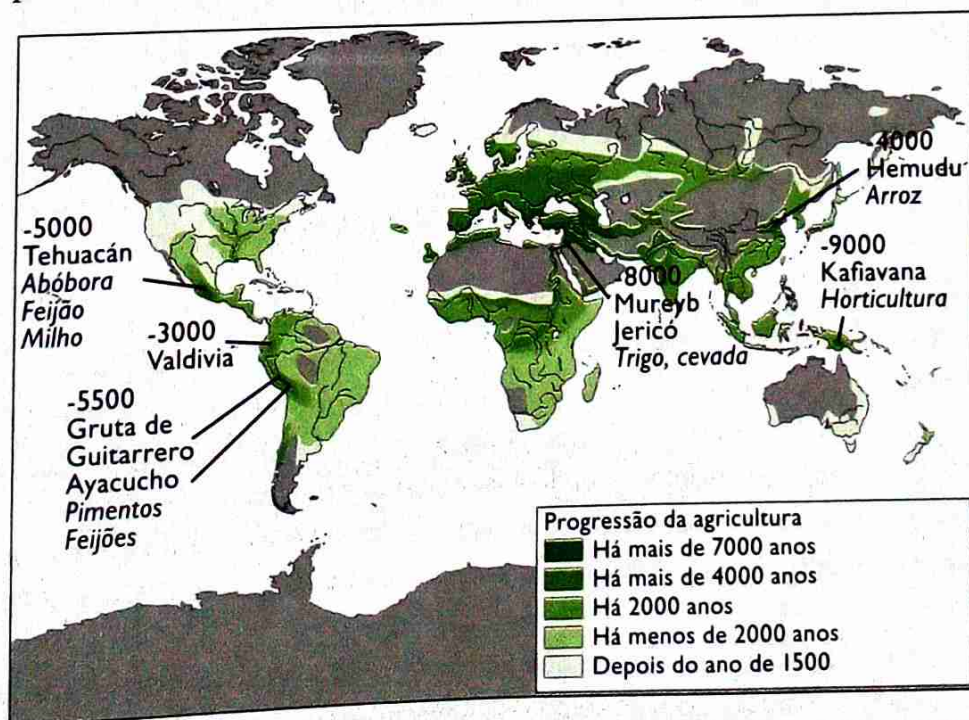
- para os autores democratas, o Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, onde a lei máxima é uma constituição escrita, e é dirigido por um governo que possui soberania reconhecida interna e externamente;
- para os marxistas, o Estado é um órgão especial que surge num certo momento da evolução histórica da Humanidade. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que se desvanecer esta divisão. Segundo esta perspectiva, o Estado é um instrumento nas mãos da classe dominante com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade e extinguir-se-á quando o domínio desta classe desaparecer;
- para os autores de tendência totalitária, o Estado substitui-se ao corpo político e identifica-se com a comunidade nacional. Pretende ser o único meio de vivência e expressão da vida cívica.

Independentemente destas ou de outras teorias, os elementos constituintes de um Estado são: o **território**, espaço sobre o qual assenta a unidade estatal; a **população**, conjunto de cidadãos que sustentam a vida estatal; o **aparelho de Estado**, força de que emana o poder.

#### Como surge o Estado?

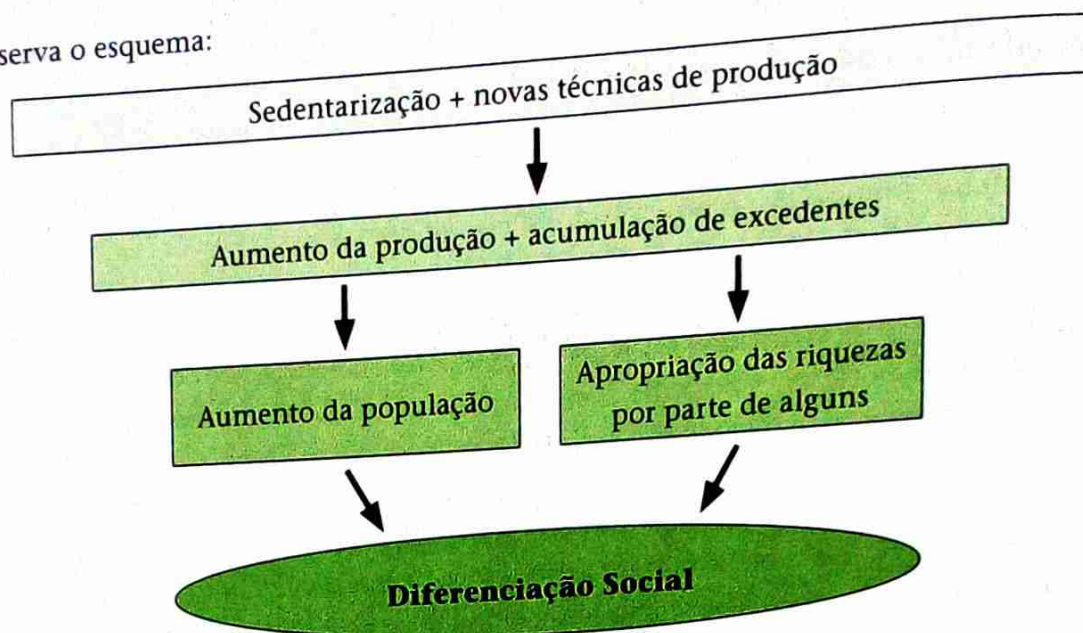
Na comunidade primitiva, por exemplo, o trabalho estava dividido por sexo e idade, praticava-se a caça e a recolção, utilizavam-se instrumentos de trabalho rudimentares e a principal forma de organização social eram os bandos e, mais tarde, famílias alargadas e clãs, onde todos trabalhavam, sendo o produto final distribuído de forma igual por todos os membros. Não se pode falar, portanto, da existência de um Estado, pois não existia diferenciação social.

Quando o Homem descobre a agricultura e a pastorícia, tornando-se sedentário e introduzindo novos instrumentos de trabalho – que levam ao aumento da produção (e da população) e, por isso, à produção de excedentes –, surgem os primeiros sinais de diferenciação social, pois os chefes apropriam-se dos excedentes produzidos pela população.



..... Fig. 1 Progressão da agricultura no mundo. (Fonte: Vidal-Naquet, Pierre e Bertin, Jacques, *Atlas Histórico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 21.)

Observa o esquema:



..... Fig. 2 Diferenciação social.

Os chefes, para defenderem os seus interesses, criaram, assim, uma equipa de pessoas capazes de administrar e organizar a sociedade em seu próprio benefício – o **Estado**.

O Estado constituiu-se, então, desde o início, como um aparelho separado da sociedade e composto por um grupo de pessoas que se ocupava exclusivamente da tarefa de governar. As sociedades humanas dividiram-se em governados e governantes, estes últimos, os especialistas na arte de governar e que se constituem como representantes do Estado. O Estado e os governantes têm ao seu dispor vários instrumentos para seu auxílio no exercício do poder: polícia, exército, tribunais, cadeias, religião, imprensa, educação, etc.

### Actividades

1. O que entendes por Estado? Procura nos dicionários e noutros livros afins as diferentes definições de Estado.
2. Explica o processo de surgimento do Estado.
3. Elabora um esquema sobre o surgimento do Estado.

### Vamos recordar...

- Existem várias teorias sobre o que se entende por Estado. A definição democrática de Estado é a seguinte: o Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente
- Os elementos constituintes do Estado são três: o território, a população e o aparelho de Estado.
- O Estado constitui a instituição política que assegura, mediante instrumentos adequados e de forma continuada, a dominação e governo dos governados.

## 3.2 Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira

### 3.2.1 O Grande Zimbabwe

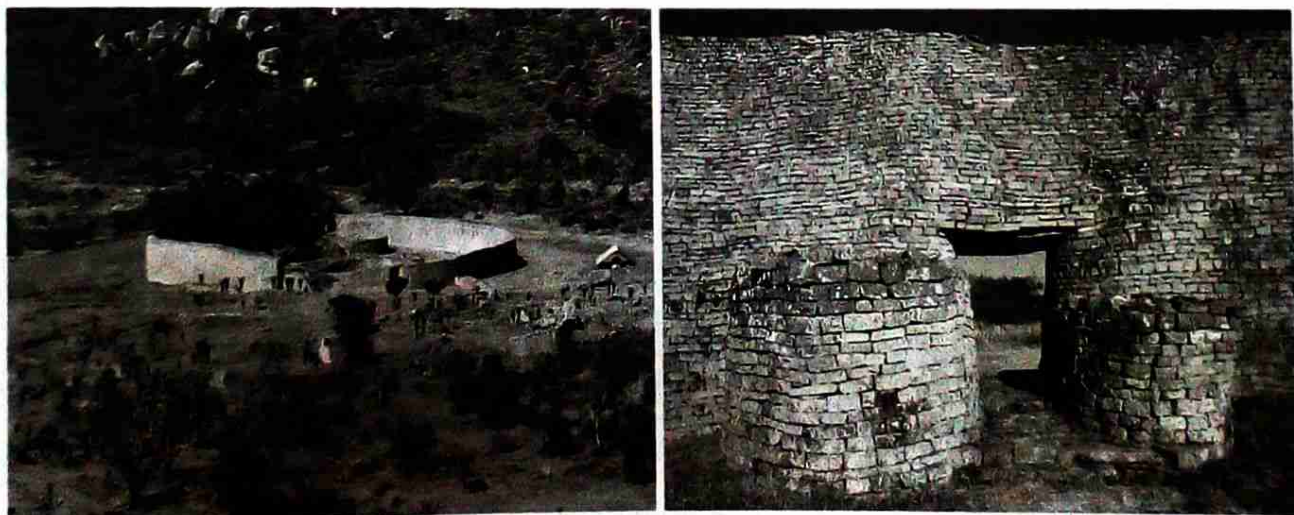
#### Origem

Até ao século III da nossa era, os primeiros agricultores e metalúrgicos bantu chegaram ao sul do Zambeze, vindos da região dos Grandes Lagos. Fixaram-se numa região rica em ouro e misturaram-se com as populações que aí viviam, de origem khoisan. Mais tarde, um grupo separou-se deste núcleo e instalou-se a sul do Limpopo; com os Sotho, Tswana, Tong e Nguni, constituíram a população da região austral de África.

As condições geográficas favoráveis – savana, sem mosca tsé-tsé nem paludismo, sem grandes florestas nem pântanos, pluviosidade suficiente para uma agricultura variada e fácil – permitiram a fixação de agricultores e pastores.

No século XI, uma nova migração trouxe ao planalto entre o Zambeze e o Limpopo povos pastores shona, que foram grandes construtores de muralhas de pedra (zimbabwe), de que restam hoje centenas de ruínas espalhadas pelo território por eles ocupado. Essas fortificações, também chamadas «zimbabwe», que significa «casas de pedra» (normalmente para os chefes), testemunham a existência de comunidades muito organizadas.

Este Estado, que se designou por Estado do Zimbabwe ou Grande Zimbabwe, existiu aproximadamente entre os anos 1250 e 1450. Das ruínas existentes, as mais importantes são as de Mapungumbwe e de Zimbabwe. Em Moçambique, Manyikeni, que fazia parte do território de Sedanda, foi um dos vários «centros regionais» do Grande Zimbabwe.



..... Fig. 3 Amuralhados de pedra no Zimbabwe.

#### Actividades económicas

Os Shonas dedicavam-se fundamentalmente à agricultura, criação de gado, metalurgia, mineração e comércio. De acordo com fontes árabes (Al-Masudi), com a chegada dos primeiros comerciantes árabes, provavelmente nos séculos IX-X, iniciaram-se as primeiras trocas comerciais.

Sofala foi o principal centro comercial da época. Trocava-se ouro por tecidos, pérolas e quinquilharias, que, com o tempo, adquiriram o estatuto de bens de prestígio. As vias comerciais utilizadas entre os séculos XI e XV seriam, provavelmente, o rio Save, navegável durante o período das chuvas, e a via terrestre que ligava o porto de Quelimane a Sena e Tete, ambos na margem do Zambeze. Entre os Shonas, a principal forma de exploração económica era a cobrança do tributo, que podia ser simbólico, em trabalho ou em géneros.

O controlo do comércio a longa distância e a mineração do ouro foram as principais fontes económicas que conduziram ao aumento de poder dos chefes. É preciso destacar que o comércio não criou o Estado do Zimbabwe, mas desempenhou um papel importante ao criar condições para o alargamento do padrão de consumo e incentivar as ambições territoriais dos chefes.

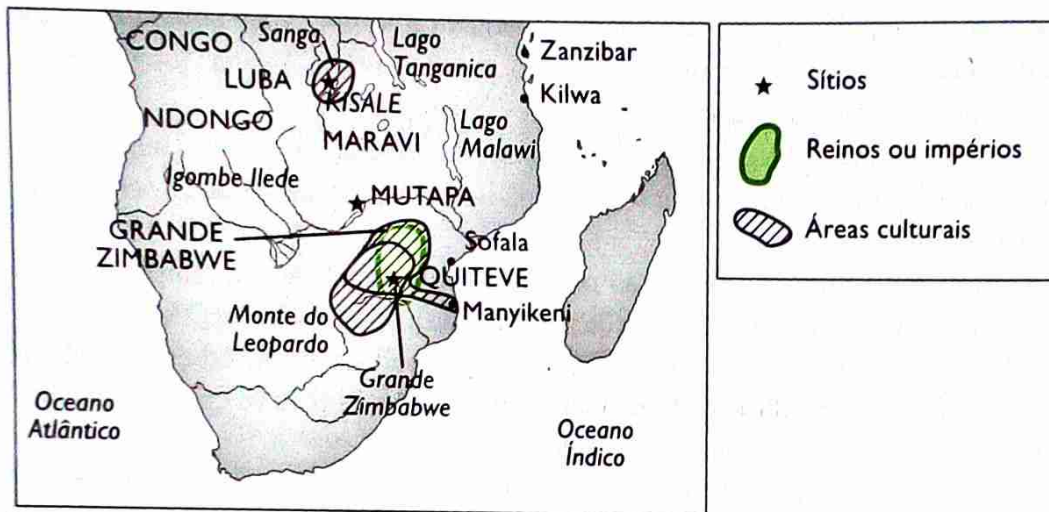


Fig. 4 Localização do Grande Zimbabwe. (Fonte: Vidal-Naquet, Pierre e Bertin, Jacques, *op. cit.*, p. 143.)

### A organização político-social

A sociedade shona encontrava-se organizada da seguinte forma: no topo estava o rei, que vivia no Grande Zimbabwe, auxiliado por um Conselho de Anciãos; na base da pirâmide estava a comunidade aldeã, que vivia nos madzimbabwes (casas de pedra mais pequenas).

### A decadência

Ainda não são claras as causas da decadência deste Estado. Adianta-se a hipótese de que as lutas clánicas pelo controlo do comércio a longa distância (entre o clã Rozwi, chefiado por Mutota, e o clã Torwa), a seca do rio Save, que dificultava a comunicação com a costa, o aumento demográfico na região do planalto e a procura de terras férteis e de sal teriam sido as razões fundamentais da sua decadência.

## 3.2.2 O Estado dos Mwenemutapas

### Origem

Da desintegração do Grande Zimbabwe nascem dois Estados:

- o de Torwa, com capital em Khami, na região do Grande Zimbabwe;
- o de Mwenemutapa, com capital em Dande, localizada entre os rios Mazoe e Luía.

Por volta de 1450, Mutota, chefe do clã Rozwi, abandona a região do planalto do Zimbabwe com os seus seguidores em direcção ao vale do Zambeze, fixando-se na região de Dande, criando o Estado de Mwenemutapa. A partir de Dande e através de guerras de conquista, Mutota e, mais tarde, o seu filho Matope, dominam os reinos vizinhos, formando um império cujos limites se estendiam do Zambeze ao Limpopo e do oceano Índico ao deserto do Kalaari.

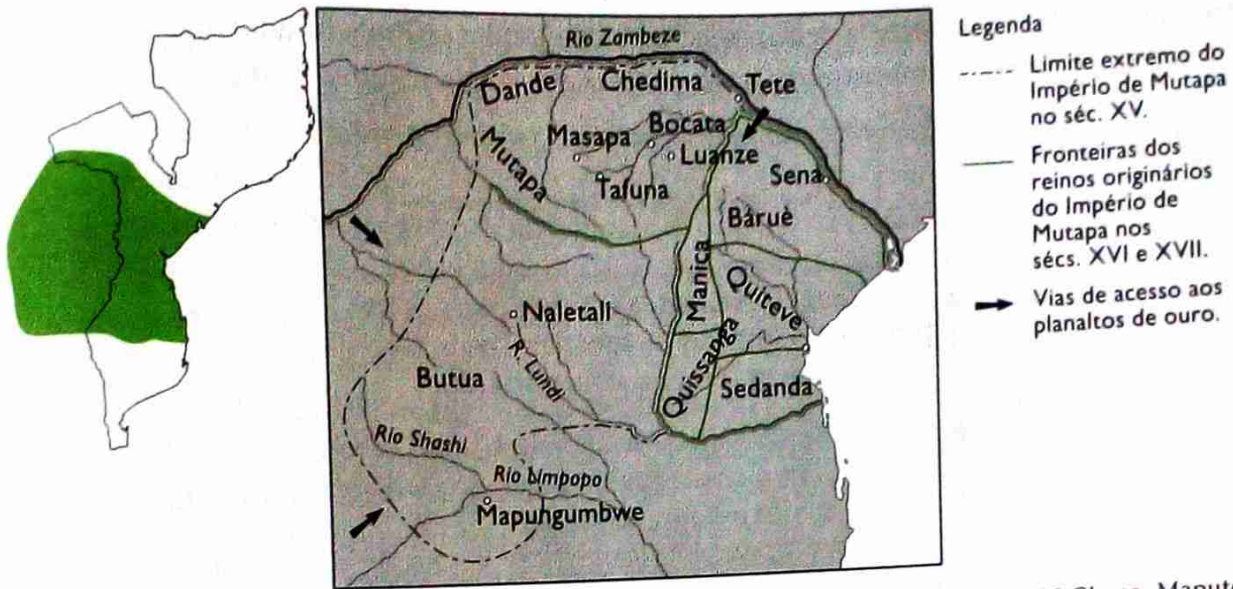


Fig. 5 O Império de Mutapa em 1500. (Fonte: *A História da Minha Pátria – História 5.ª Classe*, Maputo, INDE, 1994, p. 18.)

### As actividades económicas

A agricultura continuava a ser a principal base económica. Era como parente que o indivíduo tinha acesso à terra, que não podia ser vendida nem alienada. Dedicavam-se também à pastorícia, à mineração do ouro, ao artesanato e ao comércio. O comércio a longa distância e a mineração do ouro eram controlados pela aristocracia dominante. Os Shonas-Karanga trocavam o ouro por tecidos e missangas, que, com o tempo, ascenderam à categoria de bens de prestígio. A principal forma de exploração económica era a cobrança do tributo.



Fig. 6 Venda de tecidos em Tofo – os padrões dos tecidos são um traço importante da cultura africana.

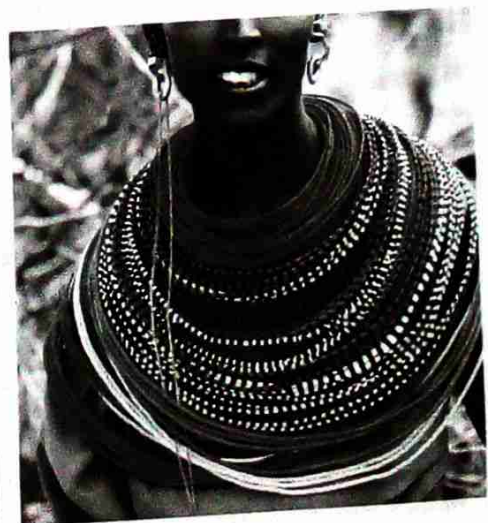


Fig. 7 O uso de missangas continua a fazer parte da tradição africana.

## A organização político-administrativa

O poder central localizava-se entre os rios Luía e Mazoe e estava circundado por uma cintura de Estados vassallos ou satélites, entre os quais se encontravam Sedanda, Quissanga, Quiteve, Manica e Báruè Maungwe, além de outros.

As classes dominantes desses Estados, constituídas por parentes dos Mwenemutapas e por estes nomeados, tinham a tendência de se rebelar quando o poder central enfraquecia.

A estrutura político-administrativa pode ser representada da seguinte forma:

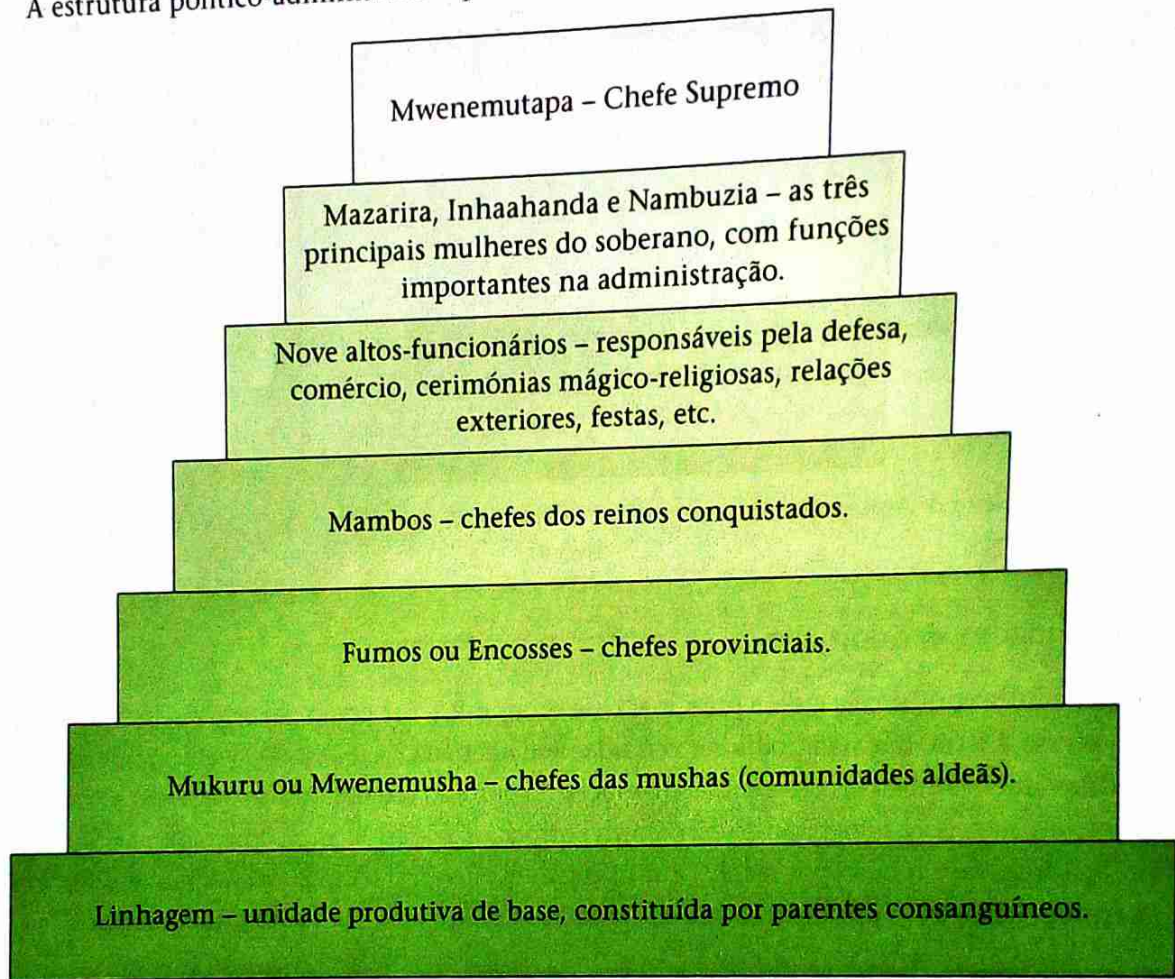


Fig. 8 Estrutura político-administrativa do Estado dos Mwenemutapas.

## A estrutura socioeconómica

A articulação entre a aristocracia dominante e as comunidades aldeãs encerrava relações de exploração de homem pelo homem, materializadas pelas obrigações e direitos que cada uma das partes tinha para com a outra.

As comunidades aldeãs (mushas), sob a direcção dos mwenemushas, garantiam com o seu trabalho a manutenção e a reprodução da aristocracia e esta concorria para o equilíbrio e reprodução social de toda a sociedade shona, com o desenvolvimento de inúmeras actividades não directamente produtivas.

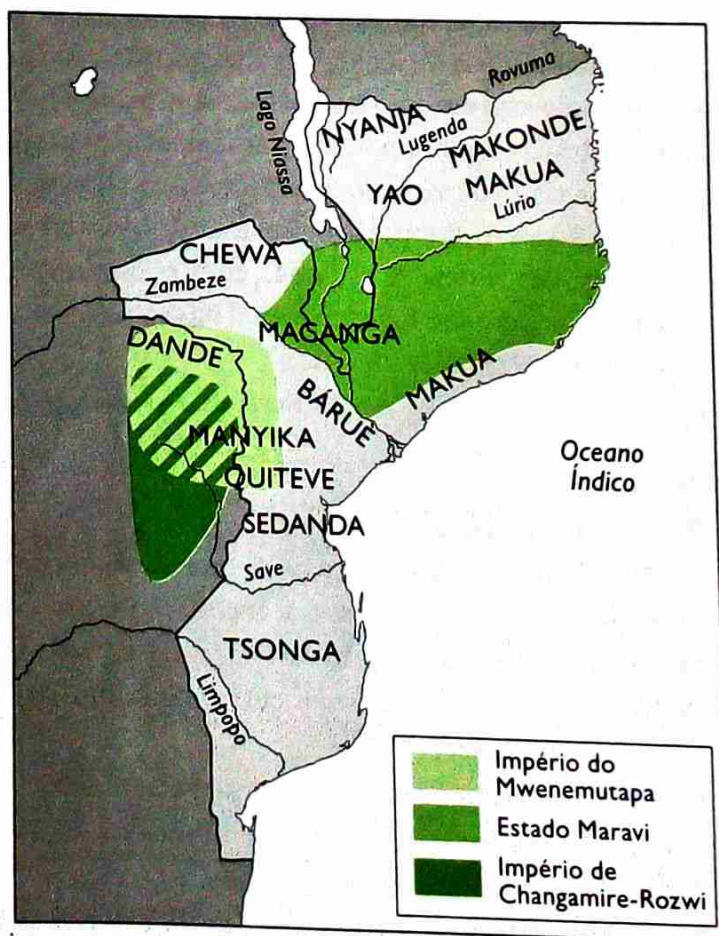
### Obrigações das mushas

- Impostos em trabalho:
  - mineração do ouro, quer para alimentar o comércio a longa distância, quer para a importação de produtos que, na sociedade shona, ascendiam à categoria de bens de prestígio (os jazigos auríferos situavam-se sobretudo nas terras planálticas – Chidima, Dande, Butua e Manica);
  - prestação de sete dias de trabalho mensais nas propriedades dos chefes (zunde);
  - construção de casas para membros das classes dominantes;
  - transporte de mercadorias de e para os estabelecimentos comerciais.
- Imposto em géneros:
  - primícias das colheitas (tributo simbólico) e uma parte da produção (tributo regular);
  - marfim, peles e penas de alguns animais e aves, respectivamente;
  - materiais para a construção da classe dominante: pedras, palhas, etc.
- Obrigações da classe dominante:
  - orientar as cerimónias de invocação das chuvas;
  - garantir a segurança das pessoas e dos seus bens;
  - assegurar a estabilidade política e militar no território;
  - servir de intermediário entre os vivos e os mortos;
  - orientar as cerimónias mágico-religiosas para evitar cheias, epidemias, calamidades naturais, etc.

### A ideologia

A religião foi um factor integrador fundamental do sistema político mwenemutapa. Proprietários do «saber», da fecundidade da terra e depositários da ordem do mundo, os Mwenemutapas constituíam os antídotos mais eficazes contra a desordem. A sua morte significava o caos (choriros).

Praticava-se o culto aos espíritos dos antepassados – os Muzimus. Os Muzimus mais respeitados e temidos eram os dos reis. Os especialistas que garantiam a ligação entre os vivos e os mortos eram chamados swikiros (também denominados Pondoros ou Mondoros). Associados ao poder político, os swikiros eram o suporte das classes dominantes.



..... Fig. 9 Estados e reinos em Moçambique entre os séculos XV e XVIII. (Fonte: INDE.)

## Actividades

I. Para cada pergunta, existem quatro hipóteses de resposta. Só uma está correcta. Identifica a hipótese correcta.

- I.1 Os primeiros agricultores e metalúrgicos bantu, oriundos da região dos Grandes Lagos, chegaram ao sul do Zambeze...
- a) antes do século IV.                      c) no século IX.  
b) no século VII.                              d) no século XI.
- I.2 A estação de Manyikene insere-se na florescente cultura do Zimbabwe...
- a) antes da chegada dos Portugueses a Moçambique.  
b) depois da chegada dos Portugueses a Moçambique.  
c) no período da ocupação efectiva.  
d) no período anterior à ocupação efectiva.
- I.3 Manyikeni era um importante...
- a) centro de mineração de ouro.  
b) entreposto comercial.  
c) forte dos Ingleses.  
d) reservatório de mão-de-obra.

2. Lê o texto:

Alguns processos são mencionados para a criação do Estado do Monomotapa-Shona-Karanga: uns, como a tradição recolhida por D. P. Abraham, referem que ele foi fundado por um membro dissidente da dinastia do Grande Zimbabwe, chamado Mutota [...]; outros que a sua origem foi resultado de um processo de infiltração de invasores, caçadores de elefantes, que vinham do sul, das regiões de Shangwe-Dande-Chidima, durante um prolongado período de seca, do qual Mutota era o chefe; outros ainda referem que é provável que a fixação swahili em Angoche, Ilha de Moçambique e Quelimane, antes da chegada dos Portugueses, esteja relacionada com o surgimento deste império. Esta última posição é defendida porque a fixação swahili na segunda metade do século XV coincide com o período de emergência deste império.

Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, p. 39.

- 2.1 De que trata o texto?
- 2.2 Com base no texto, explica o processo de criação do império dos Mwenemutapas.
3. Explica como se processava a articulação aristocracia/comunidade aldeã.
4. Explica o papel da religião no império dos Mwenemutapas.
5. Para cada pergunta, existem quatro hipóteses de resposta. Só uma está correcta. Identifica a hipótese correcta.
- 5.1 Na estrutura política da sociedade shona, uma das obrigações das mushas era pagar a renda em trabalho, que consistia em dias de trabalho nas propriedades da aristocracia. O período estabelecido era de...
- a) 7 dias por mês.                              c) 15 dias por ano.  
b) 20 dias por mês.                              d) 30 dias por ano.

5.2 Entre os Mwenemutapas, as mushas integravam uma família ou grupo de famílias, descendentes de um antepassado comum, denominado...

- a) Mwene.
- b) Mwari.
- c) Mulungu.
- d) Muri.

6. Completa o quadro sobre os primeiros estados de Moçambique.

Estado	Zimbabwe	Mwenemutapa
Ano de fundação		
Actividades económicas		
Organização política/ /administrativa		
Classes sociais		
Formas de exploração		
Fontes económicas do poder dos chefes		
Ideologia		

### Vamos recordar...

- O Estado do Mwenemutapa nasceu da desintegração do Estado do Zimbabwe, por volta de 1450.
- Mutota e, mais tarde, Matope, através de guerras de conquista, formaram o Império do Mwenemutapa, que se estendia do Zambeze ao Limpopo e do Kalaari ao oceano Índico.
- A sociedade shona estava dividida em dois níveis socioeconómicos distintos: a comunidade aldeã (musha ou incube) e a aristocracia dominante.
- A religião foi um factor integrador fundamental do sistema político shona.

### 3.2.3 Os Estados Marave

#### Origem

O termo «Marave» designa uma formação etnolinguística e histórica. Sabe-se muito pouco sobre a sua origem.

De acordo com J. M. Schoffelaers, pelo nome Malawi (ou Maravi) os Xewas designavam não só os membros do clã Phiri mas também regiões, povoações e centros religiosos ao mesmo associados. O termo estaria ligado ao simbolismo do fogo, significando a introdução de uma nova ordem e, também, o domínio político dos invasores phiri.

Rita-Ferreira, A., *Povos de Moçambique - História e Cultura*, Porto, Afrontamento, 1975, p. 173.

Os protomarave eram oriundos de Luba, no Congo. Deixaram esta região comandados pelo chefe Chinkole, da linhagem Caronga, do clã Phiri. A arqueologia moderna sugere que a chegada destes emigrantes ao território situado entre o Chire e o Luanga se teria verificado entre 1200 e 1400 da nossa era. Julga-se que os Caronga encontraram na região membros do clã Banda, entre outros, que conseguiram integrar na sua organização social e religiosa, quer fazendo alianças matrimoniais, quer reservando-lhes as funções rituais típicas dos donos da terra: fertilidade do solo e invocação da chuva.

As tradições não se referem a uma conquista violenta. Segundo elas, os recém-chegados adoptaram como estratégia de dominação o controlo sobre a esfera ideológica. Promovendo casamentos entre os chefes phiri e as mulheres médiuns locais, foram capazes de controlar gradualmente os santuários, introduzindo os espíritos dos seus antepassados, bem como controlar o principal meio de produção: a terra.

O monarca do clã Phiri devia casar-se obrigatoriamente com uma rainha, a Mwali, saída do clã banda.

Em suma, enquanto aos Phiri estava reservada a direcção política e militar, cabia aos Banda as funções rituais relacionadas com a terra, a fertilidade do solo e a invocação das chuvas.

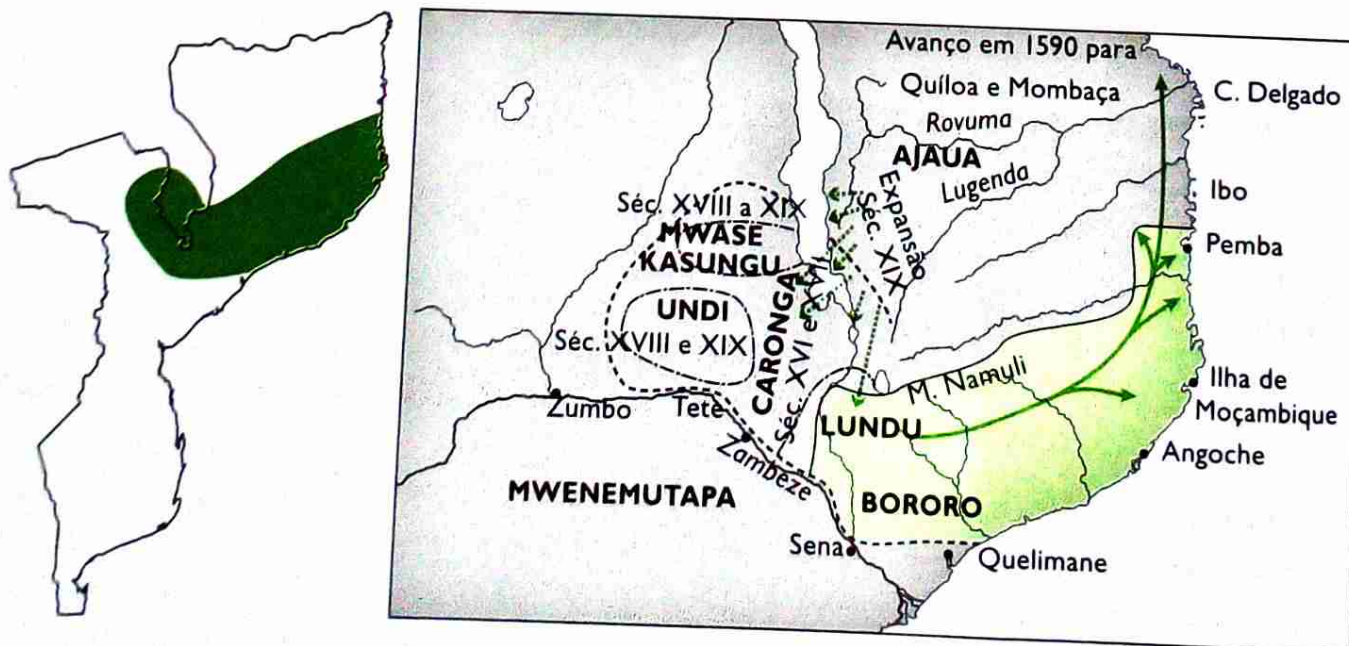


Fig. 10 Império Marave (segundo Alpers, Nthara, A. Rita-Ferreira, etc.).

Conflitos no seio da linhagem dominante culminaram com a formação de quatro Estados-satélite do Caronga: Undi, Biwi, Lundu e Kapwiti.

Em Moçambique:

- Undi, chefe phiri, fixou-se primeiramente na actual província de Tete, entre os rios Luíá e Kapoche;
- Kapwiti e Lundu dominavam a zona de Morrumbala e de Milange;
- os Caronga dominavam a parte da actual província do Niassa.

## A organização político-administrativa

Por falta de outras fontes, tomemos como exemplo o Estado dos Undi.

A sociedade marave era matrilinear. O núcleo matrilinear básico era denominado bele, sendo constituído pela mulher, pelas suas irmãs casadas e/ou solteiras, pelos filhos não casados, pelos filhos das irmãs e pelo marido da mulher, bem como pelos maridos das filhas da mulher. Todos os chefes pertencentes ao clã matrilinear phiri eram considerados irmãos juniores ou, então, sobrinhos de cada Undi que estava no poder.

O poder era hereditário e a sucessão ao trono fazia-se por via matrilinear. No entanto, as guerras de sucessão eram mais significativas do que a própria tradição, na medida em que, muitas vezes, eram elas que confirmavam o novo chefe.

O chefe da nação tinha como título o nome do fundador da dinastia ou ramo que dominava. No caso Undi, o chefe, como chefe da nação, era o dono do solo, subsolo, fauna, rios e de tudo quanto lá existisse. Era o guia e o responsável pelo destino do seu povo.

A estrutura político-administrativa pode ser representada da seguinte forma:



..... Fig. 11 Estrutura político-administrativa do Estado Undi.

O Undi era o chefe do Estado. As províncias ou territórios eram dirigidas pelo Mambo; os distritos, pelos Mwini-Dzico; e as aldeias ou povoações, pelos Fumos ou Mwini Mudzi.

A auxiliar estes chefes estava um conjunto de conselheiros – os mbili – e funcionários menores – os mensageiros e a guarda do chefe.

A primeira mulher do Undi vivia fora da casa do marido, em zonas distantes, onde dominava todas as esferas político-administrativas da região; permanecia, no entanto, como esposa e subordinada política do marido.

Como era comum nos outros Estados já estudados, existia uma certa estrutura hierárquica, com chefes subordinados ligados ao chefe superior ou dominante por laços de parentesco e pela distribuição de presentes.

## As actividades económicas

Na produção, os Marave dedicavam-se principalmente à agricultura. Era dela que tiravam a maior parte dos bens para a sua subsistência. Cultivava-se a mapira, o milho, a mexoeira, o feijão, o jugo e as leguminosas.

Os tecelões produziam um forte tecido de algodão – as machiras – de grande valor comercial. Este produto competia com os tecidos finos de origem indiana. Na metalurgia, destacava-se a produção de enxadas de ferro de cabo curto.

Na produção agrícola existia uma forma de cooperação entre camponeses. Todo aquele que se encontrasse numa situação de aflição convidava os seus vizinhos para o ajudarem durante um ou mais dias na sua machamba. A esta actividade denominava-se «dima». Em compensação, que, no fundo, não serviria para pagar o trabalho realizado, fazia-se uma bebida, chamada mowa, para ser bebida no fim como simples estimulante. Segundo eles, o trabalho só era pago com trabalho, em regime de inteira reciprocidade.

A caça ao elefante, a mineração do ouro e o artesanato eram actividades que tinham um papel muito importante, sendo complementares da agricultura.

Com o marfim, por exemplo, além de fabricarem objectos de adorno, participavam no comércio a longa distância, o que garantia acesso aos bens importados: tecidos de seda, louça de vidro e de porcelana, missangas de vidro, etc. Os produtos europeus e asiáticos circulavam pelos canais do poder político, ascendendo à categoria de bens de prestígio. O sal era outro produto explorado no território Marave.

Segundo Newitt<sup>1</sup>, o comércio do marfim não foi o aspecto central na história dos Marave, não foi o seu elemento desestabilizador nem a forma dominante de actividade económica; por isso, não terá sido importante para a riqueza e poder dos chefes. Este historiador defende que o impacto do comércio não foi assim tão grande porque aconteceu à margem dos interesses dos chefes e dos povos.

A criação de gado, sobretudo de bovinos, caprinos e ovinos, era outra componente na vida económica.

### Fonte económica do poder dos chefes

Os benefícios da classe dominante provinham essencialmente dos diversos tributos que recebia e do controlo que exercia sobre o comércio a longa distância.

Existiam diversos tipos de tributos:

- **tributos regulares:** marfim, tabaco, géneros alimentícios, esteiras, panos, trabalho regular nas terras dos chefes e construção de casas;
- **tributos rituais:** primícias das colheitas e taxas devidas pelo facto do chefe orientar cerimónias religiosas.



..... Fig. 12 O trabalho e comércio do marfim está enraizado na cultura moçambicana desde o tempo dos Marave e de outros povos antigos que habitaram o território.

<sup>1</sup> Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

Os chefes recebiam, ainda, taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território – o **mororo** ou **chupeta**.

Os tributos pagos pelos «vassalos» eram redistribuídos de forma generosa pelos que se mostravam leais ou serviam os interesses do Estado.

## A ideologia

Antes da chegada dos Phiri-Caronga à região compreendida entre o Chire e o Luanga, as populações autóctones praticavam cultos ligados à fertilidade das terras, à invocação das chuvas e ao controlo das cheias. Os cultos mais importantes eram o do **Muali (Muari)** e o de **Chissumpi**. Estes cultos tinham como oficiantes mulheres médiuns locais, designadas por Sarima.

Como já referimos, a conquista Marave foi feita essencialmente na esfera ideológica. Estes introduziram no panteão existente os espíritos dos seus antepassados, que passaram a gozar do privilégio de serem considerados cultos territoriais.

Assim, passam a existir dois cultos principais relacionados com a produção de chuva: o setentrional de **Makewana** e o meridional de **Mbona**.

## Actividades

1. «A conquista Marave não foi violenta.» Justifica esta afirmação.
2. Justifica a seguinte afirmação de Newitt (cit. por Amélia Neves Souto, *op. cit.*):  
«[...] o comércio do marfim não foi o aspecto central na história dos Marave, não foi o seu elemento desestabilizador nem a forma dominante de actividade económica; por isso, não terá sido importante para a riqueza e poder dos chefes.»
3. Quais eram as principais actividades económicas dos Marave?
4. Para a manutenção e reprodução do poder económico e político das aristocracias Marave, os camponeses, mercadores e outros súbditos eram obrigados a pagar tributos. Identifica-os.

## Vamos recordar...

- Segundo dados arqueológicos, os Phiri-Caronga chegaram à região situada entre o Chire e o Luanga, entre 1200 e 1400.
- A conquista Marave não foi violenta.
- O monarca do clã Phiri devia casar-se obrigatoriamente com uma rainha, a Mwali, saída do clã Banda.
- As principais actividades económicas foram a agricultura, a tecelagem e a metalurgia.
- A pastorícia, a caça ao elefante e o comércio eram actividades complementares.
- O controlo do comércio do marfim apenas contribuiu para o reforço do poder da classe dominante.
- A aristocracia Marave assegurava a sua hegemonia e a unidade dos seus territórios por meio de serviços de natureza ritual, espiritual, religiosa, económica e militar.

### 3.3 A penetração mercantil asiática e os Estados moçambicanos

Lê o texto:

#### A penetração mercantil asiática (IX- XVI)

Antes do séc. XVI, o comércio no oceano Índico era controlado pelos muçulmanos. No subcontinente asiático, as suas actividades eram dominantes ao longo da costa do Malabar até Sul de Calecute. A indicação mais antiga acerca de Sofala encontra-se em Al-Masudi, viajante árabe do século X. A principal mercadoria era o ouro e o marfim.

Em meados do séc. XII, comerciantes da Indonésia juntaram-se aos árabes, comerciando com os povos do litoral e trocando os seus produtos orientais por ouro, marfim, pele de leopardo, carcaça de tartaruga, âmbar cinzento e alguns escravos. [...]

Não era, contudo, o domínio territorial que pretendiam, mas o desenvolvimento do comércio. Tornou-se, por isso, importante para eles, o controlo dos pontos mais ricos da costa ou que serviam para o escoamento dos produtos do interior. O tráfico intensifica-se no séc. XIII, altura em que comerciantes de Guzerate, Coromondel, Malabar e Bengala, passaram a dominar grande parte das rotas comerciais do oceano Índico, que atingiu o seu apogeu no séc. XV, nas vésperas da chegada dos Portugueses. [...] Pode-se, pois, dizer que a Costa Oriental de África era visitada (pelo menos desde os primeiros séculos da nossa era) por navegadores indonésios que mantinham, já no primeiro milénio, relações regulares com a Arábia do Sul, Pérsia, Índia e Malaca, contactos estes favorecidos pelo regime das monções do oceano Índico.

Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*  
Maputo, UEM/CEA, 1996, pp. 111-112.

#### Actividades

1. Tendo em conta o texto anterior, responde às questões seguintes.
  - 1.1 Desde quando é referida Sofala nos relatos árabes?
  - 1.2 Menciona os principais produtos de troca.
  - 1.3 Identifica a origem dos mercadores asiáticos.
  - 1.4 Qual era o principal objectivo dos comerciantes asiáticos?
2. A primeira fase da penetração mercantil (antes da chegada dos Europeus a Moçambique) correspondeu à primeira etapa da integração da costa oriental africana no comércio internacional.
  - 2.1 Identifica os principais intervenientes nesta fase.
  - 2.2 Há quem defenda que o «comércio teria criado condições para o início da exploração nos Estados moçambicanos». Concordas com esta afirmação? Justifica a tua resposta.

Fundada pela dinastia persa dos Sassânidas por volta do século VI, Sofala encontra-se nos relatos de viajantes e comerciantes árabes (Al-Masudi e Ibn Shahriyar). Não será, por isso, de estranhar que a actividade mercantil na costa norte de Moçambique se tenha iniciado logo por volta dos séculos IX-X, muito antes da chegada dos Europeus (nos finais do século XV).

Aproveitando a força dos ventos das monções, pelo facto de possuírem bons conhecimentos náuticos e por terem uma situação geográfica privilegiada, os mercadores asiáticos aportaram na costa norte moçambicana com o objectivo de estabelecerem relações comerciais.

Estes mercadores trocavam tecidos de seda, louça de vidro e de porcelana e quinquilharias por ouro e, mais tarde, por marfim.

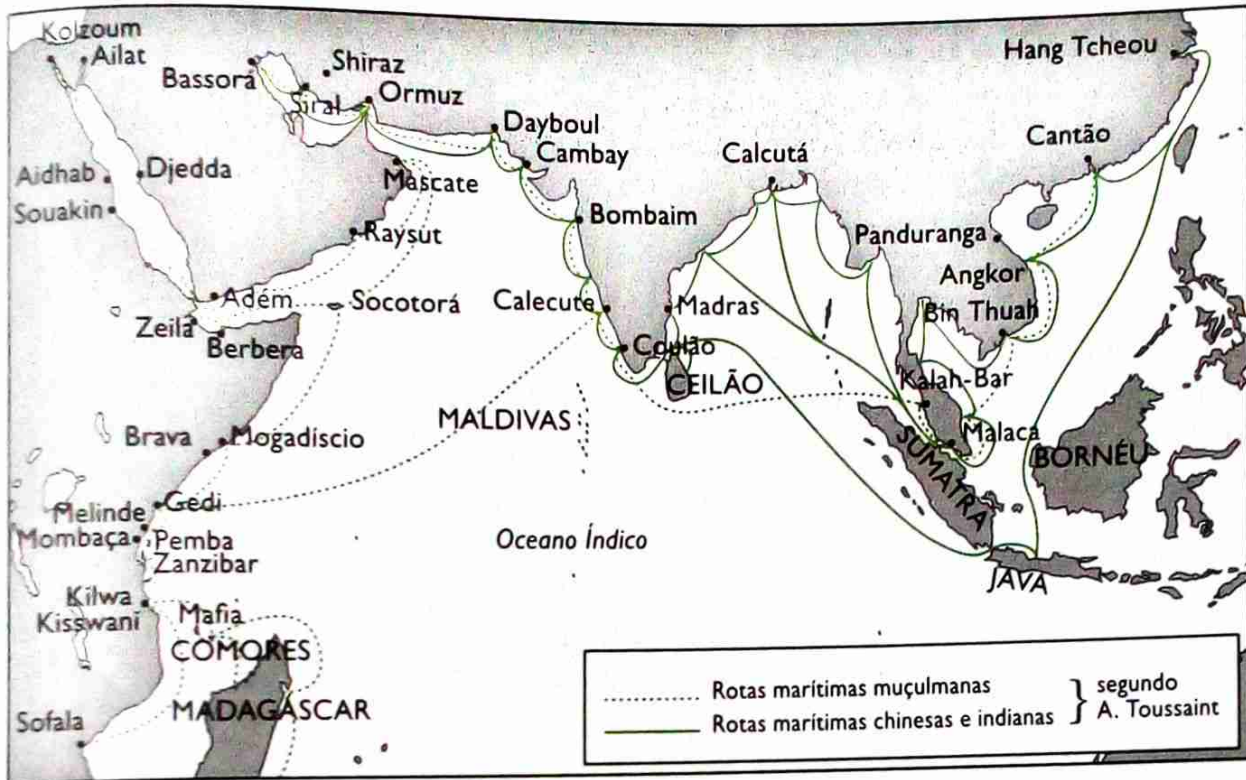


Fig. 13 O comércio na costa oriental africana.

Resultado do contacto entre os mercadores asiáticos e as populações nortenhas de Moçambique, ocorreram nesta região transformações sociopolíticas, económicas, religiosas e culturais.

Assim, ao nível político, surgem novas unidades políticas, de inspiração asiática – os xecados (Sancul, Quitangonha e Sangage) e sultanatos (Angoche).

No campo social, a introdução de artigos que, pela sua raridade, ascendiam à categoria de bens de prestígio nas formações sociais moçambicanas contribuiu para a elevação do padrão de consumo das camadas privilegiadas, aumentando a diferenciação social.

A nível económico assistimos ao desenvolvimento da actividade comercial, contribuindo para a entrada de Moçambique na economia-mundo.

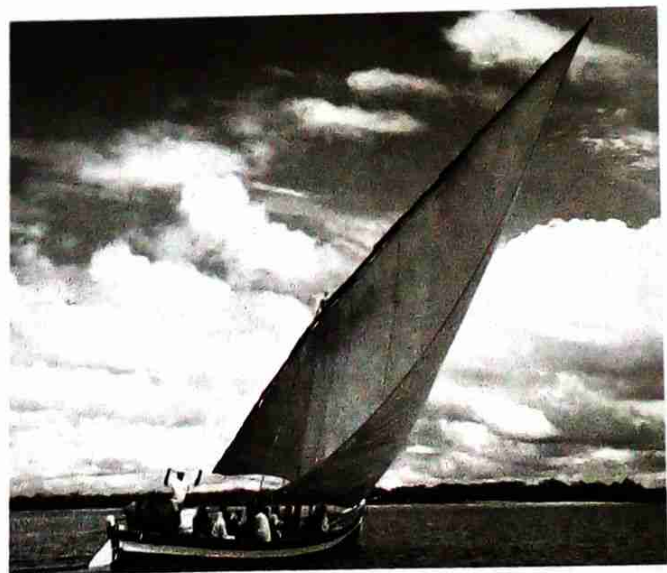
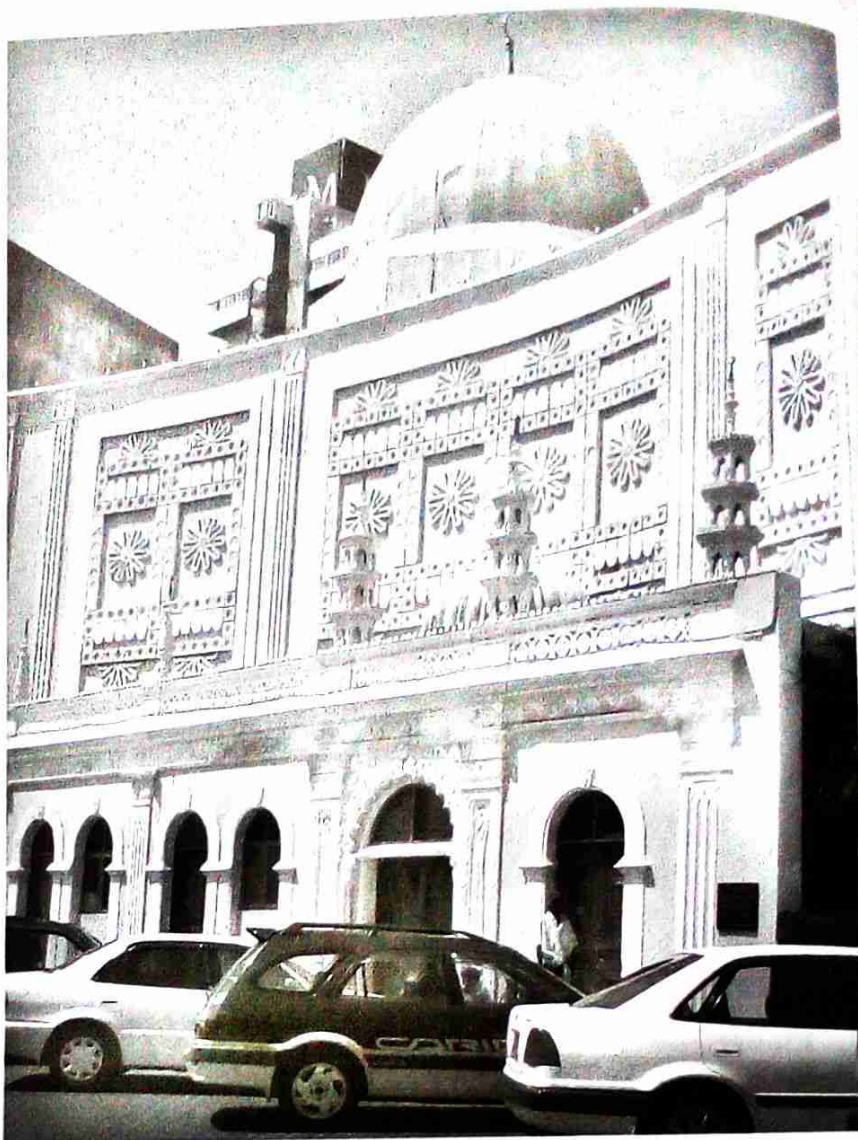


Fig. 14 Dhow: o barco tradicional da costa oriental africana que foi trazido pelos comerciantes árabes.

No campo religioso, o islamismo representa a grande herança dos povos árabes na região.

No plano cultural, surgem novos hábitos e línguas resultantes da fusão de línguas africanas e árabes – como, por exemplo, a língua ki-swahili – e o estímulo para o aparecimento de diversos novos núcleos linguísticos em Moçambique – como, por exemplo, o mwani na costa de Cabo Delgado (com influência da língua makonde e macua), o naharra na Ilha de Moçambique e na costa de Nampula, o koti em Angoche. Outras línguas, como o sena e ndau de Sofala e o gitonha de Inhambane, preservam empréstimos do swahili.



..... Fig. 15 Islamismo em Moçambique: herança árabe.

### Actividades

1. Tomando como base o mapa da figura 13, identifica os principais produtos envolvidos nas relações comerciais entre Ásia e África.
2. Por que razão os produtos asiáticos adquiriram a categoria de bens de prestígio?
3. Menciona as consequências económicas, políticas, culturais e religiosas da presença árabe-asiática em Moçambique.

### Vamos recordar...

- A presença asiática em Moçambique data dos séculos IX-X.
- Os Asiáticos estavam mais interessados no desenvolvimento da actividade comercial do que no domínio dos Estados moçambicanos.
- Com o tempo, os produtos asiáticos adquiriram a categoria de «bens de prestígio».
- Como resultado da presença asiática em Moçambique, ocorreram transformações políticas, sociais, económicas, ideológicas e culturais.

### 3.4 A penetração mercantil europeia

Como é do teu conhecimento, no século XV tem início a expansão marítima europeia. Ainda te recordas das causas desta expansão?

Os Europeus procuravam:

- metais preciosos (ouro e prata);
- espalhar o cristianismo e a civilização ocidental;
- resolver o seu problema demográfico.

Portugal e Espanha, gozando de uma localização geográfica favorável e por estarem muito avançados no campo da construção naval, lançaram-se na procura e exploração de novos continentes para resolver os seus problemas económicos e sociais.

Em 1498 chegaram a Moçambique os primeiros Portugueses, chefiados por Vasco da Gama, na sua rota rumo à Índia. Moçambique passa a ser uma importante fonte de abastecimento de produtos, como o ouro, entre outros, e, por gozar de uma posição estratégica favorável para o controlo das rotas comerciais com o Oriente, passa a ser motivo de cobiça por parte dos Portugueses.

Assim, foi o ouro que primeiro atraiu os Portugueses ao nosso país, dando início a uma nova etapa na História de Moçambique – **a fase do ouro (1505-1693)**.

#### 3.4.1 A presença portuguesa e o Estado dos Mwenemutapas (1505/1693) – o Ciclo do Ouro

Atenta na seguinte cronologia:

1505 – Fundação da feitoria-fortaleza de Sofala.

1507 – Fundação da feitoria-fortaleza da Ilha de Moçambique.

1530 – Fundação das feitorias de Tete e Sena.

1544 – Fundação da feitoria de Quelimane.

#### As lutas entre Portugueses e Árabes-swahili.

Quando os Portugueses chegaram pela primeira vez a Moçambique, já os Árabes-Swahili estavam estabelecidos na região. Eles detinham o controlo do comércio na costa oriental de África, desde o Cabo Guardafui, na Somália, até Sofala, em Moçambique.

O objectivo dos Portugueses era controlar o acesso às zonas produtoras de ouro, pois só assim poderiam acabar com a escassez de metais preciosos em Portugal e comprar as especiarias e produtos asiáticos, muito apreciados pelos Europeus naquela época.

Foi o início de uma longa luta entre Portugueses e Árabes-Swahili pelo controlo do comércio do Oceano Índico, em geral, e do comércio do ouro com o Mwenemutapa, em particular.

Em 1511, por exemplo, os Portugueses atacam Angoche, onde os Árabes-Swahili tinham formado um núcleo de resistência e usavam o Zambeze (Cuama) como via de penetração para o interior. Em 1516, os Inhamunda de Quiteve e Sedanda, com o apoio dos Árabes-Swahili, atacaram os comerciantes portugueses que pretendiam fazer comércio com o Mwenemutapa. Estes confrontos também reflectiam rivalidades ideológicas: de um lado, o mundo cristão e, do outro, o mundo islâmico. Daí o interesse político-militar dos Portugueses em atacar e dominar os Árabes-Swahili no Oceano Índico.

A partir de 1530, os Portugueses penetraram no vale do Zambeze: Tete e Sena são fundadas em 1530 e Quelimane em 1544. Os Árabes-Swahili foram gradualmente substituídos como

intermediários comerciais. Os Portugueses queriam controlar as vias de acesso ao ouro e às zonas produtoras. Encontrando resistência por parte dos Shonas-Caronga, penetraram no território por via da influência ideológica, enviando, em 1561, o padre jesuíta Gonçalo da Silveira para baptizar o Mwenemutapa reinante, bem como os restantes membros da aristocracia local.

Ao penetrar por via da esfera ideológica, os Portugueses pretendiam:

- monopolizar o comércio do ouro;
- impedir a acção dos mercadores asiáticos;
- influenciar as decisões políticas do imperador em seu benefício próprio;
- obrigar os camponeses a desviarem-se da sua principal actividade produtiva para se dedicarem à mineração do ouro.

Apesar de baptizado com o nome de Sebastião, o Mwenemutapa reinante acusou o padre de feitiçaria, condenando-o à morte. Retaliando, os Portugueses enviaram, em 1571, uma expedição chefiada por Francisco Barreto com o objectivo de conquistar as zonas auríferas e punir e submeter o Mwenemutapa. Esta expedição, e outras que se seguiram, não tiveram grandes êxitos devido à resistência oferecida pelos Shonas. Contudo, a presença portuguesa era irreversível.

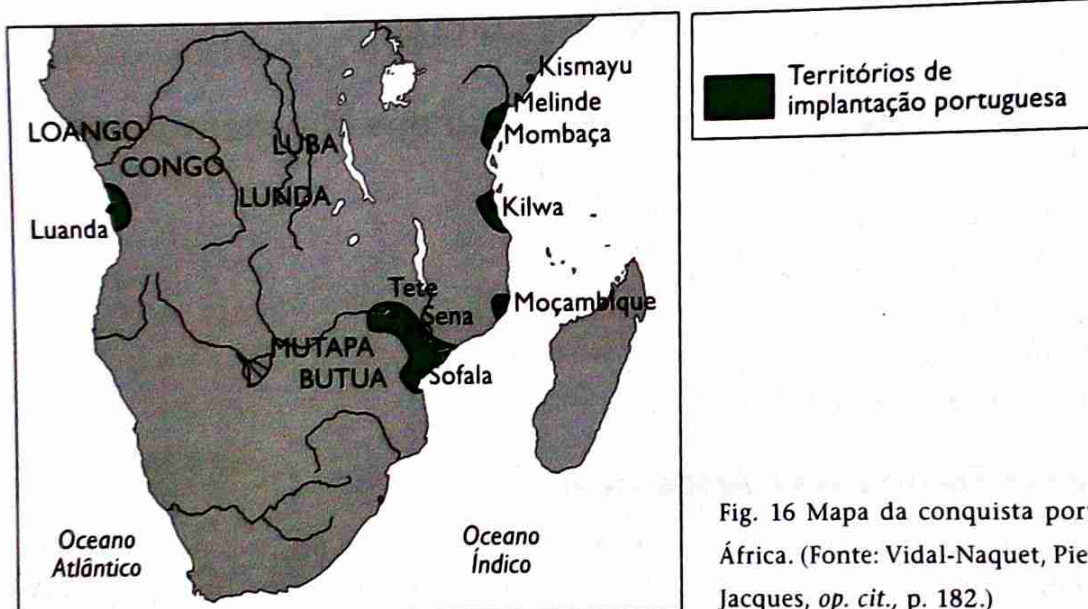


Fig. 16 Mapa da conquista portuguesa em África. (Fonte: Vidal-Naquet, Pierre e Bertin, Jacques, *op. cit.*, p. 182.)

### Entretanto, o que acontecia no Império dos Mwenemutapas?

A primeira década do século XVII marcou o início de uma nova era no Estado dos Mwenemutapas. A classe dominante encontrava-se envolvida em profundas contradições. Gatsi Lucere, o imperador, sentindo-se impotente para debelar a revolta comandada por Mathuzianye, viu-se obrigado a pedir ajuda aos Portugueses (1607).

Assim, em 1607, a rebelião foi vencida, e Gatsi Lucere, o Mwenemutapa, cedeu as minas do seu Estado aos Portugueses. Entre 1607 e 1627, a presença portuguesa foi-se consolidando, principalmente com o estabelecimento de prazeiros e missionários. Com a morte de Gatsi Lucere, subiu ao poder o seu filho Capranzina (1627), que representava uma facção oposta aos Portugueses.

A inquietação dos Portugueses foi ultrapassada em 1629, quando Mavura, tio de Capranzina, o derrubou com o apoio português. Os Portugueses baptizaram Mavura (que adoptou o nome de Filipe II) e este declarou-se vassalo de Portugal.

Pelo tratado de 1629, Mavura fez amplas concessões militares, políticas, ideológicas e económicas a Portugal:

- não exigir aos funcionários e mercadores portugueses a observância das regras protocolares quando recebidos por altos dignitários da corte (descalçar, tirar o chapéu, etc.);
- não obrigar os mercadores portugueses a pagarem os impostos inerentes à sua actividade (a curva);
- aceitar uma força constituída por 50 soldados na corte;
- expulsar os mercadores asiáticos do Império;
- facilitar o estabelecimento da igreja cristã;
- permitir a criação de prazos.



..... Fig. 17 Fortaleza da ilha de Moçambique, uma das primeiras fortalezas a serem construídas em Moçambique pelos Portugueses.

### Actividades

1. A fixação de mercadores portugueses na costa moçambicana a partir de 1505, com a ocupação de Sofala, introduziu profundas transformações na estrutura sociopolítica e económica dos Shona. Com exemplos concretos, justifica a afirmação.
2. Em 1571 e em retaliação ao acontecimento de 1561, os Portugueses enviaram uma expedição militar. Na tua opinião, qual foi o verdadeiro objectivo desta expedição?
3. No século XVII surgem conflitos interdinásticos na sociedade shona.
  - 3.1 Dá exemplos desses conflitos.
  - 3.2 Explica pelo menos um desses conflitos.
4. Em 1629, Mavura, o Mwenemutapa reinante, faz amplas concessões militares, políticas e económicas aos Portugueses.
  - 4.1 À luz do direito consuetudinário shona, que significado teve este acordo de 1629?
  - 4.2 Qual foi a solução encontrada pelos Shonas?

### Vamos recordar...

- A presença portuguesa em Moçambique data dos séculos XV/XVI.
- Os Portugueses estavam interessados no controlo das rotas do ouro, o que fizeram penetrando na esfera ideológica, política e económica dos Shonas.
- Mavura fez amplas concessões militares, políticas, ideológicas e económicas aos Portugueses, atentando contra o direito consuetudinário shona.

## 3.5 Os prazos da Coroa

A penetração político-militar e económica dos Portugueses no Estado do Mwenemutapa deu origem a uma nova instituição – os prazos –, que se desenvolveram ao longo do vale do Zambeze, entre Quelimane e o Zumbo.

A partir do século XVII, por forma a tentar a ocupação efectiva dos territórios ultramarinos, Portugal adoptou o sistema dos prazos. Através deste sistema, em troca de um foro, isto é, uma renda a favor da Coroa portuguesa, era dado ao administrador uma extensão de terra, incluindo as populações que a habitavam, durante três gerações. Em troca, o administrador devia dotar essa extensão territorial de uma guarnição armada, a qual deveria defender militarmente a colónia, além de assegurar o funcionamento dos postos administrativos. Era também obrigação do administrador manter as vias terrestres abertas, além de cobrar impostos a favor da Coroa portuguesa.

A administração do prazo era transmitida aos descendentes, mas deveria ser seguida a linha de sucessão matrilinear. Isto é, seria a mulher a garantir a sucessão, mas havia condições: a mulher tinha de descender de portugueses europeus (isto é, que não tivessem nascido nos territórios coloniais) e, além disso, teriam de casar com portugueses igualmente europeus.

### Actividades

- I. De acordo com o que acabaste de ler, responde às seguintes questões:
  - I.1 O que são prazos?
  - I.2 Quando é que este sistema foi posto em prática?
  - I.3 Quais foram os objectivos da Coroa portuguesa ao instituir o sistema de prazos?
  - I.4 Nos prazos, a sucessão tinha de ser feita pelo lado feminino, embora através de descendentes de portugueses europeus. Como explicas este facto?

### A origem

Existem actualmente opiniões diferentes sobre a origem desta instituição, apontando-a como sendo:

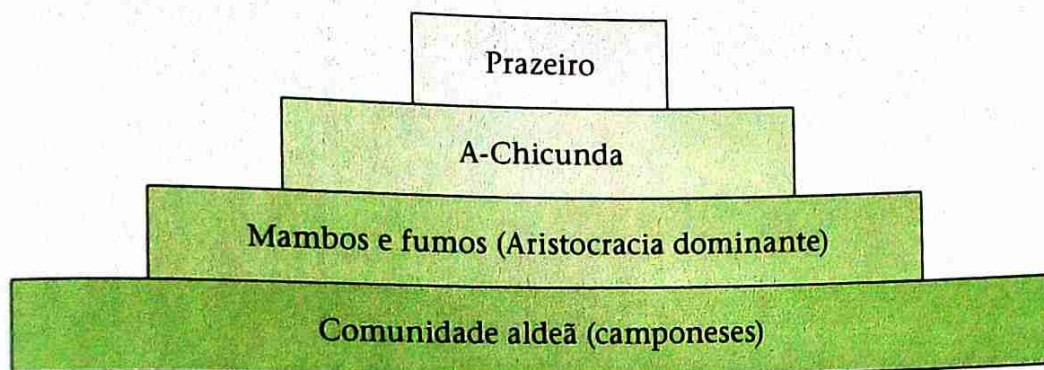
- a) de origem árabe (tese defendida por Oliveira Martins e Pero Álvares);
- b) de origem portuguesa, com ou sem influência da Índia (tese defendida por Lobato e Papagno);
- c) um processo de substituição, através da conquista aos Africanos – tese do trespass (tese defendida por Ernesto de Vilhena e Fitz Hoppe).

Sem pretender discutir as diversas teorias, podemos aceitar que:

- os prazos eram pequenas unidades políticas, estruturadas dentro do Império do Mwenemutapa por mercadores de origem portuguesa e indiana. As terras onde foram erguidas essas pequenas unidades tiveram essencialmente três origens: terras doadas pelos chefes africanos ao governo português; terras conquistadas aos chefes por exércitos de mercadores ricos; terras compradas aos chefes africanos por mercadores;
- os prazos mais não foram do que a síntese do cruzamento de dois sistemas sociais de produção:

um, preexistente na sociedade shona, com dois níveis, o dos camponeses das mushas, vivendo num regime de relativa autarcia, e o da aristocracia dominante, formada pelos mambos e fumos; o outro, que se sobrepôs ao primeiro, era formado pelos prazeiros, a elite dominante, e por exércitos de guerreiros cativos – os A-Chicundas. Por outras palavras: os prazeiros mantiveram o sistema social anterior, mas determinaram-no com dois níveis estranhos à sociedade original.

Observa o esquema:



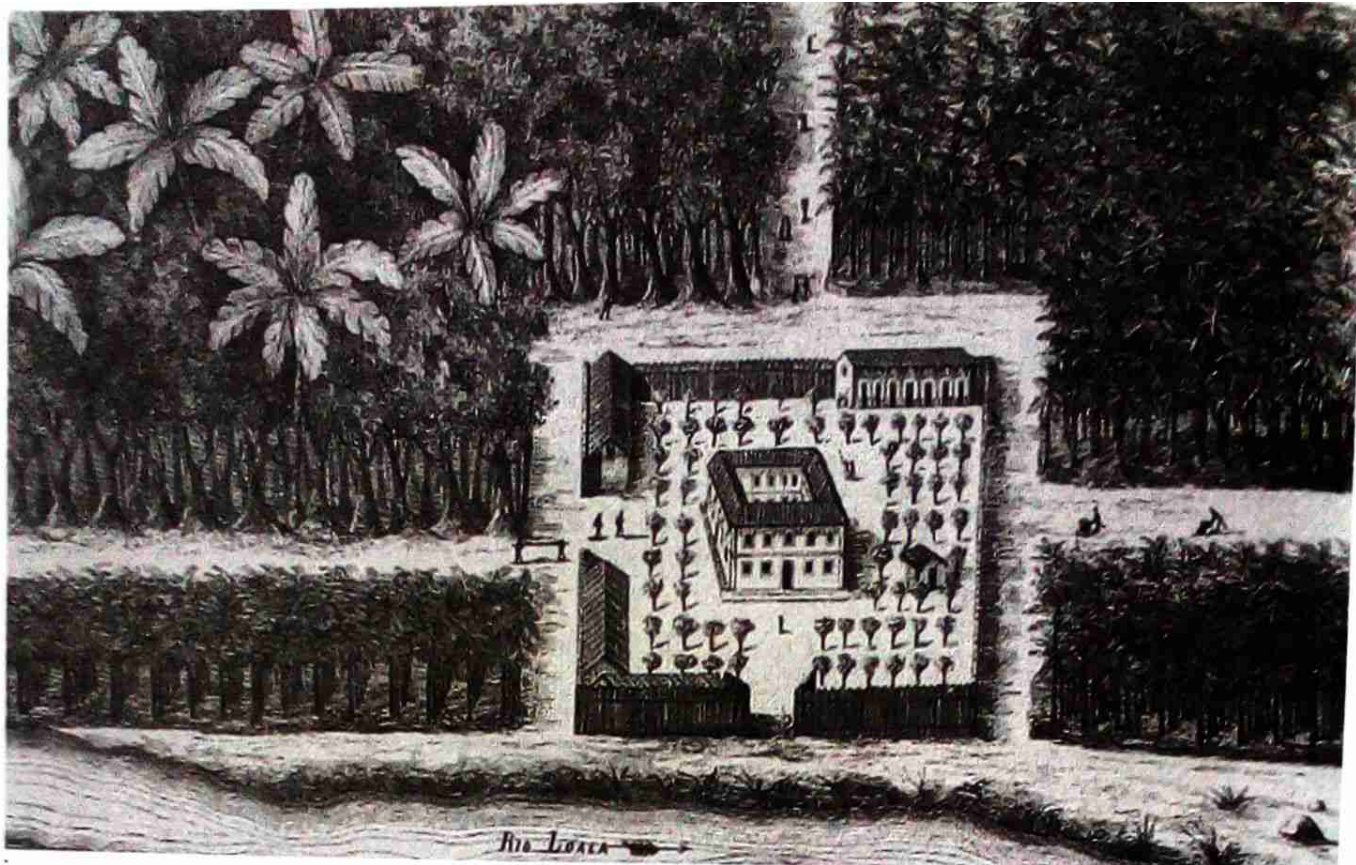
..... Fig. 18 Pirâmide com a estrutura social dos prazos.

O objectivo central da Coroa portuguesa era acelerar a colonização de Moçambique, com o incremento do povoamento branco. A obrigatoriedade da renovação da concessão de três em três gerações e da transferência por via feminina, em caso de morte dos titulares, enquadrava-se na perspectiva de atrair para Moçambique mulheres portuguesas, para não se pôr em causa a continuidade da raça branca, com os inevitáveis casamentos de homens brancos com mulheres negras.

Na sua instalação, surgiram dificuldades:

- a maioria dos prazeiros eram criminosos, opositores políticos do regime e desertores do exército que cumpriam penas de degredo em Moçambique. Eram indivíduos que não se identificavam com os interesses da Coroa e, por isso, eram extremamente limitados para agir como agentes executores da vontade do governo de Lisboa;
- a inferioridade numérica e o isolamento a que os prazos estavam votados não permitiam a promoção de acções que pudessem influenciar culturalmente os Africanos;
- a autoridade portuguesa estabelecida, principalmente na costa, era impotente para exigir aos prazeiros a observância das leis ditadas por Lisboa;
- a maioria das terras dos prazos havia sido obtida sem a concorrência do governo português;
- o crescente poder militar dos prazos reduzia a capacidade de pressão do governo sobre eles;
- a autonomia dos prazeiros em relação à autoridade portuguesa era, em muitos casos, quase absoluta.

Assim, com o tempo, o sistema de prazos, em vez de funcionar tendo em conta os interesses da monarquia portuguesa, passou a funcionar em benefício dos prazeiros, que se preocupavam cada vez mais em aumentar os seus bens pessoais, em conquistar e controlar o maior número de terras, aumentando o seu poder político e militar e garantindo a sua sobrevivência.



..... Fig. 19 Prazo da propriedade do senhor Romão de Jesus Maria, Quane do Marral, Quelimane, 1888.

## A organização político-administrativa

Os prazeros gozavam de uma independência quase total:

- fixavam os impostos (mussoco, tributo em géneros) a serem pagos pela população camponesa residente dentro dos prazos e seus arredores;
- condenavam à morte por enforcamento e aplicavam chicotadas e palmatoadas a todos os que se recusassem a acatar as suas leis;
- tinham a sua própria força militar, formada sobretudo por escravos e mercenários.

## A organização socioeconómica

No aspecto económico, a vida do prazeiro era baseada na pilhagem feita durante as incursões armadas, na venda de peles, de ouro e de marfim e no comércio de escravos (mais tarde).

Os escravos encontravam-se divididos em dois grandes grupos com funções distintas:

- exército (a-chicunda), que garantia a defesa do prazo, a organização de operações de caça de elefantes e de escravos, a cobrança de impostos, etc.;
- domésticos, que se dedicavam à produção de alimentos, à mineração do ouro e a uma indústria ligeira (barqueiros, pescadores, carpinteiros, etc.).

## O papel da Coroa portuguesa

A Coroa portuguesa procurou controlar os prazeros, reformando o sistema.

- Em 1667 foi publicada a primeira reforma, com efeitos quase nulos. Os prazeros continuavam a não respeitar a Coroa portuguesa e a administrar os prazos a seu bel-prazer, em muitos casos levantando barreiras à presença das autoridades administrativas.

- Em 1760 foi publicada a segunda reforma. Determinava, por exemplo:
  - a) que os prazos não deveriam ter mais do que três ou quatro léguas quadradas;
  - b) que os prazos, a partir de então, só deveriam ser autorizados pelo governo de Lisboa, depois de um período experimental de quatro anos;
  - c) que os prazeiros deveriam contribuir para a manutenção dos fortes, para a construção de estradas e travessias de pontes em tempos de seca e também em homens e armamento para as expedições.

Os prazeiros continuavam, porém, a rejeitar as pretensões da Coroa portuguesa. Caracterizando a instabilidade reinante, um cronista contemporâneo escreveu que «num grupo de vinte prazeiros, cada um tem dezanove inimigos; no entanto, todos são inimigos do governador».

## A ideologia

Os prazeiros aproveitaram, quase integralmente, o aparato ideológico nativo. A utilização do muávi, o culto dos espíritos, a invocação das chuvas, etc., eram mecanismos que garantiam a reprodução das relações de produção então existentes. Os prazeiros africanizaram-se.

Tal como sucedia quando morria um mambo, também a morte de um prazeiro provocava um período de desordem generalizado – os choriro («que rema no fundo»), que se tornaram uma válvula de escape para as tensões sociais.

## 3.6 A decadência dos Mwenemutapas

Mavura, ao fazer amplas concessões aos Portugueses (1629), atentava contra o direito consuetudinário shona que defendia que a terra não podia ser vendida, nem alienada, o que constituía uma grande falta de respeito para com os espíritos dos antepassados. Com este tratado, o imperador deixou de representar e executar a vontade dos antepassados e tornou-se, portanto, desmerecedor do cargo que ocupava.

Assim, em 1693, o Mwenemutapa Afonso Nhacunimbite, insatisfeito com o procedimento dos Portugueses, convidou o chefe do Butua, Changamire Dombo, para dirigir um levantamento armado contra a presença portuguesa.

A revolta do Changamire Dombo significou o início do desmembramento do império dos Mwenemutapas, porque as regiões que não eram directamente controladas pelo imperador aproveitaram-se do clima instalado para reconquistar a sua autonomia, o que marcou o fim do Ciclo do Ouro e o início do Ciclo do Marfim na margem esquerda do Zambeze.

Para a decadência dos Mwenemutapas concorreram vários factores:

- a fixação de mercadores portugueses na costa moçambicana a partir de 1505 e a ocupação de Sofala, introduzindo profundas transformações na estrutura sociopolítica e económica da sociedade shona;
- os conflitos interdinásticos;
- a intervenção dos Portugueses nos assuntos internos do Estado;
- desenvolvimento dos prazos no vale do Zambeze;
- a intensa cristianização prosseguida pelos missionários.

## Consequências do Ciclo do Ouro

A presença estrangeira em Moçambique, e particularmente a portuguesa, trouxe graves consequências para as populações moçambicanas:

- contribuiu para a erosão da economia natural das mushas – milhares de camponeses passaram a dedicar mais tempo à mineração do ouro, abandonando as principais actividades produtivas;
- contribuiu para a existência de lutas clânicas e interdinásticas pelo controlo do comércio com os Portugueses. Daí o desmembramento dos Mwenemutapas;
- contribuiu para o surgimento de novas unidades políticas, onde a classe dominante era formada por mercadores portugueses e indianos estabelecidos como proprietários de terras que haviam sido doadas, compradas ou, em muitos casos, conquistadas – os prazos.

### Actividades

1. Menciona três modalidades de aquisição de terras que deram origem ao sistema de prazos.
2. «O sistema de prazos não conseguiu realizar os objectivos políticos e ideológicos da Coroa portuguesa.» Justifica.
3. Para investigar: consulta as páginas 206-208 do *Guia Bibliográfico para o Estudante da História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, de Amélia Neves de Souto. Compara as ideias defendidas por Isaacman, José Capela e Carlos Serra e dá a tua opinião.
4. Explica a importância histórica do levantamento armado de 1693.
5. Explica as consequências do Ciclo do Ouro.
6. Consulta na tua escola o mesmo livro: *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, pp. 205-206. Debate com teus colegas de turma as diversas teorias sobre a origem dos prazos.

### Vamos recordar...

- Os prazos eram pequenas unidades políticas, estruturadas dentro do império do Mwenemutapa.
- Os prazos tiveram essencialmente três origens: terras doadas pelos chefes africanos ao governo português; terras conquistadas aos chefes por exércitos de mercadores ricos; terras compradas aos chefes africanos por mercadores de origem portuguesa e indiana.
- Entre outros factores, os conflitos interdinásticos contribuíram para a decadência do império do Mwenemutapa.
- A revolta de Changamire Dombo significou o início do desmembramento do império do Mwenemutapa e o início de uma nova etapa na História de Moçambique.

### 3.7 A presença portuguesa e os Estados Marave (1693-1750) – o Ciclo do Marfim

Com a revolta de Changamire Dombo, os Portugueses dirigem-se para a margem esquerda do Zambeze, onde já se encontravam os Marave. Nesta região, uma das actividades económicas era a caça ao elefante, cujo comércio do marfim era controlado pelos Phiri-Caronga. Como é do teu conhecimento, os conflitos entre os Phiri-Caronga eram frequentes, mas, com a chegada dos Portugueses, os conflitos ganharam uma outra dimensão.

#### Qual vai ser o papel do capital mercantil português?

A actuação do capital mercantil nos Estados Marave desempenhou um papel que concorreu, numa primeira fase, para o reforço do poder económico dos chefes. Numa segunda fase, foi parcialmente responsável pela instabilidade político-militar e económica.

São exemplos os conflitos que se registaram entre o Caronga e o Lundu, durante o terceiro quartel do século XVI. Os Lundu, ocupando uma posição geográfica favorável, entre o Caronga e a costa, promoveram acções visando o bloqueio dos contactos comerciais entre o Caronga e os Portugueses.

A oposição entre os dois Estados atingiu níveis que impuseram uma solução militar. Sob pressão dos Caronga, os Lundu viram-se obrigados a encetar um processo de expansão e conquista que culminou com o controlo temporário das principais rotas do marfim na costa norte de Moçambique. Essa expansão entrou na História com o nome de expansão nyanja ou zimba.

A expansão abriu uma rota comercial – Chire-Mossuril – que favorecia os Lundu. Entretanto, em 1622, os Caronga fazem uma aliança militar com os Portugueses, conseguindo derrotar os Lundu e passando a controlar a rota comercial Chire-Mossuril. Esta aliança deu alguma margem de manobra aos Portugueses a norte do rio Zambeze.

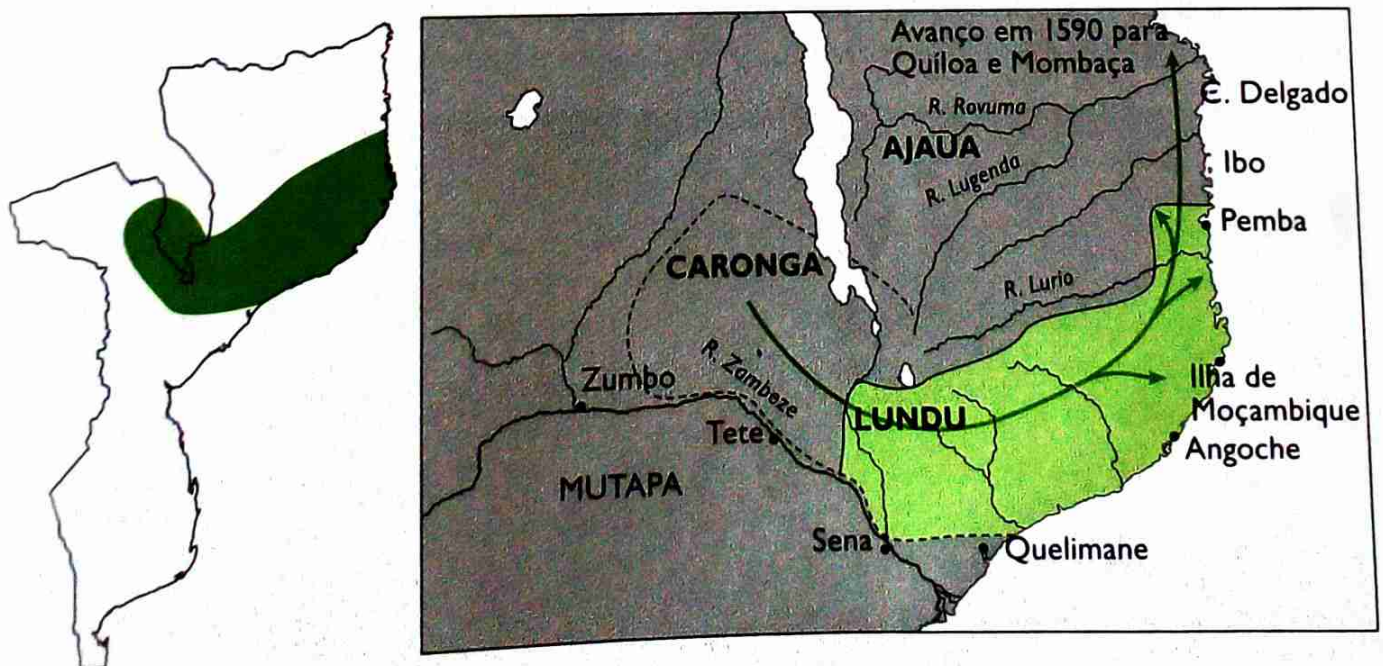


Fig. 20 Império Marave – a expansão nyanja ou zimba. (Fonte: INDE, *op. cit.*, p. 26.)

## A decadência dos Marave

São várias as razões que explicam a decadência deste Estado. Por exemplo: conflitos no seio das classes dominantes Marave, que aceleram a desintegração das linhagens dirigentes; a crescente influência portuguesa na esfera política dos Marave; o crescente monopólio comercial do marfim por parte dos chefes ajauas.

### 3.8 O comércio do marfim

Quando os Portugueses se fixaram em Moçambique nos princípios do século XVI, possuíam duas fontes de rendimento: os direitos aduaneiros cobrados na Ilha de Moçambique e Quelimane e o comércio. A Coroa portuguesa não conseguiu lucrar com os prazos, e o pouco lucro que conseguia ia para Goa, onde se encontrava o vice-rei português. No século XVII, a Índia era a verdadeira metrópole comercial de Moçambique. Vejamos como isto aconteceu.

Em 1686, o monopólio comercial entre a Ilha de Moçambique e Diu foi dado aos baneanes, isto é, à Companhia dos Mazanes, composta por ricos armadores e mercadores indianos, em Diu. Esta Companhia possuía vários privilégios:

- o monopólio de artigos de exportação como o marfim, âmbar e a carcaça de tartaruga;
- privilégios comerciais em termos de fretes e apoio logístico;
- a protecção dos jesuítas e do vice-rei português na Índia.

A formação desta Companhia reflectia as contradições existentes entre o rei, em Portugal, e o vice-rei, na Índia, onde iam parar todas as riquezas provenientes de Moçambique.

Em 1687 chegaram os primeiros sete baneanes à Ilha de Moçambique. A partir de então, de ano para ano, começaram a chegar mais e mais baneanes, fixando-se primeiro no *hinterland* de Moçambique, depois, pouco a pouco, no vale do Zambeze e Inhambane e, finalmente, em Lourenço Marques, controlando todo o comércio por grosso e a retalho. Na realidade, o seu capital e ligações com o mercado indiano, a sua capacidade de negócio, o seu comportamento e os privilégios recebidos fizeram com que a Companhia dos Baneanes controlasse todo o comércio por grosso e a retalho entre Diu, Damão, Goa e a Ilha de Moçambique.



Fig. 21 Grupo de indianos em Moçambique no início do século XX.

## Como puderam os baneanes tomar conta da actividade comercial?

Existiam duas modalidades de comércio:

- traficar regularmente com os Macuas dos reinos vizinhos e sazonalmente com mercadores yao. Este comércio era feito pelos Portugueses, que recebiam a crédito a mercadoria fornecida pelos comerciantes baneanes;
- enviar para o interior mercadores africanos – os patamares – que funcionavam como intermediários no comércio entre a costa e o interior. Estes comerciavam com os chefes os tecidos em troca do marfim e, no seu regresso, deixavam aos seus credores baneanes o equivalente em marfim. Trocava-se o marfim por tecidos e missangas.

Como os baneanes entregavam as suas mercadorias a crédito, cobrando juros de dez por cento, quem não conseguisse saldar as suas dívidas perdia tudo a favor dos baneanes. Por isso, muitos portugueses endividados acabaram por entregar todos os seus pertences aos baneanes, que, progressivamente, acabaram por monopolizar toda a actividade comercial.

## As principais zonas do comércio de marfim

Durante o século XVII, o marfim era a mercadoria mais procurada no mundo europeu e asiático, pois era utilizado para a confecção de bolas de bilhar, bijuterias e artigos necessários para as cerimónias nupciais hindus.

As principais zonas de comércio do marfim em Moçambique foram:

- Ilha de Moçambique;
- Mossuril;
- Chire;
- Cabeceiras: Grande e Pequena;
- Macuana, constituída por três territórios, Uticulo, Cambira e Uocela, com limites pouco



..... Fig. 22 O comércio de marfim tem uma longa tradição em África.

precisos. Estendia-se, *grosso modo*, do sul do paralelo da Ilha de Moçambique até ao paralelo de Cabo Delgado. O seu limite norte seria Mombaça e o limite sul, Angoche. O comércio da Macuana era uma das principais fontes de obtenção de riqueza dos comerciantes envolvidos;

- o lago Niassa;
- Baía da Lagoa, também conhecida como Delagoa Bay nos países anglófonos (baía de Maputo).

Os **principais intervenientes no comércio de marfim foram os** comerciantes baneanes, comerciantes e governadores portugueses, chefes yao, chefes phiri-lundu, chefes macuas e chefes nhaca.

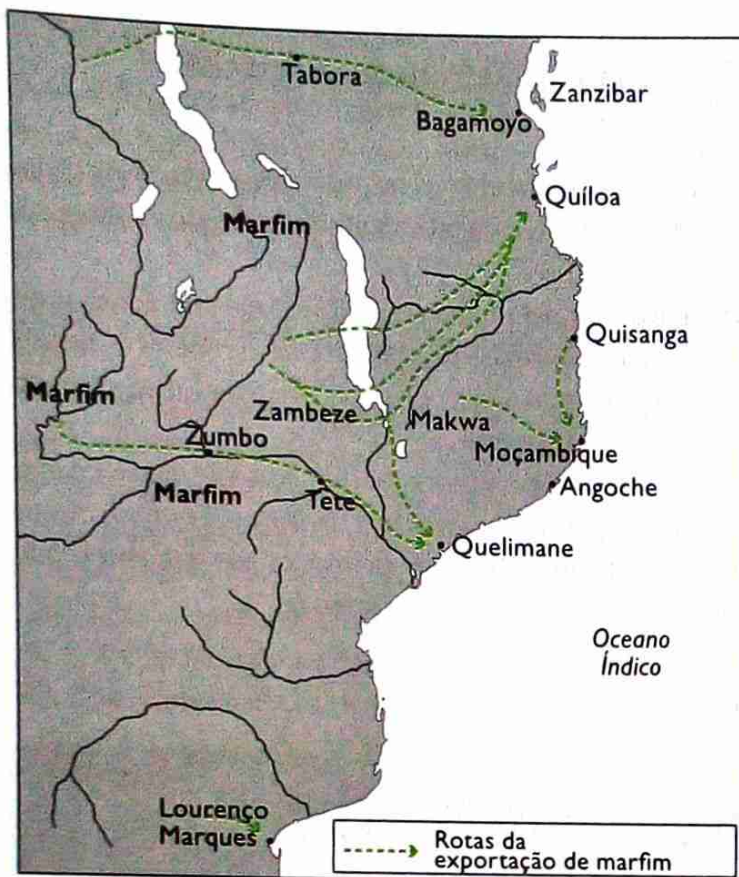


Fig. 23 Rotas do comércio do marfim. (Fonte: Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 3, Círculo de Leitores, 1998.)

### A separação de Moçambique de Goa: sua importância

Em 19 de Abril de 1752, por decreto-régio do rei D. José I de Portugal, Goa separa-se de Moçambique, sendo nomeado governador e capitão-geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala D. Francisco de Melo e Castro. Com esta separação, a Coroa portuguesa pretendia que Moçambique se subordinasse directamente a Lisboa e não a Goa, como antes, pois pretendia obter o controlo da actividade comercial em Moçambique.

Porém, apesar desta separação, o intercâmbio entre Moçambique e Índia manteve-se. Prova disso é a influência que os baneanes continuaram a exercer ao longo do tempo na actividade mercantil. Assim, em 1753, o governador-geral vai procurar acabar com a ingerência de Goa na administração financeira e comercial de Moçambique e, em 1758, os baneanes são proibidos de possuir qualquer propriedade na Ilha de Moçambique.

#### Actividades

1. Em 1686, foi formada em Diu a Companhia dos Mazanes.
  - 1.1 Menciona os principais privilégios desta Companhia.
  - 1.2 Explica o rápido sucesso desta Companhia.
2. Comenta a frase: «A formação da Companhia dos Mazanes reflectia as contradições dentro da classe dirigente portuguesa.»
3. Menciona os limites da Macuana.
4. Em 1752, Moçambique separa-se de Goa e alcança autonomia administrativa.
  - 4.1 Quem foi nomeado governador e capitão-geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala?

## 5. Lê o texto:

Durante o século XVII, o marfim permanecia a exportação dominante da África Oriental apesar do ouro continuar a chegar proveniente da Zambézia. O comércio da Macuana era uma das principais fontes de subsistência dos comerciantes privados, pelo que o comércio aí praticado por Portugal era o seu privilégio. O governo local tentou, por várias vezes, dominar esse comércio. No comércio com os chefes Macuas, os muçulmanos indianos e os comerciantes baneanes penetravam no interior, sendo feito através de agentes africanos, conhecidos como «mussambazes» no Vale do Zambeze. Estes comerciavam os tecidos com os chefes em troca de marfim e, no seu regresso, deixavam aos seus credores indianos o valor equivalente em marfim das mercadorias levadas para o comércio. No entanto, a prática mais comum era a de contratar agentes africanos – os patamares – que conduziam as caravanas para a costa.

Em meados do século XVIII, surge uma alteração na direcção do comércio controlado pelos Yao, de Kilwa para Moçambique. Neste período, o comércio Yao de marfim para Moçambique encontrava-se no seu apogeu, constituindo o fulcro da economia da Ilha de Moçambique e dos povoamentos na terra firme dela dependentes. Segundo Alpers, em meados do século XVIII, o comércio do marfim levado a cabo pelos Yao representava cerca de 65-70% de todo o comércio, incluindo o que vinha de Rios de Sena, Sofala e Inhambane. Esta situação levou a conflitos internos entre os Macua e os Yao, que, por sua vez, conduziram a conflitos inevitáveis entre os Macuas e os Portugueses entre 1755 e 1782. [...]

Durante grande parte do século XVIII, a prosperidade de Moçambique foi construída sob o comércio do marfim, mas a partir de finais do século XVIII a riqueza viria a ser construída, de forma progressiva, sob o comércio de escravos. O comércio do marfim e o de escravos coexistiram durante um certo período de tempo (entre 1760/70-1785), com os Macua e os Yao a participarem nele, embora de formas e graus diferentes. A partir de 1785, o comércio de marfim começou a diminuir ou a ser provavelmente desviado para Kilwa e Zanzibar.

Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, pp. 121-122.

5.1 Além dos Marave, quem estava interessado no comércio do marfim?

5.2 Quem eram os mussambazes? E os patamares?

5.3 Quando é que o comércio do marfim atinge o seu apogeu?

### Vamos recordar...

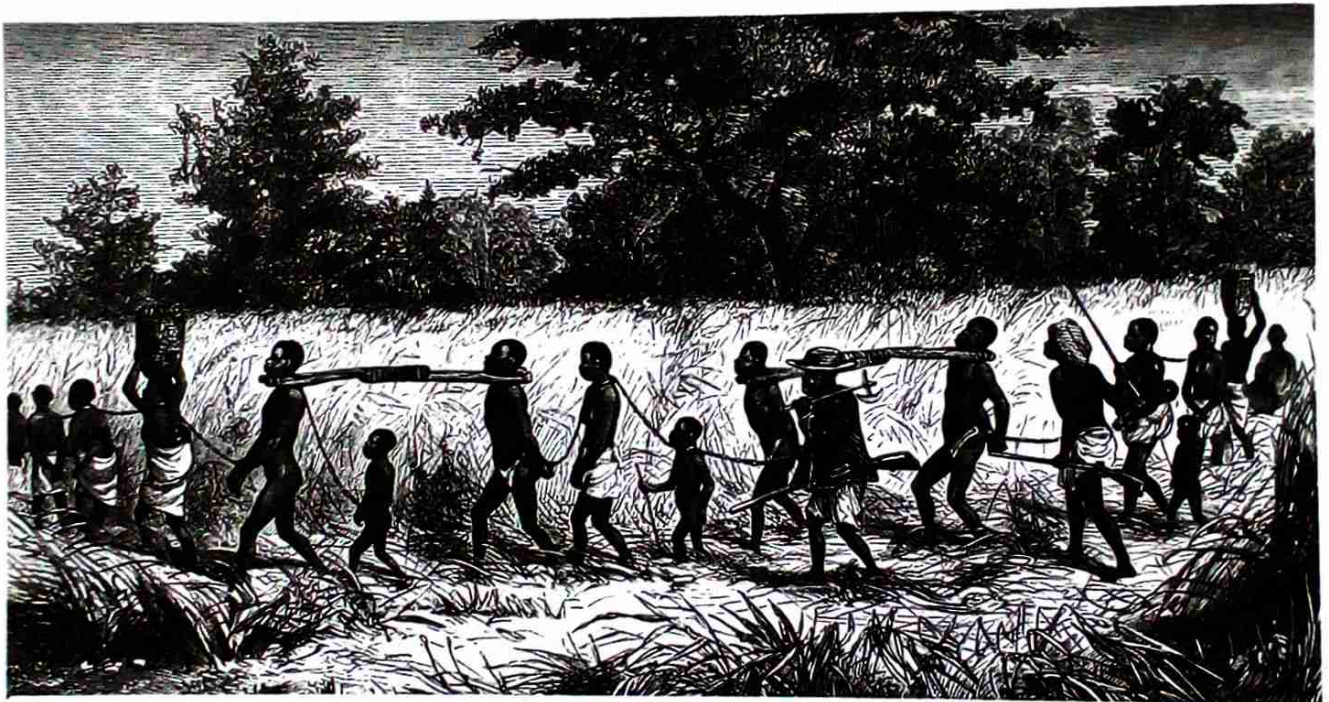
- A actuação do capital mercantil nos Estados Marave, numa primeira fase, concorreu para o reforço do poder económico dos chefes e, numa segunda fase, foi parcialmente responsável pela instabilidade político-militar e económica.
- A expansão zimba ou nyanja é um exemplo das contradições interdinásticas dos Phiri.
- As causas da decadência dos Marave são, entre outras: os conflitos interdinásticos; a influência portuguesa na esfera política; o crescente monopólio comercial do marfim por parte dos Yao.
- A formação da Companhia dos Mazanes reflectia contradições na classe dirigente portuguesa.
- A 19 de Abril de 1752, Goa separa-se de Moçambique. D. Francisco de Melo e Castro foi nomeado governador e capitão-geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala.

### 3.9 O Ciclo dos Escravos (1750/60-1836 / séc. XX) – aspectos gerais

A escravatura, enquanto instituição económica e social, existe desde os tempos mais antigos. O facto de ter existido até aos tempos modernos demonstra a capacidade de adaptação do sistema aos diferentes contextos históricos ao longo dos tempos.

O tráfico negreiro no Atlântico e no Índico, entendido como o primeiro sistema de globalização da História, e a escravidão nascida deste comércio, constituem uma substância invisível nas relações entre a Europa, África, Américas e Índias Ocidentais.

Ao contrário do que acontecera na costa ocidental de África, onde o tráfico negreiro foi muito intenso entre o século XVI e o fim do século XVIII, na costa oriental, e em particular em Moçambique, este comércio desumano ganhou importância a partir das duas últimas décadas do século XVIII.



..... Fig. 24 Grupo de cativos em Mbame, a caminho de Tete (in Livingstone, David, *Narrative of an Expedition to the Zambezi and its Tributaries: and of the Discovery of the Lakes Shirwa and Nyassa, 1858-1864*, Londres, John Murray (ed.), 1865).

Em Moçambique:

[...] na segunda metade do século XVIII, a procura de escravos ultrapassou a procura do ouro e do marfim. Agora não se tratava tanto de adquirir uma matéria-prima de origem mineral (ouro) ou animal (marfim) quanto de comprar ou capturar aquele que tirava o ouro à terra e a presa do marfim: o homem, o próprio produtor, a matéria-prima humana.

Serra, Carlos, (coord.), *História de Moçambique*, vol. 1, Maputo, Livraria Universitária, 2000, p. 99.

Podemos afirmar que as duas principais áreas de caça ao homem eram o vale do Zambeze e faixa litoral, do rio Ligonha à baía de Memba, e, em menor escala, o Sul de Moçambique: Inhambane e Baía da Lagoa (Lourenço Marques).

Os principais portos de escoamento de escravos, a partir do século XVIII, passam a ser Quelimane e Ibo.

Os principais locais de recrutamento de escravos foram: Quelimane; Sena; Sofala; Angoche; Ilha de Moçambique; Ilhas Quirimbas; Ibo; Inhambane; Lourenço Marques.

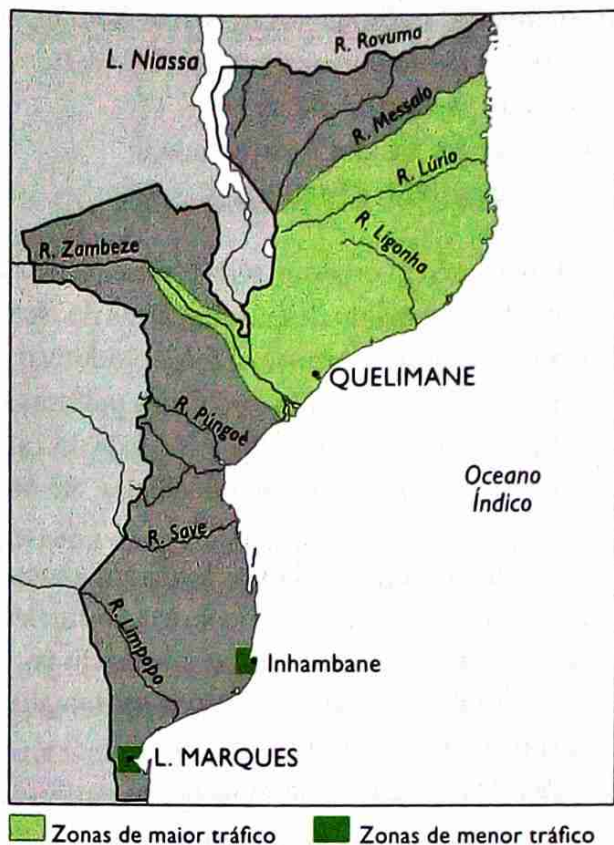
Estes escravos tinham como destino: as ilhas francesas do oceano Índico – Ilhas Mascarenhas, Madagáscar e Reunião; o golfo Pérsico; Goa; Índia; a América – Brasil e Cuba. Calcula-se que tenham saído de Moçambique para as ilhas do Índico, durante os séculos XVIII e XIX, aproximadamente 500 mil pessoas.

Numa primeira fase (cerca de 1740), destacaram-se neste comércio os Franceses, que precisavam de mão-de-obra para as suas plantações de açúcar e de café nas Ilhas Mascarenhas. Procurando fugir ao controlo dos Portugueses e às taxas aduaneiras por estes cobradas nos seus portos, os Franceses comerciaram os escravos directamente com os reinos afro-islâmicos. Como era lucrativo, não tardou que comerciantes portugueses também entrassem no negócio. Numa segunda fase, o destino dos escravos passou a ser o continente americano, pois as minas de ouro, prata e diamantes, bem como as plantações de café, açúcar, cacau e algodão, precisavam também de mão-de-obra barata.

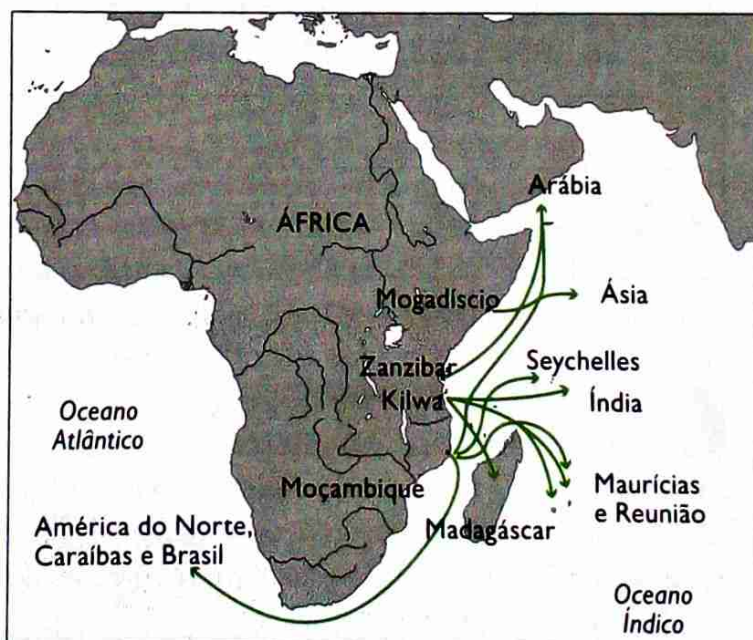
Destacaram-se comerciantes brasileiros e norte-americanos.

Numa terceira fase, sobretudo depois das medidas abolicionistas de 1836 e 1842, o tráfico continuou, mas de uma forma clandestina, destacando-se neste comércio os afro-swahilis. Na altura, era muito difícil para Portugal aplicar as leis em Moçambique, pois a sua fraca presença tornava as leis simbólicas.

Numa quarta fase, sobretudo entre 1854 e 1902, ocorreu o tráfico dos trabalhadores «livres» em condições não muito diferentes das dos escravos para as ilhas francesas do Índico e África do Sul.



..... Fig. 25 Locais de recrutamento de escravos. (Fonte: Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.), *op. cit.*, 1998.)



..... Fig. 26 Locais de destino dos escravos moçambicanos. (Fonte: *Atlas Geográfico*, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 36.)

Em suma, os principais traficantes foram:

- comerciantes portugueses, brasileiros, franceses e asiáticos;
- chefes yao e afro-islâmicos;
- chefes dos Estados Afro-Islâmicos;
- chefes dos Estados Militares.

Este comércio originou sérias consequências para Moçambique:

- o despovoamento de enormes áreas do Norte de Moçambique;
- a diminuição da principal força produtiva: o Homem;
- o surgimento de novas unidades políticas que se reestruturaram para se dedicar à caça ao homem: os Estados Militares do vale do Zambeze, os Yao e os reinos afro-islâmicos da costa;
- consequências de ordem psicológica: até hoje, os Macuas andam com uma faca no bolso.

Em virtude dos seus custos humanos (dezenas de milhões de vítimas por todo o mundo) e da ideologia subentendida (a construção intelectual do desrespeito cultural pelos Africanos e, consequentemente, o racismo que serviu para justificar a compra e venda de seres humanos), este episódio dramático da História da Humanidade exige que reexaminemos as razões do silêncio histórico em que estamos atados.

Atenta na seguinte cronologia:

Ano	Acontecimento
1645	Primeira tentativa do tráfico de Moçambique para o Atlântico pela rota do Cabo.
1770-1850	O tráfico de escravos constitui a base económica da burguesia mercantil local, formada por portugueses e euro-asiáticos, à mistura com alguns africanos.
1804	Abolição do tráfico de escravos na Dinamarca.
1807	Abolição do tráfico de escravos na Grã-Bretanha.
1808	Abolição do tráfico de escravos nos EUA.
1836	10 de Dezembro – Sá da Bandeira, primeiro-ministro português, promulga a abolição do tráfico nos domínios portugueses.
1854	Portugal emancipava os escravos de Moçambique e criava uma nova categoria: «os libertos».
1858	29 de Abril – Sá da Bandeira apresenta ao rei o projecto para a «abolição total e definitiva» da escravidão.

.... Fig. 27 Fonte: Souto, Amélia Neves de, *op. cit.*, pp. 150-151 (adaptado).

## Vamos recordar...

- A escravatura é uma instituição económica e social com origem remota.
- Em Moçambique, o comércio de escravos ganha expressão na segunda metade do século XVIII, quando a procura de escravos ultrapassa a procura de marfim.
- O comércio de escravos era um dos negócios mais lucrativos nos portos de Moçambique.
- Os principais traficantes foram comerciantes franceses, portugueses, brasileiros e asiáticos; chefes yao; chefes dos Estados afro-islâmicos; chefes dos Estados Militares.
- O comércio de escravos atrasou o desenvolvimento de Moçambique.

## 3.10 Os Estados de Moçambique no século XIX – o Ciclo dos Escravos

### 3.10.1 Os Estados Militares do vale do Zambeze (1750/1760 – 1836 / princípios do século XX)

#### Origem

Foram três os factores que estiveram na origem do processo de formação desses Estados:

- a revolta do Chamgamire Dombo e os vários ataques aos prazos da margem esquerda do Zambeze;
- o desenvolvimento do tráfico de escravos, que chegou a obrigar alguns prazeiros a sacrificarem os camponeses residentes nos seus domínios e os A-Chicundas, o seu braço armado;
- as invasões nguni, que começaram em 1832.

Esses Estados localizavam-se entre o oceano Índico e o Zumbo e eram também conhecidos como **Estados Militares**, **Estados de Conquista** ou **Estados Muzungos**. Eram a versão mais complexa e notavelmente amplificada dos antigos prazos. De acordo com Amélia Neves de Souto (*op. cit.*, p. 91), citando Newitt, os Estados Militares desenvolveram-se de diferentes maneiras.

Alguns eram pequenas áreas ocupadas ou dominados por bandos de soldados chicunda; outros dependiam da personalidade de um homem e ruíram com a sua morte (p. e., o Estado Militar de Gorongosa, de Manuel António de Sousa «Gouveia»); outros, como Massingir e Maganja da Costa, desenvolveram-se em algo parecido com repúblicas militares governadas por capitães chicunda; finalmente, a Makanga e os domínios de Joaquim da Cruz «Nhaude» à volta de Massangano, onde ambos estabeleceram uma linha de sucessão da família governante.

Estes Estados possuíam fortalezas armadas (aringas), grandes exércitos de chicundas e um grande arsenal de armas modernas. Foi assim que conseguiram proteger as suas fronteiras e consolidar o seu poder. Para Isaacman, citado por Amélia Neves de Souto (*op. cit.*, p. 92), o poder real destes Estados encontrava-se no exército de chicundas, porque era neles que se baseava a ordem militar, sendo também estes os maiores produtores de riquezas.

Aliciando os A-Chicundas com tecidos, bebidas, armas e mulheres, estes novos senhores do vale do Zambeze vão consolidando as suas posições. Estes Estados tinham capacidade militar para limitar a penetração do Estado português, pois, em conjunto, controlavam a maior parte da área do vale do Zambeze, dominavam os cursos de água estratégicos e rodeavam todas as bases militares e administrativas portuguesas situadas no interior.

Os principais Estados Militares foram:

**Makanga** – Fundado por Gonçalo Caetano Pereira «Dombo-Dombo»; a partir de 1840, a dinastia dos Caetano Pereira entra em conflito com os Portugueses, no reinado de Pedro Caetano Pereira «Choutama» e de Chissaca.

**Massingir** – Fundado por Paulo Mariano Vaz dos Anjos e Fernando Vaz dos Anjos. Dominava toda a região a leste do rio Chire bem como o território à volta de Morrumbala.

**Massangano** – Fundado por Joaquim da Cruz «Nhaude» em 1849. Portugal faz várias tentativas para o conquistar, sobretudo no tempo de António Vicente da Cruz «Bonga» que governou de 1855 a 1879. Foram dominados apenas em 1888. Os Portugueses contaram com o apoio de «Gouveia», senhor da Gorongosa.

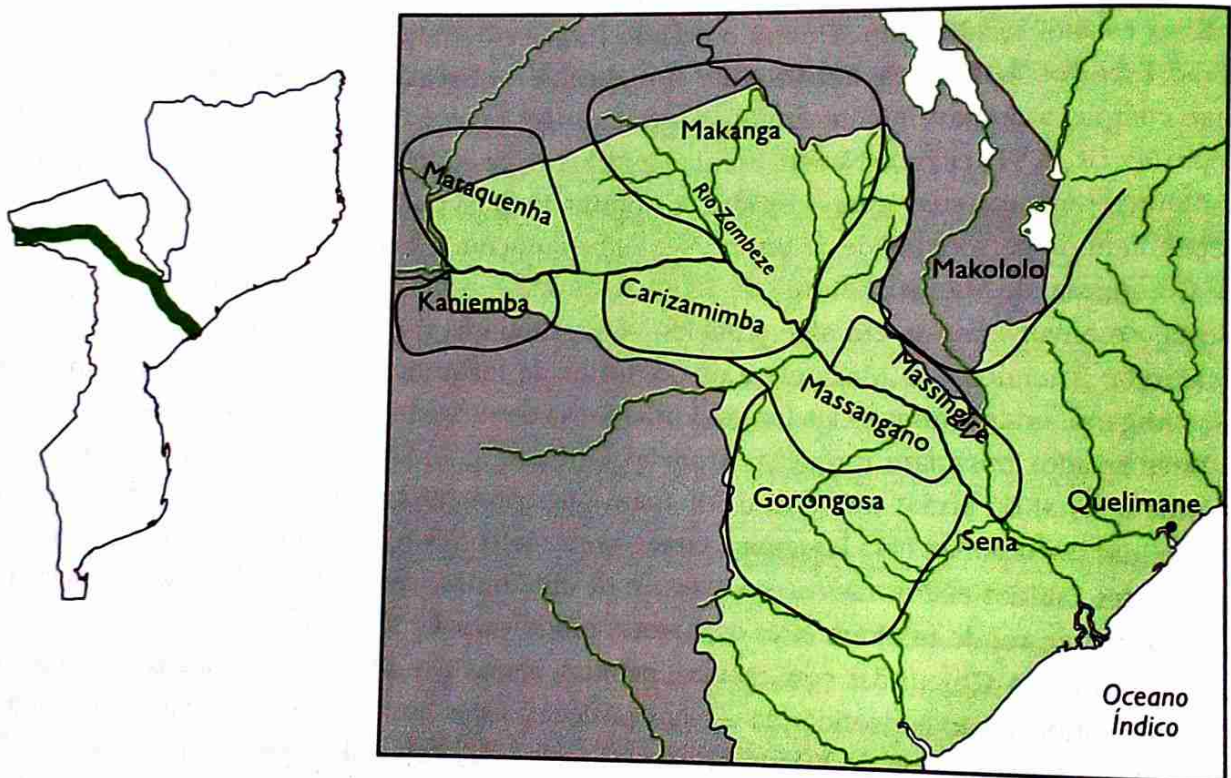
**Gorongosa** – Fundado por Manuel António de Sousa «Gouveia». Foi o mais fiel aliado dos Portugueses.

**Maganja da Costa** – Fundado por João Bonifácio Alves da Silva, «o M'passo» (1862-1898).

**Outros Estados:** Kanyemba; Mataquenha; Makololo (1858).

Com a excepção de alguns Estados, como é o caso dos Makololo, os governantes dos Estados Militares ou de conquista eram de ascendência afro-goesa, conhecidos por muzungos.

Os fundadores do Estado Makololo foram carregadores sotho que receberam armas de fogo do explorador Livingstone, com as quais combateram o tráfico de escravos praticados pelos Ajaua e comerciantes árabes e se impuseram como defensores e novos senhores da sociedade maganja. Este Estado, contrariamente aos outros, não praticava o comércio de escravos.



..... Fig. 28 Os Estados do vale do Zambeze. (Fonte: Pereira, Luís Felipe (ed.), *A História da Minha Pátria*, Maputo, INDE, 1986, pág. 33.)

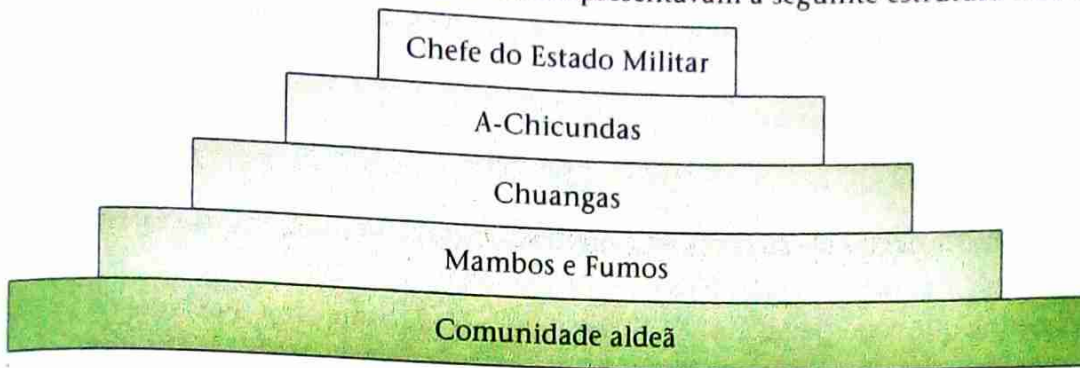
## Economia

Os Estados Militares viviam essencialmente do comércio de escravos e, em menor escala, do comércio de marfim.

A cobrança do mussoco (imposto), que podia ser em trabalho, em espécie e, mais tarde, em dinheiro, foi uma importante fonte económica do poder dos chefes dos Estados Militares. A pilhagem e a incursão aos Estados vizinhos também constituíam uma importante fonte de captação de riquezas.

## Estrutura social

Esquemáticamente, os Estados Militares apresentavam a seguinte estrutura social:



.... Fig. 29 Estrutura social dos Estados Militares.

Era, pois, uma estrutura um pouco mais complexa do que a dos antigos prazos. Os Chuangas, por exemplo, faziam o papel de inspectores administrativos e fiscais, policiando os Mambos e os Fumos. O estatuto dos A-Chicundas sofreu uma ligeira transformação. Facilmente ganhavam a sua liberdade. Estes encontravam-se organizados em regimentos (as butacas), à frente dos quais estava o Mucazambo ou Cazembe. Cada regimento dividia-se em pelotões (ensacas) dirigidos pelos lugares-tenentes dos Mucazambos.

Para assegurar a sua reprodução como classe dominante, os senhores dos Estados Militares promoviam uma cuidadosa política de alianças matrimoniais com os principais reis locais e utilizavam todo o aparato ideológico necessário.

## Ideologia

Os estados militares africanizaram-se, adoptando os rituais e símbolos da realeza local. Praticavam o culto dos antepassados, acreditando nas crenças magico-religiosas.



.... Fig. 30 Aringa militar da Maganja da Costa, 1898.

## A decadência

Por volta de 1830, a maior parte dos Estados Militares estava em decadência ou tinha sido abandonada. O declínio dos Estados Militares na primeira metade do século XIX teve como causas:

- a competição entre os prazeiros e entre estes e os povos vizinhos;
- a ausência de uma força militar e administrativa portuguesa eficiente;
- as secas e a fome;
- o desenvolvimento do tráfico de escravos, que chegou a obrigar alguns prazeiros a sacrificarem camponeses residentes nos seus domínios e os A-Chicundas, o seu braço armado;
- as invasões nguni, que começaram em 1832 e duraram mais de vinte anos. Por volta de 1840, Sochangane tinha ocupado vinte e oito dos quarenta e seis prazos existentes que foram incorporados no grande império de Gaza.

## Actividades

1. Na segunda metade do século XVIII, o tráfico de escravos ultrapassou a procura do ouro e do marfim. Entre quem se fazia tão desumano comércio? Qual era o seu destino?
2. Por que razão o comércio de escravos pode ser considerado um crime?
3. Lê o texto:

O centro do poder político e económico dos Estados Militares era a grande aringa, que podia ter uma milha de circunferência e podia conter palhotas de centenas de chefes seguidores.

Os conflitos que se desenvolveram entre os próprios Estados e entre estes e os Portugueses, no século XIX, são conhecidos pelas guerras da Zambézia. A 1.ª fase de guerras situa-se entre 1840 e 1862. Durante este período, os Caetano Pereiras da Macanga combateram, primeiro com as autoridades de Tete, pelo controle das terras a norte da Zambézia e depois, com os Cruz, pelo controle do próprio rio. A 2.ª fase de guerras foi de 1880 a 1892 e foi mais complexa porque a Zambézia se encontrava sob fortes pressões não só internacionais, de poderes europeus, como também de reformadores coloniais europeus. Ao mesmo tempo, estados africanos independentes, como Gaza e Bárue, e chefaturas Shona, Macua e Ngoni também se encontravam ameaçadas. Os muzungos encontravam-se perante a escolha entre colaborar ou resistir aos portugueses. A 3.ª fase iniciou-se com Manuel António de Sousa a ocupar Bárue em 1880 e quebrando o levantamento de Massingir.

Entre 1892-1902 processa-se a destruição desses Estados. A intensificação da competição entre os poderes imperialistas europeus durante o período da «Luta por África» pôs em movimento um conflito inevitável com os estados militares. Não desejando renunciar à sua soberania política, tornaram-se um objectivo das actividades expansionistas portuguesas e britânicas. Esta recusa justificou as acções que sobre eles foram lançadas.

Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, pp. 93-94 (adaptado).

- 3.1 Segundo o texto, qual era o centro do poder político e económico dos Estados Militares?
- 3.2 Transcreve para o teu caderno as principais fases das chamadas Guerras da Zambézia.
- 3.3 Quando se inicia o processo de desintegração destes Estados? Justifica a tua resposta.

4. Foram três os factores que estiveram na origem do processo de formação dos Estados Militares. Menciona os referidos factores.
5. Copia o quadro para o teu caderno e completa-o:

Estados Militares do vale do Zambeze				
Localização e formação	Base económica	Estrutura social e ideológica	Exemplos de Estados	Decadência

6. Como é que os fundadores dos Estados Militares recrutaram os A-Chicundas que haviam abandonado os prazos da Coroa portuguesa?
7. Indica os principais Estados Militares.
8. O que diferencia os fundadores do Estado Makololo dos fundadores dos outros Estados Militares?
9. Refere as actividades que constituíam a base económica dos Estados Militares.
10. A que mecanismos recorriam as classe dirigentes dos Estados Militares para legitimarem o seu poder?
11. Refere as causas do declínio dos Estados Militares.

### 3.10.2 Os Estados Ajaua (Yao)

#### Origem

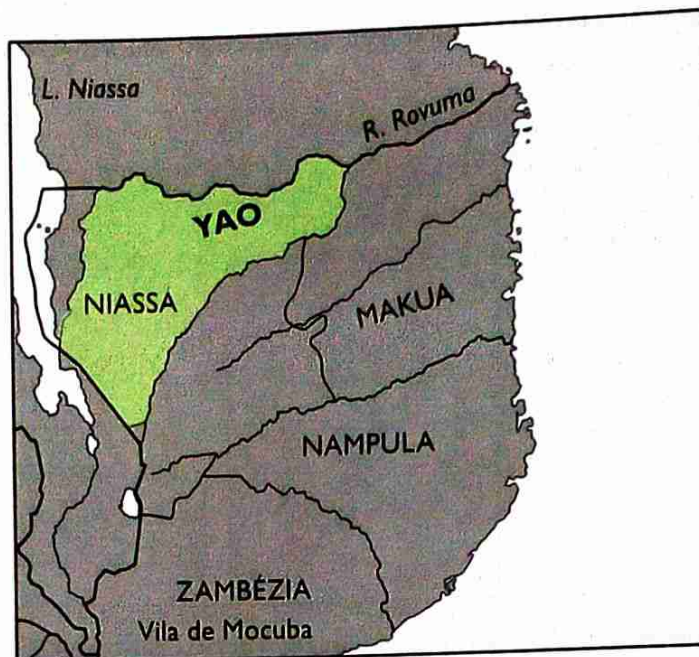
Este grupo étnico e linguístico tem sido designado pelos termos mais díspares: Mujau, Mujano, Hiao, Mudsau, Mujoa, Wahyao, Ayaw, etc. Com o decorrer do tempo foi-se popularizando o nome Ajaua, embora a palavra correcta seja Iao.

Rita-Ferreira, A., *Povos de Moçambique – História e Cultura*, Porto, Afrontamento, 1975, p. 89.

O nome «Yao», segundo a tradição local, provém de uma montanha atapetada com capim mas desprovida de árvores, que se situava entre Mwebé e o rio Lucheringo. A palavra «Yao» significa um monte sem árvores e sem qualquer tipo de vegetação.

#### Localização

O centro da área pertencente aos estados Yao encontra-se a noroeste de Moçambique. É limitado por quatro rios: a ocidente, pelo rio Lucheringo; a sul, pelo rio Luambala; a oriente, pelo rio Lugenda; a norte, pelo rio Rovuma.



..... Fig. 31 O «país» Yao.

### Base económica

Até meados do século XVIII, altura em que o comércio do marfim começou a ganhar um peso considerável na economia, os Ajaua praticavam a agricultura (actividade por excelência das mulheres), a pesca e a caça (actividade masculina) e a metalurgia do ferro (destacando-se o clã ã-Chisi, que se especializou no fabrico de instrumentos de trabalho, utensílios domésticos, armamento e objectos de adorno, etc.).

A partir do século XIX, a base da economia ajaua passa a ser o comércio de escravos. O tráfico de escravos, além de ter garantido a continuidade de acesso aos produtos importados, introduziu muitos elementos novos no sistema de organização política e social.

### Organização política e social

Até provavelmente meados do século XVIII, os Ajaua viviam em pequenas comunidades matrilineares conhecidas por Mbumba, que estavam geralmente sob a autoridade de um irmão mais velho – o Asyene Mbumba –, que era simultaneamente o chefe da aldeia.

Tratando-se de comunidades matrilineares, as Mbumba agrupavam irmãs casadas e os seus maridos, irmãs solteiras, homens solteiros e crianças. Isto acontecia porque, com o casamento, o homem era obrigado a transferir-se para a povoação da esposa.

As relações de produção e políticas que se estabeleciam entre os membros da Mbumba baseavam-se nas relações de parentesco. Era como parente que o indivíduo tinha acesso à terra.

O desenvolvimento do comércio do marfim no século XVIII e, sobretudo, do comércio de escravos no século XIX e o exercício e o controlo exclusivo de tarefas técnico-administrativas e mágico-religiosas por um grupo bastante reduzido de indivíduos contribuíram para o surgimento do Estado centralizado e, conseqüentemente, para o fortalecimento do poder dos chefes (recorda o papel da penetração mercantil estrangeira). Assim, a partir de 1840/50, surgem grandes Estados, como o de Mataka, Mtalica, Makanjila e Jalasi, que tinham no comércio de escravos o pilar da sua economia e a fonte da sua dominação como classe.

O estatuto dos chefes definia-se pelo número dos seus seguidores. O poder de um chefe não se media apenas pela acumulação de riqueza, através do comércio, mas também pelo número de seguidores que este podia ter.

Os escravos capturados distribuíam-se por **três categorias**: domésticos, esposas e para venda.

Das três categorias de cativos, a primeira libertou parcialmente as mulheres livres ajaua da agricultura e de algumas actividades económicas. Ela explica, em grande medida, o facto de a manutenção das classes dominantes não ter sido garantida pela cobrança de tributos.

A segunda categoria introduziu no sistema de parentesco elementos característicos das sociedades patrilineares: se, nas sociedades matrilineares, o filho pertence à família da mãe e a sua educação é assegurada pelo tio materno, no caso presente, o filho nascido do casamento de um ajaua livre com uma cativa não podia pertencer à família da mãe nem ser educado pelo irmão mais velho da mãe.

Assim, ao invés da predominância das acções militares de conquista e submissão, os chefes Ajaua adoptaram a prática da poligamia como meio de garantir a coesão e a estabilidade dentro das formações políticas. O chefe Mataka, por exemplo, chegou a contrair matrimónio com 600 mulheres, espalhadas por oito povoações do seu Estado.

## Ideologia

No plano ideológico, a realização de cerimónias mágico-religiosas e a distribuição de amuletos por ocasião da realização de actividades consideradas perigosas (como a caça ao escravo) eram mecanismos que produziam atitudes e comportamentos favoráveis à manutenção e reprodução das classes dirigentes.

O contacto com a costa trouxe aos Ajaua novas mudanças. A maior foi a conversão de grandes chefes ajaua (por exemplo, Mataka e Makanjila) ao islamismo. Embora nem todos os ajaua fossem islâmicos, foram identificados como povo em que o islamismo era sinónimo de ser yao.

Esta islamização dos chefes fortaleceu ainda mais o seu poder teocrático, passando a ser denominados e considerados xeques, elevada posição na hierarquia religiosa islâmica.

## Decadência

Para a decadência deste Estado contribuíram, entre outros, os seguintes factores:

- as lutas pelo controlo das rotas dos escravos entre os Macuas e os Ajaua;
- as invasões nguni;
- as campanhas de pacificação levadas a cabo por Portugueses (destacando-se o papel desempenhado pela Companhia do Niassa), Britânicos e Alemães.

## Actividades

1. Como caracterizas a economia ajaua antes da penetração do capital mercantil?
2. O poder económico das classes dominantes dos Estados Ajaua não assentava na cobrança de tributos. Justifica.
3. Refere-te ao papel da religião no Estado Ajaua.

### 3.10.3 Os Reinos afro-islâmicos da costa

Os reinos afro-islâmicos são o resultado da chegada dos Árabes a Moçambique no século IX, provenientes do golfo Pérsico e instalando-se progressivamente na costa moçambicana, concretamente na Ilha de Moçambique e em Quelimane, numa primeira fase, e, mais tarde, no vale do Zambeze e planalto do Zimbabwe (século XIII).

Os reinos afro-islâmicos eram: o Sultanato de Angoche; o Xecado de Sancul; o Xecado de Quitangonha; o Xecado de Sangage.

Numa primeira fase, estes reinos dedicavam-se ao comércio de ouro, marfim e peles de leopardo. A partir do século XVIII, quando a procura de escravos ultrapassou o comércio do marfim, os reinos afro-islâmicos especializam-se neste comércio. No século XIX, quando medidas abolicionistas foram decretadas por Portugal, em 1836 e em 1842, estes reinos continuaram a praticar a escravatura, assegurando o comércio clandestino de escravos para Zanzibar, ilhas francesas do oceano Índico e golfo Pérsico.

Analisando a relação destes com os Portugueses, repete-se o que se passava com os Estados Militares: Portugal procurou aliciar os sultões e xeques, dando-lhes cargos administrativo-militares como os de capitão-mor. Agindo assim, garantia, pelo menos teoricamente, que os sultanatos e xecados se subordinavam à administração portuguesa. Na prática, esta subordinação era fictícia, pois existia enquanto os Portugueses não interferissem nos seus interesses. Os reinos afro-islâmicos continuavam autónomos porque os Portugueses não possuíam recursos humanos, financeiros e militares para os conseguir dominar, embora quisessem convencer o mundo de que efectivamente ocupavam Moçambique.

Estes reinos afro-islâmicos da costa tinham muitos aspectos em comum:

- praticavam o comércio de escravos;
- tornaram-se muito importantes na região da Makuana;
- praticavam a religião islâmica;
- teoricamente encontravam-se subordinados aos Portugueses, mas, na prática, eram autónomos.

#### Sultanato de Angoche

##### Origem

De acordo com Mello Machado, citado por Amélia Neves de Souto (*op. cit.*, p. 99), a história de Angoche pode dividir-se em três períodos: período de domínio nativo, anterior à chegada dos muçulmanos; período do domínio muçulmano, que começa com a chegada dos muçulmanos à costa de Moçambique e se estende até à conquista de Angoche, em 1861, por João Bonifácio,

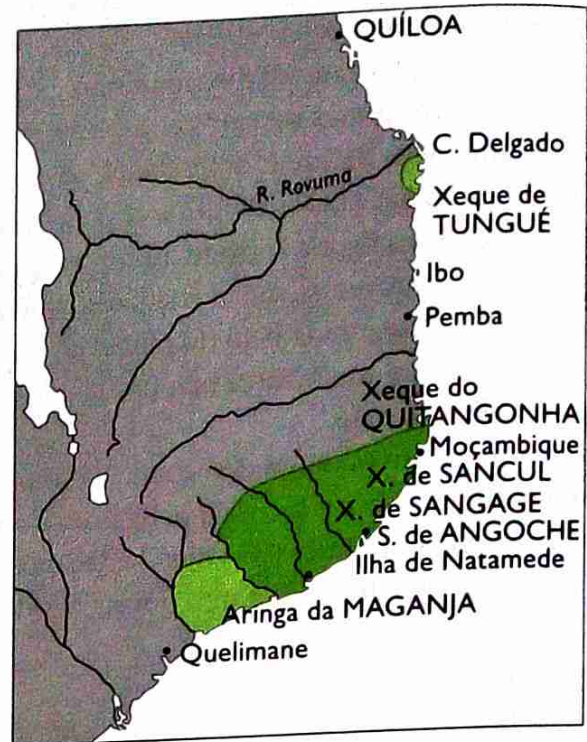


Fig. 32 Os reinos afro-islâmicos da costa.

chefe do Estado Militar da Maganja da Costa; período do domínio português, que começa com as campanhas de pacificação e se estende até à derrota final de Angoche, no início do século XX.

Segundo a tradição xiraz, a origem deste sultanato está ligada à fixação, em Angoche, de refugiados de Quíloa já estabelecidos em Quelimane e na Ilha de Moçambique, antes da chegada dos Portugueses. O seu primeiro sultão foi Xosa.

## **Base económica**

A principal actividade económica era o comércio de escravos, praticando-se em menor escala o comércio do marfim e do ouro. Angoche transforma-se num importante centro comercial, quando a capital do Estado dos Mwenemutapas mudou para próximo do rio Zambeze e se abriram novas rotas comerciais seguindo os rios Mazoe e Luenha. Mantinha relações comerciais com Melinde, Mombaça, Quíloa e outras regiões. Atingiu a sua maior prosperidade entre os séculos XVIII e XIX, quando se transformou num importante centro de comércio de escravos.

## **Estrutura social e aparato ideológico**

A sociedade angochiana era fundamentalmente patrilinear. Os filhos de Xosa e sua esposa macua, Mwana Moapeta, deram origem a quatro linhagens angochianas: Inhanandare, Inhamilala, Mbilizini e Inhaitide.

A linhagem dominante era, inicialmente, a do Inhanandare. Durante três gerações, a sucessão do sultanato seguiu o modelo patrilinear. A situação mudou quando o quarto sultão morreu sem deixar filhos varões. Sucedeu-lhe a sua irmã Milidi, casada com Inhamilala. Esta morreu sem deixar descendência, o que provocou uma luta pelo poder entre os Inhamilala e os Inhanandare. Derrotados os Inhanandare, estes foram expulsos de Angoche.

A religião dominante era o islão, que os angochianos souberam utilizar para manter unida e coesa a sociedade angochiana.

## **Decadência**

São várias as causas que, associadas, explicam a decadência deste sultanato:

- enfraquecimento político ocasionado pela morte do quarto sultão, que não deixou um sucessor masculino;
- as rivalidades internas e as lutas entre linhagens;
- o declínio do comércio de escravos;
- as campanhas de ocupação e de conquista levadas a cabo pelos Portugueses a partir de 1885. Nestas campanhas, destacaram-se os sultões Ibrahim, Farelay e Mussa Quanto, que ofereceram uma tenaz resistência à presença portuguesa. Só em 1910 é que Angoche foi dominada.

## **Xecado de Sancul**

### **Origem**

Foi formado no século XVI por imigrantes da Ilha de Moçambique, gozando de uma favorável posição geográfica: entre o Lumbo e o Mongicual.

## **Base económica**

A sua actividade económica principal era o comércio de escravos.

## **Estrutura social e aparato ideológico**

No Xecado de Sancul, a sucessão do poder fazia-se por alternância de linhagens, para evitar conflitos entre estas. Tal situação trouxe uma certa estabilidade ao xecado, pelo menos até ao século XIX.

A religião dominante era o islamismo.

## **Decadência**

Sancul manteve uma certa lealdade à Coroa portuguesa, pelo menos até 1753, altura em que o Xequê de Sancul é assassinado por um comandante português. A partir de então, as relações tornam-se azedas, o que terá contribuído para a decadência do xecado no fim do século XIX e no princípio do século XX. A partir de 1885, Portugal levou a cabo campanhas de conquista e ocupação, em cumprimento das decisões da Conferência de Berlim, encontrando uma forte resistência dirigida por Suali Bin Ibrahim, também chamado Marave.

## **Xecado de Quitangonha**

### **Origem**

Este xecado foi formado no século XVI por emigrantes da Ilha de Moçambique.

### **Base económica**

A sua principal actividade económica foi o comércio de escravos. A aristocracia de Quitangonha monopolizava toda a actividade escravagista na zona compreendida entre a baía de Nacala e a de Condúcia, estendendo-a até ao interior do território macua. Mantinha relações comerciais com as ilhas Comores, Zanzibar e Madagáscar.

### **Estrutura social e aparato ideológico**

A sociedade de Quitangonha era essencialmente patrilinear e a sucessão era hereditária. O islamismo garantia a unidade e a coesão desta sociedade.

### **Decadência**

Tal como com os restantes reinos atrás referidos, Quitangonha mantinha relações amistosas com as autoridades portuguesas, desde que estas não interferissem na sua estrutura económica, política e ideológica. Quando foram impostos na região os decretos anti-escravagistas de 1836 e 1842, os Portugueses passaram a ser hostilizados pelas aristocracias de Quitangonha.

Quitangonha manteve a sua autonomia e resistiu à dominação portuguesa até ao princípio do século XX. Nessa resistência, destacou-se Mahamud Amade, que se opôs à penetração portuguesa.

## Xecado de Sangage

### Origem

Nominalmente dependente do Sultanato de Angoche, estabeleceu a sua autonomia no primeiro quartel do século XIX na base de alianças com a administração portuguesa, com os dirigentes de Sancul e com comerciantes baneanes da Ilha de Moçambique.

### Base económica

A sua principal actividade económica era o comércio de escravos.

### Estrutura social e aparato ideológico

A sucessão dos xeques de Sangage era definida por via matrilinear, o que garantiu o estabelecimento de fortes laços económicos e de parentesco entre um número reduzido de famílias do xecado.

Graças ao apoio português contra os seus vizinhos de Sancul e Angoche, Sangage possuía uma certa independência e prosperidade no comércio de escravos.

### Decadência

No prosseguimento da sua campanha de conquista e ocupação, na primeira década do século XX, as terras do xecado foram ocupadas por portugueses e transformadas num regulado. Nesta campanha, encontraram uma forte resistência dirigida por Mussa-Phiri, derrotado em 1912.

### Actividades

1. Os reinos afro-islâmicos são um dos resultados da influência árabe em Moçambique. Comenta esta afirmação.
2. Identifica a importância de Angoche na luta pelo controlo do comércio do ouro entre árabes-swahili e portugueses desde 1905.
3. O tráfico de escravos foi um dos maiores suportes do poder dos afro-islâmicos. Justifica.
4. Explica as causas da decadência dos reinos afro-islâmicos.
5. Faz um comentário crítico ao texto seguinte:

Curioso é constatar que, teoricamente, os xecados e sultanatos encontravam-se subordinados aos portugueses, mas, na prática, a situação era fictícia, porque esta subordinação existia apenas enquanto os Portugueses não interferissem contra os seus interesses e autonomia. Portugal decidiu, no entanto, adoptar uma «política de sobrevivência», como refere Hafkin, onde a maior componente era a incorporação dos governantes swahili na administração das terras firmes. Sob este arranjo, os xeques tinham uma parte de administração portuguesa. No entanto, a sua autonomia permanecia grande porque os portugueses não possuíam recursos nem humanos, nem financeiros, nem militares para os conseguir dominar.

Souto, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, UEM/CEA, 1996, p. 100 (adaptado).

## Vamos recordar...

- No período mercantil, a aquisição das riquezas de Moçambique fazia-se sem que os mercadores intervissem directamente na produção ou investissem em sectores produtivos. A troca desigual era o método com o qual os mercadores estrangeiros acumulavam lucros.
- O chamado Ciclo dos Escravos, em virtude dos seus custos humanos e da ideologia a ele subjacente, exige que se reexaminem as razões do silêncio histórico relativamente a este assunto.
- O comércio de escravos retirou às sociedades moçambicanas a sua mais importante força energética.
- Analisando o Ciclo do Ouro, do Marfim e dos Escravos, podemos concluir que os mercadores portugueses não foram capazes de integrar a fase mercantil no processo de acumulação primitiva de capital. A actividade mercantil portuguesa não foi aproveitada para a transição para o capitalismo. Mercadores de outras nacionalidades, como franceses e ingleses, investiram os seus rendimentos na indústria e noutros sectores produtivos, em moldes capitalistas.

## 3.11 O Estado de Gaza

### Origem e desenvolvimento

O Estado de Gaza é resultado do M'fecane. O M'fecane foi o processo de lutas e de transformações políticas, seguidas de grandes migrações de populações nguni para o Norte, ocorridas na Zululândia (actual África do Sul), a partir da segunda metade do século XVIII até princípios do século XIX.

As razões que explicam este fenómeno foram, entre outras, as seguintes:

- as lutas pelo controlo das rotas comerciais com a baía de Lourenço Marques. Era a partir deste ponto que os Ngunis estabeleciam o contacto com o mundo exterior, exportando marfim e importando missangas, tecidos, lingotes de latão e armas. Daí os conflitos entre linhagens;
- a crise ecológica ocorrida na região nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Esta crise provocou a falta de terras e pastagens, o que, de certa forma, contribuiu para as lutas pelo seu controlo.

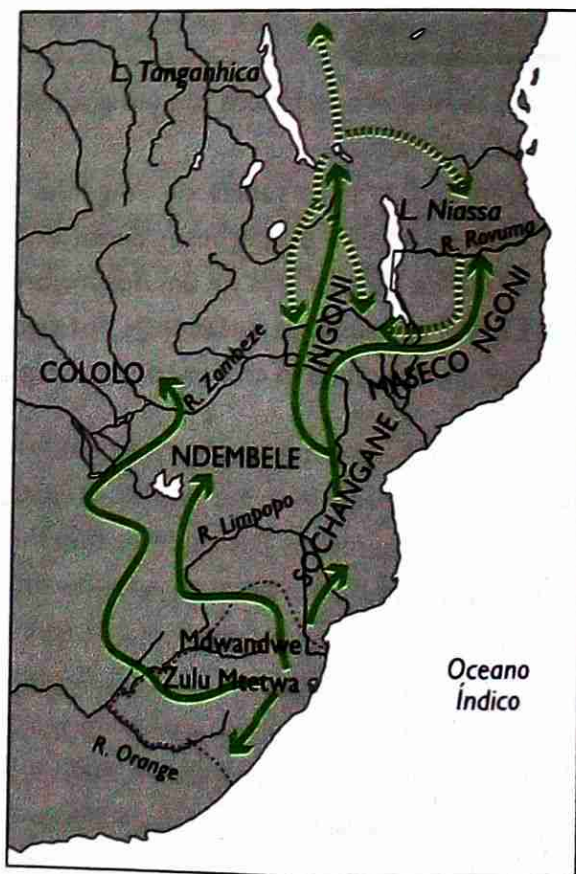


Fig. 33 O M'fecane (1821). (Fonte: INDE, *op. cit.*, p. 37.)

Por volta de 1770, existiam na Zululândia vinte reinos que disputavam entre si o controlo das rotas comerciais com a baía de Lourenço Marques, bem como o domínio de terras férteis e pastagens.

Entre 1810 e 1821, estes reinos ficaram reduzidos a dois: o de Nduandue (chefiado por Zuide); e o de Mtetua (chefiado por Dinguisuaio). Conflitos entre estes dois reinos culminaram com a captura e morte de Dinguisuaio pelas forças leais a Zuide. Tchaka, o zulu, decide vingar a morte do seu pai adoptivo (Dinguisuaio), perseguindo Zuide e seus amigos até às últimas consequências. Uma parte dos Nduandue derrotados submete-se a Tchaka, e outra foge.

Entre os que fugiram contam-se:

- Zuangedaba, Nqaba Msane e Nguane Maseko, que por algum tempo se fixaram no interior de Moçambique. É assim que, por volta de 1890, Estados dominados por descendentes de Maseko e Zuangedaba incluíam territórios moçambicanos do Niassa e Tete;
- Mzilikaze I, que se fixou no território do actual Zimbabwe;
- Sobhuza, fixado na Swazilândia;
- Sochangana (*Manicusse*), que se fixou no Sul de Moçambique, onde formou o Estado de Gaza.

O Estado de Gaza, com capital em Chaimite, resultou da conquista do Sul de Moçambique por exércitos nguni, chefiados por Sochangana, o *Manicusse* (1821-1858). Combinando a estratégia da guerra de conquista com a política de assimilação das populações autóctones, Sochangana criou os alicerces de um novo território, que, na sua extensão máxima, abrangia as regiões situadas entre a baía de Maputo e o rio Zambeze. Com a sua morte, em 1858, sucede-lhe o seu filho Maueue. Uma vez no trono, Maueue hostiliza os seus irmãos, em particular Mzila, reinos vizinhos e comerciantes que estavam interessados no comércio do marfim. Estes, por sua vez, dirigidos por Mzila e contando com o apoio de alguns membros da aristocracia nguni, de comerciantes de Lourenço Marques e do Governador de Lourenço Marques, Onofre de Andrade, organizam uma coligação que vence Maueue (1861-64).

Mzila, empossado como o novo Inkosi, procura novos aliados, estabelecendo relações com o Natal e a Grã-Bretanha. Morre em 1884 e a sucessão do trono é disputada por três dos seus filhos: Mafemane, Mundungawe e Como-Como. Mundungawe leva a melhor e adopta o nome de Ngungunhane, o «invencível».

1821-1858	Sochangana forma o Estado de Gaza.
1858-1854	Maueue, filho de Sochangana, herda o poder de seu pai, mas entra em conflito com outros membros da aristocracia nguni.
1861-1864	Coligação formada por parte da aristocracia nguni, por Magudzu Khosa, chefes tsonga, populações (principalmente do vale do Incomáti) e alguns comerciantes de marfim que apoiam Mzila na guerra com o seu irmão Maueue.
1862	A capital de Gaza é transferida no decurso destes conflitos para o Mossurize (Manica).
1864-1884	Mzila é chefe do Estado de Gaza. Durante o seu governo, importantes transformações económicas ocorreram: os elefantes começam a rarear, a principal força de trabalho procura emprego na África do Sul e o Estado de Gaza integra-se na economia monetária.
1884-1895	Ngungunhane, filho de Mzila, herda o trono do pai, tornando-se no último chefe do Estado de Gaza.
1889	A capital é novamente transferida para Manjacaze: o vale do Limpopo e as zonas vizinhas tinham todos os recursos que escasseavam em Mossurize e procurava-se evitar pressões de Manica, onde Britânicos e Portugueses desejavam começar a mineração do ouro.

Fig. 34 Cronologia dos mais importantes acontecimentos do Estado de Gaza.

## A organização político-administrativa

A conquista e administração de um território tão vasto como este foram possibilitadas por uma política de assimilação praticada pelos Nguni, através da qual alguns elementos das populações conquistadas foram integrados em regimentos nguni e, mais tarde, serviam como funcionários no exército e na administração territorial. Populações do vale do Limpopo e os Cossa de Magude foram integrados como assimilados em bloco, razão pela qual são até hoje conhecidos como Changana (súbditos de Sochangane).

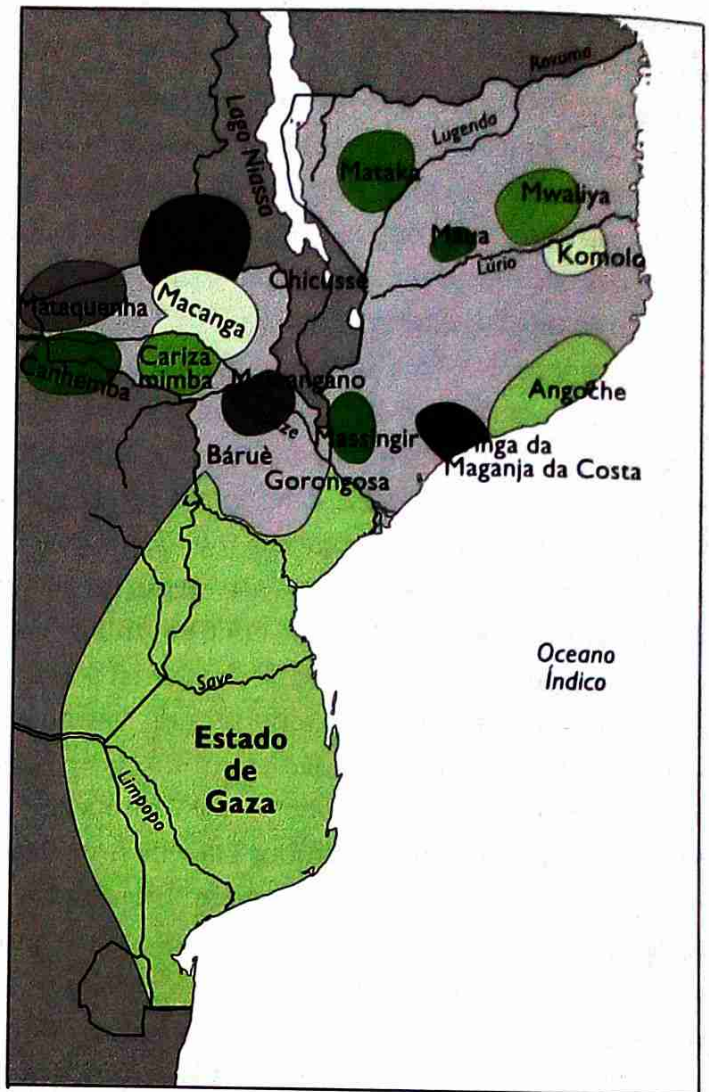
### Funcionamento

A capital, onde residia o monarca **Inkosi**, acumulava funções políticas, militares, judiciais, económicas e religiosas. Além da capital suprema onde vivia o Inkosi, tinham também importância administrativa e, sobretudo, ritual as capitais sagradas onde viviam as rainhas-viúvas ligadas ao culto nacional dos falecidos monarcas.

O Império subdividia-se em reinos, à frente dos quais estava o **Hossana**, responsável pela cobrança dos tributos, distribuição de terras, resolução de litígios, mobilização de regimentos, etc.

Os reinos subdividiam-se em províncias, dirigidas por um **Induna**. As províncias, por seu turno, subdividiam-se em povoações, dirigidas por um **Mununusana**.

A administração territorial do Estado de Gaza fazia-se através do «sistema de casas», como eram chamadas as áreas tributárias em que foi dividido o Estado.



..... Fig. 35 O Estado de Gaza e outros reinos no século XIX. (Fonte: *Atlas Geográfico*, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 37.)



..... Fig. 36 Organização política do Estado de Gaza.

## A organização socioeconómica

Várias camadas são identificáveis neste Estado. No topo da hierarquia social estava a alta aristocracia (rei e seus familiares); logo a seguir, a média aristocracia (outros ngunis que não fossem da linhagem real). Estes constituíam a classe dominante aliada aos «assimilados» (elementos da população dominada já integrados na estrutura social nguni). Em baixo estavam as populações dominadas que, independentemente do seu grupo etnolinguístico, eram designados por Tonga.

Existiam também cativos que trabalhavam nas comunidades domésticas nguni. Mulheres cativas podiam ser tomadas por esposas de homens nguni sem necessidade de lobolo. Em todos os casos, estes cativos eram gradualmente emancipados. Porém, como existiam guerras constantes, existiam sempre cativos.

Observa o esquema seguinte.

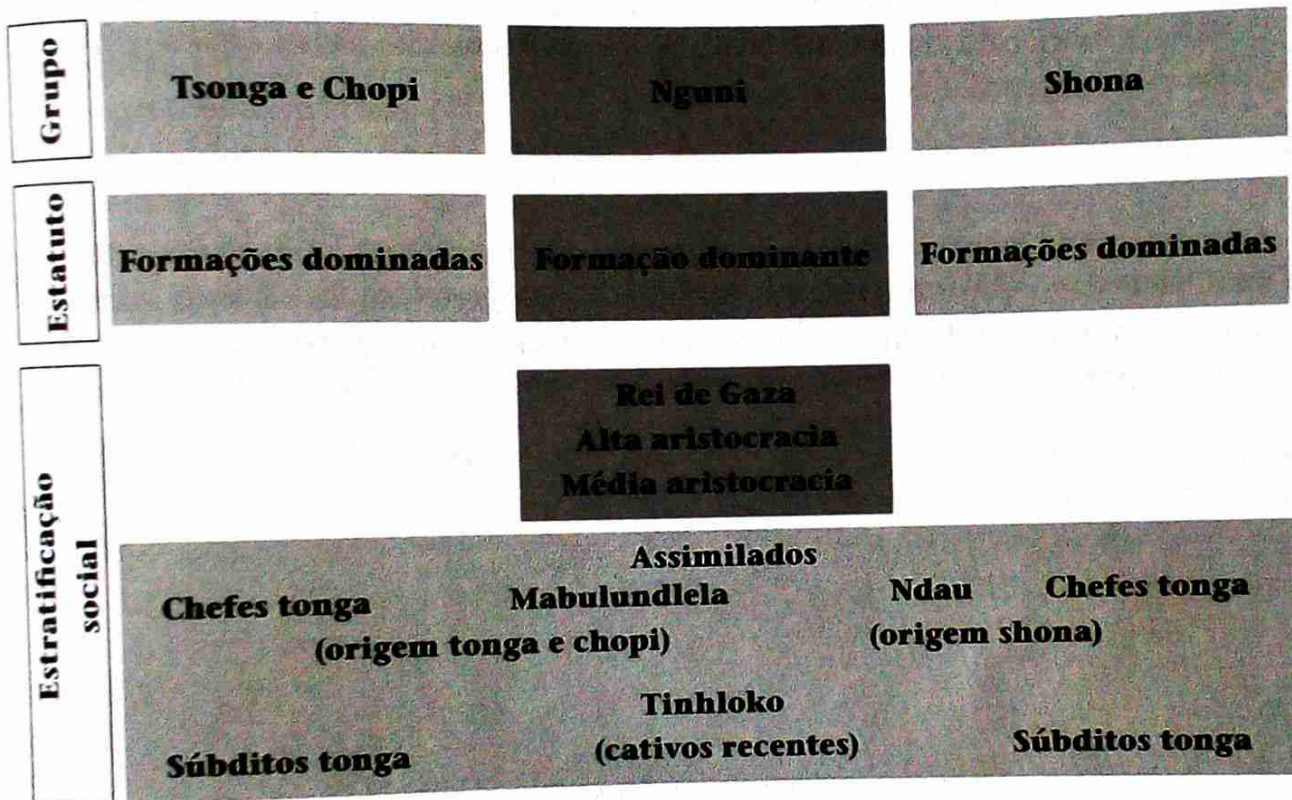


Fig. 37 Organização socioeconómica do Estado de Gaza. (Fonte: Serra, Carlos, *op. cit.*, p. 94.)

Como podes verificar, existia uma grande diferenciação social: no topo estavam os membros da linhagem real; a seguir, os mabulundlela, os ndau, os tongas, os tinhloko e, por fim, os membros das chefaturas subjugadas.

## Actividades económicas

As principais actividades produtivas no Estado de Gaza eram a agricultura (cultivo da mapira, mexoeira, naxemim e milho grosso), a caça e a pesca, que eram realizadas pelas populações dominadas, tanto para o seu sustento como para o pagamento de tributo à classe dominante. Também praticavam a criação de gado e o comércio (exportação de marfim e escravos, importação de tecidos, artigos de ferro e cobre).

## Fonte económica do poder dos chefes

Além do pagamento de tributos em géneros agrícolas, as populações dominadas entregavam aos Nguni outros tributos em marfim e em dinheiro (libras), ganhos na África do Sul com o início do trabalho migratório para aquela região. Os cativos também constituíam outra fonte de riqueza para os Nguni: trabalhavam nas unidades domésticas destes. Soldados e mensageiros nguni eram alimentados pelas populações.

## Ideologia

Os cultos e outros rituais eram oficiados pelo rei, pois, entre os Nguni, o exercício do poder real não estava dissociado do exercício das cerimónias mágico-religiosas. Existiam cultos agrários (Nkwaya); os destinados a «dar força» aos homens que partiam para a guerra (Mbengululu) e os de invocação da chuva, entre outros.

O Nkwaya funcionava como uma válvula de escape das tensões sociais e era o garante da unidade e da prosperidade do Estado de Gaza.

## Decadência

A necessidade de «ocupação efectiva do território», determinada pela Conferência de Berlim, o único facto que, a partir daí, legitimaria a posse dos territórios em África, levou Portugal a iniciar as Campanhas de Pacificação no Sul de Moçambique a partir de 1895, tendo como alvo principal o Estado de Gaza.



Fig. 38 Landins de Ngungunhane.

O texto que se segue é bastante elucidativo:

António Enes (comissário régio de Moçambique), insatisfeito com a autonomia de Gaza, apesar dos «tratados de vassalagem» assinados por Mzila e Ngungunhane, e sobretudo pelas relações que este último desenvolvia com a *British South Africa Company*, traçou um plano para a conquista de Gaza.

Assis, Abel et al., *Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial*, História, 9.ª classe, Porto, Edições Asa, 1990, p. 190.

A superioridade bélica dos Portugueses e a falta de unidade entre os chefes do Sul de Moçambique contribuíram para a decadência do Estado de Gaza. Mouzinho de Albuquerque, governador do distrito militar de Gaza, foi o responsável pela prisão de Ngungunhane (este morre exilado nos Açores, em 1906).

### Actividades

1. Em que consistiu o M'fecane?
2. Explica de que forma o processo de M'fecane deu origem à formação de grandes reinos no Sul de África.
3. Como se formou o Estado de Gaza?
4. Explica as razões da mudança da capital do Estado de Gaza, em 1889, de Mossurize para Manjacaze.
5. Identifica as principais classes sociais existentes neste Estado e as suas relações.
6. Quais eram as principais fontes de poder da aristocracia nguni?

### Vamos recordar...

- O Estado de Gaza resultou da conquista do Sul de Moçambique por exércitos nguni chefiados por Sochangana.
- A conquista e a administração de um território tão vasto como este foram possibilitadas por uma política de assimilação praticada pelos Nguni.
- Existiam cultos agrários (Nkwaya); havia, entre outros, os que eram destinados a «dar força» aos homens que partiam para a guerra (Mbengululu) e os de invocação da chuva.
- A superioridade bélica dos Portugueses e a falta de unidade entre os chefes do Sul de Moçambique contribuíram para a decadência do Estado de Gaza, em 1895.

## 4.1 Colonização e teorias de resistência

Lê o seguinte texto:

### Colonização

No tempo dos romanos, a colónia era uma exploração agrícola, uma propriedade rural. A palavra designou em seguida um estabelecimento agrícola ou comercial instalado num país estrangeiro. Em certas línguas, no castelhano da América Latina, por exemplo, a colonização conserva ainda o sentido de conquista de novas terras, com instalação de estabelecimentos agrícolas.

Em vez de instalação de um grupo humano num novo território, a palavra significa hoje a ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar. O país conquistador chama-se metrópole e o país conquistado torna-se uma colónia.

Se houve sempre colonização, estabelecimento de colonos em países estrangeiros para permitir o comércio, o facto colonial é um fenómeno moderno de iniciativa essencialmente europeia, que se desenvolveu do século XV até cerca de meados do século XX.

Os sucessos da antiga e moderna colonização devem-se em primeiro lugar a um progresso das técnicas de navegação (Venezianos, feitorias da Ásia), em seguida às novas técnicas de ataque e de defesa. Desde o começo da época industrial, simultaneamente para se procurar matérias-primas indispensáveis à indústria e para escoar os produtos manufacturados num mercado alargado.

Distinguem-se diversos tipos de colonização:

A colonização de ocupação de novos territórios, perseguindo ou exterminando os indígenas (colonização de povoamento); a colonização de exploração: um pequeno número de colonos sobrepõe-se aos autóctones para a exploração das riquezas do seu país; a colonização mista: o colonato europeu explora directamente as riquezas, ao mesmo tempo que certos colonos enquadram os indígenas.

O direito à colonização tem sido defendido por numerosos argumentos, na sua generalidade contestáveis. Motivos ideológicos e morais, baseados na ideia do «indígena» que seria necessário educar ou fazer evoluir e na convicção da superioridade moral da raça branca, legitimaram muitas agressões e opressões. Não se pode dizer, contudo, que todas as colonizações tenham sido completamente negativas. Historicamente falando, a colonização foi positiva em diversos aspectos, quanto mais não seja por ter provocado a tomada de consciência de uma realidade oprimida.

A teoria que justifica a colonização conduziu ao colonialismo, que é, ao mesmo tempo, a doutrina e a prática que levam à expansão colonial.

Birou, A., *Dicionário das Ciências Sociais*, Lisboa, D. Quixote, 1977, pp. 71-72.

### Actividades

1. O que entendes por colonização?
2. Explica o processo de evolução do termo «colonização».
3. Distingue os diversos tipos de colonização.
4. O que entendes por colonialismo?

## As teorias de resistência

Qual foi a atitude dos Africanos perante a irrupção do colonialismo, que traz consigo tão fundamental mutação na natureza das relações existentes entre eles e Europeus nos três últimos séculos?

A resposta é clara e inequívoca: na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manter o seu *status quo* e, sobretudo, a assegurar a sua soberania e independência, pelas quais nenhum deles estava disposto a transigir. Manifestaram a sua determinação em opor-se aos Europeus e em defender a sua soberania, a sua religião e o seu modo de vida tradicional.

Sobre as resistências africanas, segundo T. O. Ranger existem três postulados:

1. Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os Africanos nunca se haviam resignado à pacificação europeia. Na realidade, todos os tipos de sociedade africana resistiram e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia.

2. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras:

a) o princípio da soberania.

O aspecto mais importante do impacto europeu foi a alienação da soberania. Quando um povo perde a sua soberania, ficando submetido a outra cultura, perde pelo menos um pouco da sua autoconfiança e dignidade; perde o direito de se autogovernar, a liberdade de escolher o que mudar em sua própria cultura ou o que adoptar ou rejeitar da outra cultura.<sup>1</sup>

Vejamos, por exemplo, as respostas de alguns resistentes africanos.

Resposta do chefe yao Matchemba, ao comandante alemão Herman von Wissmam em 1880:

Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razões para vos obedecer. Preferiria morrer.

Não caio a vossos pés pois sois uma criatura de Deus como eu [...]. Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, vede, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós procurar-me.<sup>2</sup>

Resposta do Makombe Hanga, Chefe dos Báruè, a um visitante europeu:

Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país as companhias estão em acção [...]. É preciso que meu país também adopte reformas, e estou plenamente disposto a proporcioná-las [...]. Também gostaria de ver boas estradas e boas linhas férreas [...]. Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser.<sup>3</sup>

<sup>1, 2, 3</sup> Ajayi, Jacob, in RANGER, Terence O., «Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista», in Adu Boahen, Albert (ed.), *História Geral da África, VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935*, 2.ª ed. rev., Brasília, UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255por.pdf>

A ideia de soberania proporcionou base de ideologia da resistência, com as devidas correcções.  
b) a religião.

As doutrinas e símbolos religiosos, regra geral, apoiavam-se nas questões da soberania e da legitimidade. A legitimidade dos dirigentes era consagrada por uma investidura ritual; quando um dirigente e o seu povo decidiam defender a sua soberania, apoiavam-se naturalmente nos símbolos e conceitos religiosos.

3. Em terceiro lugar, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes, em seu tempo, e têm ainda hoje notável ressonância.

### Consequências e relevância da resistência africana

Segundo Ranger:

[...] há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tidos simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, tem-se vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos se voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania, pode afirmar-se que eles anteciparam a sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Na medida em que são depositários de ideologias proféticas, pode considerar-se que contribuíram para novos agrupamentos em torno de ideias. Alguns trouxeram consigo a melhoria da situação de povos revoltados. Outros instituíram lideranças alternativas às oficialmente reconhecidas.<sup>4</sup>

Em jeito de conclusão:

O estudo dos movimentos da resistência não é uma exaltação fútil das glórias do passado, mas algo que pode contribuir para a elaboração de uma teoria da opressão e da libertação.<sup>5</sup>

### Actividades

1. Por que razão resistiram os Africanos?
2. Explica a importância da resistência africana.

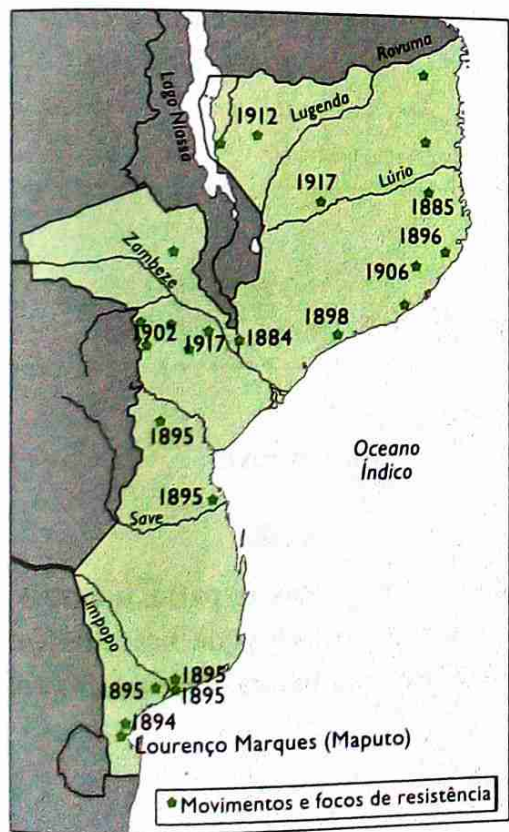


Fig. 1 A resistência pré-colonial em Moçambique. (Fonte: Atlas Geográfico, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 37.)

<sup>4,5</sup> Ajayi, Jacob, in Ranger, Terence O., «Iniciativas e Resistência Africanas em Face da Partilha e da Conquista», in Adu Boahen, Albert (ed.), *História Geral da África, VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935*, 2.ª ed. rev., Brasília, UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255por.pdf>

## 4.2 O colonialismo português em Moçambique (1890-1930)

### 4.2.1 A segunda corrida a África (revisão)

No século XIX, a Europa conhece um novo movimento colonizador. Após uma fase de certo declínio, em resultado da independência das colónias da América, desenvolveu-se uma nova vaga de colonização. De início, orienta-se para o Norte de África; depois estende-se para a África Negra e para a Ásia.

#### Que motivos explicam tal movimento?

Lê o texto:

Afirmo que esta política colonial assenta em três ordens de ideias: económicas, humanitárias e patrióticas.

Do ponto de vista económico, porquê colónias? A primeira forma foi a que ofereceu um abrigo e uma fonte de trabalho para os excedentes da população. Mas há outra forma de colonização: é a que se adapta aos povos que têm excessos de capitais e excedentes de produtos. Essa é a forma moderna, actual, a mais profunda [...]. As colónias são, para os países ricos, um lugar vantajoso para o investimento de capitais [...]. Nesta época, em que as indústrias europeias estão em crise, a fundação de uma colónia significa a criação de um mercado [...]. Senhores, um outro tipo de ideias é o lado humanitário e colonizador da questão colonial. É preciso dizer abertamente que as raças superiores têm direito para com as raças inferiores porque têm o dever de as civilizar [...]. Senhores, uma marinha como a nossa, não pode existir sem sólidos abrigos, defesas e centros de abastecimento.

Ferry, Jules, *Discours*, 1885, citado por Assis, Abel et al., *Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial*, História, 9.ª classe, Porto, Edições Asa, 1990, p. 178.

### Actividades

I. Explica o movimento de colonização europeia no século XIX.

Como verificas, a **nova vaga de colonização** explica-se por vários motivos:

#### Motivos económicos

A Europa, a partir de 1873, atravessa uma fase de dificuldades económicas; os países industrializados – em plena segunda Revolução Industrial – precisam de novos territórios que lhes forneçam matérias-primas e absorvam a produção (mercados) e de mão-de-obra barata; a população em crescimento precisa de encontrar novas fontes de receitas.

#### Motivos políticos

Os Estados europeus, em luta pela supremacia, preocupam-se, por um lado, em ocupar posições estratégicas; por outro lado, os governos procuram afirmar o prestígio e poder nacionais e satisfazer a opinião pública.

### Motivos ideológicos

A ideia de missão civilizadora, de evangelização, de glorificação do passado, orienta certos países. Daí o aparecimento de projectos como os do Magrebe francês (território do Norte de África, que actualmente abrange Marrocos, a Argélia e a Tunísia), a ligação do Cabo ao Cairo (Inglaterra) e a ocupação da Costa à Contra-Costa (Portugal). Em apoio a estes projectos, as Sociedades de Geografia (1875 – Sociedade de Geografia de Lisboa), as associações coloniais (1876 – Associação Internacional do Congo) e os grupos missionários estimulam a opinião pública europeia nesse sentido.

A expansão e anexação de África foi, regra geral, precedida por «viagens de reconhecimento», levadas a cabo por missionários, aventureiros, comerciantes, militares, etc., com frequência patrocinadas por organizações científicas ou filantrópicas.

Nessas viagens, destacaram-se, por exemplo:

- o missionário inglês David Livingstone, que percorre, entre 1840 e 1873, o curso do rio Zambeze, o lago Niassa e a região do Tanganhica, atingindo as nascentes do rio Zaire;
- Stanley, que, em 1871, parte de Zanzibar em direcção ao lago Tanganhica à procura de Livingstone, atravessando a África Equatorial da costa oriental (Zanzibar) à costa ocidental (foz do Zaire) – entre 1875/1877;
- Brazza, que, em 1873, empreende o reconhecimento da região equatorial da costa ocidental africana, a norte do rio Zaire;
- e ainda outros, como os portugueses Serpa Pinto, Roberto Ivens e Henrique de Carvalho.

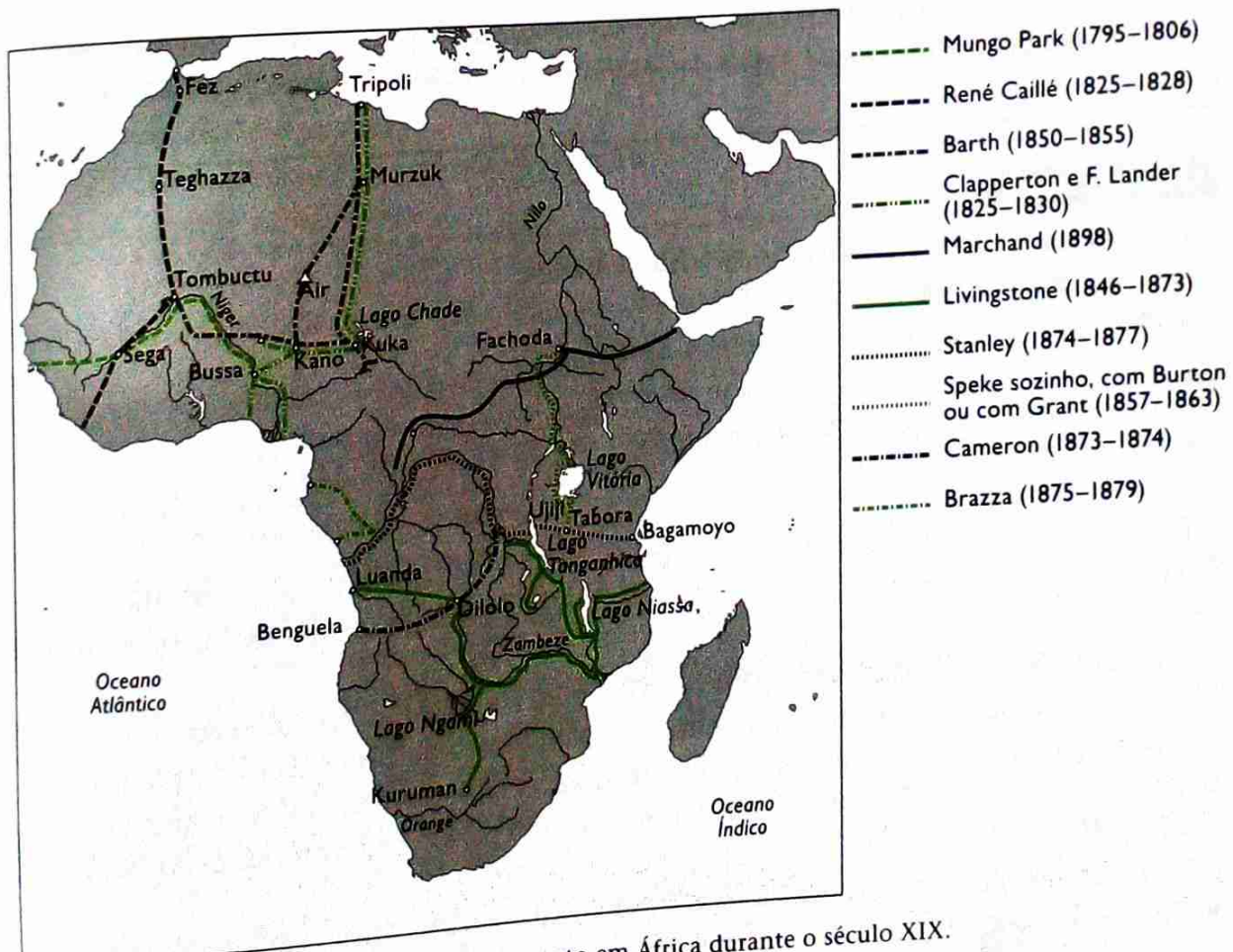


Fig. 2 As principais viagens de reconhecimento em África durante o século XIX.

Lê o texto:

### **A conferência de Berlim (1884-1885)**

Acta Geral elaborada em Berlim a 26 de Fevereiro de 1885 entre a França, Alemanha, Áustria, Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países-Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia para regular a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger, bem como as novas ocupações de territórios na costa ocidental de África. [...] Munidos de plenos poderes, discutiram e adoptaram [...]:

Art.º 1 – O comércio de todas as nações gozará duma completa liberdade em todos os territórios que constituem a bacia do Congo e dos seus afluentes. [...]

Art.º 9 – [...] esses territórios não poderão servir nem de mercado nem de via de trânsito para o tráfico de escravos de qualquer raça que eles sejam.

Art.º 13 – A navegação no rio Congo é e continuará a ser inteiramente livre para os navios mercantes. [...]

Art.º 34 – A potência que, de futuro, tome posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas possessões actuais, ou que, não as tendo, venha a adquiri-las, acompanhará a Acta respectiva duma notificação dirigida às outras potências signatárias da mesma Acta.

Art.º 35 – As potências signatárias da presente Acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos.

De Clerq, *Colecção dos Tratados da França* (adaptado), citado por Assis, Abel *et al.*, *Da Aurora do Capitalismo às Vésperas da Primeira Guerra Mundial*, História, 9.ª classe, Porto, Edições Asa,

1990, pp. 179-180.

### **Actividades**

1. Menciona os participantes na Conferência de Berlim.
2. Quem foram os grandes ausentes?
3. Menciona os objectivos da Conferência de Berlim.
  - 3.1 Relê os artigos 34 e 35. A que se referem?
  - 3.2 Qual foi o país europeu mais prejudicado com esses artigos? Porquê?

Podemos então concluir que, na Conferência de Berlim, os direitos do povo africano e as suas reivindicações, as suas fronteiras, o seu governo, a sua cultura, a sua identidade foram totalmente ignorados.

A partilha de África pelos vários países europeus foi confirmada, tomando em consideração o respeito que deveria ser observado em relação às zonas de influência de cada potência. É exactamente isso que explica, em grande medida, o facto de Portugal ter conseguido para si, após a realização da Conferência de Berlim, a conservação dos territórios de Moçambique, Angola, etc.

Não é totalmente correcto afirmar que as fronteiras das colónias africanas foram decididas em Berlim; a sua delimitação começou muito antes e foi depois prosseguida através de acordos internacionais bilaterais ou multilaterais e, em alguns casos, com recurso a métodos violentos.

## 4.2.2 O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique

Como é que Portugal, não sendo uma potência imperialista, continuou sendo uma potência colonial? Como explicar o papel de Portugal na Conferência de Berlim?

Sem se pretender responder definitivamente às questões, os factos dizem que, em finais do século XIX, a economia portuguesa estava numa fase de transição, de reminiscências ainda do feudalismo para o capitalismo. A indústria, os transportes, o sistema bancário, etc., estavam numa fase embrionária e dependiam muito de países mais desenvolvidos como a Inglaterra, França e Alemanha. Assim, a participação de Portugal na Conferência de Berlim só pode ser entendida se tomarmos em consideração que as potências verdadeiramente capitalistas (Inglaterra, França e Alemanha) esperavam explorar as suas colónias, conjuntamente com Portugal, como se comprovou mais tarde.

Outra explicação possível é que Portugal – procurando tirar partido da sua condição de «potência menor», num jogo de alianças tácticas, e aproveitando, nos conflitos entre as grandes potências, a recusa destas em aceitar que qualquer delas obtivesse uma hegemonia territorial ou estratégica superior à das outras – tenha surgido como o intermediário da exploração capitalista que, fazendo lucrar, lucrava. É exemplo disso a política de cedência de importantes áreas de Moçambique ao capital estrangeiro não português, sob a forma de companhias (a Companhia de Moçambique ocupou sozinha, com direitos majestáticos, um quarto de Moçambique. Em troca, Portugal recebeu 10% das acções emitidas e 7,5% dos lucros totais). E podemos ainda avançar com uma outra resposta: foi na condição de potência não imperialista, e, por isso, não ameaçadora, que Portugal conseguiu manter, de facto, as suas colónias. Na realidade, foram três as formas que, conjugadas, deram origem ao fenómeno da exploração imperialista em Moçambique:

- estado colonial português;
- capital internacional, expresso nas companhias;
- capital mineiro sul-africano.

### A corrida imperialista e a delimitação das fronteiras moçambicanas

A questão da delimitação das fronteiras tem como pano de fundo a necessidade da «ocupação efectiva do território» determinada pela Conferência de Berlim, único facto que, a partir daí, legitimaria a posse dos territórios em África. Daí a corrida para a África e, no que respeita a Moçambique, os conflitos entre Portugal e Grã-Bretanha. Foi entre conflitos, arbitrariedades e tratados que se definiu o traçado das actuais fronteiras de Moçambique. Vejamos como ocorreu:

Já no século XVIII, Portugueses, Holandeses e Austríacos lutavam pela posse da baía de Lourenço Marques (Baía da Lagoa), que os Portugueses asseguravam ter descoberto em 1502, por um dos companheiros de Vasco da Gama. O problema agravou-se na década de 1820, quando o capitão inglês William F. Owen, ignorando os «direitos históricos» de Portugal, assinou vários tratados com chefes do sul de Lourenço Marques, procurando diplomaticamente afastar a influência portuguesa e consolidar a britânica. Owen via na baía de Lourenço Marques uma excelente saída para os produtos provenientes da colónia inglesa do Cabo; uma importante reserva de mão-de-obra barata para as plantações britânicas na África do Sul; uma importante base estratégica para atacar as repúblicas bóeres; bem como uma zona que impediria a continuada entrega de armas aos Zulus. Os Portugueses não desarmaram e procuraram uma aliança com o Transval.

## 4.2.2 O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique

Como é que Portugal, não sendo uma potência imperialista, continuou sendo uma potência colonial? Como explicar o papel de Portugal na Conferência de Berlim?

Sem se pretender responder definitivamente às questões, os factos dizem que, em finais do século XIX, a economia portuguesa estava numa fase de transição, de reminiscências ainda do feudalismo para o capitalismo. A indústria, os transportes, o sistema bancário, etc., estavam numa fase embrionária e dependiam muito de países mais desenvolvidos como a Inglaterra, França e Alemanha. Assim, a participação de Portugal na Conferência de Berlim só pode ser entendida se tomarmos em consideração que as potências verdadeiramente capitalistas (Inglaterra, França e Alemanha) esperavam explorar as suas colónias, conjuntamente com Portugal, como se comprovou mais tarde.

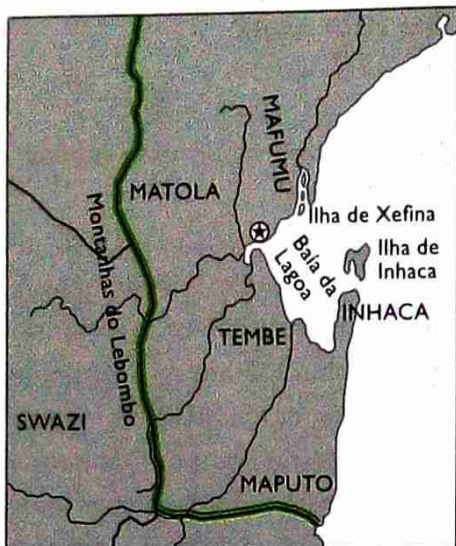
Outra explicação possível é que Portugal – procurando tirar partido da sua condição de «potência menor», num jogo de alianças tácticas, e aproveitando, nos conflitos entre as grandes potências, a recusa destas em aceitar que qualquer delas obtivesse uma hegemonia territorial ou estratégica superior à das outras – tenha surgido como o intermediário da exploração capitalista que, fazendo lucrar, lucrava. É exemplo disso a política de cedência de importantes áreas de Moçambique ao capital estrangeiro não português, sob a forma de companhias (a Companhia de Moçambique ocupou sozinha, com direitos majestáticos, um quarto de Moçambique. Em troca, Portugal recebeu 10% das acções emitidas e 7,5% dos lucros totais). E podemos ainda avançar com uma outra resposta: foi na condição de potência não imperialista, e, por isso, não ameaçadora, que Portugal conseguiu manter, de facto, as suas colónias. Na realidade, foram três as formas que, conjugadas, deram origem ao fenómeno da exploração imperialista em Moçambique:

- estado colonial português;
- capital internacional, expresso nas companhias;
- capital mineiro sul-africano.

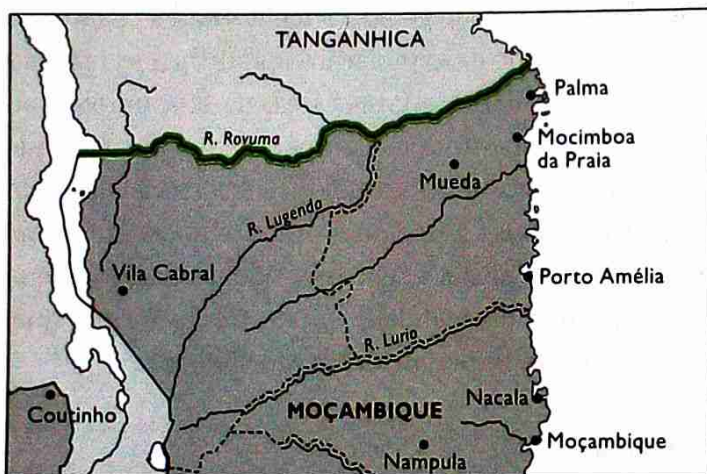
### A corrida imperialista e a delimitação das fronteiras moçambicanas

A questão da delimitação das fronteiras tem como pano de fundo a necessidade da «ocupação efectiva do território» determinada pela Conferência de Berlim, único facto que, a partir daí, legitimaria a posse dos territórios em África. Daí a corrida para a África e, no que respeita a Moçambique, os conflitos entre Portugal e Grã-Bretanha. Foi entre conflitos, arbitrariedades e tratados que se definiu o traçado das actuais fronteiras de Moçambique. Vejamos como ocorreu:

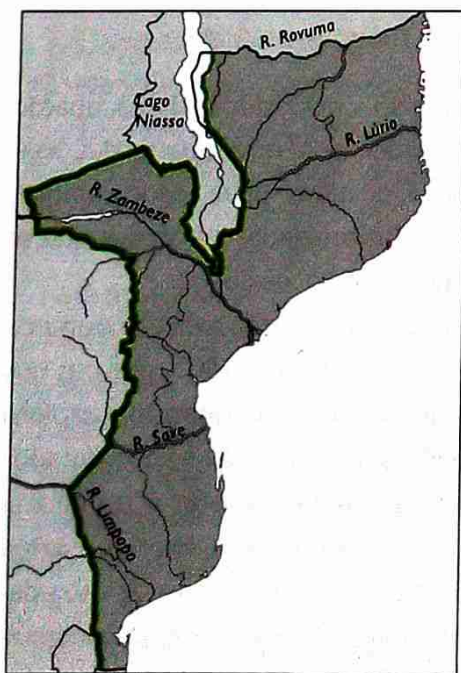
Já no século XVIII, Portugueses, Holandeses e Austriacos lutavam pela posse da baía de Lourenço Marques (Baía da Lagoa), que os Portugueses asseguravam ter descoberto em 1502, por um dos companheiros de Vasco da Gama. O problema agravou-se na década de 1820, quando o capitão inglês William F. Owen, ignorando os «direitos históricos» de Portugal, assinou vários tratados com chefes do sul de Lourenço Marques, procurando diplomaticamente afastar a influência portuguesa e consolidar a britânica. Owen via na baía de Lourenço Marques uma excelente saída para os produtos provenientes da colónia inglesa do Cabo; uma importante reserva de mão-de-obra barata para as plantações britânicas na África do Sul; uma importante base estratégica para atacar as repúblicas bóeres; bem como uma zona que impediria a continuada entrega de armas aos Zulus. Os Portugueses não desarmaram e procuraram uma aliança com o Transval.



..... Fig. 3 Fronteira sul ocidental.



..... Fig. 4 Fronteira norte.



..... Fig. 5 Restantes fronteiras.

### a) Fronteira sul-ocidental

Em 29 de Julho de 1869 é assinado um tratado entre Portugal e o Governo do Transval em que este reconhece os direitos de Portugal em toda a área em torno da baía de Lourenço Marques (também chamada Delagoa Bay ou baía do Espírito Santo) até ao paralelo 26°30' Sul, estabelecendo os Montes Libombos como fronteira de Moçambique com a Swazilândia e com a parte oriental do Transval.

O reconhecimento desta fronteira apenas foi possível em 24 de Julho de 1875, com a intervenção do presidente da República Francesa, o marechal Mac-Mahon.

### b) Fronteira norte

Em Dezembro de 1886, Portugal e Alemanha assinam um tratado em que esta reconhece o rio Rovuma como sendo a fronteira norte de Moçambique e também o direito de Portugal exercer a sua influência nos territórios entre Angola e Moçambique. Portugal, em troca, faz algumas concessões no Sul de Angola (actual Namíbia).

A definição desta fronteira deu origem, mais tarde, a conflitos militares entre Portugal e a Alemanha. Esta, que tinha ocupado o Tanganhica (Tanzânia) e

hasteadado a sua bandeira em ambas as margens do Rovuma, penetrou em 1894 na margem sul, expulsando a reduzida guarnição portuguesa ali estacionada e substituindo-a por uma alemã. Apesar do protesto português, os Alemães alargaram a sua ocupação até Quionga, área que só voltaria a Portugal nos finais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Alemanha não pretendia apenas aumentar a superfície do Tanganhica à custa do «norte» português; pretendia, na verdade, ocupar integralmente a colónia portuguesa.

### c) Restantes fronteiras

Em 1887 é apresentado oficialmente o Mapa Cor-de-Rosa, que ligava Moçambique a Angola. Este mapa colidia com os interesses britânicos, representados por Cecil Rhodes, que não só pretendiam a mesma região, como pretendiam unir o Cabo ao Cairo por uma linha férrea.

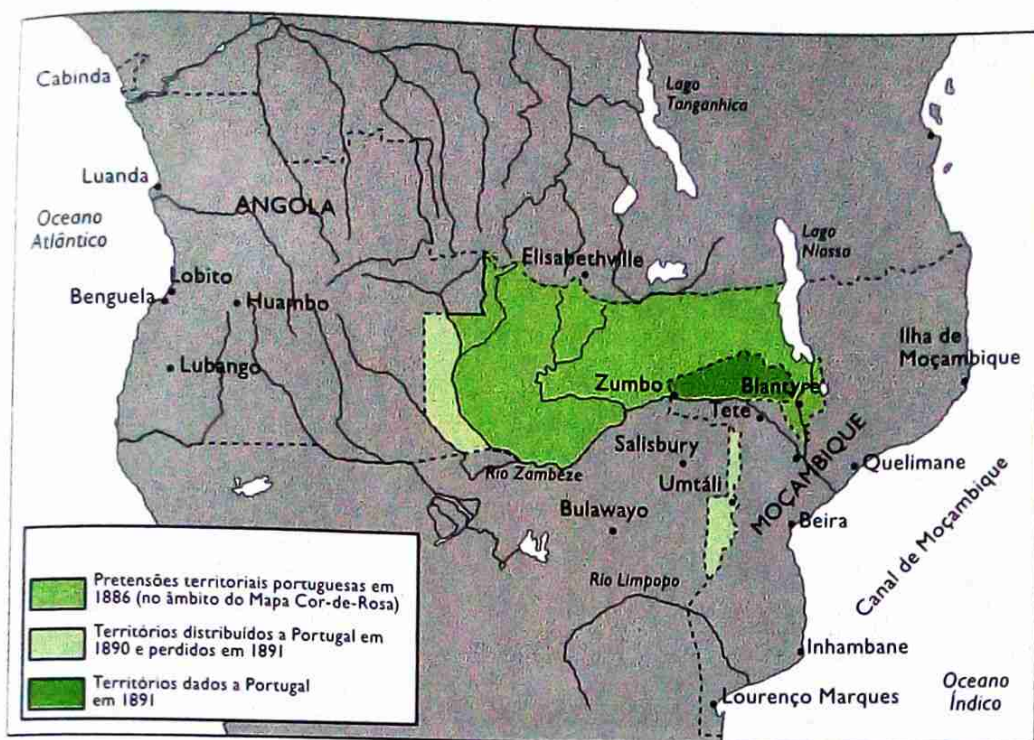


Fig. 6 As pretensões portuguesas na África Central (1886-1891). (Fonte: Serra, Carlos, *op. cit.*, p. 184.)

Em 11 de Janeiro de 1890, o governo conservador britânico, representado por Lord Salisbury, envia um ultimato a Portugal para que este se afaste da região em disputa (Chire e Mashonalândia). Se isso não acontecesse, os Britânicos cortariam as relações com Portugal e ocupariam a região pela força. Enquanto o governo português tentava, desesperadamente, obter apoio internacional no seu diferendo com a Inglaterra, Cecil Rhodes ordenava que uma força da *British South Africa Company* avançasse em Macequece para a parte de Manica controlada pelos Portugueses. Esta força aprisiona Paiva de Andrade e constrói o forte de Salisbury.

A 20 de Agosto de 1890 foi assinado um acordo. Nele, as cedências portuguesas eram grandes, porque, além da delimitação das fronteiras, Portugal fazia concessões aos Ingleses para a completa liberdade de comércio, livre navegação nos lagos, rios e portos, isenção de impostos alfandegários nas zonas de livre comércio, isenção de taxas de trânsito, etc., nos territórios portugueses, uma humilhação para Portugal. Em 14 de Novembro de 1890 é assinado um *modus vivendi*.

Em 11 de Junho de 1891 é, então, assinado um tratado de fronteiras entre a Inglaterra e Portugal, reconhecendo as actuais fronteiras de Moçambique com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e o Natal.

Observa a ordem cronológica dos acontecimentos:

1890	
11 de Janeiro	Ultimato Britânico a Portugal.
20 de Agosto	Primeiro Tratado de Fronteiras Luso-Britânico sobre os limites e áreas de influência. Não é ratificado pelas cortes portuguesas.
14 de Novembro	Assinatura de um <i>modus vivendi</i> entre Portugal e a Inglaterra, a vigorar até à assinatura de um novo acordo de fronteiras.
15 de Novembro	Prisão de Paiva de Andrade e Manuel de Sousa em Macequece.
19 de Novembro	Ocupação britânica de Manica.
11 de Junho de 1891	Tratado de fronteiras entre a Inglaterra e Portugal.

Fig. 7 Cronologia dos acontecimentos do Ultimato Britânico a Portugal.



..... Fig. 8 A comissão de delimitação de fronteiras de Moçambique, 1891.

### Actividades

1. Explica o que representava o Mapa Cor-de-Rosa e em que contexto histórico surgiu.
2. Depois de, na Conferência de Berlim, terem apoiado Portugal na defesa do seu «direito histórico», algumas potências tentaram a «ocupação global» das colónias portuguesas.
  - 2.1 Explica a atitude dessas potências.
3. Enquadrado no processo de «ocupação efectiva» de Moçambique, a Grã-Bretanha, a 11 de Janeiro de 1890, mediante o conservador Lord Salisbury, enviou um ultimato a Portugal.
  - 3.1 Em que acontecimento concreto de ocupação efectiva se enquadra este ultimato?
  - 3.2 O que pretendiam os Ingleses com este ultimato?
  - 3.3 Como reagiu Portugal ao ultimato?

### Vamos recordar...

- Na Conferência de Berlim, os direitos do povo africano e as suas reivindicações, as suas fronteiras, o seu governo, a sua cultura e a sua identidade foram totalmente ignorados.
- A participação de Portugal na Conferência de Berlim só pode ser entendida se tomarmos em consideração que as potências verdadeiramente capitalistas (Inglaterra, França e Alemanha) esperavam explorar as suas colónias, conjuntamente com as colónias portuguesas.
- Foi entre conflitos, arbitrariedades e tratados que se definiram as actuais fronteiras de Moçambique.
- A 11 de Junho de 1891 assinou-se um tratado de fronteiras entre a Inglaterra e Portugal, reconhecendo as actuais fronteiras de Moçambique com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe e o Natal.

## As resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique

Após a Conferência de Berlim, Portugal lançou-se no processo de destruição das unidades políticas moçambicanas, destacando-se dois momentos principais: a ocupação militar e a instalação dos aparelhos do Estado colonial.

### 1. A ocupação militar (as campanhas de pacificação)

Segundo Botelho, citado por Souto (*op. cit.*, 249), o período da ocupação portuguesa pode dividir-se em três partes:

- as campanhas ocorridas entre o território de Lourenço Marques até ao rio Pungué, realizadas nos sertões de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala;
- as campanhas no território do vale do Zambeze e zonas limítrofes;
- as campanhas ocorridas entre o vale do Zambeze e o rio Rovuma.

Principais campanhas	
1858	Campanha contra Massingir.
1867-1869	Campanha contra Massangano.
1887	Conquista de Massangano.
1887-1888	Campanha contra os Namarrais.
1895	Campanha contra Gaza.
1896-1898	Campanha contra os Namarrais.
1902	Campanha de Bárue.
1908-1912	Campanha contra os Estados Mataka.
1913	Campanha contra os Macondes.
1917	Campanha contra o Bárue.
1920	Campanha contra os Macondes.

Fig. 9 Cronologia das principais campanhas realizadas pelos Portugueses contra os povos moçambicanos nos finais do século XIX.

### 2. A instalação dos aparelhos do Estado colonial

- **Capitanias-mor/Comandos militares** – Nas áreas de resistência mais prolongada ou de difícil acesso. A primeira etapa efectivou-se pela ocupação militar quase permanente (capitanias-mor na província de Nampula e partes da Zambézia, comando militar em Gaza – em algumas regiões de Nampula também existiram comandos militares).
- **Concelhos divididos em freguesias**, em áreas destinadas aos Europeus.
- **Circunscrições e Regedorias**, em áreas destinadas aos indígenas.

Em lugares como, por exemplo, a província de Maputo, em 1896, o governo colonial passou directamente à divisão do território em circunscrições civis, que, de modo geral, deram origem aos actuais distritos. Nestas divisões foram instalados os administradores e chefes de posto portugueses, bem como régulos africanos, escolhidos pelo regime colonial, em substituição dos antigos chefes. A partir de 1907, este sistema substitui gradualmente a administração militar em Gaza, Zambézia e Nampula.

Perante a ocupação do seu território, num processo que durou várias décadas (1886-1920), os Moçambicanos resistiram para defender a sua soberania, independência e valores culturais. Utilizaram como forma de luta: o confronto directo, a aliança ou a diplomacia.

### A resistência no Sul de Moçambique

As campanhas militares iniciaram-se no Sul de Moçambique em 1895.

Recorda que o império de Gaza dirigido por Ngungunhane, ocupava, de uma maneira geral, a região compreendida entre a baía de Maputo e o rio Zambeze. Na opinião dos estrategas portugueses, destruindo Gaza, Portugal afirmar-se-ia na região como potência colonizadora e poderia iniciar as campanhas de ocupação a norte do território.

António Enes foi enviado a Moçambique com o objectivo de conquistar o império de Gaza. Recorrendo a manobras diplomáticas, numa primeira fase, e à via militar, numa segunda fase, Enes utilizou como pretexto uma revolta ocorrida na região de Marracuene (Angoane) contra o aumento do imposto de palhota para iniciar as campanhas no Sul de Moçambique.

Segundo a tradição oral, perante esta situação, os chefes de Magaia (Mahazule) e de Zixaxa (Nuamantibjana) dirigiram um levantamento armado contra a presença portuguesa na região, dando lugar à batalha de Marracuene (02/02/1895).

Devido à superioridade militar dos Portugueses, Mahazule e Nuamantibjana são derrotados e refugiam-se nas terras de Ngungunhane, onde foram bem recebidos.

Perante a recusa de Ngungunhane de entregar os referidos chefes aos Portugueses, estes decidem atacar Gaza, desenvolvendo as operações em três frentes:

- Setembro de 1895 – batalha de Magul;
- Outubro de 1895 – os Portugueses penetram pelo vale do Limpopo, submetendo Xai-Xai e Bilene;
- Novembro de 1895 – batalha de Coolela, perto de Manjacaze.

Utilizando a tática de meia-lua, os guerreiros de Ngungunhane, com coragem e valentia, defenderam a sua terra. Devido à superioridade bélica das forças portuguesas, Ngungunhane refugiou-se em Chaimite, onde acabou por ser preso por Mouzinho de Albuquerque, nomeado governador do distrito militar de Gaza, então criado.

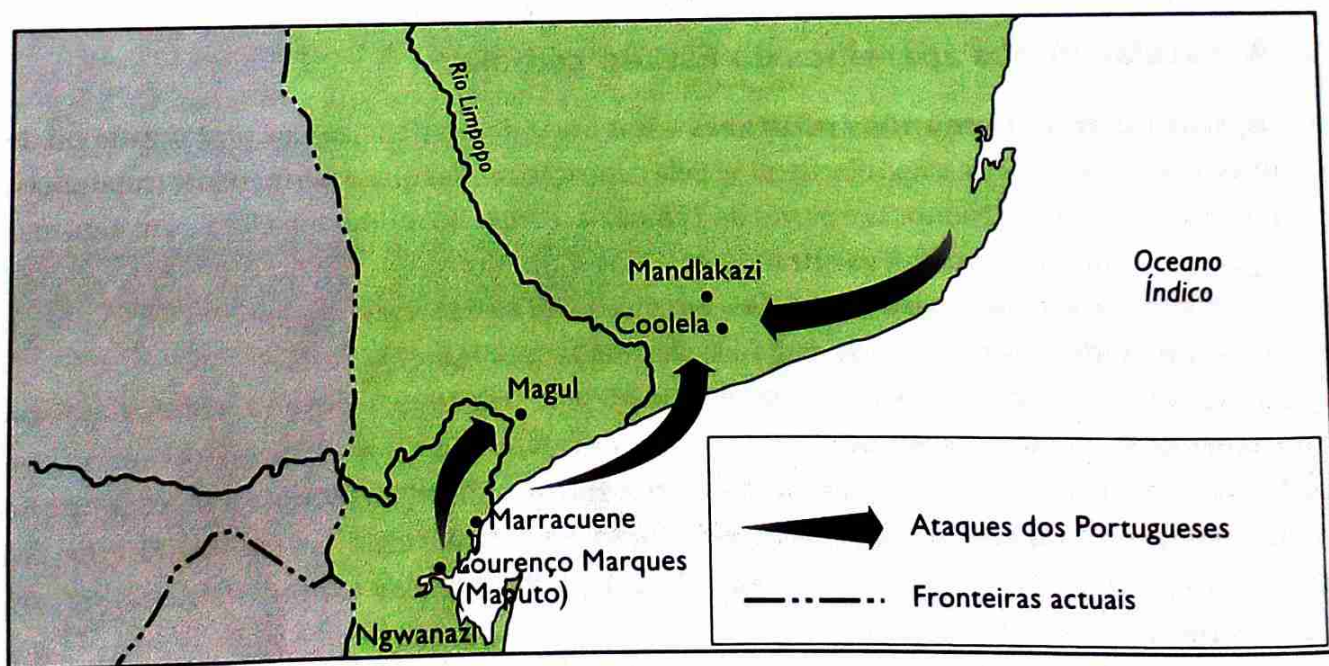


Fig. 10 O Estado de Gaza sofre o ataque português (Setembro/Novembro de 1895). (Fonte: Atlas Geográfico, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 37.)

Depois de ter sido preso, Ngungunhane é deportado para Portugal, juntamente com o seu filho Godide e seu tio Nuamantibjana, sendo as suas mulheres deportadas para São Tomé e Príncipe. Morreu exilado em Angra do Heroísmo, nos Açores, em 1906.

Apesar do desaparecimento de Ngungunhane, a resistência continuou, sendo agora dirigida por Maguiguane. Este mobiliza as populações no sentido de não pagarem mais impostos aos Portugueses e, sobretudo, de resistirem a esta penetração. Derrotado em Macontente, retira-se em direcção ao Transval. Maguiguane acabou por ser surpreendido por uma coluna portuguesa e procurou defender-se até ao último momento, tendo morrido a 21 de Julho de 1897.

Outra figura importante na região foi o rei Nguanaze, de Maputo, que fugiu aos Portugueses e se refugiou a sul da Ponta de Ouro, aí estabelecendo o seu reino.



..... Fig. 11 Ngungunhane e as suas sete mulheres.



..... Fig. 12 Godide.



..... Fig. 13 Mouzinho de Albuquerque.

### A resistência no Centro de Moçambique

Nesta região, encontramos a seguinte situação política:

- Estados africanos mais ou menos independentes ou mesmo conquistados (Báruè, Manica, Mwenemutapa, ...);
- prazos e feitorias-fortalezas portuguesas (Quelimane, Sena e Tete);
- a presença de ngunis, provenientes do M'fecane;
- o surgimento dos prazos da Macanga, Massingir, Maganja da Costa e Gorongosa.

A grande fragmentação política da região e o elevado grau de militarização das formações políticas da região, herdado do período da captura e do tráfico de escravos, exigiram a Portugal uma grande mobilização de recursos e apoio externo.

A conquista militar desta região foi promovida conjuntamente pelo Estado colonial e pelas Companhias de Moçambique e da Zambézia. Recordemos, entre outras, as campanhas levadas a cabo contra Massingir e Gorongosa (1897), Maganja da Costa (1898) e Macanga (1902).

As formações políticas que mais problemas causaram aos Portugueses foram Báruè e Maganja da Costa. Báruè (1902) era um reino poderoso e de grande capacidade militar que conseguira resistir às invasões ngunis e às constantes disputas com os Estados militares vizinhos. Em troca do ouro e marfim, Báruè adquirira aos mercadores portugueses e indianos armamento suficiente para resistir; possuía, inclusive, fabriquetas de pólvora (tinha cerca de sete mil armas modernas).

Segundo Isaacman, «o exército de Bárue era constituído por uma força de 10 000 homens, incluindo várias unidades de elite, ou ensacas, e uma numerosa guarda nacional que era mobilizada em alturas de crise»<sup>6</sup>. O factor ideológico desempenhou um papel importante na defesa de Bárue. Os baruístas acreditavam que o espírito mediúnic de Kabudu Kagoro transformava as balas do invasor em água.

Em 30 de Julho de 1902, as forças portuguesas, compostas por três pelotões de soldados portugueses e africanos e por dois mil soldados de reserva, invadiram o Bárue. Após prolongada resistência, as unidades de Bárue, comandadas por oficiais corajosos como Macombe, Hanga, Mafunda, Cambuamba, Candendere, Inhangana-gana e Cavunda foram derrotadas, tendo os baruístas sido dominados nesse mesmo ano. A vitória portuguesa ficou a dever-se aos seguintes factores: superioridade tecnológica e militar dos Europeus; recurso a recrutamentos de tropas em Angola, Inhambane, Lourenço Marques e Norte de Moçambique e o reforço de milhares de soldados nguni, além do auxílio militar recebido da Rodésia e Niassalândia; alguns erros tácticos e deserções que afectaram as tropas de Bárue.

Apesar deste fracasso, a resistência prosseguiu: em 1904, uma nova revolta estala contra a política do trabalho forçado e os abusos das forças coloniais, mas novamente fracassa. Em 1917, uma nova aliança pan-étnica irrompe no vale do Zambeze, sob a direcção de Bárue. O objectivo da revolta era libertar a sua terra do jugo colonial. As causas da revolta do Bárue de 1917 foram: recrutamento de mancebos baruístas para o serviço militar; a violação das mulheres virgens; a opressão colonial; a construção da estrada que atravessava a terra natal dos Bárue, ligando Tete a Macequece.

Utilizando o factor religioso, o Bárue, dirigido por Nongwe-Nongwe, promoveu a primeira aliança multiétnica anticolonial de que se tem conhecimento em Moçambique, iniciada a 27 de Março e terminando praticamente em 1918, embora existissem focos isolados de resistência até 1920. A vitória portuguesa ficou a dever-se a: superioridade técnica e militar; o recrutamento de tropas estrangeiras: os ngunis; erros tácticos e deserções que afectaram as tropas de Bárue.

Na Maganja da Costa, Bonifácio «M'passo» também resistiu, sem sucesso, à invasão portuguesa. Em 1898, os Portugueses ocupam militarmente a Maganja da Costa.

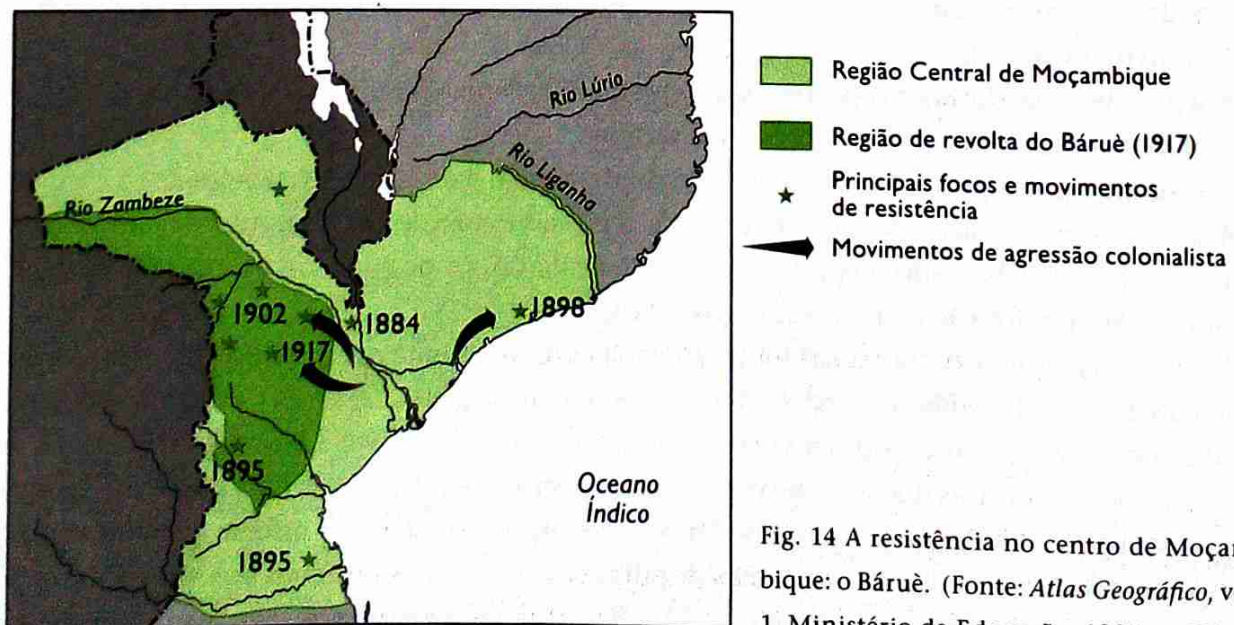


Fig. 14 A resistência no centro de Moçambique: o Bárue. (Fonte: Atlas Geográfico, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 37.)

<sup>6</sup> Isaacman, Allen F. e Isaacman, Barbara, *A Tradição de Resistência em Mocambique - O Vale do Zambeze, 1850-1921*, Porto, Afrontamento, 1979.

### A resistência no Norte de Moçambique

Na região Norte de Moçambique, encontramos a seguinte situação política:

- existência de reinos afro-islâmicos da costa, com forte tradição militar, resultado do tráfico de escravos, que procuravam manter a sua autonomia;
- existência da confederação de chefaturas dos macuas Namarraís e de chefaturas macuas dos Chacas, Érati e Meto;
- Macondes, muito ligados entre si por laços de parentesco;
- no Niassa, os Ajauas, os Ngunis, os Nyanja; os Lómwes, entre outros, faziam valer os seus direitos;
- prática clandestina da escravatura na região, apesar da sua abolição;
- fraca presença portuguesa no litoral.

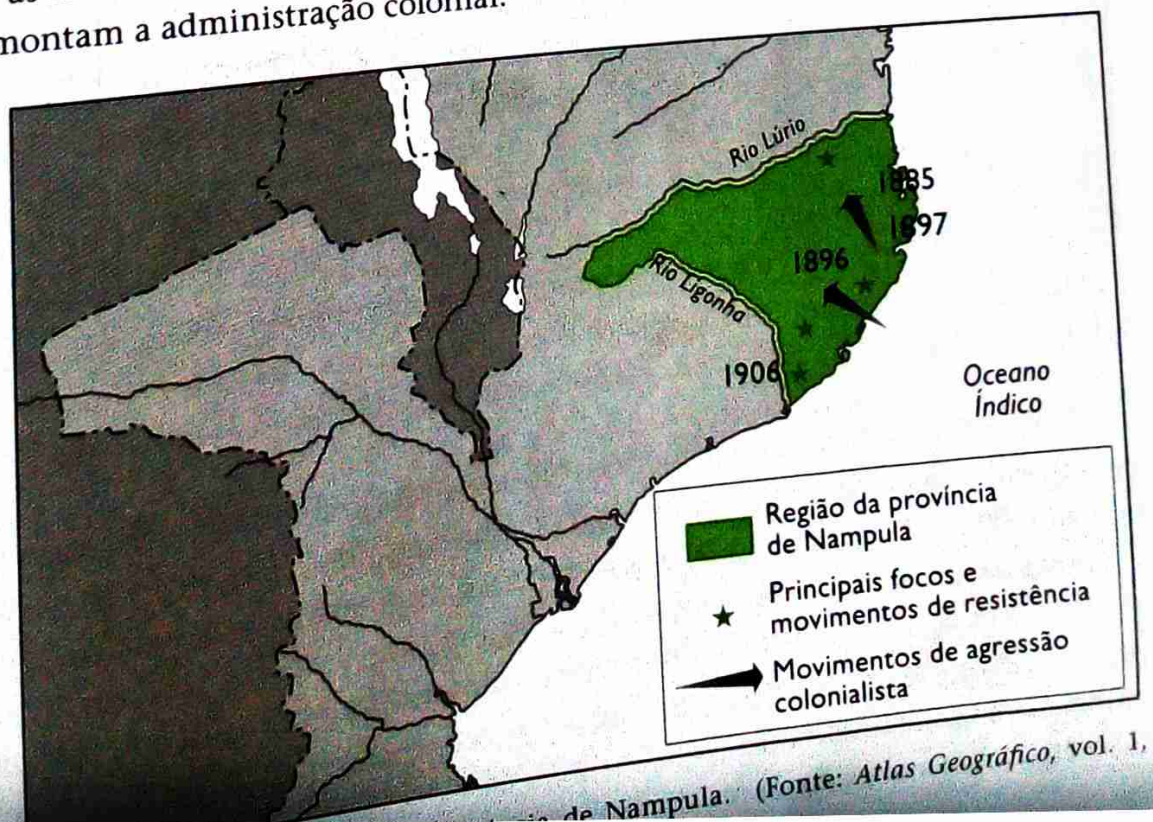
Esta situação política ajuda-nos a compreender as dificuldades que os Portugueses encontraram na ocupação do Norte de Moçambique. Vejamos seguidamente como tal ocorreu.

### A resistência na Província de Nampula

Comandados pelo comissário-régio Mouzinho de Albuquerque, os Portugueses procuraram, numa primeira fase, ocupar a região da Macuana em 1896 e 1897, sem grande sucesso.

Os chefes dos reinos afro-islâmicos, explorando a grande coesão social e ideológica que a linhagem dava às confederações guerreiras, souberam, como classe dominante, fazer uma guerra popular. Como estratégia de luta utilizaram o confronto, fazendo a guerrilha (Wita) ou razia (Otiman) e, em alguns casos, a diplomacia. Só as mulheres, as crianças, os doentes e os velhos estavam isentos da actividade guerreira. Destacaram-se os chefes Mocutu-Munu, Khomala, Kuphula, Molid Volay, Farelay e Mussa Quanto, entre outros.

Contando com o apoio de alguns chefes tradicionais da região, os Portugueses mudam de estratégia e, em 1905, voltam a atacar Nampula, partindo da costa para o interior e do norte para o sul. Destruindo as unidades políticas existentes, estabelecem a Capitania-Mor de Nampula. A partir de 1907, montam a administração colonial.



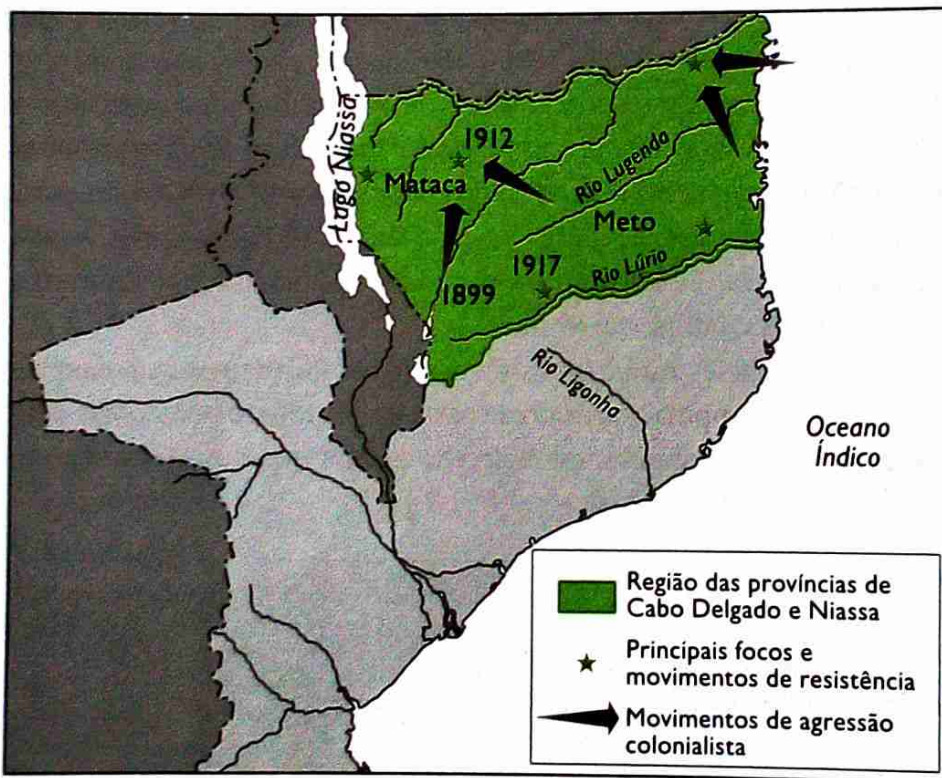
### A resistência nas províncias de Cabo Delgado e do Niassa

Tal como nas outras regiões de Moçambique, nos territórios que hoje constituem as províncias de Cabo Delgado e Niassa, os Moçambicanos resistiram à ocupação colonial. Utilizando o meio ecológico como arma e a tática da emboscada, os Mataca do Niassa e os Macondes do planalto de Mueda opuseram-se à presença portuguesa e à Companhia do Niassa.

Atenta na seguinte cronologia:

1890	Expedição portuguesa contra Mataca. Derrota dos Portugueses.
1891	Fundação da Companhia do Niassa. Nova expedição contra Mataca dirigida pela Companhia. Destruição de Mataca.
1900-1902	Ocupação de Mesumba e Metangula.
1908-1912	Nova campanha contra os Matacas: fim dos Matacas.
1913	Campanha contra os Maconde do planalto.
1920	Companhia do Niassa lança uma campanha militar contra os Macondes, último foco da resistência em Moçambique.

..... Fig. 16 Cronologia dos acontecimentos em Cabo Delgado e Niassa.



..... Fig. 17 A resistência em Cabo Delgado e Niassa. (Fonte: Atlas Geográfico, vol. 1, Ministério da Educação, 1986, p. 37.)

Como podes verificar, a resistência no Norte de Moçambique foi prolongada. As forças portuguesas, em combinação com as forças da Companhia do Niassa, não pouparam esforços para ocupar o Norte de Moçambique, encontrando aí uma tenaz resistência.

Apesar da resistência à ocupação e conquista militar, estas fracassaram devido: à competição e conflitos de interesses entre os diferentes grupos moçambicanos, a conflitos internos, às vantagens tecnológicas por parte de Portugal e à capacidade dos Portugueses de recrutar grande números de «colaboradores».

Porém, sobre a questão da resistência, os estudos mal começaram e muito falta investigar.

## Actividades

1. As guerras de resistência armada no Sul de Moçambique não terminaram com a prisão de Ngungunhane. Justifica a afirmação.
2. Como explicas as grandes dificuldades enfrentadas por Portugal na conquista do Centro de Moçambique?
3. Depois de ter estado sob o domínio de Gorongosa, o Estado de Bárue recuperou a sua independência de 1892 a 1905.
  - 3.1 Menciona o factor que determinou a subordinação do Estado de Bárue relativamente à Gorongosa.
  - 3.2 Que razões ditaram o fim da independência do Estado de Bárue em 1902?
  - 3.3 Explica a importância histórica da Revolta de Bárue de 1917.
4. Nos finais do século XIX, Portugal, como as outras potências coloniais, empenhou-se na «ocupação efectiva».
  - 4.1 Caracteriza três aspectos da situação política prevalente no Norte de Moçambique nas vésperas da «ocupação efectiva».
5. As primeiras iniciativas do processo de «ocupação efectiva» de Nampula, datadas de 1895 e 1896, fracassaram, de tal maneira que, em 1905, Portugal traçou um novo plano de ocupação de Nampula.
  - 5.1 Identifica uma das principais causas do fracasso das tentativas de ocupação de Nampula em 1895 e 1896.
  - 5.2 Descreve o plano de ocupação de 1905.
6. Faz um relato das resistências levadas a cabo por Farelay, Khomala, Marave e Molid Volay, entre outros.
7. Com o apoio do professor e com os teus colegas, procura dramatizar uma das acções de resistência em Moçambique.

## Vamos recordar...

- Após a Conferência de Berlim, Portugal lançou-se no processo de destruição das unidades políticas moçambicanas, destacando-se dois momentos principais: as campanhas de ocupação e conquista e a montagem da administração colonial.
- Perante a ocupação do seu território, os Moçambicanos resistiram para defender a sua soberania, independência e valores culturais.
- Nas resistências, lutaram recorrendo ao confronto directo, à aliança ou à diplomacia.
- Nas resistências adoptaram ideologias racionais e inovadoras: o princípio da soberania e a religião.
- As resistências fracassaram devido: à superioridade técnica e militar dos Portugueses; a erros tácticos e à falta de unidade entre os resistentes.
- As resistências nas regiões Centro e Norte foram mais prolongadas do que as resistências do Sul.

## A montagem do Estado colonial

À medida que ia pacificando Moçambique, o Estado colonial português foi montando o seu sistema de administração directa.

O objectivo principal era aproveitar a força de trabalho africana de uma maneira mais directa e permanente do que no período anterior. As formas deste aproveitamento iam da aplicação do trabalho forçado nas plantações e da comercialização dos produtos para o campesinato à venda de vinhos, têxteis e outros produtos portugueses aos Moçambicanos.

A política portuguesa reservava a Moçambique o papel de produtor de matérias-primas para a metrópole. Para se atingir esse objectivo, foram publicados decretos, regulamentos e outras determinações legais. Toda a legislação publicada entre o fim do século XIX e 1930 destinou-se a amordaçar os Moçambicanos no estreito e desumano perímetro da sua condição de «indígenas» e de trabalhadores forçados.

Em 1894, um decreto substituiu a pena de prisão dos «indígenas» nascidos no Ultramar (Angola, Moçambique, etc.) pela de trabalho correcional de 15 dias a um ano. Eram considerados indígenas todos aqueles que, nascidos no Ultramar, de pai e mãe «indígenas», não se distinguissem pela sua instrução e costumes do comum da sua raça.

O trabalho correcional, sucessivamente reinstituído nos **códigos de trabalho rural de 1890/92, 1899, 1911, 1914 e 1926**, tornou-se uma punição específica dos «indígenas».

A transformação de Moçambique numa colónia de produção foi acompanhada de dois pressupostos mutuamente condicionados:

- as colónias deviam produzir matérias-primas e, por consequência, deviam fornecer os produtores dessas matérias-primas;
- os produtores dessas matérias-primas pertenciam a raças inferiores e, como tal, deviam trabalhar para as raças superiores.

Nomeado comissário-régio de Moçambique em 1891, António Enes deu origem ao que certos historiadores chamam Escola de António Enes ou, mais objectivamente, Escola do Estado Colonial. Enes defendia a necessidade de mudanças no sistema de administração, insistindo na descentralização administrativa na governação das colónias. Dizia ele que «é em Moçambique que Moçambique deve ser governado».

Com efeito, em 1895, Enes criou a **circunscrição indígena** (inovação posta em prática pela primeira vez em Lourenço Marques), unidade administrativa em que o colonizador exercia – substituindo o que chamou «poder despótico dos chefes tradicionais» – as funções de administrador e juiz cumulativamente. Os indígenas eram divididos em **circunscrições** e estas, por sua vez, em **regedorias**. Unidades administrativas especiais nasceram para os colonos: os **concelhos**, divididos em **freguesias**.

Em 1907, durante o governo de Freire de Andrade em Moçambique (1906-1910), foi publicada a **Reforma Administrativa de Moçambique**. O seu autor foi Aires de Ornelas, discípulo de Enes.

A reorganização administrativa de Moçambique consistiu no seguinte: a Província foi dividida em cinco distritos (Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique); foi introduzido o sistema de administração das populações indígenas; criou-se a Secretaria dos Negócios Indígenas (SNI), que passou a supervisionar o recrutamento de trabalhadores para as minas e para uso interno.

Em 1910, corporizando esta ideia, surgiu em Lourenço Marques a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, que se especializou na inventariação, na catalogação e na distribuição da mão-de-obra para dentro e fora de Moçambique.

Foi também introduzida a carreira administrativa sistemática. Aos administradores foram atribuídos amplos poderes para o governo das populações indígenas e passou a ser-lhes exigido o conhecimento dos «usos e costumes indígenas e a prática de serviço no interior». Gestor da força de trabalho e juiz do bom comportamento dessa força de trabalho, o administrador tornou-se antropólogo de carreira, o pesquisador da organização social dos nativos. Quanto mais conhecida fosse essa organização social, mais eficiente seria o controlo judiciário e, portanto, mais rigorosamente seriam processados os fornecimentos laborais.

A coordenação de todos esses momentos estava a cargo da **Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração**<sup>7</sup> e cada administrador era um delegado – o Curador – dessa organização.

Em 1910, em Portugal, dá-se a queda da monarquia liberal e proclama-se a República. A nova Constituição, de 1911, recomendou a descentralização das Províncias Ultramarinas e que leis especiais servissem o estado de civilização de cada uma delas.

Pela Constituição Política de 1911, é criado em Lisboa o Ministério das Colónias. Foi abandonada a expressão «províncias ultramarinas» e em seu lugar passou a utilizar-se a expressão «Colónia de...», isto para justificar o tratamento especial que devia ser dispensado às populações das colónias; foi igualmente considerada a autonomia financeira de cada colónia, embora se previsse uma rigorosa fiscalização por parte da metrópole; foram elaboradas Cartas Orgânicas (revogadas em 1918, restabelecidas em 1919, alteradas em 1920 e modificadas mais tarde) e, entre 1890 e 1926, foram aprovados cinco regulamentos laborais, anteriormente referenciados.

O Estado colonial não só legislou sobre a obrigação moral e legal de os nativos trabalharem (de acordo com os Códigos de Trabalho de 1890, 1899, 1911, 1914, 1920), como organizou metódicamente os seus aparelhos repressivos: administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc. A função desses aparelhos era garantir, pela violência, a disponibilidade da força de trabalho, disponibilidade que se conhecia pelos recenseamentos, pelos impostos, pelos índices demográficos, pelos cartões de trabalho, etc.

Podemos concluir que, entre 1886 e 1930, se resumiam a dois os objectivos fundamentais do Estado colonial: em primeiro lugar, proceder à ocupação efectiva, isto é, construir o colonizado; em segundo lugar, servir o capital, isto é, particularizar esse colonizado essencialmente como trabalhador rural forçado ou como migrante para as minas da África do Sul.

O Estado Colonial português em Moçambique foi montado para servir os diversos interesses do capital internacional. Toda a legislação publicada entre o fim do século XIX e 1930 se destinou a manter e a reproduzir o modelo que tratava os Moçambicanos como indígenas e trabalhadores forçados. Por isso, podemos concluir que o Estado colonial usou mais os aparelhos repressivos e menos os aparelhos ideológicos.

<sup>7</sup> A Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração coordenava todos os assuntos relacionados com os indígenas, como, por exemplo, a inventariação e distribuição da mão-de-obra, o julgamento e a punição de todos aqueles que fugissem do trabalho forçado, a gestão da força de trabalho, a administração da justiça, etc.

## Actividades

1. Atenta na passagem seguinte: «[...] Portugal não é um país imperialista [...]. Portugal é um país colonialista atrelado ao Imperialismo, mas ele próprio pela sua natureza não é um país imperialista.» (Amílcar Cabral)
  - 1.1 Comenta a ideia de Amílcar Cabral expressa no texto, tendo em conta os seguintes aspectos:
    - a) envolvimento de Portugal na corrida imperialista europeia pela ocupação de África;
    - b) a ocupação, colonização e administração de Moçambique.
2. Menciona os momentos que precederam a criação do sistema de administração colonial em Moçambique.
3. Menciona algumas tarefas que eram da competência dos administradores coloniais.
4. A política colonial portuguesa reservava a Moçambique o papel de produtor de matérias-primas para a metrópole. Para se atingir esse objectivo, foram publicados decretos, regulamentos e outras disposições legais.
  - 4.1 Indica dois pressupostos mutuamente condicionados que acompanhavam a transformação de Moçambique numa colónia de produção.
  - 4.2 Explica o significado do Decreto de 1894.
5. Por que razão António Enes é considerado o pai da administração colonial portuguesa?
6. Qual era a função do Departamento da Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração criado no processo da reforma administrativa de Moçambique, publicada em 1907?
7. Explica o papel do Estado colonial português no período que vai até 1930.

## Vamos recordar...

- À medida que ia pacificando Moçambique, o Estado colonial português foi montando o seu sistema de administração directa.
- A política portuguesa reservava a Moçambique o papel de produtor de matérias-primas para a metrópole e consumidor dos produtos metropolitanos.
- António Enes é considerado o pai da administração colonial portuguesa. Este defendia uma certa descentralização política de Moçambique em relação à sua metrópole.
- Os objectivos fundamentais do Estado colonial eram dois: proceder à ocupação efectiva e servir o capital internacional.

### 4.2.3 A economia colonial

#### Características gerais

Uma das características principais do colonialismo português é o seu carácter dependente, pois toda a actuação do Estado colonial português estava subordinada ao capital estrangeiro não português. A economia moçambicana era essencialmente de serviços, uma reserva de força de trabalho e um campo aberto ao investimento estrangeiro. Por isso, não é de admirar que tenha cedido dois terços de Moçambique ao capital estrangeiro sob a forma de Companhias e

transformado o Sul de Moçambique num reservatório de mão-de-obra para as minas e plantações sul-africanas. Outra característica a destacar é a violência da ordem colonial, como atesta a memória dos colonizados e os documentos comprovam.

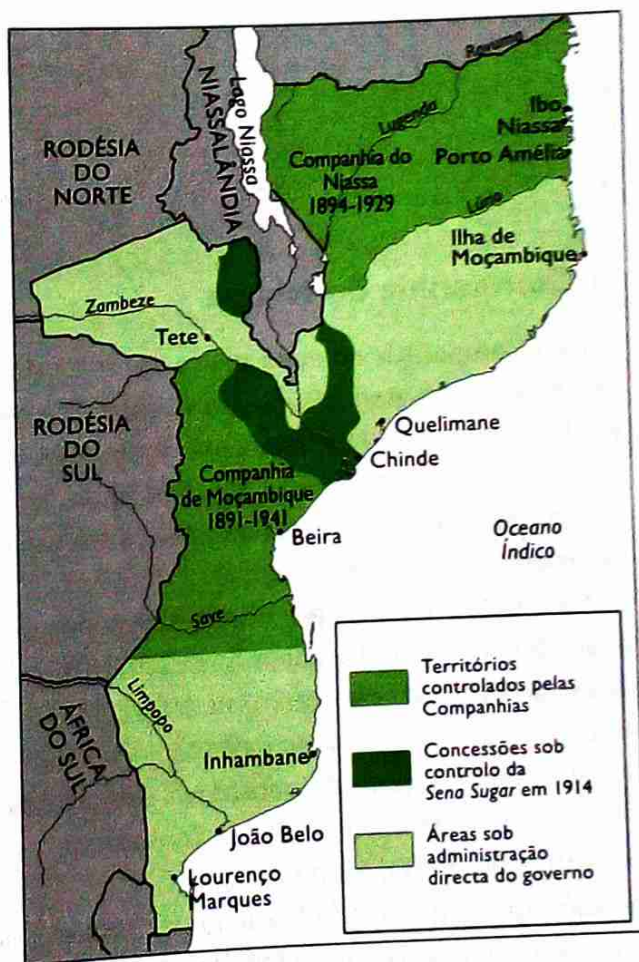
Finalmente, deve indicar-se a corrupção que se desenvolvia nas relações económicas e sociais. Deste modo, através do Decreto de 30 de Julho de 1890, o rei português declara que: «o sistema de organização em grandes companhias é o único que presentemente pode ser aplicado com vantagens nos nossos domínios ultramarinos» (Souto, *op. cit.*, p. 160).

Assim, foram criadas Companhias Majestáticas, que tinham direitos soberanos: de administração, de lançar, colectar e cobrar impostos portuários, de propriedade, de serviços, de saúde, de palhota e de capitação, alfandegários, de ter um serviço postal, de alugar subconcessões, de construir infra-estruturas de transporte (caminhos-de-ferro), de passar licenças comerciais, de possuir forças militares e policiais, etc. Com todos estes poderes, estas tornaram-se verdadeiros Estados dentro do Estado. A sua identidade principal girava à volta de um amplo controlo da população africana e da sua força de trabalho.

Para assegurar que os interesses políticos e financeiros de Portugal não fossem minados, foi elaborado um conjunto de medidas de controlo, como a colocação de comissários portugueses junto das administrações das Companhias<sup>8</sup>, a cobrança de determinadas percentagens em cada imposto cobrado, etc. Muitos portugueses pensavam, na altura, que o sistema de Companhias podia ser a solução ideal para o estabelecimento da ocupação efectiva e para impedir a expansão inglesa.

No fundo, as razões objectivas que levaram à criação das Companhias foram:

- o atraso económico de Portugal, país essencialmente agrícola, com uma indústria de carácter oficinal e dependência do estrangeiro;
- o facto de não serem necessárias matérias-primas por não haver indústrias que requeressem a sua transformação;
- a falta de autonomia financeira de Portugal, semicolónia inglesa, que lhe permitisse promover a ocupação efectiva dos seus territórios;
- a valorização das economias coloniais.



..... Fig. 18 As companhias concessionárias em Moçambique. (Fonte: Serra, Carlos, *op. cit.*, p. 210.)

<sup>8</sup> Serra, Carlos (coord.), *História de Moçambique*, vol. II, 1999, p. 62.

A criação do sistema de Companhias originou:

- a destruição da infra-estrutura económica africana;
- o investimento directo de capital estrangeiro multinacional; o surgimento de uma macro e microestrutura, típica de países colonizados.

## O Norte e a Companhia do Niassa

A sociedade do Norte de Moçambique, dividida em pequenos reinos afro-islâmicos (xecados de Quitangonha, de Sancul, de Sangage e Sultanato de Angoche), em chefaturas (Imbamela, Marrovene, Mulai, Chaca, Eráti e Meto), confederações de chefaturas (Namarrais) e sociedades linhageiras (Macondes), opôs-se sempre à penetração estrangeira.

Como foi referido anteriormente, todos os chefes afro-islâmicos, explorando a grande coesão social e ideológica que a linhagem dava às confederações guerreiras, resistiram à dominação portuguesa até ao segundo decénio do século XX. A ocupação militar-colonial dos territórios que hoje constituem as províncias de Cabo Delgado e Niassa efectivou-se em quatro momentos. Na segunda fase da ocupação, os Portugueses entregaram, em 1891, os territórios de Cabo Delgado e Niassa à Companhia do Niassa. Em Nampula, Cabo Delgado e Niassa, a produção para o mercado, o imposto de palhota e a venda da força de trabalho para o estrangeiro e outras regiões do país constituíram a base da exploração capitalista no período 1886-1930.

## A Companhia do Niassa

Esta Companhia obteve a sua carta em 21 de Setembro de 1891, por 25 anos (que, mais tarde, foram alargados para 35 anos). A Companhia não foi formada senão em Março de 1893 e apenas em Setembro de 1894 tomou posse formalmente dos territórios que compreendiam os territórios do Niassa e Cabo Delgado e algumas ilhas que se situavam próximo da costa. Era um território que se estendia do Rovuma ao Lúrio, com uma superfície aproximada de 160 mil quilómetros quadrados.

A Companhia devia pagar ao governo português 7,5% do lucro líquido total ou 10% quando o dividendo pago em acções subisse para 10% ou mais. A Companhia utilizou as seguintes formas de exploração económica:

- cobrança do imposto de palhota;
- exportação de mão-de-obra para a África do Sul (até 1913), Zaire (actual República Democrática do Congo), Mombaça e Baixa Zambézia;
- utilização do trabalho forçado;
- monopólio de taxas aduaneiras de importação e exportação do comércio de armas de fogo, do fabrico e da venda de bebidas alcoólicas, da exportação de esponjas, corais, pérolas e âmbar da costa e de ilhas situadas na sua área da sua jurisdição;
- utilização de milhares de homens no transporte de mercadorias a longa distância.

Os principais produtos de exportação foram as oleaginosas (França e Holanda), a urzela, a cera, o pau-preto, a borracha e o café (Zanzibar), a goma copal, o milho, o arroz, a mexoeira, o gergelim, o feijão, a mandioca, etc., que exportava, em pequenas quantidades, para outros territórios de Moçambique.

Segundo Carlos Serra (*op. cit.*, pp. 244-246), a actuação da Companhia do Niassa pode ser dividida em quatro períodos:

### 1.º Período: 1891-1898

Vagos projectos de desenvolvimento do Niassa (nome que designava na época as actuais províncias de Cabo Delgado e Niassa). A direcção financeira da Companhia do Niassa passou de Lisboa para Londres. Na realidade, o objectivo principal era o desenvolvimento económico da região, mas a influência da Companhia não se estendeu a mais do que a alguns pontos isolados da costa. O acontecimento mais importante foi a introdução do imposto de palhota em 1898.



..... Fig. 19 Trabalhadores na extracção de copra, 1930.

### 2.º Período: 1899-1913

- Abandono dos projectos de ocupação e desenvolvimento do território.
- 1905 – Início da exportação de mão-de-obra para a África do Sul.
- 1913 – Interrupção do trabalho migratório para a África do Sul.

Neste período, a Companhia transformou-se numa força de conquista e ocupação. Em 1912, por exemplo, a Companhia atacou, em conjunto com as forças portuguesas, os territórios de Mataka.

Ainda durante este período, vários acontecimentos e mudanças dos interesses capitalistas (entre 1897-1908, a Companhia foi administrada sucessivamente por três grupos financeiros: *Ibo Syndicate*, em 1897, *Ibo Investment Trust*, em 1899, e *Niassa Consolidated*, em 1908) levaram a que, por volta de 1909, a Companhia abandonasse o objectivo do desenvolvimento económico e passasse a ser, sobretudo, fornecedora de força de trabalho migrante, em particular para as minas de cobre do Catanga (actual Shabba, na República Democrática do Congo), para a construção do porto de Mombaça e para algumas Companhias da Baixa Zambézia (Companhia do Boror).

### 3.º Período: 1914-1918

- O mundo encontrava-se mergulhado na I Guerra Mundial. Os territórios da Companhia foram invadidos pelas forças alemãs.
- Combates entre imperialistas (Alemães, Portugueses e Ingleses), envolvendo as populações moçambicanas, caracterizam este período.
- A Companhia muda de mãos em 1913-1914, passando para um consórcio bancário alemão que obteve a maioria das acções da *Niassa Consolidated*. Porém, o governo britânico confiscou-as em 1917, vendendo-as posteriormente a um grupo inglês.

#### 4.º Período: 1919-1929

- Após ter conseguido mais dinheiro, a Companhia organiza uma expedição contra os Macondes, entre 1919-1920, último foco de resistência no Norte de Moçambique.
- Durante este período, a Companhia virou-se para o aumento do nível do imposto de palhota como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera. A crise financeira prosseguiu e novos acordos foram feitos com o governo português, passando a administração da Companhia para o Estado colonial português em 1929.

No entanto, a Companhia do Niassa não conseguiu rentabilizar o seu investimento e entrou em declínio, pelas seguintes razões:

- as suas terras eram menos promissoras do que as da Companhia de Moçambique;
- não estava estrategicamente posicionada;
- não conseguia atrair capitais;
- a resistência dos Yao e dos Macondes elevaram os custos da administração;
- a cobrança/aumento de impostos conduziu ao despovoamento dos seus territórios.

### Actividades

- Procura na biblioteca da escola, ou outra, materiais que te permitam reconstituir a História da Companhia do Niassa. Nessa reconstituição, deves ter em conta os seguintes aspectos:
  - a) a periodização da História da Companhia do Niassa e principais acontecimentos;
  - b) o papel dos grupos financeiros;
  - c) as formas de exploração desses grupos financeiros;
  - d) o declínio da Companhia.

### Os prazos e a Companhia da Zambézia

O declínio dos prazos na segunda metade do século XVIII possibilitou, nos primórdios do século XIX, o aparecimento de Estados cujas dinastias reinantes, profundamente envolvidas no comércio de escravos, questionaram a soberania portuguesa. Pressionado pelas grandes potências imperialistas, Portugal procedeu à «ocupação efectiva» da Zambézia e destruiu aqueles Estados, enquanto em 1890 fazia promulgar legislação que, repondo muitas das características dos antigos prazos da Coroa, atraiu o capital internacional e fomentou o desenvolvimento do sistema de plantações destinadas às indústrias europeias.

Recenseamentos, trabalho forçado, baixos salários, exploração desenfreada dos recursos naturais e migrações caracterizaram a penetração imperialista na Zambézia, entre 1890 e 1930.

Sobre a origem dos prazos e seu desenvolvimento falámos já nas páginas anteriores. Recorda que praticamente toda a margem direita do Zambeze, desde Tete até à foz do oceano Índico, se encontrava partilhada pelo Estado de Massangano (da família Cruz) e pelo Estado de Gorongosa (de Manuel António de Sousa). Na margem esquerda do mesmo rio, os Estados da Macanga (da família de Caetano Pereira) e de Massingire (família Vaz dos Anjos) dominavam uma área que ia do rio Chire ao território Undi, em Tete. Na Maganja, dominava João Bonifácio da Silva (o «Mpasso»), grande mercador de escravos, cujas ambições expansionistas o levaram a entrar em guerra com Mussa Quanto de Angoche.

Extintos pela primeira vez em 1832 por um decreto régio, em 22 de Dezembro de 1854, um outro decreto «extinguiu», pela segunda vez, os prazos da Coroa, mandando reverter para o Estado as terras possuídas em três gerações. Apesar de extintos na lei, os prazos existiam de facto. Por isso, o governo colonial em Moçambique procurou reverter a situação em seu favor, reestruturando o velho esqueleto dos prazos e transformando-os em plantações.

Assim, em 1888, o governo português nomeou uma comissão encarregada de estudar a introdução de reformas nos prazos. Um ano depois, a comissão identificava três tipos de prazos no vale do Zambeze:

- os prazos de fazenda industrial, que fabricavam tijolos e produziam bebidas alcoólicas;
- os prazos fiscais, que cobravam o mussoco;
- os prazos feudais.

Perante este quadro, a comissão concluiu que Moçambique não reunia condições para ser uma colónia de povoamento ou colónia comercial, mas para **colónia de plantação**. Assim, sugeriu que se mantivesse o sistema de prazos para se incrementar o sistema de plantações e que parte do **mussoco** fosse cobrado em trabalho.

Com base nesse relatório, em 18 de Novembro de 1890 publicava-se um decreto do futuro comissário-régio de Moçambique, António Enes, que num dos artigos dizia o seguinte: «O arrendatário fica obrigado a cobrar dos colonos, em trabalho rural, pelo menos metade da capitação de 800 réis, pagando esse trabalho aos adultos na razão de 400 réis por semana e aos menores na de 200 réis.»

Lê o seguinte texto:

Enquanto à província não afluírem capitais que queiram empregar-se na grande ou pequena cultura, o regime dos prazos da coroa parece-me recomendável não só para a Zambézia, senão para muitas outras regiões susceptíveis de aproveitamento agrícola. Além de ter a vantagem essencial [...] de fornecer braços ao agricultor, assegura-lhe uma receita, a do mussoco, que ajuda a esperar pelos rendimentos da terra, e que poderá aumentar quase indefinidamente [...]. Se há meios práticos de encaminhar para Moçambique capitais e capitalistas portugueses, aprovo-vos todos [...]. Mas se estas ofertas e promessas não podem ser aproveitadas pelo capital nacional, porque o não há ou não é empreendedor, atraia-se o capital estrangeiro, até porque talvez ele consiga arrastar atrás de si o português [...]. Não se imagine que com braços portugueses, e só com braços, embora ajudados pelo Estado, se pode substituir ou dispensar o capital. Nem sequer se pode cravar mais fundo a haste da bandeira nacional. Presentemente há na cidade de Lourenço Marques muitos Portugueses [...] mas como eles só têm os braços e os estrangeiros o dinheiro [...] Braços, bastarão os dos indígenas [...].

Enes, António, *Moçambique*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946, pp. 96 e 254.



..... Fig. 20 Romão de Jesus Maria: senhor do prazo da Zambézia, 1889.

Enes abria as portas da Zambézia ao capital internacional através da modernização da velha renda em géneros, que era o mussoco.

## A Companhia da Zambézia

Fundada em 1892 (nasceu da fusão da Sociedade dos Fundadores da Companhia Geral da Zambézia, criada em 1880, com a *Central Africa and Zoutpamberg Exploration Company*), a Companhia da Zambézia não possuía direitos majestáticos. Era uma companhia arrendatária. A maior parte das acções foram compradas por sul-africanos, ingleses, alemães, franceses e pelos príncipes do Mónaco, encontrando-se as duas sedes principais em Lisboa e Paris. Exercendo as suas actividades numa área de cerca de 110 000 km<sup>2</sup>, cobria os terrenos agrícolas mais férteis de Moçambique.

O decreto de 24 de Setembro de 1892 concedia à Companhia da Zambézia a administração por conta própria e pelo período de dez anos dos prazos da Coroa situados a norte do rio Zambeze e a oeste dos rios Luenha e Mazoi. O sistema de prazos, legislado em 1890, permitiu à Companhia um extenso controlo sobre a força de trabalho (os camponeses tinham de pagar metade do mussoco em trabalho rural e a outra em dinheiro) e sobre os recursos naturais do seu território, bem como o monopólio de mercado sobre a produção camponesa.

### Saber mais...

#### Mussoco

O mussoco foi um dos mecanismos de que o colonial-capitalismo se serviu para angariar periodicamente a mão-de-obra necessária. Não era um simples mecanismo fiscal imposto aos trabalhadores que estes pudessem pagar com o produto da venda de alguma mandioca, de coco ou de peixe: era também **obrigatoriedade** de trabalho nas plantações (nas plantações, os trabalhadores estavam organizados em grupos chamados **ensacas**, à testa das quais se encontrava um chefe, o **seunda**. A organização em ensacas tinha como objectivo minimizar o absentismo dos trabalhadores e era uma adaptação dos velhos métodos zambezianos dos senhores da guerra e de terras dos séculos passados, que agrupavam também em ensacas os seus batalhões de guerreiros, os A-Chicundas). O mussoco garantia a mão-de-obra de que o capital precisava, a produção de sementes para a exportação e alimentação dos trabalhadores e a acumulação primitiva de capitais.

#### Impacto do mussoco e do trabalho nas plantações:

- Emigração maciça de produtores para áreas de companhias menos exigentes, para territórios sob controlo do Estado ou para o exterior. As causas da emigração foram, fundamentalmente, as seguintes: diferença entre os montantes dos impostos cobrados em Moçambique e fora de Moçambique; serviços forçados após a liquidação do mussoco; serviços gratuitos a prestar ao Estado; vexames sofridos no recrutamento de voluntários.
- Destruição da infra-estrutura económica africana local.
- Semiproletarização do campesinato.

Para a região, a presença da Companhia da Zambézia significou:

- a implementação da economia de plantações em regime de monocultura para a produção de matérias-primas;
- o desenvolvimento de um sistema de vias de comunicação e de transportes.

Outras companhias sem direitos majestáticos foram surgindo, nomeadamente: a Companhia do Boror (1898); a Companhia do Açúcar de Moçambique (1890), que se transforma na *Sena Sugar Factory* em 1910 e em *Sena Sugar Estates* em 1920; a *Société du Madal* (1904); a Empresa Agrícola do Lugela (1906); a Companhia do Búzi.



Fig. 21 Prazo da Companhia da Zambézia.



Fig. 22 Exploração da *Sena Sugar Estates*, 1929.

### Actividades

- I. Procura na biblioteca da escola, ou outra, materiais que te permitam reconstituir a História da Companhia da Zambézia. Nessa reconstituição, deves ter em conta os seguintes aspectos:
  - a) a acção do estado colonial e a transformação dos prazos em plantações;
  - b) o surgimento da Companhia;
  - c) o impacto do mussoco e do trabalho nas plantações para a população camponesa.

### O Centro e a Companhia de Moçambique

A ocupação de Manica e Sofala pela Companhia Majestática de Moçambique marca, na história da região, a transição do período mercantil para o período da dominação imperialista.

Esta transformação qualitativa foi possível pela intervenção directa do capital na esfera produtiva, engendrando no seio das estruturas pré-capitalistas novas formas de produção determinadas pelas necessidades de acumulação capitalista à escala mundial.

A actuação do capital deixou de ser somente a circulação de mercadorias para se centrar, sobretudo, na produção de mercadorias, explorando, sob diversas formas, a força de trabalho da população local nas plantações, nas machambas e na extracção mineira, dominando e controlando a produção camponesa.

### A Companhia de Moçambique

A Companhia de Moçambique teve como predecessoras a *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze* (1878/79), a Companhia de Ophir (1884), que foi criada como companhia mineira em 1888 e reconstituída como Companhia Majestática em 1891, tendo sido instalada definitivamente nos territórios de Manica e Sofala em Maio de 1892. A concessão foi-lhe atribuída por 50 anos pelo Decreto de 17 de Maio de 1897 (terminaria em 1942). Uma figura-chave para o desenvolvimento desta companhia foi a de Paiva de Andrade (1846-1928).

Os direitos concedidos à Companhia incluíam:

- o monopólio do comércio;
- o exclusivo das concessões mineiras e de pesca, ao longo da costa;
- o direito de colectar impostos e taxas;
- o direito de construir e explorar portos e vias de comunicação;
- o privilégio de concessão a terceiros e dos encargos daí derivados;
- privilégios bancários e postais (incluindo a emissão de moedas e selos);
- o direito de transferência de terras a pessoas individuais e colectivas.

Em contrapartida, o governo português reservava-se o direito de receber 10% dos dividendos distribuídos e 7,5% dos lucros líquidos totais, bem como a garantia de recuperação do território pela administração portuguesa, uma vez expirado o contrato. A Companhia obrigava-se a manter portuguesa no estatuto e a instalar a sua sede em Lisboa.

O controlo do capital estrangeiro por Portugal efectuava-se através dos seguintes mecanismos:

- imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa;
- obrigatoriedade de ratificação, pelo governo português, das leis e dos regulamentos a serem implementados no território.



A competição entre os capitais britânicos e franceses dava uma certa margem de manobra ao governo português, que, porém, precisava de aprovar todas as medidas favoráveis à implantação de capitais no território.

As principais moedas que circulavam nos territórios da Companhia eram a rupia da Índia inglesa, os pesos Maria Teresa, as patacas mexicanas, os *shillings* e as moedas portuguesas de cobre e prata.

..... Fig. 23 Publicidade da Companhia de Moçambique.

A exploração económica levada a cabo pela Companhia de Moçambique nos territórios de Manica e Sofala, entre 1892 e 1942, assentou nos seguintes aspectos fundamentais:

- colecta de impostos: mussoco e imposto de palhota;
- desenvolvimento de actividades especulativas baseadas na apropriação privada da terra; concessão de terrenos para explorações agrícolas, mineiras, construções, etc. A política concessionária da Companhia de Moçambique, atraindo capitais e colonos para o território, criou condições para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista de plantação e machambas coloniais, baseadas na exploração de força de trabalho barata. Com papel acessório, desenvolveram-se também pequenas indústrias-satélites (açúcar, algodão, chá e tabaco);
- desenvolvimento de actividades especulativas baseadas na comercialização dos excedentes agrícolas da produção comercial camponesa;
- trânsito de mercadorias de e para a Rodésia.

### O sistema tributário (o mussoco e o imposto de palhota)

A institucionalização do regime de impostos no território marcou o início de um processo de transformação da economia camponesa de subsistência para a economia virada para o mercado. O regime de impostos obrigatórios foi um dos instrumentos fundamentais de compulsão do campesinato para o trabalho assalariado e uma das principais fontes directas de obtenção de receitas por parte da Companhia.

O mussoco não era uma instituição nova nas relações sociais a norte do rio Púngoè. Os camponeses, através do mussoco, renda em géneros, canalizavam parte dos seus excedentes agrícolas para a elite prazeira, sendo, muitas vezes, utilizados para a alimentação dos A-Chicundas. Era cobrado também em produtos exóticos para a exportação (marfim, mel de abelha, etc.). Com a crescente penetração do capitalismo colonial, o mussoco passou a ser cobrado em trabalho e, depois, em dinheiro, o que exprime uma profunda mudança nas relações sociais de produção.

O imposto de palhota foi introduzido ao abrigo do decreto de 9 de Julho de 1892 e cobrado à luz do Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892 – os proprietários de palhotas ou cubatas situadas no interior do território ficavam obrigados ao pagamento do imposto anual de 900 réis por palhota ou cubata utilizada como habitação.

No início (1890), este imposto podia ser cobrado em dinheiro ou géneros. A partir de 1894, passou a ser cobrado obrigatoriamente em dinheiro. O não cumprimento desta obrigação era punido com trabalho forçado durante o número preciso de dias necessário para que se perfizesse o quantitativo do imposto, acrescentado de 50%.

Como o salário era quase fictício, esta medida tornou-se, de facto, um mecanismo de angariação de mão-de-obra gratuita.

Portanto, o **mussoco** e o **imposto de palhota** eram um mecanismo de dominação do capital sobre o trabalho.

O regime de **Caderneta Individual Indígena** então instalado e o aperfeiçoamento do **recenseamento colonial** permitiram à Companhia um maior controlo sobre a população e, conseqüentemente, a obtenção de mais receitas resultantes da cobrança dos impostos.

### A política concessionária

A política concessionária da Companhia de Moçambique baseava-se no direito de posse sobre a terra conferido por uma Carta Concessionária. Para a Companhia, o arrendamento da terra às empresas subsidiárias ou aos colonos constituía uma actividade especulativa muito rentável.

Existiam diferentes tipos de concessões: concessões mineiras; concessões na infra-estrutura dos transportes; concessões agrícolas; concessões para construção.

### Concessões mineiras

O arrendamento de terrenos para a exploração de pedras e metais preciosos e de minas em geral, concentrava-se na actual província de Manica, na qual se vivia o mito do ouro.

Várias sociedades adquiriram *claims* (terrenos) em volta de Macequece, iniciando-se a prospecção e exploração mineiras (ouro). Para melhor satisfazer as necessidades de mão-de-obra barata, com vantagens e facilidades para as empresas mineiras, a Companhia de Moçambique instalou em Macequece uma delegação do Serviço dos Negócios Indígenas. O Fundo de Crédito Mineiro proporcionava aos concessionários a assistência financeira necessária.

Mas pouco desenvolvimento foi atingido na actividade mineira em Manica e muitos dos empreendedores caíram na bancarrota, por insuficiência de capitais. Como já havia acontecido na Rodésia em 1907, o mito do ouro de Manica rapidamente se desvaneceu.

### Concessões na infra-estrutura dos transportes

As concessões mais importantes foram feitas à *The Beira Railway*, sociedade formada com capitais britânicos (da *British South Africa Company*), que construiu o caminho-de-ferro Beira-Macequece, conforme o acordo de fronteiras de 11 de Junho de 1891. As obras de construção, da Beira a Untáli, foram concluídas a 10 de Julho de 1900.

Em 1925, um contrato celebrado entre a Companhia de Moçambique e a *The Port of Beira Development Corporation*, culminou com a construção do Porto da Beira, concluído em 1929.

Estes empreendimentos permitiram à Companhia:

- beneficiar das receitas derivadas dos direitos alfandegários sobre a importação e exportação e o trânsito de mercadorias de e para a Rodésia;
- dinamizar o incremento da agricultura colonial e das minas em Manica, baixando consideravelmente os custos de transporte;
- facilitar o escoamento dos excedentes da produção comercial camponesa.

Estas concessões permitiram também a integração da economia de Moçambique no espaço económico da África Austral, mediante uma articulação estrutural directa com necessidades de acumulação de capital nas colónias vizinhas (Rodésia e África do Sul).

### Concessões agrícolas

Só a partir de 1895/96 é que apareceram algumas concessões de relativa importância. Entre as concessões mais importantes feitas nesses anos, contam-se: a concessão do Prazo de Gorongosa à Companhia de Gorongosa (1895); o arrendamento do Prazo de Chupanga à Companhia de Luabo; concessões de terrenos em Marromeu, Búzi e Moribane, respectivamente, à Sociedade Açucareira da África Oriental (1900); Companhia Colonial do Búzi (1898); Companhia de Moribane e muitas outras.

A actividade produtiva agrícola desenvolveu-se segundo dois eixos principais:

- economia de plantação com culturas viradas para o mercado externo, como a sacarina, o coqueiro, a borracha, o algodão e outras;
- machambas com culturas de milho, fruticultura e horticultura.



..... Fig. 24 Trabalhos de construção da *Beira Railway Company*, finais do século XIX.

### a) Economia de plantação

As plantações, monoculturas em grande escala, exigiam grandes quantidades de capitais, embora dependendo da mão-de-obra barata (trabalho forçado), e foram desenvolvidas pela Companhia de Moçambique, por algumas subconcessionárias (Companhia Colonial do Búzi, Companhia de Açúcar de Moçambique, *The Sena Sugar Factory*, ...) e também por alguns colonos nas margens do Zambeze e do Búzi. Deste sector saía, a partir dos anos 20, uma grande parte das exportações do território.

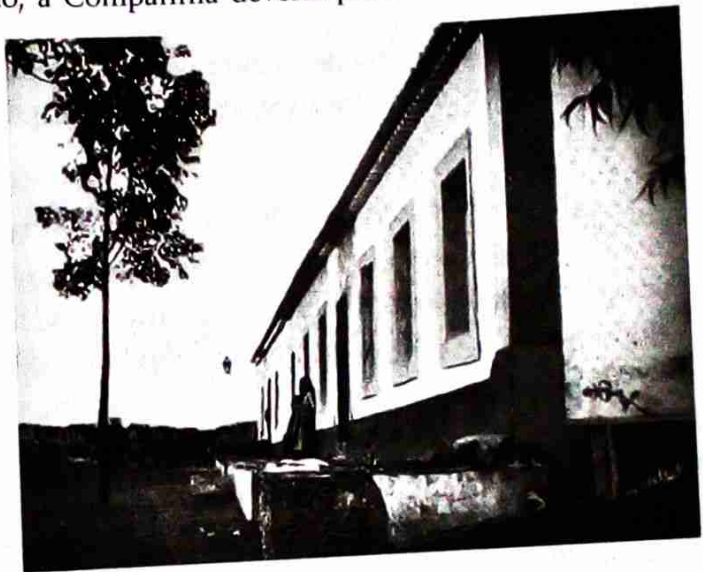
### b) A agricultura dos colonos em Manica e Sofala

A Carta Orgânica da Constituição da Companhia obrigava-a, perante o governo português, a instalar no seu território, nos primeiros cinco anos de actividade, mil famílias de colonos portugueses ou seus descendentes. Neste sentido, a Companhia deveria providenciar os seguintes adiantamentos aos colonos: habitação; terrenos de cultura; alfiadas agrícolas, fertilizantes e outros elementos produtivos.

Os primeiros anos foram desastrosos para os colonos: mortes, desaparecimentos, fugas para os territórios vizinhos por motivo de insolvência e troca de agricultura pela actividade comercial foi o saldo das actividades dos colonos.

A causa do fracasso da colonização teria residido na falta de capital e de preparação técnica ou de experiência prática de agricultura, numa altura em que o conhecimento das condições agrícolas da região eram diminutas. Tal situação tornava-os dependentes do apoio da Companhia em tudo.

No entanto, a partir de 1910, e com a subida ao governo do território do ex-chefe da circunscrição de Manica, João Pery de Linde, firme defensor dos interesses dos colonos, a Companhia começou a ganhar confiança na agricultura dos colonos pela importância que a sua produção poderia ter no abastecimento do mercado interno, sobretudo da comunidade colonial, cada vez mais numerosa. Assim, a Companhia intensificou a sua política de atracção de mais colonos, oferecendo-lhes consideráveis vantagens.



..... Fig. 25 Casa de colono, 1915.



..... Fig. 26 Casa de colono e casa de trabalhadores africanos em pequena fazenda agrícola, 1929.

Foram estas:

- crédito agrícola;
- assistência técnica (aluguer de máquinas, fornecimentos de fertilizantes, distribuição de sementes e sacos);
- cedência de terras férteis;
- facilidades na angariação de mão-de-obra barata;
- facilidade de os colonos pagarem em longas prestações os preços das suas concessões.

As propriedades dos colonos concentravam-se ao longo da linha férrea Beira-Macequece e o milho representava a cultura principal, destinando-se ao consumo interno e à exportação. Também se praticava a fruticultura e horticultura.

Entre 1892 e 1942, a história da agricultura dos colonos foi marcada por uma violenta luta entre a classe dos agricultores colonos apoiada pela Companhia e o campesinato africano. O objectivo dos agricultores colonos era não só transformar o campesinato africano numa força de trabalho barata mas sobretudo impedir a concorrência da agricultura comercial camponesa no mercado, que ameaçava a sobrevivência da população colona, particularmente daquela que cultivava milho.

### c) A pequena produção familiar camponesa nos territórios de Manica e Sofala

A agricultura familiar tinha uma importância relativamente pequena para o equilíbrio da balança comercial do território, pois, além do algodão, poucos eram os produtos dos camponeses utilizados para a exportação.

Os produtos que mais se destacavam na agricultura familiar eram, além do algodão, a borracha, o milho, o arroz, a mandioca, a mapira, a mexoeira, os feijões e as oleaginosas, cujos excedentes eram comercializados para complementar a dieta alimentar dos trabalhadores.

A cultura do algodão ocupava o primeiro lugar entre os produtos destinados à exportação. A Companhia distribuía gratuitamente as sementes, detinha o monopólio da comercialização, fixava os preços e garantia a supervisão geral. Sendo uma cultura quase inteiramente sob o controlo da Companhia, os camponeses tinham de vender o produto a preços fixados pela mesma, por vezes muito desvantajosos.

Na economia do território, o milho representava a cultura mais importante pelo seu papel na alimentação da população em geral e dos trabalhadores em particular. A mesma importância tinha a mandioca, dada a sua abundância e facilidade de produção.

Como produtor para o mercado, o campesinato especializou-se na produção de algodão e na extracção da borracha, dois dos principais produtos de exportação. Além disso, o campesinato abastecia o mercado interno com produtos como o milho, a mandioca e outros, destinados à alimentação dos trabalhadores das empresas e outros sectores.

### A política laboral

O capitalismo colonial só se podia desenvolver através do domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, nas machambas, nas explorações mineiras e noutros sectores.

Contudo, os camponeses, possuindo meios de vida próprios, não tinham no trabalho assalariado a sua fonte de sobrevivência. Para levar os camponeses com terras e outros meios a tornarem-se assalariados foi necessário desde logo uma violência extra-económica capaz de os arrastar para o trabalho assalariado e também forçado.

O campesinato encontrava na produção doméstica uma fonte suficientemente remunerada para as suas necessidades, manifestando-se pouco receptivo às solicitações de trabalho. Por isso, a Companhia de Moçambique teve de utilizar outros métodos para garantir o fornecimento de mão-de-obra a preços baixos e o conseqüente desenvolvimento da economia colonial. A primeira medida tomada foi a institucionalização do imposto em dinheiro.

Para centralizar o recrutamento e a distribuição de mão-de-obra, criou-se, em 1895, a Inspeção-Geral dos Negócios Indígenas, repartição central responsável pela direcção superior de todos os assuntos relativos às relações com a população africana, particularmente a cobrança de impostos e o fornecimento de trabalhadores para os serviços da Companhia e de particulares, bem como a relação com os chefes tribais.

Em 1907, entrou em vigor a principal legislação de trabalho aprovado pelo governo português para o território, nomeadamente: o Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas no território da Companhia de Moçambique; o Regulamento para Fornecimento de Indígenas a Particulares no Território de Manica e Sofala; o Regulamento para o Recrutamento de Indígenas de Manica e Sofala. Três aspectos essenciais ressaltam desses regulamentos:

#### **a) A institucionalização do trabalho forçado**

Impunha-se, pela lei, a obrigatoriedade de prestação de trabalho assalariado por todos os indivíduos em idade activa. Nos termos dessa lei, o camponês via-se perante um dilema: ou vender coercivamente a sua força de trabalho ou dedicar-se a culturas viradas para a exportação - em ambos os casos, em detrimento da economia familiar de subsistência.

#### **b) Estabelecimento de um rigoroso sistema de controlo da força de trabalho**

A Companhia determinou que cada trabalhador devia ser portador de um certificado declarando o tempo de serviço prestado e as respectivas datas de início e de termo do contrato. Para complementar esta medida, em 1926/7 entrou em vigor o regime de Caderneta de Identificação Indígena para os indivíduos do sexo masculino com idade aparente ou provada superior a 14 anos. Na referida caderneta registavam-se os contratos de trabalho cumpridos e a sua história criminal. Os chefes de circunscricção e os seus subordinados, régulos ou inhacucua, chefes de povoação ou fumos, sipaios e outros auxiliares foram incumbidos de garantir o cumprimento deste sistema.

#### **c) Interdição de recrutamento para serviços fora do território**

A chamada emigração clandestina foi considerada crime e, como tal, punida com penas que iam até 20 meses de trabalho forçado sem remuneração. Um policiamento rigoroso devia impedir a fuga dos trabalhadores para fora do território, em particular para a Rodésia do Sul, Niassalândia, África do Sul ou outras partes da colónia.

Estas medidas não só permitiram à Companhia minimizar o problema da escassez da mão-de-obra, como possibilitaram o pagamento de baixos salários, mesmo aos trabalhadores classificados como «voluntários».

- Tiveram como conseqüências:
- fugas para os países vizinhos ou outras zonas da Colónia;
- adopção, por parte dos camponeses, de nomes falsos;
- falta de mão-de-obra;
- a Revolta de Bárue de 1905 e 1917.

Face à crise, João Pery de Linde decidiu criar, em 1911, a Repartição do Trabalho Indígena (RTI), com a função de centralizar a procura e oferta de mão-de-obra. Persuadiu os donos das quintas a aceitarem trabalhadores provenientes dos distritos de Moçambique, Tete e Zambézia, além da mão de-obra recrutada localmente. Mais tarde (1926/7), a angariação de trabalhadores para serviços particulares deixou de ser feita pelos funcionários da Companhia, passando a ser feita pela Associação do Trabalho Indígena.

## Actividades

1. Elabora um trabalho sobre a Companhia de Moçambique, contendo os seguintes aspectos:
  - o sistema tributário;
  - a política concessionária;
  - a política laboral.
2. Na Companhia da Zambézia, o mussoco foi um dos mecanismos de que o colonial-capitalismo se serviu para angariar periodicamente a mão-de-obra necessária.
  - 2.1 O que foi o Mussoco?
  - 2.2 Explica o impacto do mussoco nos territórios administrados pela Companhia da Zambézia.
3. A debilidade económica de Portugal levou esta potência colonial a socorrer-se do capital internacional para a exploração das suas colónias. Neste contexto, surgiram as Companhias.
  - 3.1 Menciona as Companhias predecessoras da Companhia de Moçambique.
  - 3.2 Como beneficiava o governo português dos resultados da exploração económica de Manica e Sofala pela Companhia de Moçambique?
  - 3.3 Menciona as três principais formas de exploração adoptadas pela Companhia de Moçambique.
  - 3.4 Indica três vestígios da acção desta Companhia em Moçambique.
4. As Companhias nem sempre conseguiram materializar os seus objectivos.
  - 4.1 Por que razão a Companhia do Niassa não cumpriu os propósitos para que fora criada?
  - 4.2 Menciona as três principais formas de exploração da Companhia do Niassa.
5. Explica como Portugal conseguiu manter alguma presença oficial nos territórios ocupados pelas Companhias.

## Vamos recordar...

- Uma das características principais do colonialismo português é o seu carácter dependente. Toda a actuação do Estado colonial português estava subordinada ao capital estrangeiro não português.
- Para sobreviver, Portugal aluga dois terços de Moçambique ao capital estrangeiro sob a forma de Companhias, reservando o Sul de Moçambique para o trabalho migratório.
- A economia colonial portuguesa em Moçambique era essencialmente de serviços.
- As Companhias Majestáticas actuavam como se fossem um «Estado dentro do outro Estado».

## O Sul e o trabalho migratório

Em 1880, os Estados do Sul de Moçambique (a sul do Save) eram politicamente independentes do colonialismo português. Desses, dois eram dominantes:

- o Estado de Gaza, com a sua capital em Mossurize, dominando as actuais províncias de Inhambane e Gaza;
- o Estado de Maputo, a sul da baía de Lourenço Marques, que dominava a zona entre os Montes Libombos e a costa, incluindo a chefatura Tembe.

Antes da conquista colonial, esses Estados estavam ligados ao capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos portugueses em Inhambane e Lourenço Marques, situados na costa e no interior.

Os contactos que estabeleciam com os mercadores assentavam essencialmente nas seguintes actividades:

- **caça ao elefante:** com o marfim, podiam participar no mercado internacional que assegurava o acesso aos bens que localmente ainda não eram produzidos (enxadas de ferro, tecidos, armas de fogo, missangas de vidro, etc.);
- **produção de oleaginosas:** a venda do amendoim, gergelim e milho ganhou uma grande importância quando o comércio do marfim começou a declinar na década de 1870. O que antes era adquirido em troca do marfim passou a ser parcialmente garantido pela comercialização de oleaginosas.

Como resultado das campanhas de pacificação levadas a cabo pelos Portugueses, a partir de 1895, estes Estados perdem a sua soberania e independência.

## Lourenço Marques e o Sul de Moçambique

O desenvolvimento de Lourenço Marques antes de 1885 teve dois períodos principais, com as seguintes características:

### 1.º Período (1840-1870):

- Caça ao elefante e exportação do marfim.
- Acumulação de fortunas nas mãos de Inácio José Paiva de Raposo e Diocleciano Fernandes das Neves.
- Extinção completa dos elefantes.
- Estabelecimento, no Sul, de uma rede de comércio sob controlo asiático (a partir de 1838).
- Início da exportação de mão-de-obra para a colónia britânica do Natal.
- Início da monetarização da economia do Sul de Moçambique.

### 2.º Período (1870-1885):

- Fim da caça ao elefante e da exportação do marfim em larga escala.
- Aumento da exportação de milho e de peles de animais para o Natal e amendoim para Marselha.
- Estreitamento de laços económicos entre o Sul de Moçambique, as colónias britânicas e as repúblicas bóeres independentes.

Duas razões contribuíram para o estreitamento destes laços económicos:

- a abertura das minas de diamantes em Kimberley concorreu para a migração da força de trabalho do Sul de Moçambique;
- depois de 1874, Lourenço Marques e o Sul de Moçambique ficaram mais estreitamente ligados ao capitalismo colonial, a partir da exploração do ouro em Lydenburg, no leste do Transval. A cidade de Lourenço Marques tornou-se um local de trânsito, por via terrestre, de recrutadores e equipamento até Lydenburg. No mesmo ano de 1874, começou a funcionar um serviço regular de barcos a vapor, fazendo a ligação às já conhecidas rotas do Cabo e do Suez.

Analisando os dois períodos, podemos perceber que, a partir da segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou por ser profundamente influenciada pela expansão da economia capitalista que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e do Natal e nas repúblicas bóeres do Transval e Orange. Com efeito, a necessidade de fontes de mão-de-obra abundante e barata, para as minas e plantações sul-africanas, combinada com as dificuldades económicas, então experimentadas pelas formações políticas do Sul de Moçambique, concorreu para a transformação das actuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane em reserva de mão-de-obra.

A utilização do Sul de Moçambique como reserva de mão-de-obra e a sua exportação para os centros mais avançados de acumulação capitalista na África do Sul mostrou claramente a especificidade do colonialismo português: a sua dependência. Inicialmente, esta mão-de-obra ia para as plantações sacarinas do Natal e para os campos diamantíferos de Kimberley e minas de ouro de Witwatersrand. A exportação da força de trabalho para a África do Sul foi regulamentada por acordos datando desde 1896 e posteriormente renegociados várias vezes.

Atenta na seguinte cronologia:

1896	Mouzinho de Albuquerque autoriza a emigração voluntária para a África do Sul.
1897	18 de Novembro. Aprovação do Regulamento para o engajamento de indígenas da Província de Moçambique para o trabalho na África do Sul. Criação da pasta de Curador, cujo titular tinha como função dirigir e controlar os «nativos» moçambicanos na África do Sul. Criação da <i>Witwatersrand Native Labour Association</i> , WENELA.
1901	Acordo secreto entre a WENELA, organização da Câmara das Minas e o Governo Português: WENELA obtém o monopólio de recrutamento da mão-de-obra no Sul. Devido aos interesses do capital internacional a Norte do rio Save, foi também incluída uma cláusula proibindo à WENELA o estabelecimento de estações de recrutamento a Norte do paralelo 22°.
1909	Primeira Convenção entre Moçambique e Transval. Pagamento diferido voluntário.
1913	Proibição do recrutamento de trabalhadores para o Transval ao Norte do paralelo 22°.
1914	4 de Julho. Acordo suplementar ao acordo de 1913.
1928	Convenção entre Portugal e a África do Sul. Pagamento diferido obrigatório.

Fig. 27 Cronologia da utilização da mão-de-obra moçambicana na África do Sul.

Analisando esta cronologia, verificarás que estes acordos estavam estreitamente relacionados com o porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques, que servia o complexo mineiro e industrial do Transval.

O Acordo de 1909, por exemplo, estabelecia:

- a manutenção de uma «zona de competência» de parte de Lourenço Marques em relação à área do *rand*;
- a garantia de 50% do tráfego dessa área passar pelo porto de Lourenço Marques;
- o estabelecimento de uma comissão mista para a coordenação dos dois sistemas ferroviários;
- o monopólio de recrutamento à WENELA;
- um sistema de pagamento diferido de salários (mas numa base voluntária);
- a possibilidade de o governo português cobrar os impostos nas minas;
- o direito a receber uma taxa por cada mineiro recrutado, a ser paga pelas minas;
- contratos que continuariam a ser celebrados por 12 meses, mas renováveis.

Por seu turno, o de 1928, que devia vigorar durante dez anos, incluía os seguintes pontos principais:

- mantinha em vigor todos os acordos anteriores no que diz respeito ao porto de Lourenço Marques, nomeadamente o que estabelecia que 50% das importações por mar, dirigidas à «zona de competência» do *rand*, seriam feitas através de Lourenço Marques;
- o período de contrato era de 12 meses, extensíveis por mais seis meses, e era proibido voltar a empregar os trabalhadores antes de estes terem passado pelo menos seis meses em Moçambique, depois de cada contrato;
- estabelecia um sistema de pagamento diferido obrigatório, nos termos do qual uma parte dos salários era entregue à Curadoria e pago aos trabalhadores depois do seu regresso a Moçambique;
- estipulava que o número de moçambicanos nas minas fosse reduzido para 80 mil mineiros até 1933. Impôs o repatriamento compulsivo depois desse período e proibindo um novo contrato durante os seis meses seguintes.



Fig. 28 Lourenço Marques nos finais do século XIX (gravura da época).

O monopólio da WENELA só foi quebrado em 1965, quando três outras agências recrutadoras, de capital português (Atlas, Camon e Algos), iniciaram as suas actividades. As operações destas novas recrutadoras representavam apenas uma pequena percentagem do recrutamento total, fornecendo trabalhadores somente para as companhias não filiadas na Câmara das Minas e para outros sectores da economia sul-africana. A WENELA continuou a recrutar a maior proporção de força de trabalho moçambicana para a África do Sul.

Quais foram as consequências do trabalho migratório?

- monetarização da economia do Sul de Moçambique, com a introdução da libra esterlina.
- aumento da rede comercial no Sul de Moçambique.
- diminuição da mão-de-obra das comunidades.
- readaptação de certas instituições sociais (lobolo) em função do salário.

### Actividades

1. Caracteriza a economia política do Sul de Moçambique no período 1885-1900.
2. Desde 1870, vários acordos foram negociados entre os Estados português e sul-africano, mas muito antes dessa data já se registava algum movimento migratório. Em que áreas de trabalho era utilizada essa força de trabalho?
3. Relativamente ao trabalho migratório de Moçambique para a África do Sul, a Convenção de 1909 definia três pontos sobre recrutamento. Identifica-os.
4. Diferencia a Convenção de 1909 da de 1928.
5. Em que consistia o sistema do pagamento diferido?
6. Entre as empresas recrutadoras de mão-de-obra, qual delas manteve o monopólio até meados dos anos 60 e a que organização pertencia?
7. Além da WENELA, a partir de 1965, surgiram outras agências de recrutamento. Indica-as, assim como os sectores de actividade para onde eram enviados os trabalhadores.

### As vias de comunicação (caminhos-de-ferro, portos e serviços)

Segundo Newitt:

[...] a economia do Estado Colonial e as duas companhias avalizadas dependiam maioritariamente de dois factores: a tributação dos camponeses africanos e a utilização de mão-de-obra africana, e a criação de mão-de-obra e serviços para as colónias britânicas. [...] As despesas com as campanhas de pacificação eram justificadas como uma forma de investimento destinada a aumentar os rendimentos dos impostos e da mão-de-obra africanos e a construção de portos e caminhos-de-ferro como pré-requisito essencial à aquisição da moeda britânica através da criação de serviços. [...]

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 349.

A ideia da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transval foi discutida pela primeira vez no Transval em 1870. Como o Transval pretendia libertar-se do domínio britânico, Lourenço Marques garantia-lhe a saída para o mar. Para Portugal, a ideia era importante, porque o caminho-de-ferro seria um corredor de acesso ao interior, fundamental para garantir o princípio da ocupação efectiva, num período em que a Inglaterra tentava o domínio de Lourenço Marques.

Mais: o caminho-de-ferro era a chave do desenvolvimento do Sul de Moçambique, onde a sua presença era fraca. Atenta na seguinte cronologia:

1875	Segundo acordo de Paz, Amizade e Comércio entre Portugal e Transval. Negociação da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transval.
1882	Ratificação do tratado de 1875 e novo acordo quanto à construção da linha férrea entre Lourenço Marques e o Transval.
1883	Portugal atribui a concessão da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transval ao americano Mac Murdo.
1887	Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Transval.
1895	Inauguração oficial da linha férrea Lourenço Marques-Transval.
1897	Publicação da Carta de Lei com as bases para a construção e exploração das obras do porto de Lourenço Marques.

..... Fig. 29 Vias de comunicação nos finais do século XIX. (Fonte: Souto, Amélia Neves de, *op. cit.*, p. 195.)

Outra importante linha de comunicação que cruzava Moçambique era já o caminho-de-ferro que ligava a Beira à Rodésia. Em 1892 iniciam-se os trabalhos de construção da linha férrea Beira-Macequece. Em 1897, a linha férrea entre Beira e Untali entra em funcionamento. Em 1898 foi inaugurada a linha férrea Beira-Rodésia do Sul.

Outras vias de comunicação foram construídas:

1900-1901	Constituição da Companhia de Caminho-de-Ferro da Zambézia.
1905	Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Suazilândia.
1911	Acordo para a construção da linha férrea de Xinavane.
1912	Conclusão da linha férrea Lourenço Marques-Suazilândia.
1914	Inauguração do ramal Xinavane-Moamba.
1922	Caminho-de-ferro Trans-Zambézia que ligava o porto da Beira à fronteira com a Niassalândia. Inauguração do caminho-de-ferro entre Quelimane e Mocuba.
1928	Primeira viagem aérea Lisboa-Lourenço Marques.
1929	Conclusão do porto da Beira.

..... Fig. 30 Cronologia das vias de comunicação no 1.º quartel do século XX. (Fonte: Souto, Amélia Neves de, *op. cit.*, p. 195-196.)



Fig. 31 A estação dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques (passado e presente) e aspecto parcial da baía e do porto, 1929.

Que conclusões se podem tirar? Segundo Newitt:

[...] até meados da década de 1920 [...] verificou-se um considerável investimento governamental e privado em infra-estruturas para os transportes, mas, apesar de se ter desenvolvido uma rede ferroviária a sul do Limpopo, as restantes linhas férreas de Moçambique mantiveram-se completamente desgarradas umas das outras. Não ligaram nem a região nem, à excepção da linha Beira-Umtali, penetraram no interior. Ou serviam a zona interna mais imediata dos portos ou prestavam serviços à África britânica.

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 352.

## Vamos recordar...

- A partir da segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou por ser profundamente influenciada pela expansão da economia capitalista que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e do Natal e nas repúblicas bóeres do Transval e Orange.
- A venda de força de trabalho à África do Sul foi regulamentada por acordos datando desde 1897 e posteriormente renegociados várias vezes.
- Os acordos estavam estreitamente relacionados com o porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques que servia o complexo mineiro e industrial do Transval.
- A WENELA teve o monopólio do recrutamento em Moçambique a partir de 1901. O seu monopólio é quebrado em 1965, quando surgem outras empresas recrutadoras.
- As vias de comunicação e transportes construídas em Moçambique apenas beneficiavam os interesses dos países do *hinterland*.

## A política social

### A estrutura social

Moçambique apresentava no período colonial duas classes fundamentais:



A grande burguesia vivia na metrópole e tinha grandes investimentos em Moçambique. A seguir vinha a média burguesia, constituída fundamentalmente por uma burguesia comercial local, baseada sobretudo em Lourenço Marques, interessada no crescimento de importação e exportação de produtos de e para o campepinato e no trânsito de mercadorias de e para os países vizinhos. Os seus interesses estavam, portanto, bastante ligados aos da burguesia na Europa e na África do Sul.

Mais tarde, desenvolveu-se uma burguesia agrícola local, que integrava os colonos interessados na expulsão dos camponeses das terras melhores e a sua transformação em trabalhadores

sazonais nas novas plantações e machambas. Os interesses deste grupo entraram em conflito com os da grande burguesia e do Estado colonial, especialmente no Sul do país, onde a burguesia mineira inglesa insistiu sempre em reservar a maior parte do trabalho africano para as minas sul-africanas.

Foi o campesinato que constituiu a força de trabalho migratório e os produtos do novo processo de acumulação de capital nas plantações, transportes, minas e comércio rural. Esse mesmo campesinato continuou a alimentar a família do trabalhador e ele próprio após o seu regresso. Foi ainda o campesinato que forneceu, através dos impostos, uma grande parte do rendimento do governo e comprou grandes quantidades de produtos de indústrias portuguesas.

Com o crescimento das cidades e a chegada de colonos à procura de trabalho, emergiram duas camadas sociais: uma de trabalhadores permanentes, qualificados e semiquualificados, e outra de pequena burguesia. *Grosso modo*, podemos esquematizar a estrutura social de Moçambique, no período colonial, da seguinte forma:



..... Fig. 32 A estrutura social de Moçambique durante o período colonial.

## A emergência do proletariado urbano

Qual era o papel específico de Moçambique na penetração imperialista?

Servir os interesses de acumulação de capital da burguesia internacional e da burguesia portuguesa.

Assim, Moçambique integrou-se no complexo económico da África Austral, através da construção e desenvolvimento dos portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira.

Atenta na seguinte cronologia:

1887	Início da construção do caminho-de-ferro Lourenço Marques-Transval
1897	Entrada em funcionamento da linha férrea Beira-Umtáli
1922	Funcionamento do caminho-de-ferro Trans-Zambézia.

As obras de construção então iniciadas exigiram a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra, recrutados em regime de trabalho obrigatório, particularmente na área situada a sul do rio Save e em Sofala.

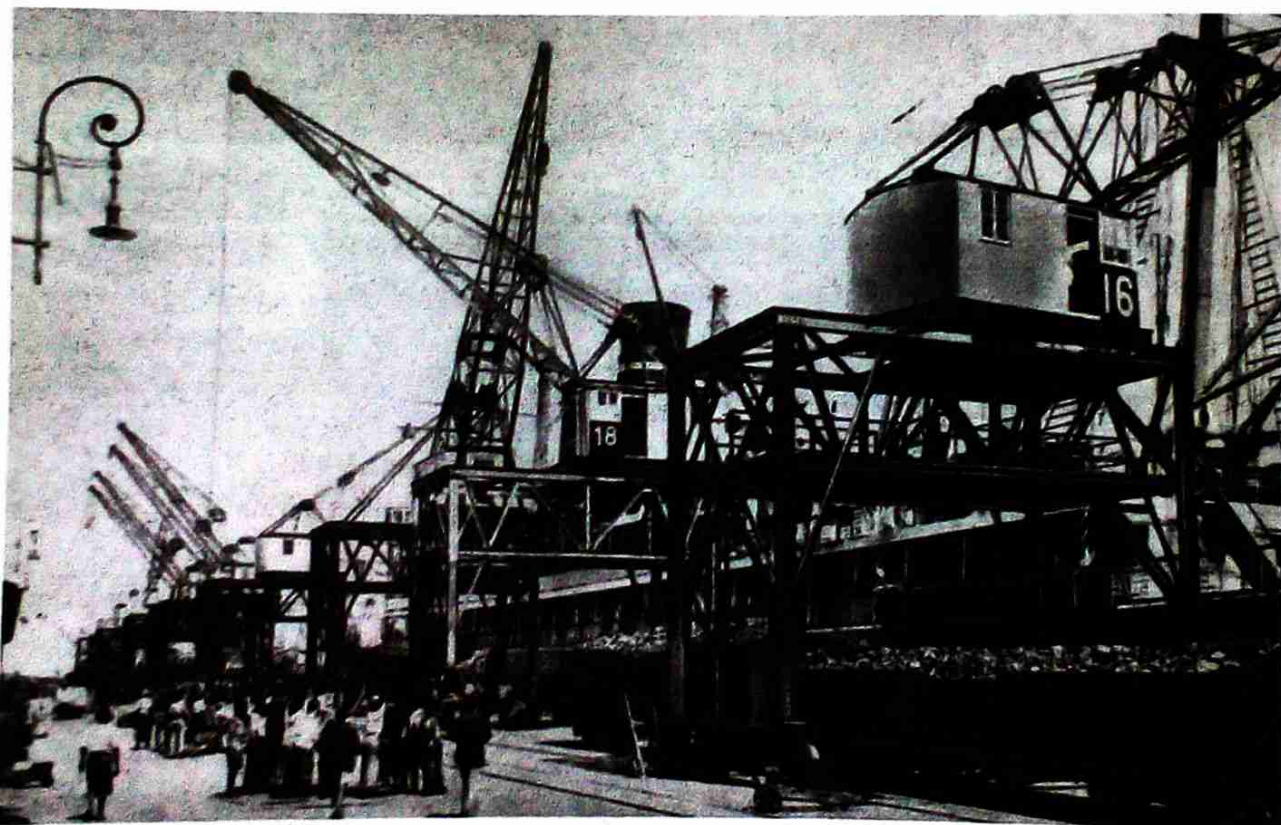
O trabalho migratório para os centros urbanos surgiu, portanto, paralelamente ao trabalho migratório para o exterior e para as plantações, embora em proporções muito reduzidas.

Como consequência surgiram os primeiros aglomerados urbanos em Moçambique, para os quais começaram a convergir obrigatoriamente e, por vezes, mesmo voluntariamente, inúmeras pessoas, que constituíram os primeiros trabalhadores assalariados urbanos.

O crescimento urbano exigiu, por outro lado, mais trabalho assalariado para garantir a manutenção das diversas actividades surgidas e como resposta às exigências criadas pela fixação dos primeiros grupos de colonos portugueses, como obras públicas, turismo, remoção de lixo, trabalho doméstico, etc., o que deu origem ao aparecimento de camadas semiproletarizadas urbanas.

Foi no porto e nos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques que se estabeleceram as secções numericamente mais importantes do embrionário proletariado urbano, sendo o porto o principal empregador dessa mão-de-obra. Este proletariado em formação foi atraído pelos centros urbanos emergentes com o objectivo de conseguir melhores salários, de adquirir dinheiro para pagar o imposto ou o lobolo ou mesmo procurando voluntariamente novas profissões.

Era um proletariado com características particulares: continuava apegado ao mundo rural, não desenvolvendo, por isso, uma consciência de classe; era um proletariado instável e sem qualificação. Em conclusão, eram semiproletários. Com o decorrer do tempo, esta classe começou a perceber que estava a ser explorada e passou a reivindicar melhores condições salariais.



..... Fig. 33 O porto de Lourenço Marques, Cais Gorjão, 1929.

## **A luta do proletariado urbano**

A partir de 1900, o poder colonial português consolidou-se no Sul de Moçambique e, paralelamente, reforçaram-se os laços económicos com a África do Sul.

Como o governo precisasse de mão-de-obra barata, foi instituído o trabalho forçado. Assim, em 1904 foi criada a Curadoria dos Negócios Indígenas e Emigração com o objectivo de supervisionar o recrutamento de trabalhadores para as minas sul-africanas, bem como para o uso interno.

O governo colonial tentou sempre impedir o pagamento de salários elevados. De qualquer modo, o nível de salários no porto e caminhos-de-ferro e em algumas empresas privadas atraiu sempre trabalhadores em número suficiente, tornando os empregos neste sector bastante competitivos em relação aos demais empregos na cidade. Mas as injustiças salariais eram notórias, quer para os trabalhadores voluntários (não contratados), quer para os contratados, o que levou os trabalhadores a protestar e a organizar greves.

Exemplo disso foram as manifestações reivindicativas ocorridas nas cidades de Lourenço Marques (Maputo) em 1905 (trabalhadores voluntários da empresa Llingham Timber) e 1906 (trabalhadores da empresa Delagoa Bay).

As principais reivindicações dos trabalhadores assentavam em aumentos ou reajustamentos salariais e, em alguns casos, de algumas reivindicações sociais. A questão salarial foi o principal móbil do protesto dos trabalhadores, agudizada pela circulação em Moçambique de várias moedas, em particular da libra inglesa.



..... Fig. 34 Construção de linha férrea em Gaza.

## A Primeira Guerra Mundial e a crise económica e social da década de 20

Em 1916, Portugal aliou-se à Grã-Bretanha, França e Rússia na Grande Guerra contra a Alemanha. Como resultado da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o escudo português desvalorizou-se em relação à libra inglesa e as consequências não se fizeram esperar:

- crise monetária;
- aumento de preços dos produtos de primeira necessidade;
- especulação desenfreada;
- queda dos salários reais dos trabalhadores urbanos e rurais;
- aumento do mussoco e imposto de palhota, que, em algumas áreas, passou a ser exigido em libras, tanto ao trabalhador migrante como aos outros trabalhadores locais;
- agravamento das condições de vida do proletariado, do pequeno funcionário público e dos empregados domésticos.

Com o fim da Guerra Mundial, a situação não melhorou, a crise manteve-se e veio a tomar maiores dimensões, agravando ainda mais a situação do proletariado urbano. Alguns preferem migrar para os territórios vizinhos onde o trabalho era mais bem remunerado; outros optam por desertar ao trabalho pouco remunerado. A falta de mão-de-obra era evidente.

Entretanto, novas greves eclodem. Atenta na cronologia:

1919	Greve dos estivadores (negros).
1920	Greve do pessoal da empresa de transportes urbanos (brancos). Greve dos ferroviários (brancos).
1921	Greve dos estivadores (negros).
1923	Greve do pessoal da empresa de transportes urbanos (brancos).
1925	Agosto. Greve geral na Beira. Paralisação geral e concertada de trabalhadores, funcionários e pequenos empresários brancos, em protesto contra uma série de medidas decretadas pela administração da Companhia Majestática.
1925	Setembro, Lourenço Marques. Reivindicação dos trabalhadores pela duplicação dos salários e melhores condições de vida.

..... Fig. 35 Cronologia das reivindicações ocorridas em Moçambique no início do século XX.

As reivindicações desse proletariado foram parcialmente atendidas: por um lado, saíram beneficiados os que já eram mais bem pagos e os responsáveis a quem se atribuía a liderança e, por outro, outros desapareceram ou foram sentenciados a trabalhos pesados.

Analisando a luta do proletariado urbano, podemos concluir que:

- foi uma acção isolada e sem coordenação com os restantes trabalhadores;
- não houve uma reunião entre os trabalhadores moçambicanos e portugueses;
- a ideologia racista que os separou também separou, por sua vez, os próprios trabalhadores entre si;
- foi uma luta económica, feita através de acções directas (greves) e acções indirectas (manifestações).

Qual foi o papel do Estado colonial português?

Não se pode negar o papel que o Estado colonial português aí teve. Para furar as greves, o Estado colonial utilizou a seguinte estratégia:

- aliciamento dos principais mentores das greves;
- a tática de «dividir para reinar», dando algumas regalias aos assimilados e mulatos;
- repressão, utilizando a polícia e outros instrumentos de repressão.

O Estado colonial procurou e conseguiu impedir o surgimento dum proletariado forte e unido, bloqueando, no seio dos trabalhadores moçambicanos, em particular, o desenvolvimento de uma consciência de classe.

A luta do proletariado urbano fracassou pelas seguintes razões:

- a falta de unidade (dentro do sector ferroportuário havia divisão entre trabalhadores contratados e não contratados, entre estivadores e trabalhadores do cais e entre portuários e ferroviários);
- a acção do Estado colonial, quer cooperando com empresas privadas, por forma a garantir mão-de-obra barata não qualificada, quer utilizando a força militar e policial para reprimir, controlar e impedir a organização dos trabalhadores.

Apesar deste fracasso, esta luta provou que os Moçambicanos não estavam contentes com a situação colonial.

## Actividades

1. Elabora um esquema da estrutura social de Moçambique no período colonial.
2. Menciona os interesses da burguesia comercial local.
3. Explica o processo da emergência do proletariado urbano.
4. Por que razão se afirma que foi nos portos e nos caminhos-de-ferro que se estabeleceram as secções numericamente mais importantes do proletariado urbano?
  - 4.1 Explica porque se afirma que o proletariado moçambicano tinha as suas particularidades e uma natureza específica.
  - 4.2 Explica as razões do fracasso da luta do proletariado urbano.

## Vamos recordar...

- Foi no porto e nos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques que se estabeleceram as secções numericamente mais importantes do embrionário proletariado urbano, sendo o porto o principal empregador dessa mão-de-obra.
- O proletariado moçambicano tinha características específicas: continuava apegado ao mundo rural, não desenvolvendo, por isso, uma consciência de classe, e era um proletariado instável e sem qualificação.
- A luta do proletariado urbano foi sobretudo uma luta económica, feita através de greves e manifestações.
- A luta do proletariado urbano fracassou por falta de unidade entre os proletários e também devido à acção do Estado colonial.

## As primeiras formações nacionalistas

Lê o texto:

Como todo o nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial.

Mondlane, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Minerva Central, Maputo, CEA, col. Nosso Chão, 1995, pp. 87 e seguintes.

## Actividades

1. Como explicas a origem do nacionalismo moçambicano?
2. Por que razão o nacionalismo africano é diferente do europeu?

Na Europa, por exemplo, foi o capitalismo, com as suas exigências de centralização e unidade do poder político-económico, que deu ao nacionalismo toda a base material que colocaria o Estado como o ponto de partida e de chegada para uma identificação necessária da população com a nação. Em África, como bem sistematizou Eduardo Mondlane, o nacionalismo africano nasceu da experiência do colonialismo europeu, da opressão colonial. Assim, usando os próprios meios do colonizador, isto é, a sua língua, a sua técnica, a sua religião e as suas ideias, os Africanos contestam a situação colonial, criando entre eles um sentimento de identidade nacional.

Para melhor análise do fenómeno do nacionalismo africano, distinguem-se três fases:

- a imitação da cultura europeia;
- a redescoberta dos valores tradicionais;
- a procura da síntese.

Em Moçambique, devido à proibição de qualquer associação política e à necessidade de sigilo que tal impunha, à erosão da sociedade tradicional e à ausência de uma educação moderna nas áreas rurais, não existiam condições favoráveis para o alastramento de ideias nacionalistas por todo o território. Por isso, foi só entre uma minoria predominantemente urbana, composta de intelectuais e assalariados, indivíduos destribalizados, na sua maioria mulatos e assimilados, que se desenvolveu a ideia de uma acção de âmbito nacional.

Nas cidades, o poder colonial era visto mais de perto. Era mais fácil ali compreender que a força do colonizador assentava na nossa própria fraqueza, e que o sucesso por eles alcançado dependia do trabalho do africano. Possivelmente, a própria ausência do ambiente tribal contribuiu para criar uma visão nacional, ajudou este grupo a ver Moçambique como terra de todos os Moçambicanos, e fez-lhe compreender a força da unidade.

Mondlane, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Minerva Central, CEA, col. Nosso Chão, 1995, p. 89.

Este grupo estava em posição de analisar os três aspectos essenciais da situação colonial: a discriminação racial e exploração dentro do sistema colonial; a fraqueza real do colonizador; a evolução social do Homem em termos gerais, com o contraste entre a emergência da luta dos negros na África e na América e a resistência do seu próprio povo.

Assim, encorajados pelo liberalismo da nova República em Portugal (1910-1926) e pelas ideias pan-africanistas, estes grupos criaram associações e fizeram protestos na imprensa contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais.

## As associações

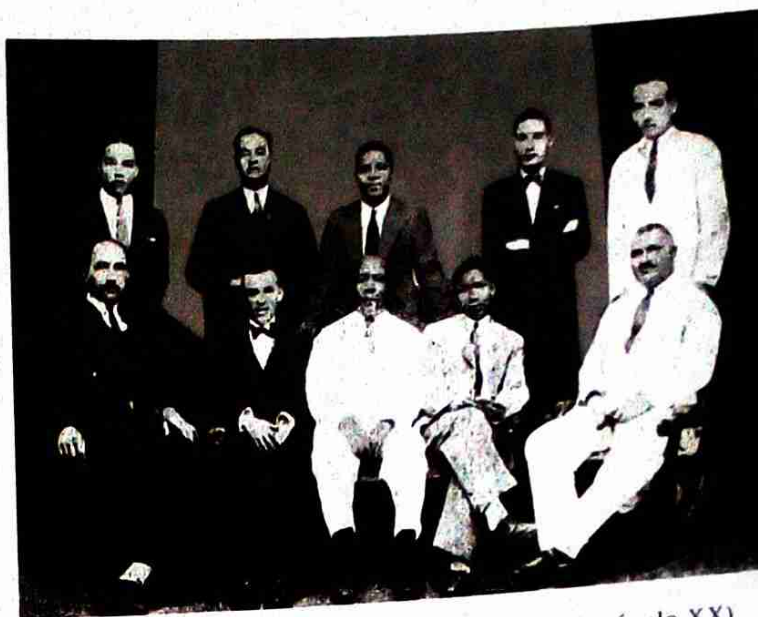
As organizações associativas mais importantes em Moçambique surgiram nos últimos anos da monarquia portuguesa, constituídas fundamentalmente por mulatos e assimilados. As mais significativas foram:

- 1908 – Grémio Africano de Lourenço Marques: participou no Congresso Pan-africano, realizado em Lisboa, em 1923;
- 1910 – Liga Africana, que chegou a patrocinar a segunda parte do Congresso Pan-africano, realizado em Lisboa em 1923, em que se fez representar o Grémio Africano;
- 1920 – Legalização do Grémio Africano de Lourenço Marques, que, a partir de 1938, passou a designar-se Associação Africana da Colónia de Moçambique.

O Grémio caracterizava-se pelo seguinte:

- era dirigido pelos irmãos Albasini;
- os seus membros eram mulatos e negros assimilados, com particular destaque para Estácio Dias, Karel Pott e Francisco Benfica;
- a sua motivação era a valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra;
- defendia os mulatos e assimilados contra a discriminação racial;
- o veículo das suas ideias foi o jornal *O Brado Africano*.

O Grémio Africano, segundo Rocha (2002:260), foi a *alma mater* de muitas das iniciativas organizadas de associativismo africano no período republicano.



..... Fig. 36 A equipa do *Brado Africano* (anos 30 do século XX).

## O papel da imprensa

A imprensa moçambicana desempenhou, neste período, um importante papel na contestação ao sistema colonial. Um grande precursor da imprensa combativa deste período foi Alfredo de Aguiar, angolano, que fundou os jornais *O Imparcial* e *O Clamor Africano*. Os seus protestos contra o trabalho forçado e a discriminação racial no ensino e nos empregos valeram-lhe perseguições e o encerramento das suas publicações.

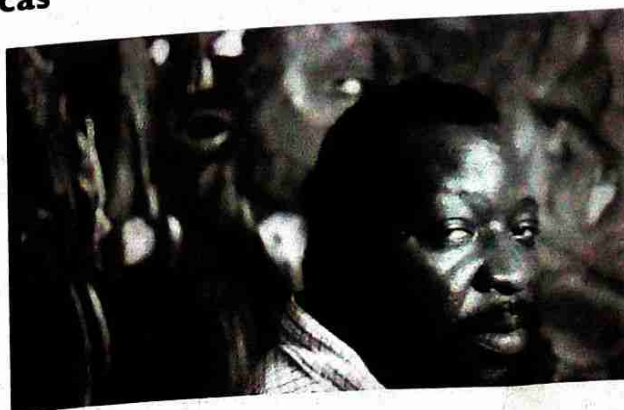
Publicações como *O Proletário*, surgido em 1912, *O Ferroviário* (1915/16), *O Germinal* (1914/18) e *Os Simples* travaram luta acesa por um despertar da consciência operária entre os colonos brancos.

Destacaram-se também os irmãos Albasini, que, nos seus escritos, quer no *Brado Africano* quer no *O Africano*, reivindicavam reformas no sistema colonial, exigindo os mesmos direitos que os Portugueses. *O Brado Africano*, devido às suas actividades, veio a ser suspenso em 1932.

## As manifestações literárias e artísticas

Poetas, pintores e escritores também manifestaram o seu descontentamento perante o facto colonial.

Homens como Rui de Noronha, Malangatana, José Craveirinha, João Craveirinha e Noémia de Sousa, entre muitos outros artistas, protestavam contra a situação colonial nos seus poemas, nas suas telas e nos seus escritos.



..... Fig. 37 Malangatana.



.... Fig. 38 Rui de Noronha.



.... Fig. 39 José Craveirinha.



.... Fig. 40 Noémia de Sousa.

## Actividades

1. Procura, na biblioteca da tua escola, informações sobre o movimento pan-africanista, preenchendo depois a seguinte tabela:

Principais congressos pan-africanistas		
Ano	Local	Principais reivindicações
1919		
1921		
1923		
1927		
1945		

2. Justifica as ideias apresentadas no texto seguinte.

«Nas cidades, o poder colonial era visto mais de perto. Era mais fácil ali compreender que a força do colonizador assentava na nossa própria fraqueza, e que o sucesso por eles alcançado dependia do trabalho do africano. Possivelmente, a própria ausência do ambiente tribal contribuiu para criar uma visão nacional, ajudou este grupo a ver Moçambique como terra de todos os Moçambicanos, e fez-lhe compreender a força da unidade.»

Mondlane, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Minerva Central, CEA, col. Nosso Chão, 1995.

3. Explica o papel dos irmãos Albasini no desenvolvimento do nacionalismo moçambicano.

## Vamos recordar...

- O nacionalismo africano (moçambicano) nasceu da experiência do colonialismo europeu, da opressão colonial.
- As primeiras manifestações nacionalistas verificaram-se nas cidades, em associações, na imprensa e nas manifestações literárias e artísticas.
- No campo, como forma de manifestação contra o sistema, as populações diminuía o ritmo de trabalho e fugiam para os países vizinhos.

## 4.3 O período do colonialismo português (1930-1962)

Na historiografia moçambicana, o período 1930-1961/2 é considerado como o período áureo do colonialismo português.

Distinguem-se, nesta época, três subperíodos:

- 1930-1937 – considerado o período do reforço do colonialismo;
- 1938-1944 – considerado o período de reestruturação da sociedade moçambicana;
- 1945-1962 – considerado o período em que se verificou o apogeu e/ou a contestação do colonialismo.

Este período é também conhecido como sendo o do colonial-fascismo ou nacionalismo económico de Salazar.

Como é do teu conhecimento, com a Implantação de República, em 1910, a vida económica, política, social e militar em Portugal não se alterou. Assim, a 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa dirige um golpe de Estado contra o regime republicano, convidando Salazar para ministro das Finanças em 1928. Salazar ascende rapidamente na hierarquia governativa: em 1930 é ministro das Colónias e em 1932 primeiro-ministro, marcando um novo período para a História de Moçambique – o colonial-fascismo.

Em relação a Moçambique, o que significou o Estado Novo de Salazar? O que foi o nacionalismo económico defendido por Salazar? A estas e outras questões procuraremos dar resposta nas páginas seguintes.

### 4.3.1 A conjuntura política e económica e os marcos da viragem

#### O nacionalismo económico de Salazar

As causas do nacionalismo económico podem ser resumidas em três pontos:

- acabar com o «caos» administrativo;
- acabar com o domínio do capital estrangeiro não português;
- garantir a centralização administrativa.

Para acabar com o caos administrativo e o domínio do capital estrangeiro não português, o Estado Novo adoptou uma política centralizada em torno do Ministério das Colónias, interrompendo a política de autonomia que se vinha verificando desde 1914. Foi assim que a Companhia do Niassa não viu renovada a sua carta concessionária em 1929. Em 1942 foi a vez da Companhia de Moçambique.

Com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, assiste-se à unificação de todo o território, que passa a estar sujeito às mesmas leis e aos mesmos interesses coloniais, no quadro da política nacionalista de Salazar. Restaurava-se a ideia de um Império Colonial Português em que as colónias eram parte integrante de Portugal.

Nas colónias, o nacionalismo salazarista encontrou expressão legal fundamentalmente em dois documentos:

- Acto Colonial;
- Carta Orgânica do Império Colonial Português (1930).

O **Acto Colonial de 1930**, uma espécie de Constituição para os territórios ultramarinos, havia definido a administração e a cobrança de imposto e mesmo a exploração dos portos como competência exclusiva do Estado. Outro elemento importante foi a definição de um estatuto especial dos indígenas – base para o recrutamento da força de trabalho para as empresas capitalistas e colonos.

Na essência, o Acto Colonial visou legislar os direitos fundamentais da nação portuguesa como potência colonial histórica, definir as condições dos indígenas e delinear a administração ultramarina portuguesa e as relações entre as colónias e a metrópole.

Com a publicação do Acto Colonial, foram definidas as linhas em que a futura economia das colónias deveria assentar e, com elas, a de Moçambique pois: «a economia de todas as colónias deveria ser parte integrante da economia nacional.»

A política colonial deste novo período baseou-se no princípio de que as colónias deviam ser fonte de matérias-primas para a metrópole e mercados das manufacturas portuguesas, bem como recipientes dos desempregados portugueses. Desta forma, Moçambique torna-se um fornecedor importante de algodão para a indústria portuguesa, consumidor do vinho e têxteis portugueses e albergue de camponeses empobrecidos em Portugal, tanto em regime de colonatos como nas cidades.

Outros diplomas igualmente importantes foram a **Constituição Portuguesa de 1933**<sup>9</sup> («a organização económica dos territórios portugueses depende da organização económica habitual da Nação Portuguesa, e ela deve, por consequência, ser integrada no conjunto da economia mundial, especificando a relação entre a economia das colónias e Portugal»), a **Carta Orgânica**, publicada para cada colónia, e a **Lei da Reforma Administrativa Ultramarina** (1933). Devido a esta Reforma, a administração local ficou sujeita ao mandato efectivo de Lisboa, assegurando-se os interesses da burguesia portuguesa.

[...] A imagem que Salazar queria dar era a de uma sociedade assente nos princípios católicos da autoridade e família; da probidade financeira e da moeda forte; do progresso económico planeado, alcançado sobretudo com os recursos internos; da neutralidade firme e da independência nacional; e de uma missão civilizadora em África afirmada na sua forma clássica na nova Constituição aprovada para Moçambique em 1933.

Constitui o principal atributo da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar os domínios ultramarinos e civilizar as populações indígenas que neles habitam, bem como exercer a influência moral que lhes é atribuída pelo Padroado no Oriente.

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 391.

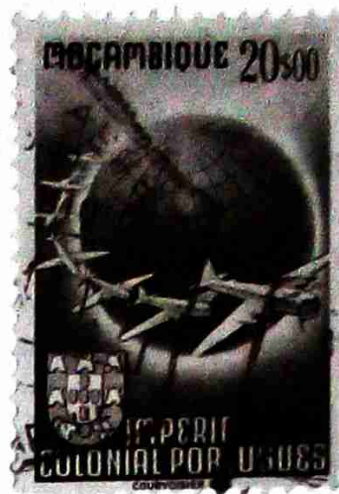
Basicamente, esta legislação marcou o fim da autonomia formal da Província de Moçambique, que passou a denominar-se Colónia, e centralizou os poderes legislativos e financeiros nas mãos do então ministro das Colónias, procurando colocar Portugal ao nível das restantes potências europeias.

<sup>9</sup> A Constituição de 1933 estabeleceu as bases do Estado Novo, que defendia a necessidade de intervenção do Estado na vida económica e social, o seu papel na manutenção da unidade social e uma forte autoridade do governo.

O resultado desta política foi a formação e consolidação lenta, mas contínua, de um capital português. A grande dependência de países estrangeiros foi largamente superada através das dificuldades impostas ao capital estrangeiro e da diversificação de fontes externas de capital, em vez da hegemonia de uma única fonte, como acontecia com a posição da Inglaterra.

### Algumas características do colonial-fascismo

- o Estado colonial passa a dirigir toda a política laboral, especialmente através da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas, que se tornam actividades exclusivas dos diversos sectores da política laboral.
- o Estado cria uma *zona de escudo* (1932), impondo um sistema de licenças de importação e exportação em relação às trocas com outros países nas operações internas da Colónia, centralizando todas as divisas nos cofres do Estado.
- incrementa o sistema de agricultura forçado do algodão e do arroz, obrigando os camponeses a vendê-los a preços e quantidades estipuladas pelo Estado. Em 1938, por exemplo, cria a Junta de Exploração do Algodão Colonial (JEAC) e, em 1941, a Divisão do Fomento Orizícola. Moçambique passa a ser fornecedor de matérias-primas à metrópole, o que permitiu aos industriais portugueses o desenvolvimento da indústria têxtil e sua penetração nos mercados coloniais e internacionais competitivos.
- incrementa o desenvolvimento da cultura do chá, sobretudo na Alta Zambézia.
- aperfeiçoa a cobrança do imposto indígena, diversificando as suas modalidades e aumentando os seus montantes. Assim, além do imposto de capitação, foi introduzido, em 1942, o imposto reduzido indígena para as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas há mais de três anos e o imposto remissivo indígena, destinados a desencorajar o não pagamento imediato do imposto de capitação, entre outros.
- limita o poder das Companhias Monopolistas. Em 1942, com a cessação dos poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, Portugal passa a controlar efectivamente Moçambique.
- introduz os Planos de Fomento.



.....Fig. 41 Selo alusivo ao Império Colonial Português.

### A crise de 1929-33 e as suas repercussões em Moçambique

Em 1929, o mundo é assolado por uma grave crise económica, que se estende até 1933. Esta crise vai-se repercutir nos territórios portugueses, em particular em Moçambique.

Quais foram os efeitos dessa crise para Moçambique?

A crise mundial de 1929-33 reforçou a estratégia de Portugal de valorização dos recursos de Moçambique, no interesse da burguesia portuguesa, através da exploração directa e mais intensa da população moçambicana.

A vida económica e social nas zonas rurais foi profundamente atingida pela crise económica e pelo reforço da administração portuguesa.

Assim, assiste-se a uma maior agressividade na cobrança de impostos, que passam a ser cada vez mais elevados; impõe-se a cultura forçada do algodão e de outras culturas de rendimento;

aumenta o recrutamento da mão-de-obra barata; há atrasos no pagamento de salários e impõe-se um novo regime de direitos aduaneiros.

De um modo geral, os efeitos da crise económica para Moçambique foram:

- redução geral dos preços de produtos agrícolas como o amendoim, o milho, a copra, o açúcar, o sisal, etc.;
- aumento do desemprego;
- abandono de algumas actividades produtivas não rentáveis;
- encerramento de algumas fábricas e empresas agrícolas.

Alguns proprietários de plantações tomaram as seguintes medidas face à crise:

- redução dos custos de produção, traduzida no abandono das actividades não rentáveis, no despedimento do pessoal, no encerramento de algumas fábricas, etc.;
- diminuição da compra de produtos agrícolas e a um preço muito aquém dos seus custos de produção;
- introdução de novos métodos para aumentar a produtividade, como, por exemplo, a tração animal em vez do trabalho braçal e a utilização de estrumes como fertilizantes.

Enquanto os trabalhadores moçambicanos sofriam os efeitos da crise, Portugal reforçava o seu colonialismo, transformando-se a colónia na solução dos problemas económicos da sua metrópole.

## **O capital comercial no quadro da agricultura familiar forçada**

O papel de Moçambique como fornecedor de matéria-prima a Portugal foi muito evidente com o algodão. Produzido em regime de trabalho forçado desumano, sem qualquer dispêndio de capital em salários, o algodão permitiu aos industriais portugueses o desenvolvimento de uma das poucas indústrias portuguesas de vulto (a têxtil) e a penetração nos mercados coloniais e europeus com preços competitivos.

### **O caso do algodão**

Uma das mais importantes indústrias portuguesas era a indústria têxtil.

Antes de 1926, Moçambique e Angola produziam cerca de 800 toneladas de algodão contra 17 000 toneladas de que a indústria portuguesa necessitava anualmente. Assim, pelo Decreto n.º 11994, de 29 de Agosto de 1926, regulamentava-se pela primeira vez a cultura do algodão por camponeses moçambicanos (lei reforçada em 1946, pelo Decreto n.º 35844.)

Segundo esta lei, o governo fazia concessões de terras (algodoeiras) a Companhias, que se comprometiam a erguer uma fábrica de descaroçamento do algodão e um armazém, bem como a fornecer sementes à população camponesa e a receber destas o algodão colhido.

O cultivo do algodão foi atribuído aos camponeses num sistema fortemente controlado por agentes da administração colonial e das companhias concessionárias.

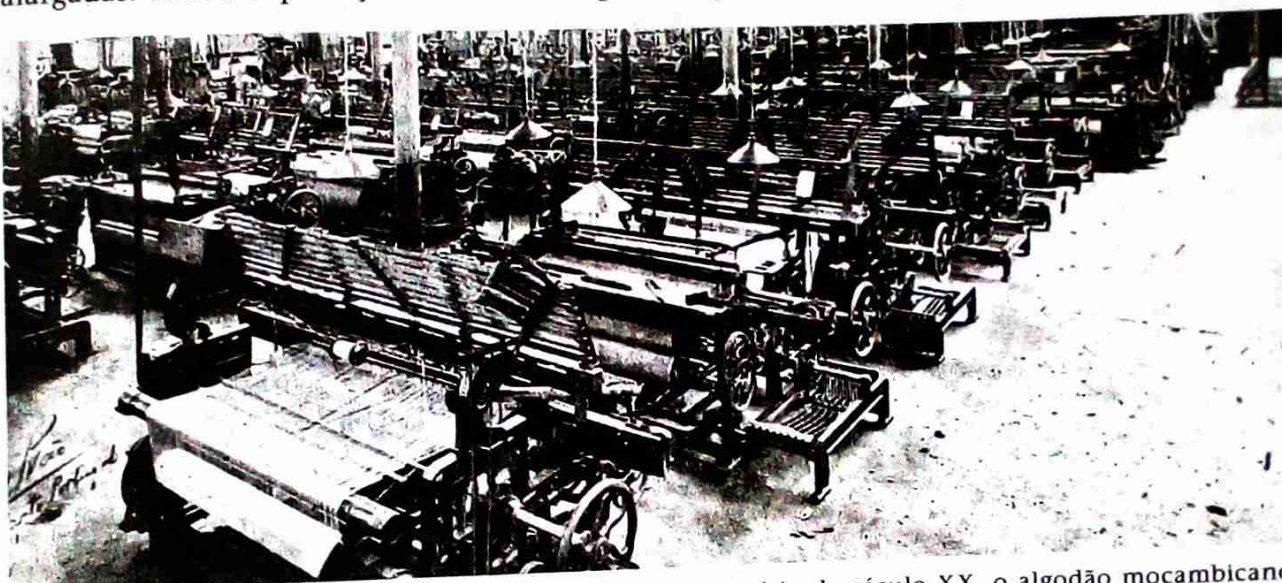
Os camponeses viam-se obrigados a cultivar o algodão com os seus próprios meios de produção e a vender a colheita a preços fixos à companhia que lhes fornecera as sementes. Este sistema reduzia o tempo e os meios do campesinato para o cultivo da sua subsistência.

Em 1932, para fazer face à baixa no preço mundial do algodão, que se verificou a partir de 1927, o Estado passou a incentivar financeiramente as concessionárias algodoeiras, comprando

o algodão de primeira qualidade a 8 escudos metropolitanos, contra 5 escudos no mercado mundial.

Em 1938, com a crescente procura mundial do algodão, aumentando em consequência o seu preço, Portugal, para controlar todos os aspectos da produção e comercialização do algodão, cria a **Junta de Exportação do Algodão Colonial (JEAC)**, com sede em Lisboa.

Mediante este organismo, o governo pretendeu estabelecer um maior controlo sobre as companhias concessionárias em Moçambique. O sistema de produção camponesa mantinha-se, e as companhias obrigaram-se a desenvolver mais activamente a cultura do algodão em concessões alargadas. Toda a exportação tinha de ser aprovada pela JEAC.



..... Fig. 42 Fábrica de tecelagem no Minho, Portugal. No início do século XX, o algodão moçambicano contribuiu decisivamente para o desenvolvimento têxtil nesta região.

De início, em 1939, a JEAC tentou promover o aumento da cultura do algodão através da propaganda e da persuasão. Em reuniões nos regulados escolhidos para a promoção da cultura, administradores, chefes de posto, agentes da Junta e missionários propagandearam que o cultivo do algodão seria de grande benefício para o povo, e este aproveitaria o dinheiro da produção e de roupas baratas, de algodão, que seriam produzidas e vendidas localmente.

Porém, a prática mostrou outra realidade: a não ser quando cultivados em solos particularmente apropriados, como alguns existentes em Cabo Delgado, Nampula, Norte da Zambézia, Norte de Manica e Sofala (Chemba), o rendimento por hectare era baixo; os preços oferecidos eram baixos e os camponeses só podiam vender o algodão à Companhia que lhe havia fornecido as sementes, impedindo-os de contactar outras companhias, havendo viciação na classificação do algodão.

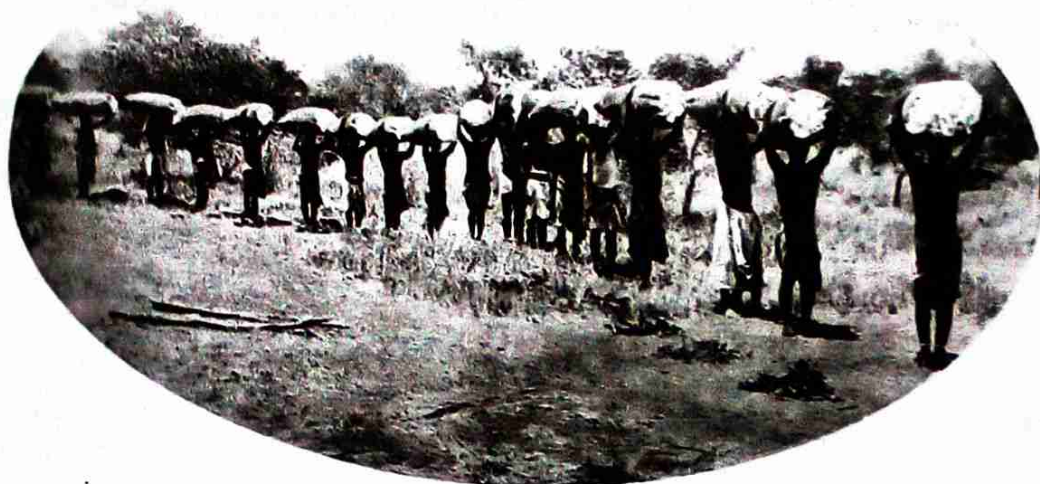
Assim, perante a intensificação desta cultura obrigatória, os camponeses começaram a protestar, fugindo para zonas onde não existia o cultivo do algodão ou para os territórios vizinhos, cozendo ou torrando as sementes antes de as lançar à terra, ou mesmo juntando pedras nos sacos de algodão para aumentar o seu peso.

No entanto, as autoridades reforçaram a vigilância, organizando e controlando de perto o processo de cultivo, muito em particular através da concentração de camponeses em melhores terras algodozeiras (sistema de picadas) e imposição do prolongamento do trabalho.

Apesar destas medidas, a produção algodozeira fracassou pelas seguintes razões:

- a resistência dos camponeses ao cultivo forçado do algodão (fugas);

- a diminuição drástica da produção alimentar;
- a reduzida rentabilidade por unidade de terra e os dispêndios daí resultantes;
- enfraquecimento dos solos;
- o receio que o colonialismo tinha da reacção internacional face à violência do trabalho forçado.



..... Fig. 43 Agricultores africanos a carregarem algodão das suas terras, Beira, 1929.

### O caso do arroz

A produção do arroz tinha como objectivo fundamental abastecer as necessidades alimentares da população urbana e surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que se tornava difícil a importação do arroz do sudeste asiático (via Singapura).

Na realidade, na década 1929-1939, a produção e comercialização do arroz em Moçambique diminuiu, tornando-se mais barato importar arroz a granel do Sudeste Asiático. Esta importação atingiu cerca de 11 000 toneladas em 1939.

No entanto, a redução significativa da navegação comercial e o desenrolar dos acontecimentos políticos no Sudeste Asiático, nomeadamente a expansão do Japão e a queda de Singapura em seu favor, provocaram a interrupção no fornecimento do arroz. Em resposta a esta última situação, e para promover a auto-suficiência em arroz, o governo colonial decidiu introduzir a produção obrigatória deste cereal.

O governo decidiu criar Círculos Orizícolas e entregar o fornecimento de sementes aos camponeses africanos e a compra do produto a concessionários europeus, num modelo repressivo semelhante ao da cultura do algodão. Assim, em 1942 é criada a **Divisão do Fomento Orizícola**, que tinha poderes semelhantes aos da JEAC.

De facto, a cultura do arroz baseava-se na pressão exercida pelos administradores, cipaios e capatazes. Os concessionários deviam distribuir as sementes, fertilizantes e sacos, tendo cada homem de cultivar um hectare e cada mulher meio hectare. O arroz devia ser vendido pelo camponês apenas ao concessionário, a um preço baixo, fixado pelo governo. O concessionário processava e revendia o produto, enriquecendo-se, dessa forma, em todo o processo de comercialização.

Face a esta situação, os camponeses preferiam emigrar para zonas onde não se praticasse esta cultura, a cozer ou torrar as sementes ou outras formas de protesto.

**Outras culturas:** situações semelhantes ocorreram com a cultura obrigatória do chá e do tabaco.

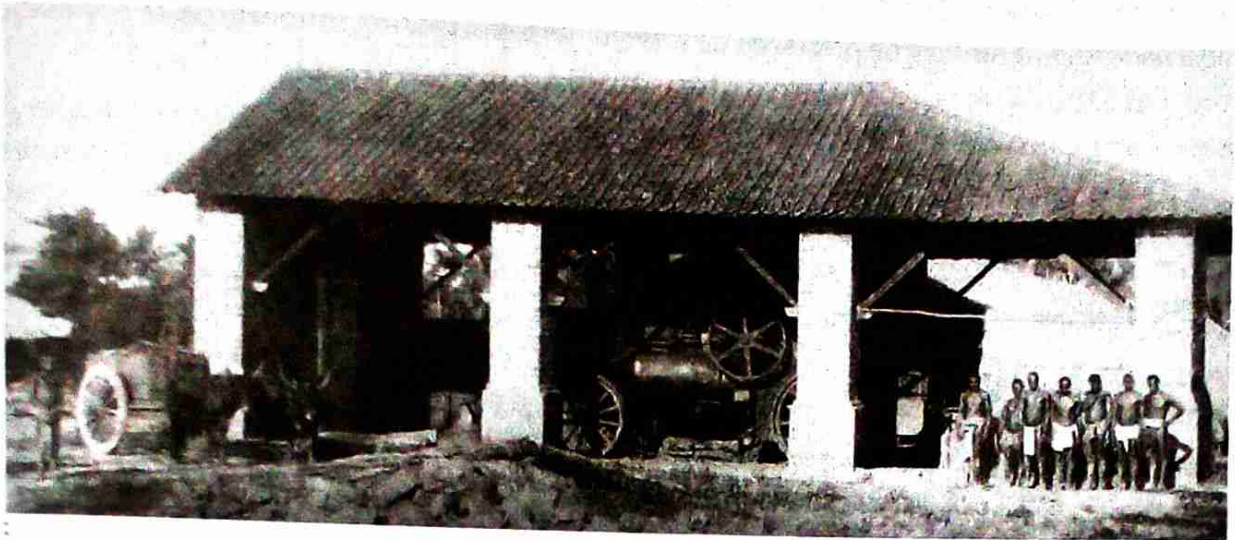


Fig. 44 Máquinas de uma fazenda agrícola, Quelimane, 1929.

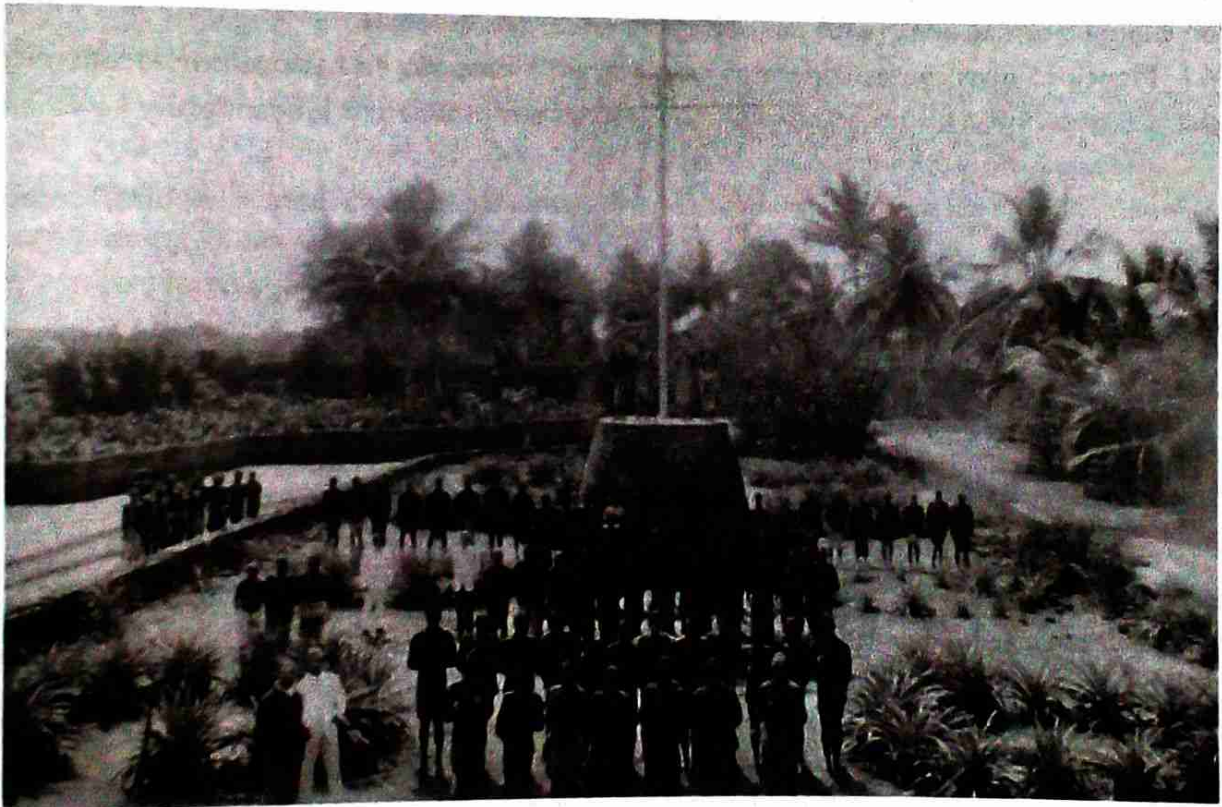


Fig. 45 Pessoal de uma fazenda agrícola, Quelimane, 1929.

### **A continuação da exportação de mão-de-obra e a dependência do capital estrangeiro**

O capital português continuava fraco e pouco competitivo. Não conseguia aliciar trabalhadores com salários mais altos. Assim, para as finanças portuguesas, o trabalho migratório em si e a obrigação do Transval de utilizar o porto e caminho-de-ferro de Lourenço Marques constituíam as principais fontes de receitas em divisas mais importantes. (Recorda a Convenção de 1928, revista em 1934 e 1940.)

Portanto, a política do nacionalismo económico, ao invés de enfraquecer as ligações económicas de Moçambique com os centros mais desenvolvidos da África Austral, sob forma de fornecimento de trabalhadores migrantes e de prestação de serviços ferroportuários, intensificou-se e aperfeiçoou-se com a assinatura de acordos com a África do Sul e a Rodésia do Sul.

Assim, a economia colonial em Moçambique ficou integrada no complexo económico da África Austral. As receitas de transportes e de trabalho migratório constituíram a mais importante fonte de divisas para a economia colonial de Moçambique.

## Actividades

1. A década de 30 representou, de facto, um momento de transição para uma nova política de colonização portuguesa em Moçambique. Menciona o nome da política e os principais documentos com ela relacionados.
2. Menciona três indicadores dos efeitos da crise económica em Moçambique.
3. Qual foi o significado do nacionalismo económico para Moçambique?
4. O nacionalismo económico de Salazar previa, entre outros aspectos, a limitação de intervenção do capital internacional, tanto na metrópole como nas colónias.
  - 4.1 Menciona duas causas concretas que levaram à adopção do nacionalismo económico.
  - 4.2 Cita três mecanismos de exploração postos em prática em Moçambique, no âmbito do nacionalismo económico.
5. Tomando como base o teu manual, propõe uma cronologia para a cultura forçada do algodão.
  - 5.1 Quais foram as consequências desta cultura para os Moçambicanos?
  - 5.2 Identifica as principais zonas algodoeiras.
  - 5.3 Explica as causas do fracasso da cultura forçada do algodão.
  - 5.4 Como foi organizado o cultivo forçado do arroz?

## Vamos recordar...

- Com Salazar no poder inicia-se o período do colonial-fascismo ou nacionalismo económico.
- Ocorre uma viragem na actuação do Estado colonial português: as colónias passam a servir os interesses metropolitanos em detrimento dos interesses estrangeiros.
- São aprovados dois documentos: o Acto Colonial e a Reforma Política Administrativa, que regulam as relações entre a colónia e a metrópole.
- O nacionalismo económico foi um conjunto de medidas económicas, políticas e sociais que visavam a unificação territorial das colónias – a centralização política, administrativa e económica tanto nas colónias como destas em relação a Portugal – e a obtenção de privilégios pela burguesia portuguesa nascente – em detrimento do capital estrangeiro que dominava no período anterior.
- Foram instituídas as culturas forçadas do algodão, arroz e chá.
- Salazar continuava com as portas abertas ao capital estrangeiro sul-africano.

## 4.3.2 A política social: a crescente importância da colonização mental

### O papel das missões católicas

Depois de uma década de separação do Estado da Igreja, em 1926 foi renovado o papel especial da Igreja católica na colonização. Pelo Acto Colonial de 1930, as missões católicas receberam privilégios com base no facto de o catolicismo ser a religião oficial – por consequência, as missões católicas deveriam ser instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.

Em 1940, formalizando a aliança entre a Igreja Católica e o Estado português ao mais alto nível, o **Acordo Missionário** é assinado entre o governo central de Lisboa e o Vaticano. Nele, o governo estabelece subsídios para as missões. Mais: estas podem fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar e secundário e profissional, catecumenatos e hospitais. Nas escolas indígenas é obrigatório o ensino da língua portuguesa, devendo as línguas indígenas ser usadas no ensino da religião, conforme os princípios da Igreja.

Em 1941 clarifica-se o acordo de 1940: o Estado garante à Igreja Católica no Ultramar o livre exercício da sua actividade sem impedimentos. Os bispos recebem salário estatal equivalente ao dos governadores distritais e os arcebispos vencimento igual ao dos governadores-gerais. Neste mesmo ano, mediante um decreto, foi proibida a atribuição de subsídios a outras igrejas que não fossem portuguesas e católicas.



..... Fig. 46 Missões da Igreja Católica, nos anos 20 do século XX.

### A natureza do ensino

Nos territórios portugueses, o ensino dos Africanos tinha dois objectivos: formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o Estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados. Estes objectivos foram claramente formulados numa carta pastoral do cardeal Gouveia:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer doutores [...]. Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atracção das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social da província [...] as escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinamos aos nativos o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que os protege.

Mondlane, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Minerva Central, CEA, col. Nosso Chão, 1995, p. 56.

## Sistemas de ensino

Existem duas categorias no sistema de ensino escolar nos territórios portugueses: as escolas das Missões Católicas Romanas, cuja principal função é educar os africanos durante a instrução primária; as escolas governamentais mais sofisticadas, destinadas aos brancos, asiáticos e assimilados. As escolas para os africanos estão organizadas da seguinte maneira:

**Ensino Rudimentar** (chamado Ensino de Adaptação depois de 1956, ou Ensino Missionário) – Segundo a Lei n.º 238, de 15 de Maio de 1930, e a Concordata de 1940, o objectivo deste ensino rudimentar «é conduzir gradualmente o indígena duma vida de selvajaria a uma vida civilizada». Este programa está oficialmente a cargo das missões católicas, embora algumas missões protestantes estejam também autorizadas a gerir algumas escolas. Os anos escolares são: iniciação (classe infantil), primeira e segunda classe.

**Ensino Primário** – Destina-se aos estudantes que passaram o Ensino de Adaptação. Compreende a terceira e quarta classe e admissão (preparação para a entrada no liceu).

Sendo o ensino ministrado em português desde o início, muitas crianças africanas só conseguem passar no exame de admissão (feito normalmente após três anos de instrução) quando já têm entre 12 e 14 anos. Dado que a idade máxima para entrar na escola primária é de 13 anos, um grande número de crianças africanas vê-se assim impedido de frequentar a escola primária.

As escolas para os europeus, assimilados e outros estão organizadas da seguinte maneira:

**Ensino Comercial** – Um programa de cinco anos (a partir de 1952, quando o quinto ano foi acrescentado), sendo o último ano obrigatório para se entrar no ensino secundário.

**Ensino Liceal** – Inclui o primeiro ciclo (dois anos), o segundo ciclo (três anos) e o terceiro ciclo (dois anos), este último para entrar nas universidades portuguesas.

Na prática, as três fases do ensino rudimentar, primário e secundário visam criar uma série de barreiras à criança africana que deseje continuar os seus estudos até ao nível superior.

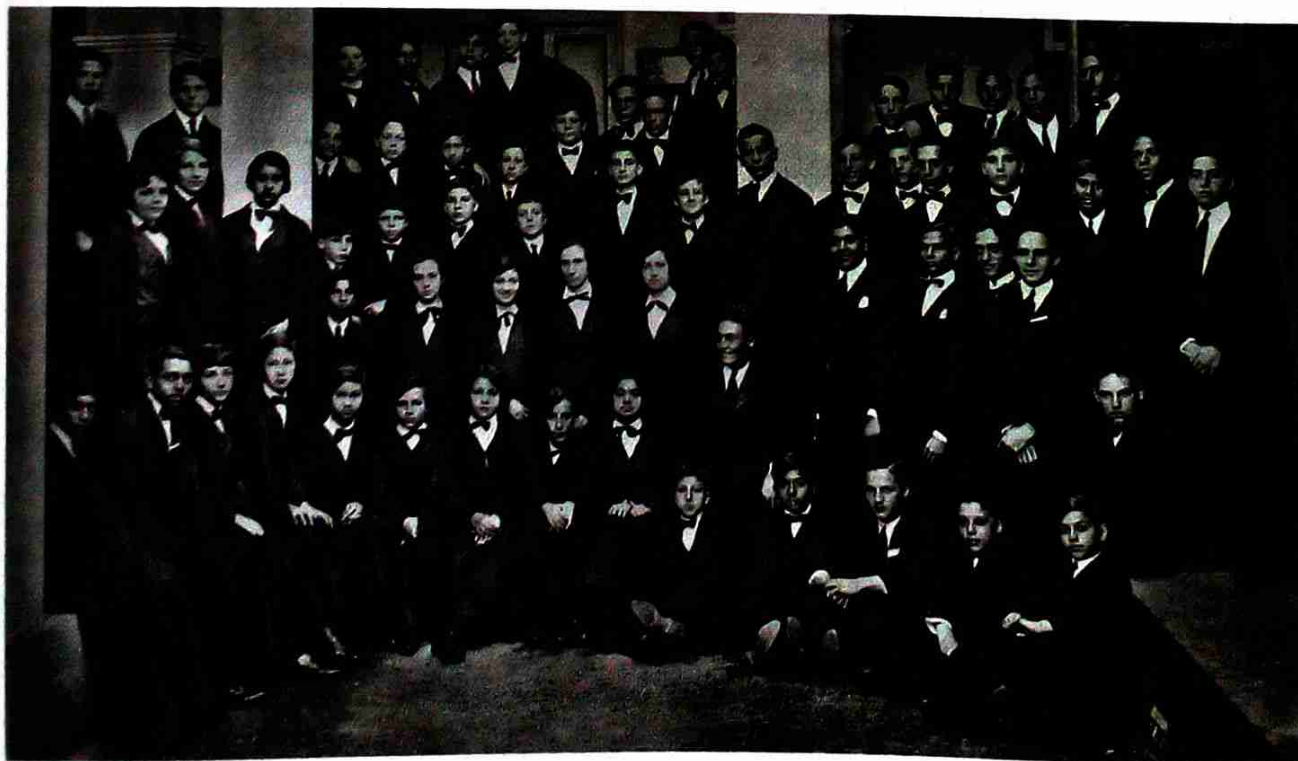


Fig. 47 Os primeiros estudantes do liceu de Lourenço Marques que usaram capa e batina, 1929/1930.

## 4.4 Alterações na política colonial

### O crescimento da população colonial e os colonatos

Já vimos que o Estado Novo de Salazar tudo fez para favorecer os interesses da burguesia metropolitana portuguesa. Neste período, devido à neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial e ao fluxo de diversas matérias-primas provenientes das suas colónias, Portugal conhece uma incrementação do seu comércio externo e uma maior acumulação de reservas públicas, o que veio a dar um novo impulso à industrialização de Portugal.

Depois desta guerra, surgem grandes monopolistas portugueses que estudavam a possibilidade de canalizar investimentos para as colónias para os rentabilizar.

O processo da industrialização de Portugal trouxe como consequência imediata a proletarização de massas significativas de camponeses portugueses que, permanecendo em Portugal sem emprego, constituíam uma camada potencialmente perigosa para a estabilidade social e política. Assim, o governo procurou canalizar esta massa para as colónias, onde se converteriam numa camada leal ao governo, não só no desenvolvimento económico das colónias como na manutenção da autoridade colonial.

Entre 1945-50 e 1960 assiste-se a uma vaga de povoamento colono organizado pelo Estado – são os **colonatos**.

### Saber mais...

**Colonatos** eram regiões de ordenamento e fixação dos colonos europeus, organizados no modelo da propriedade rural portuguesa, com o objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal e estabelecer barreiras ao desenvolvimento de qualquer movimento nacionalista que em Moçambique dava os primeiros passos.

Cada família portuguesa tinha direito a 25 hectares de terrenos para cultivo e a 25 hectares de terrenos para pastos. Os africanos tinham direito a apenas 4 e 12 hectares, respectivamente.

Os colonatos podiam ainda ser regiões férteis para a prática da agricultura, dotados de infra-estruturas e destinadas a acomodar colonos portugueses.

A instalação de colonatos significou a expulsão de camponeses africanos dessas terras, alguns dos quais já tinham uma base próspera. Embora em alguns colonatos fossem admitidos africanos a pretexto de lhes ensinar hábitos portugueses de trabalho rural, estes ocupavam posições subalternas na quantidade e qualidade das terras atribuídas.

Os colonatos desenvolveram-se fundamentalmente em áreas agrícolas de grande fertilidade, nos principais vales fluviais, como os do Limpopo e Révuè, e nas terras altas de Lichinga e Montepuez.

### Exemplos de colonatos:

- Colonato do Limpopo (Gaza – 1954);
- Colonato de Révuè e Sussundenga (Manica);
- Colonato de Nova Madeira (Niassa).

## Os Planos de Fomento

Em 1937 foi publicado um plano de fomento sexenal. Seria financiado pelos excedentes governamentais acumulados e pelas receitas dos portos e caminhos-de-ferro. O plano contemplava a construção para o interior da Ilha de Moçambique, os esquemas de irrigação do vale do Limpopo e do Umbeluzi, o caminho-de-ferro de Tete, o desenvolvimento do porto de Nacala e algum investimento agrícola e rodoviário. A implementação do plano foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial.

Porém, a partir da década de 50, o governo deu um novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique. Iniciaram-se, deste modo, os **Planos de Fomento** e a fixação sistemática de colonos.

### O Primeiro Plano de Fomento (1953-1958)

O Primeiro Plano de Fomento contemplava o «aproveitamento de recursos e povoamento», prevendo investimentos na ordem de 1 848 500 contos. Estes investimentos eram assim distribuídos:

- caminhos-de-ferro, portos e transportes aéreos ..... 63%;
- aproveitamento de recursos e povoamento..... 34%;
- diversos ..... 3%.

O Plano não previa a atribuição de quaisquer verbas nem para a investigação científica, nem para a saúde pública e ensino.

A principal obra do Plano foi o caminho-de-ferro Lourenço Marques-Malvéria (300 km), concluído em 1956. O objectivo era servir os interesses do *hinterland*.<sup>10</sup>

Segundo Newitt:

[...] o Primeiro Plano de Fomento reservou 1,7 milhões de contos de investimento que incluía a ligação férrea entre Lourenço Marques e Salisbúria; um prolongamento do caminho-de-ferro do Incomáti e a continuação do ramal de Nacala; a conclusão do esquema do Vale do Limpopo; as barragens dos rios Révuê e Movene e a criação do aeródromo [...]. O Primeiro Plano era também explícito no seu objectivo de promover a imigração branca: chamava-lhe «emigração de Portugueses para criar centros de população branca que possam contribuir para a nacionalização do território».

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 402.

### O Segundo Plano de Fomento (1959-1964)

O Segundo Plano de Fomento surgiu na continuidade do anterior. Tinha os seus investimentos dirigidos para os seguintes sectores:

- povoamento dos colonatos (particularmente o do Limpopo);
- comunicações e transportes;
- aproveitamento de recursos agrícolas, florestais, pecuários, hidroagrícolas, hidroeléctrico, estudos de cartografia geral e geológicos.

<sup>10</sup> Cf. Hedges, David (ed.), *História de Moçambique – Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*, vol. III, Departamento de História da UEM, Maputo, 1993, pp. 164-172, para mais detalhes.

Era, essencialmente, um plano que visava o fomento da produção e do povoamento e continuava a não contemplar a indústria, pelo menos directamente, no que à direcção dos investimentos dizia respeito. Apenas uma pequena verba foi destinada a instrução e saúde e melhoramentos locais (abastecimento de água).

Para Newitt:

[...] o Segundo Plano [...] foi traçado em circunstâncias completamente diferentes. A descolonização iniciara-se na África britânica e francesa, e Portugal estava a ser abertamente desafiado pelos nacionalistas para desistir do seu Império [...]. O Plano dotava 3,2 milhões de contos para investimento. Primeiro, perspectivava uma série de estudos científicos de geologia, solos e cartografia, juntamente com uma investigação sobre a nutrição, a educação e a produtividade económica da população africana; depois o plano interessou-se pelo desenvolvimento maciço da agricultura de irrigação ligada às barragens do Limpopo, Incomáti e Révuê; verificar-se-ia um maior investimento nas infra-estruturas dos transportes; e pela primeira vez criou-se um programa para a saúde e educação, ascendendo a 14% do total do investimento planeado.

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 402.

## Actividades

1. Quais eram os objectivos do ensino destinado aos Moçambicanos?
2. A colonização mental é a pior das colonizações. Fundamenta esta afirmação.
3. Explica a razão da criação de colonatos em Moçambique.
4. Diferencia o Primeiro Plano de Fomento do Segundo Plano de Fomento.

## Vamos recordar...

- Em 1940 é assinada a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, que regula o papel das missões católicas em Moçambique.
- O ensino destinado aos Moçambicanos tinha dois objectivos: formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o Estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo nos Africanos educados.
- Os colonatos eram regiões férteis para a prática da agricultura dotadas de infra-estruturas e destinadas a acomodar colonos portugueses.
- O Primeiro Plano de Fomento (1953-1958) contemplava o aproveitamento de recursos e povoamento.
- O Segundo Plano de Fomento (1959-1964) visava o fomento da produção e do povoamento e continuava a não contemplar a indústria, pelo menos directamente. Uma pequena verba foi destinada à instrução e saúde.

## 4.5 O nacionalismo africano e o nacionalismo moçambicano

Como é do teu conhecimento, o nacionalismo africano é diferente do europeu. Em África, foi a dominação e a opressão coloniais que geraram o sentimento nacionalista.

A partir da Segunda Guerra Mundial surgiram em África vários movimentos nacionalistas. Vários factores contribuíram para este surto nacionalista: a participação dos Africanos na Segunda Guerra Mundial, ao lado das suas potências coloniais; o surgimento em África de partidos políticos e de movimentos associativos juvenis, entre outros; o sistema colonial; o papel da ONU; o papel dos EUA e da URSS; as independências afro-asiáticas; a Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955).

### 4.5.1 O nacionalismo moçambicano

O nacionalismo moçambicano nasce como contestação do colonialismo português e manifesta-se, principalmente, ao nível das associações, da imprensa e da poesia, na linha dum movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante se denominou pan-africanismo. Vejamos o papel de algumas dessas associações.

**Instituto Negrófilo (denominado depois Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, em 1938)** – Os seus estatutos foram aprovados em 1932, definindo como objectivos a promoção do desenvolvimento material, intelectual e moral dos seus associados e, em geral, de todos os «negros portugueses». Formado por negros assimilados saídos da Associação Africana de Lourenço Marques, alguns dos seus dirigentes foram Brown Dulela, João Manuel e Enoque Libombo.

A sua preocupação fundamental era o apoio às famílias dos seus sócios: participação em funerais, empréstimos e colocação de desempregados, entre outras. Foi subsidiado pelo fundo dos Negócios Indígenas e por firmas como a Paulino Santos Gil, WENELA e João Ferreira dos Santos.

Na Beira existia o Grémio Negrófilo de Manica e Sofala, dirigido por Kamba Simango.

Sintomático é o surgimento, em 1935, da **Associação dos Naturais de Moçambique**, constituída por brancos nascidos em Moçambique, considerados «brancos de segunda». De início, servindo os interesses do colonialismo, mas a partir da década de 50, um pequeno grupo de brancos antifascistas toma o controle da Associação e abre as portas a indivíduos de outras raças. Colabora a partir de então com o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM) e vai ministrando nas suas instalações cursos que o sistema não facultava aos negros.

**Movimento do Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM)** – Formou-se em Moçambique pouco depois da Segunda Guerra Mundial.

Os seus objectivos:

- fazer uma intensa propaganda contra o Estado Novo, através da distribuição de panfletos de propaganda política clandestina;
- combater as grandes injustiças sociais de que os trabalhadores estavam a ser vítimas por parte dos patrões;
- promover a unidade de todos os africanos.

Alguns dos seus dirigentes foram: Sobral de Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão, João Mendes, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.

Vigiado pela polícia e limitado pelas divisões raciais impostas ao movimento associativo, o MJDM seria reprimido no período 1948-49, quando os seus principais dirigentes foram presos e condenados.

Porém, a semente da contestação havia sido lançada. Assim, em princípios de 1949, formou-se em Lourenço Marques, com cerca de vinte membros, o **Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM)**, que funcionava dentro do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique (CANCM), nascido do Instituto Negrófilo. O objectivo do Núcleo era fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.

Nos primeiros anos da sua existência, as autoridades coloniais consideraram-no uma organização nacionalista embrionária. Daí ter sido policiado; sob influência da direcção colaboracionista do Centro Associativo, passou a restringir a sua actividade a acções socioculturais entre a pequena camada estudantil negra constituída por filhos das famílias membros do Centro.

Na segunda metade da década de 1950, a contradição entre o colaboracionismo do centro e a tendência nacionalista do NESAM agudizou-se. O NESAM voltou a ser uma plataforma de discussão e comunicação não só sobre o problema da educação discriminatória mas também sobre o nacionalismo e a independência. Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mocumbi e Jorge Tembe. O Núcleo viria a ser banido em 1965.

Outras associações apareceram um pouco pelas principais cidades de Moçambique. No entanto, se inicialmente tentaram ser a forma organizada de reivindicação de direitos cívicos para os assimilados e mulatos dentro do Império, acabaram por servir os interesses dos grandes empregadores de mão-de-obra, que eram os seus financiadores, e estar sob o controle das autoridades, receosas de que estas associações se tornassem centros de desenvolvimento da consciência nacionalista.

Também em Lisboa, onde se encontravam a estudar os mulatos e assimilados de todo o Império português, a **Casa dos Estudantes do Império** e o **Centro de Estudos Africanos** desempenharam intensas campanhas contra o sistema colonial português.



Fig. 48 Placa encastrada no pavimento em frente ao edifício onde funcionou a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, recordando a passagem de muitas figuras da resistência por este local.

Formada em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império tinha como objectivo enquadrar as actividades sociais de jovens assimilados das colónias que iam estudar para Lisboa, desenvolvendo neles o sentimento da lusitanidade. Contudo, estes estudantes africanos começaram, desde os finais da década de 40, a questionar a sua assimilação e a revalorizar a nível conceptual a cultura africana, através de palestras e da sua produção literária. Esse mesmo objectivo levou

à formação do **Centro de Estudos Africanos** em Outubro de 1951. Porém, ao invés de fazerem simples reclamações de direitos cívicos no Império, os seus elementos questionavam a essência do sistema colonial.

Alguns dos participantes do Centro de Estudos Africanos foram Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa.



Fig. 49 Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos.

A PIDE não ficaria alheia à actividade do Centro, pelo que muitos dos seus membros tiveram de fugir, no início dos anos 50, para outros países. Este Centro lançaria as sementes do que viria a ser mais tarde a **Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)**, em 1961, em Casablanca.

### A resistência no campo

Se nas cidades surgiam movimentos de contestação, também no campo as populações se revoltavam contra o sistema colonial, cozendo as sementes, diminuindo o ritmo de produção e fugindo para os países vizinhos, entre outras formas de resistência.

No Búzi, por exemplo, centenas de mulheres camponesas recusaram-se a aceitar as sementes de algodão, distribuídas pelo administrador, alegando a ausência de seus esposos que tinham sido recrutados para trabalhar nas plantações do *Sena Sugar*; em Mogovolas, entre 1950/51, os produtores adoptaram a resistência passiva contra o cultivo forçado do algodão. O mesmo aconteceu em Magude, Manjacaze, Chibuto, Montepuez, Pemba, Mueda e em outros pontos do país, onde se fazia sentir a presença da administração colonial portuguesa.

No planalto de Mueda, por exemplo, desenvolveu-se um movimento rural que se conseguiu aproveitar temporariamente do sistema económico colonial e das circunstâncias específicas locais para elaborar um sistema de produção que trazia vários benefícios aos produtores, tendo constituído, na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial no distrito e contribuído para as tensões do planalto nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos no Tanganhica.

Neste contexto, em 1957, em Cabo Delgado, surge a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM), dirigida por Lázaro Nkavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mamdanda e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por doze membros, a SAAVM foi crescendo ao longo do tempo, tornando-se uma potencial ameaça política e uma base para possíveis contestações ao regime.

É preciso destacar que a SAAVM foi a primeira forma organizada de tipo unitário no planalto de Mueda, o primeiro centro de discussão e de difusão da ideia de independência no meio camponês, situação que vai favorecer mais tarde a actuação da FRELIMO.

à formação do **Centro de Estudos Africanos** em Outubro de 1951. Porém, ao invés de fazerem simples reclamações de direitos cívicos no Império, os seus elementos questionavam a essência do sistema colonial.

Alguns dos participantes do Centro de Estudos Africanos foram Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa.



..... Fig. 49 Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos.

A PIDE não ficaria alheia à actividade do Centro, pelo que muitos dos seus membros tiveram de fugir, no início dos anos 50, para outros países. Este Centro lançaria as sementes do que viria a ser mais tarde a **Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)**, em 1961, em Casablanca.

### A resistência no campo

Se nas cidades surgiam movimentos de contestação, também no campo as populações se revoltavam contra o sistema colonial, comendo as sementes, diminuindo o ritmo de produção e fugindo para os países vizinhos, entre outras formas de resistência.

No Búzi, por exemplo, centenas de mulheres camponesas recusaram-se a aceitar as sementes de algodão, distribuídas pelo administrador, alegando a ausência de seus esposos que tinham sido recrutados para trabalhar nas plantações do *Sena Sugar*; em Mogovolas, entre 1950/51, os produtores adoptaram a resistência passiva contra o cultivo forçado do algodão. O mesmo aconteceu em Maguade, Manjacaze, Chibuto, Montepuez, Pemba, Mueda e em outros pontos do país, onde se fazia sentir a presença da administração colonial portuguesa.

No planalto de Mueda, por exemplo, desenvolveu-se um movimento rural que se conseguiu aproveitar temporariamente do sistema económico colonial e das circunstâncias específicas locais para elaborar um sistema de produção que trazia vários benefícios aos produtores, tendo constituído, na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial no distrito e contribuído para as tensões do planalto nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos no Tanganica.

Neste contexto, em 1957, em Cabo Delgado, surge a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM), dirigida por Lázaro Nkavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mamdanda e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por doze membros, a SAAVM foi crescendo ao longo do tempo, tornando-se uma potencial ameaça política e uma base para possíveis contestações ao regime. É preciso destacar que a SAAVM foi a primeira forma organizada de tipo unitário no planalto de Mueda, o primeiro centro de discussão e de difusão da ideia de independência no meio camponês, situação que vai favorecer mais tarde a actuação da FRELIMO.

## 4.5.2 A luta anticolonial, 1955-1961

Nos finais dos anos 50, as actividades anticoloniais em África ganham um novo ímpeto. Após a independência do Gana, em 1957, novos territórios colonizados lutam pela sua independência. Em Moçambique, a política repressiva do salazarismo impediu que aí surgissem movimentos anticolonialistas. Aos Moçambicanos só restava a criação de movimentos nacionalistas no exterior.

Assim, na década de 50, na África do Sul, formou-se a **Convenção do Povo de Moçambique**, que reclamava a independência de Moçambique. Pouco mais se sabe desta organização, a não ser os nomes dos seus líderes: Diniz Menjane, Tomas Nhamtumbo e Agostinho Ilunga. Também no mesmo período se formou, na Rodésia do Sul, a **Associação Portuguesa da África Oriental** (*The Portuguese East African Association*).

No Tanganhica formaram-se, em 1958, a **União dos Makondes de Tanganhica e de Moçambique** e a **União dos Makondes e Makua no Zanzibar**. Em 1960, em Harare, formou-se a **União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)**. Constituída por indivíduos oriundos de várias províncias, como Tete, Gaza e Maputo, tinha uma ampla visão dos problemas dos Moçambicanos e reclamava a independência de Moçambique. Os seus principais líderes foram Adelino Gwambe e Lopes Tembe. Em Fevereiro de 1961, em Mombaça, no Quênia, nascia a **União Africana Nacional de Moçambique (MANU)**, formada a partir de pequenos grupos existentes entre os moçambicanos que trabalhavam no Tanganhica e no Quênia. A sua preocupação fundamental era a melhoria das condições dos residentes em Cabo Delgado. Também em 1961 nascia no Malawi a **União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)**. Era formada por exilados da região de Tete que viviam no Malawi. O seu líder principal foi Baltazar Chagonga.

Como se pode depreender, nenhuma destas organizações tinha um programa elaborado que visasse a concretização da luta contra a repressão político-militar portuguesa em Moçambique.

### Importância histórica

O surgimento destas organizações trouxe um avanço significativo na defesa da causa africana, transformando-a em causa nacional. Estas organizações tinham como objectivo a luta anticolonial e a luta pela independência, ao invés da simples ajuda mútua entre confrades.

### Vamos recordar...

- O nacionalismo moçambicano é fruto da situação colonial.
- A contestação colonial nas cidades era feita através de canções, danças populares, na poesia e na prosa, enquanto no campo as populações sabotavam as culturas forçadas do algodão, entre outras.
- Nas décadas de 50-60, com o surgimento de organizações nacionalistas como a UDENAMO, MANU e UNAMI, a contestação colonial aumentou.
- Estas organizações tiveram uma grande importância histórica, pois significaram um passo em frente na construção de um movimento nacionalista.

### 4.5.3 A fusão dos três movimentos e a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

#### As lutas políticas e as organizações precedentes à FRELIMO

As primeiras tentativas de criar um movimento nacionalista foram feitas pelos moçambicanos que trabalhavam nos países vizinhos e que estavam fora do alcance da PIDE. No início, o velho problema da comunicação levou à criação de três movimentos separados, nossos conhecidos: UDENAMO, MANU e UNAMI.

#### A formação da FRELIMO

O acesso de várias antigas colónias à independência no final dos anos 50 e início de 60 e, no caso de Moçambique, a independência do Tanganica em 1961, abriram novas perspectivas para a formação de um movimento de cariz nacional.

Com efeito, em Dar-es-Salaam, em 25 de Junho de 1962, após vários esforços desenvolvidos por Eduardo Mondlane (que visitara Moçambique em 1961, enquanto funcionário das Nações Unidas, e se apercebera da necessidade de pôr fim ao colonialismo português) e por outros nacionalistas, nascia a FRELIMO, como resultado da fusão das três organizações nacionalistas.

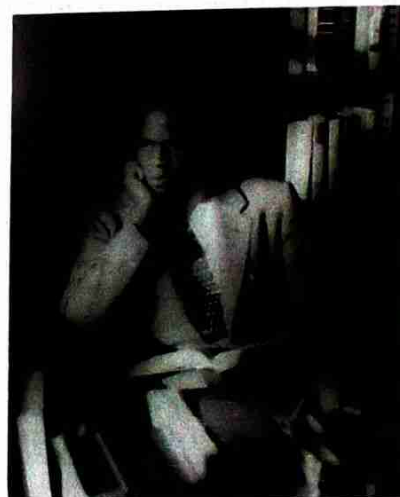
O primeiro presidente da FRELIMO foi Eduardo Mondlane, considerado o «arquitecto» da Unidade Nacional, sendo vice-presidente Urias Simango. Outros dirigentes escolhidos ou eleitos foram: Samuel Dhlakama; Lázaro Kavandame (mais tarde, secretário provincial de Cabo Delgado) e Jonas Namashulua, ambos originários das cooperativas dos camponeses de Cabo Delgado; Mateus Muthemba e Shafurdin Mohamed Khan, provenientes das associações de ajuda mútua de Lourenço Marques e Xai-Xai, no Sul de Moçambique; Marcelino dos Santos (secretário do Departamento de Assuntos Políticos, mais tarde secretário para os Assuntos Externos).

Contudo, factores de divisão que polarizavam os vários movimentos antes do 25 de Junho continuavam a existir: o tribalismo, o regionalismo, o racismo, a falta de uma definição correcta do inimigo e dos objectivos da Frente e a falta de uma estratégia comum. O único aspecto em que todos estavam de acordo era a oposição ao colonialismo português.

Para sanar estas e outras dificuldades, realizou-se, de 23 a 28 de Setembro de 1962, em Dar-es-Salaam, o Primeiro Congresso da FRELIMO, dirigido por Eduardo Mondlane, que definiu os principais objectivos da Frente:

- a libertação total de Moçambique;
- a conquista da independência total e completa;
- a defesa dos interesses dos Moçambicanos.

Definidos os objectivos e, como o governo português recusasse negociações pacíficas para conceder a independência de Moçambique, em 25 de Setembro de 1964, a FRELIMO desencadeou a luta armada para «conquistar a independência total e completa de Moçambique».



..... Fig. 50 Eduardo Mondlane.

Em finais de 1965, já havia várias regiões libertadas em Moçambique e, em 1969, a FRELIMO controlava parte das Províncias de Cabo Delgado e Niassa.

Entretanto, Eduardo Mondlane foi assassinado em 3 de Fevereiro de 1969, sendo substituído na direcção da FRELIMO por um triunvirato constituído por Samora Machel, Urias Simango e Marcelino dos Santos. Divergências existentes neste triunvirato acabaram com a expulsão de Urias Simango. Assim, até ao fim da guerra de libertação nacional, a FRELIMO seria dirigida por Samora Moisés Machel, tendo como vice-presidente Marcelino dos Santos.

#### **4.5.4 A crise do colonialismo português**

A partir da Segunda Guerra Mundial, o governo salazarista sofreu grandes pressões internacionais para descolonizar as suas possessões (não nos esqueçamos que os regimes fascistas já haviam caído e nascera um sentimento anticolonial muito intenso).

Portugal responde filiando-se tacticamente na NATO (1949), transformando as colónias em províncias ultramarinas (1951) e filiando-se na ONU (1955), após comprometer-se a acabar com o trabalho forçado; intensifica a criação de infra-estruturas nas colónias (os planos de fomento); instala a PIDE em Moçambique (1957) e transforma os indígenas em cidadãos, abolindo formalmente as culturas forçadas do arroz e do algodão (1961).

Embora estas alterações visassem uma mera alteração formal e não tanto de facto, o avanço da luta armada de libertação nacional obrigou o regime a recuar, alterando o próprio sistema de exploração capitalista.

O período 1960-63/64 reflectiu essa incerteza por parte do capital investido na província, coincidindo com a crise de Sharpeville, na África do Sul, e com o fim da Federação das Rodésias e Niassalândia. Nesse período baixou também a produção industrial.

O capitalismo colonial encontrava-se numa má situação devido ao facto de estarem ameaçadas as próprias raízes do seu sistema de exploração. Com efeito, os principais sectores do sistema colonial de produção baseavam-se na disponibilidade de mão-de-obra barata através da aplicação generalizada do chibalo e das culturas forçadas. A abolição do trabalho/cultivo forçado e as crescentes limitações que isso impôs à mão-de-obra barata levaram a que a base económica do anterior sistema de exploração capitalista ficasse corroída e o capital fosse obrigado a adoptar tecnologias mais mecanizadas que permitissem maior produtividade do trabalhador.

Assim, no período 1964-73, verifica-se uma reestruturação do capital colonial português:

- nos antigos sectores de produção, virados basicamente para a exportação, assiste-se à mecanização (por exemplo, na produção do açúcar) e à viragem da produção camponesa africana para a produção pelos colonos (o caso do algodão);
- novos sectores industriais aparecem em substituição de importações e o governo adopta medidas proteccionistas à indústria portuguesa;
- adopta-se uma política de portas abertas, convidando o capital estrangeiro a investir nos territórios coloniais. O capital português não tinha um nível de desenvolvimento que lhe permitisse modernizar a produção, precisando do apoio técnico e tecnológico do capital internacional para realizar os necessários investimentos, mesmo que fosse afectado no âmbito de empreendimentos conjuntos, contribuindo o capital português com a parte das finanças. Um exemplo concreto desta política foi a aprovação, em 1969, da construção da barragem de Cahora Bassa, com a participação do capital sul-africano e rodesiano, entre outros.

A política de portas abertas não foi só uma necessidade política para assegurar o apoio daqueles contra os movimentos de libertação nacional. Foi também uma necessidade económica perante a incapacidade do capital português de modernizar por si só a base produtiva.

Com a construção da barragem de Cahora Bassa, Portugal pretendia constituir:

- um obstáculo à passagem dos guerrilheiros da FRELIMO para o sul do Zambeze;
- uma área de fixação de colonos, que constituiriam uma barreira humana ao avanço da luta de libertação nacional.

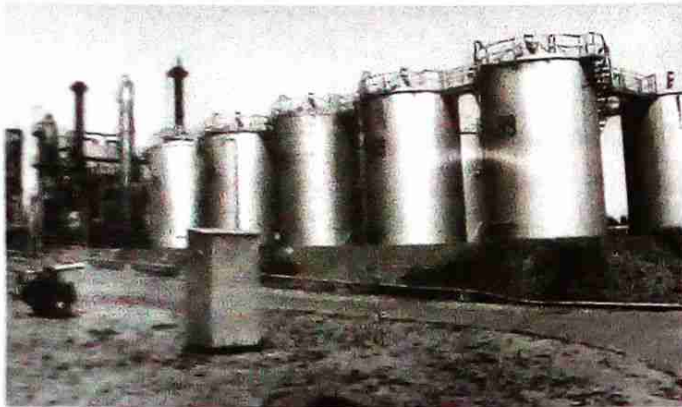


Fig. 51 Refinaria Sonefe, 1960.

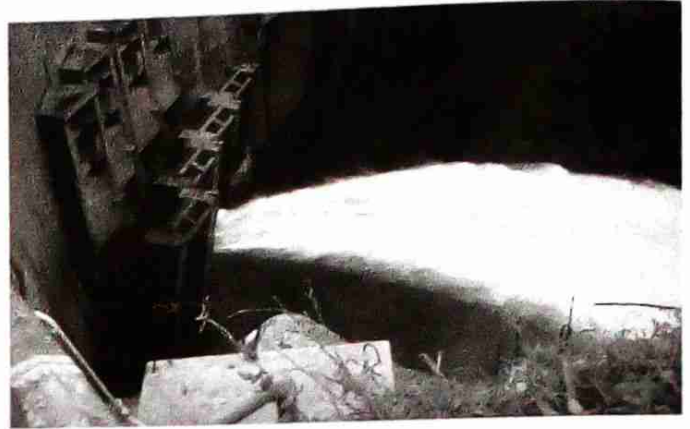


Fig. 52 Barragem de Cahora Bassa.

Porém, a luta pela libertação de Moçambique era irreversível. Em 1970, os Portugueses preparam a ofensiva Nó Górdio, dirigida pelo general Kaúlza de Arriaga, com o objectivo de acabar com a FRELIMO. Segundo Newitt:

«a FRELIMO foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa, que foi maior que qualquer outra anterior tentativa do exército. Em vez de procurar aguentar-se no Norte e combater Arriaga, a FRELIMO contrariou a ofensiva com o que veio a revelar-se um golpe de mestre. As forças de guerrilha retiram-se ante o avanço português e mudaram-se para o distrito de Tete através do Malawi [...].»

Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 457.

A partir de Tete, a FRELIMO lança ataques no Norte de Tete, obrigando o governo português a mudar de estratégia, o que levou ao descalabro da ofensiva Nó Górdio.

Foi a partir desta derrota que se acelerou a crise capitalista em Moçambique: cessaram os grandes investimentos imperialistas activos desde 1961, a burguesia colonial intensificou a fuga de divisas, principiou a sabotagem económica e cresceu o êxodo dos colonos. Assim, a luta vitoriosa dos movimentos de libertação nacional nos campos militar, político e diplomático e o surgimento, em Portugal, de forças desejosas de acabar com o regime fascista prepararam o golpe de estado que, em 25 de Abril de 1974, levou à queda do regime fascista: a Revolução dos Cravos.

O novo governo português contactou, então, a FRELIMO, propondo negociações que se iniciaram em Lusaka, no dia 5 de Junho de 1974. Em 7 de Setembro de 1974 foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português. Neste acordo, o governo português reconhece o direito do povo moçambicano à independência e compromete-se a transferir os poderes que ainda detém sobre Moçambique para a FRELIMO. A data da proclamação da independência é fixada para 25 de Junho de 1975.

Em 20 de Setembro de 1974 toma posse o Governo de Transição, dirigido por Joaquim Chissano.

A política de portas abertas não foi só uma necessidade política para assegurar o apoio daqueles contra os movimentos de libertação nacional. Foi também uma necessidade económica perante a incapacidade do capital português de modernizar por si só a base produtiva.

Com a construção da barragem de Cahora Bassa, Portugal pretendia constituir:

- um obstáculo à passagem dos guerrilheiros da FRELIMO para o sul do Zambeze;
- uma área de fixação de colonos, que constituiriam uma barreira humana ao avanço da luta de libertação nacional.

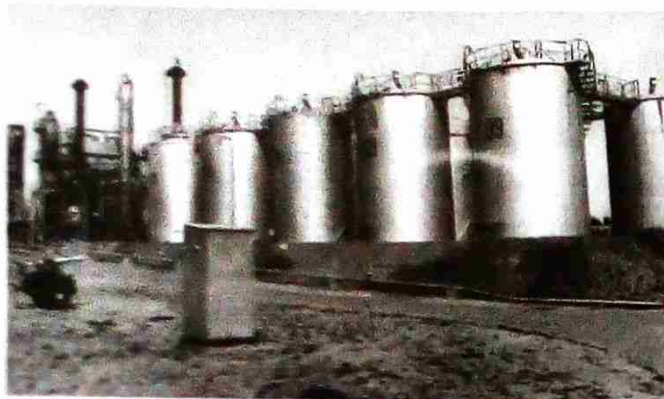


Fig. 51 Refinaria Sonefe, 1960.



Fig. 52 Barragem de Cahora Bassa.

Porém, a luta pela libertação de Moçambique era irreversível. Em 1970, os Portugueses preparam a ofensiva Nó Górdio, dirigida pelo general Kaúlza de Arriaga, com o objectivo de acabar com a FRELIMO. Segundo Newitt:

«a FRELIMO foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa, que foi maior que qualquer outra anterior tentativa do exército. Em vez de procurar aguentar-se no Norte e combater Arriaga, a FRELIMO contrariou a ofensiva com o que veio a revelar-se um golpe de mestre. As forças de guerrilha retiram-se ante o avanço português e mudaram-se para o distrito de Tete através do Malawi [...]»

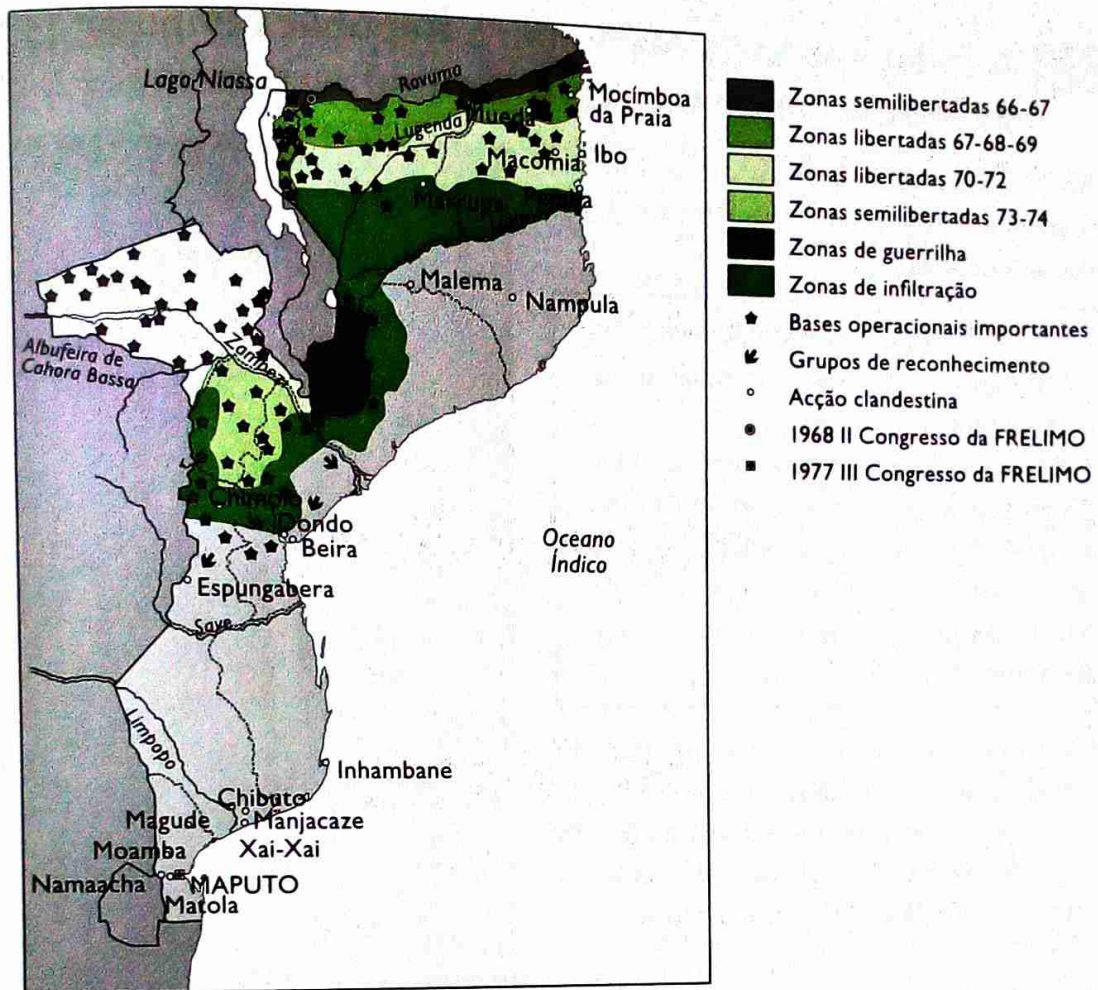
Newitt, Malyn, *História de Moçambique*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 457.

A partir de Tete, a FRELIMO lança ataques no Norte de Tete, obrigando o governo português a mudar de estratégia, o que levou ao descalabro da ofensiva Nó Górdio.

Foi a partir desta derrota que se acelerou a crise capitalista em Moçambique: cessaram os grandes investimentos imperialistas activos desde 1961, a burguesia colonial intensificou a fuga de divisas, principiou a sabotagem económica e cresceu o êxodo dos colonos. Assim, a luta vitoriosa dos movimentos de libertação nacional nos campos militar, político e diplomático e o surgimento, em Portugal, de forças desejosas de acabar com o regime fascista prepararam o golpe de estado que, em 25 de Abril de 1974, levou à queda do regime fascista: a Revolução dos Cravos.

O novo governo português contactou, então, a FRELIMO, propondo negociações que se iniciaram em Lusaka, no dia 5 de Junho de 1974. Em 7 de Setembro de 1974 foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português. Neste acordo, o governo português reconhece o direito do povo moçambicano à independência e compromete-se a transferir os poderes que ainda detém sobre Moçambique para a FRELIMO. A data da proclamação da independência é fixada para 25 de Junho de 1975.

Em 20 de Setembro de 1974 toma posse o Governo de Transição, dirigido por Joaquim Chissano.



..... Fig. 53 Luta armada de Libertação Nacional, 1964-1974. (Fonte: INDE.)



..... Fig. 54 Primeiro Governo de Moçambique pós-independência.

### 4.5.5 A Independência Nacional: a República Popular de Moçambique e o regime monopartidário

No dia 25 de Junho de 1975, Samora Machel proclama a Independência de Moçambique, com estas palavras:

Moçambicanas e Moçambicanos;  
Operários, camponeses, combatentes;  
Povo Moçambicano:

Em vosso nome, às zero horas de hoje 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique. [...]

É estabelecido um regime monopartidário sob a direcção da FRELIMO.

Inicia-se um processo de construção de um Estado Socialista. Os principais sectores económicos do país são nacionalizados.

Fig. 55 Proclamação da Independência de Moçambique.



Fig. 56 Da esquerda para a direita: Alberto Chipande (com uniforme militar), Mário Machungo, Marcelino dos Santos e Samora Machel.

## Actividades

1. Explica as condições criadas para o desenvolvimento da luta clandestina em Moçambique.
2. Explica por que razão Eduardo Mondlane é considerado o «arquitecto da unidade nacional».
3. Caracteriza a crise do colonial-fascismo.
4. Explica em que consistiu a «política de portas abertas» adoptada por Portugal.
5. Qual foi o significado histórico da derrota de Kaulza de Arriaga?
6. Explica a importância histórica dos Acordos de Lusaka.

## Vamos recordar...

- Em 25 de Junho de 1962, em Dar-es-Salaam, com a fusão da UDENAMO, da MANU e UNAMI, criou-se a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).
- A FRELIMO tinha como objectivos:
  - a libertação total de Moçambique;
  - a conquista da independência total e completa;
  - a defesa dos interesses dos Moçambicanos.
- Portugal, face ao avanço do MLN, faz uma reestruturação do seu capital, abrindo as portas ao capital estrangeiro: é a política de portas abertas.
- A ofensiva Nó Górdio, dirigida por Kaulza de Arriaga, mudou a correlação de forças a favor da FRELIMO.
- No dia 25 de Junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique, sendo presidente da República Samora Machel.

## 5.1 A independência nacional e a RPM

Após a proclamação da República Popular de Moçambique, tempos difíceis aguardam a nova nação:

- Milhares de colonos portugueses abandonam o País;
- Pelo seu posicionamento na África Austral, Moçambique deu apoio solidário à luta do povo do Zimbabwe e ao ANC da África do Sul, o que fez com que rapidamente granjeasse inimigos na região: primeiro, na Rodésia do Sul e, depois, na República da África do Sul, países que tudo fizeram para impedir o desenvolvimento normal de Moçambique;
- Se a isso acrescentarmos que a economia moçambicana, definida durante o período colonial como uma economia de serviços, associada à falta de quadros técnicos a todos os níveis produtivos, percebemos que o novo país foi conduzido a um caos económico.

O novo governo herdou uma economia subdesenvolvida, desequilibrada, com uma agricultura atrasada, uma indústria rudimentar, um sistema ferro-portuário obsoleto e a maioria da população vivendo nas zonas rurais.

Apesar desta situação, o governo da FRELIMO, no campo interno, decretou a nacionalização do ensino, da saúde, da habitação, da indústria, da banca e de diversas empresas transnacionais. A palavra de ordem era «a luta continua».

No campo externo, optou pelo não-alinhamento e internacionalismo proletário, tendo sido membro fundador da Linha da Frente. Em 1976 encerra as suas fronteiras com a Rodésia, apoiando a luta de libertação do Zimbabwe. Em resposta, a Rodésia apoiou o Movimento de Resistência Nacional (MNR), que havia surgido no mesmo ano.

Em 1977, o país mergulha numa guerra de desestabilização (guerra civil) que devastou totalmente o país, paralisando-o económica, política e socialmente.



Fig. 1 Uma das imagens de marca da guerra de desestabilização.

## 5.2 As estratégias políticas, económicas e sociais (internas e internacionais)

Nos primeiros anos de independência, a economia moçambicana era praticamente dependente da África do Sul. Ciente disso, o governo do Apartheid começou por reduzir o número de trabalhadores moçambicanos na África do Sul, de 80 mil para cerca de 25 mil; reduziu o uso do sistema ferro-portuário de Maputo, desviando a carga sul-africana para os portos sul-africanos, reduzindo o tráfego para cerca de metade em relação a 1975. A agravar esta situação, o encerramento das fronteiras com a Rodésia do Sul trouxe um grande impacto à economia nacional pois o porto da Beira, que servia a economia rodesiana, deixou de funcionar. Era imperioso encontrar-se uma solução.

Em 1978 é aprovado o **Plano Estatal Central (PEC)**, com a definição das metas de produção, centralização na decisão e alocação dos recursos financeiros, materiais e humanos.

Em 1979, começaram os trabalhos de preparação do **Plano Prospectivo Indicativo (PPI)**, cujo objectivo era acabar com o subdesenvolvimento no país num período de dez anos (1980-1990). O PPI fixava três grandes objectivos: a cooperativização do campo, o desenvolvimento do sector estatal agrário e a criação e desenvolvimento da indústria pesada, particularmente ferro e aço.

Para reactivar a economia, em Março de 1980, o presidente Samora Machel lançou «a ofensiva política e organizacional em todas as frentes», destinada a eliminar a corrupção, a ineficiência e a burocratização do Estado.

Todos estes projectos acabaram, no entanto, por sofrer os efeitos da progressiva deterioração das relações com a África do Sul, que passou não só a invadir directamente o território moçambicano (o ataque à Matola, em Janeiro de 1981) mas também a apoiar o grupo Movimento Nacional de Resistência (MNR), que, em 1984, se transforma na Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), dirigido por André Matsangaíssa e, com a morte deste, por Afonso Dhlakama.

Dando provas de pragmatismo e de frontalidade na abordagem dos inevitáveis problemas de vizinhança impostos pela realidade da presença sul-africana na África Austral, Moçambique encetou, no início de 1984, uma série de contactos diplomáticos com a África do Sul, que culminaram, nesse mesmo ano, com a assinatura do Acordo Nkomati, entre Samora Machel e Pieter Botha. Este acordo era, na prática, um pacto de não-agressão, não-ingerência e respeito pelas respectivas soberanias, um pacto entre Estados e não entre partidos, como sublinharia Samora Machel.



.....Fig. 2 Assinatura do Acordo Nkomati.

A morte de Samora Machel em Outubro de 1986, na sequência de um acidente aéreo, ainda não esclarecido, impediu-o de assumir a responsabilidade do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no início de 1987. Este acabou por ser implementado por Joaquim Chissano, presidente nomeado em 1986.



..... Fig. 3 Destroços do avião que transportava Samora Machel e 33 membros da sua comitiva. Em 19 de Outubro de 1986, o *Tupolev* despenhou-se na aldeia sul-africana de Mbuzini, junto às fronteiras com Moçambique e a Suazilândia.

Em Janeiro de 1987, o governo moçambicano iniciou a implementação do Programa de Reajustamento Económico (PRE), inspirado e condicionado pelas políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O Programa assentava em três pressupostos:

- a comunidade internacional garantiria os fundos em moeda externa para a importação de peças e sobresselentes, equipamentos e assistência técnica, bem como para matérias-primas, materiais auxiliares e combustíveis;
- a guerra de desestabilização terminaria e a economia rural começaria a recuperar rapidamente;
- a produção industrial encontraria um mercado disponível para todo o seu produto. O Programa abrangia também, teoricamente, uma série de medidas urgentes para que se verificasse a necessária transformação estrutural que permitiria, do ponto de vista económico, um desenvolvimento rural a longo prazo e sustentável do ponto vista social.

A adopção do PRE representou uma inversão completa na política económica que vinha sendo seguida desde a independência: passa-se de uma economia centralizada, socialista, para uma economia de mercado, capitalista.

As medidas adoptadas pelo PRE tinham como finalidade a diminuição da intervenção do Estado na esfera económica e a criação de estímulos à iniciativa privada de empresários nacionais e ao investimento estrangeiro.

A situação de Moçambique não melhorou, pois à guerra de desestabilização, juntou-se o problema das calamidades naturais (secas e inundações), mergulhando o país numa crise sem precedentes.

Perante esta situação, a partir de 1990, o governo moçambicano toma importantes medidas:

- iniciam-se os trabalhos para a aprovação de uma nova Constituição multipartidária. Esta Constituição, aprovada em Novembro de 1990, consagra o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos num sistema multipartidário, o princípio da separação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e a realização de eleições livres, criando bases para o estabelecimento de uma sociedade democrática;
- iniciam-se conversações entre a RENAMO e o governo moçambicano sob a mediação das autoridades italianas e da Igreja Católica;
- o presidente sul-africano Frederick de Klerk garante que o seu governo não apoiará mais a RENAMO.

## 5.3 O Acordo Geral de Paz

Após 16 anos de intenso sofrimento, a guerra civil terminou em 1992. Em 4 de Outubro do mesmo ano, em Roma, Afonso Dhlakama (líder da RENAMO) e Joaquim Chissano assinaram o Acordo Geral de Paz.

Assistiram a este acordo histórico os mediadores, os presidentes do Zimbabwe e do Botswana, o vice-presidente do Quênia, o ministro do Negócios Estrangeiros da África do Sul, o ministro da Presidência do Malawi, o vice-secretário da OUA e os representantes das Nações Unidas, dos EUA, de França, da Grã-Bretanha e de Portugal.

De entre vários pontos acordados, a FRELIMO tinha de:

- reconhecer a existência da RENAMO como partido político e não como um movimento guerrilheiro, como até então vinha fazendo;
- desmobilizar os militares e organizar as primeiras eleições livres sob a supervisão das Nações Unidas.

No mesmo ano, a ONU enviou para Moçambique forças para a manutenção da paz (ONUMOZ) e o Zimbabwe retirou as suas forças armadas, que auxiliavam o governo a controlar as vias de comunicação entre a Beira e o Limpopo.



..... Fig. 4 Acordo Geral de Paz.



..... Fig. 5 Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama em conferência de imprensa após o Acordo de Paz.

### As primeiras eleições legislativas e presidenciais

De 27 a 29 de Outubro de 1994, realizaram-se as primeiras eleições livres e democráticas, sendo a FRELIMO o partido mais votado para o Parlamento e Joaquim Chissano nomeado para a Presidência da República. O novo governo dirigido por Chissano, com Mocumbi como primeiro-ministro, tinha pela frente a enorme tarefa de reconstruir um país profundamente devastado pela guerra, reintegrar os ex-guerrilheiros e acolher os cerca de três milhões de refugiados moçambicanos que se encontravam no Malawi, no Zimbabwe, na Swazilândia e na Zâmbia.

## As segundas eleições legislativas e presidenciais

Em Dezembro de 1999 realizaram-se as segundas eleições legislativas e presidenciais. A FRELIMO e Chissano foram novamente os vencedores, mas a RENAMO – que, desta vez, resolveu formar uma coligação com partidos da oposição, passando a designar-se Renamo-União Eleitoral – recusou-se a aceitar os resultados, declarando a ocorrência de fraude. Assim, a RENAMO recorreu ao Tribunal Supremo, solicitando uma recontagem dos votos. Após ter apreciado o processo em questão, o Tribunal Supremo pronunciou-se em Janeiro de 2000, validando as eleições e reconhecendo os resultados alcançados em 1999.

### Actividades

1. Caracteriza a política interna e externa de Moçambique após a independência, dando exemplos concretos.
2. Explica a importância dos Acordos de Nkomati.
3. Explica, de acordo com os teus conhecimentos, por que razão se envolveu Moçambique numa guerra civil.
4. Escreve um pequeno texto sobre a reconciliação nacional, tendo em conta os seguintes aspectos:
  - a) o papel da sociedade civil;
  - b) os passos para a democratização do país.
5. Explica a importância histórica da Constituição de 1990.

### Vamos recordar...

- Após a proclamação da independência, Moçambique teve de fazer face ao problema da falta de quadros e técnicos qualificados, bem como as agressões da Rodésia e África do Sul.
- Na política externa, a jovem República optou pelo não-alinhamento e pelo Internacionalismo Proletário, sendo membro fundador da Linha da Frente.
- Na política interna optou por uma série de nacionalizações, adoptando o socialismo como modelo de desenvolvimento.
- De 1977 a 1992, o país mergulha numa guerra de desestabilização que deixou sérias sequelas.
- O PPI tinha como finalidade a socialização do campo, num horizonte temporal de 10 anos.
- Em 1990 é aprovada uma nova Constituição, multipartidária, que consagrava o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos num sistema multipartidário, o princípio da separação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e a realização de eleições livres, criando bases para o estabelecimento de uma sociedade democrática.
- Roma, 4 de Outubro de 1992: Assinatura do Acordo Geral de Paz. Este acordo permitiu a estabilidade política, social e económica que o país hoje vive.
- De 27 a 29 de Outubro de 1994: primeiras eleições legislativas e presidenciais.

## Cronologia

Principais acontecimentos ocorridos em Moçambique desde meados do século XVIII.

- 1750 – Início da fundação dos Estados Militares: Makanga, Massingir, Massangano, Gorongosa, Maganja da Costa, etc.
- 1752 – Moçambique separa-se de Goa e do domínio do vice-rei da Índia e passa a estar sob administração directa da Coroa em Lisboa.
- 1758 – Proibição de comércio pelos baneanes na Ilha de Moçambique.
- 1821-1858 – Sochangana forma o Estado de Gaza.
- 1832 – Início das invasões nguni.
- 1840/50 – Fortalecimento dos Estados Ajaua.
- 1835 – Abolição do tráfico de escravos nos domínios portugueses.
- 1854 – Portugal emancipa os escravos de Moçambique e cria a categoria dos «libertos».
- 1861 – Conquista do Sultanato de Angoche pelo Estado Militar da Maganja da Costa. Início do declínio dos reinos afro-islâmicos que dominaram a costa norte moçambicana desde o séc. XIII: Sultanato de Angoche, Xecado de Sancul, Xecado de Quitangonha e Xecado de Sangage.
- 1850-1860 – Início da migração de trabalhadores do Sul de Moçambique para o Natal.
- 1878 e 1879 – Revoltas camponesas em Quelimane, devido à cobrança de impostos.
- 1884 – Ngungunhane sobe ao poder no império de Gaza, sucedendo a Mzila.
- 1886 – Início das campanhas militares de ocupação em Moçambique.
- 1887 – Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Transval.
- 1888 – Delimitação de fronteiras entre Moçambique e a Suazilândia.
- 1890 – Ultimato britânico a Portugal.
- 1891 – Acordo de estabelecimento de fronteiras entre Portugal e a Inglaterra.
- 1895 – Início das campanhas de pacificação no Sul de Moçambique levadas a cabo pelos Portugueses. Decadência do Estado de Gaza.
- 1900 – Constituição da Companhia de Caminhos-de-Ferro da Zambézia.
- 1915-1918 – Mobilização de mais de 12 mil soldados africanos e 90 mil trabalhadores em Moçambique no decorrer da Primeira Guerra Mundial.
- 1917 – Revolta de Báruè. Greve dos trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques.
- 1920 – A Companhia do Niassa ataca os Maconde, último foco de resistência em Moçambique.
- 1930 – Regulamento do trabalho dos Indígenas da Colónia de Moçambique.
- 1941 – Decreto sobre a cultura forçada do arroz em Moçambique.
- 1951 – As colónias portuguesas são transformadas em Províncias Ultramarinas.
- 1960 – Fundação da UDENAMO e da UNAMI.
- 1961 – Fundação da MANU.
- 1962 – Fundação da FRELIMO. Primeiro Congresso da FRELIMO.
- 1964 – Início da luta armada de libertação em Moçambique.
- 1969 – Eduardo Mondlane é assassinado.
- 1970 – A FRELIMO contraria a operação militar portuguesa Nô Górdio, inutilizando o seu propósito através de um processo de retirada estratégica.
- 1974 – Acordos de Lusaka entre Portugal e Moçambique. Governo de transição em Moçambique.
- 1975 – Independência nacional.
- 1977 – Início da guerra civil em Moçambique entre a RENAMO e a FRELIMO.

## Índice Remissivo

- Colonialismo 10, 73, 74, 117, 118  
Colonialismo português 11, 76, 92, 107, 108, 121, 124, 126, 134, 138, 139  
Acto Colonial 121, 122, 129  
Capital comercial 124-128  
Colonatos 131  
Colonial-fascismo 121, 123  
Colonização 73, 76, 103  
Colonização mental 129-130  
Economia colonial 92, 105, 128  
Estado colonial 83, 85, 90, 91, 92, 96, 110, 113, 116, 123, 129  
Luta anticolonial 137  
Nacionalismo económico 11, 121, 128  
Ocupação militar 83  
Resistência à colonização 74, 75, 83-88, 136  
Vias de comunicação 110-112  
Comércio de Escravos 52-54  
Comércio do Marfim 48-51  
Comércio do Ouro 39-46  
Companhias concessionárias 124, 125  
Companhias majestáticas 10, 11, 93,  
    Companhia da Zambézia 96-99  
    Companhia de Moçambique 99-106  
    Companhia do Niassa 94-96  
Comunidades de caçadores e recolectores 15-21  
Conferência de Berlim 78, 79, 82, 83  
Cronologia 9  
Diferenciação social 23, 24  
Economia de exploração 19  
Estado (origem) 23, 24  
Estados de Moçambique (origem) 23, 24  
    Estado de Gaza 66-71, 84, 107  
    Estado dos Mwenemutapas 26-29, 39-46  
    Estados Ajaua (Yao) 59-61  
    Estados Marave 32-35, 47, 48  
    Estados Militares do vale do Zambeze 55-58  
    Sul de Moçambique 107-111  
Excedentes 19, 23  
Fontes históricas 12  
Fronteiras moçambicanas 79-82  
Grande Zimbabwe 25, 26  
Ideologia 21, 29, 35, 45, 54, 57, 61, 70, 74, 75, 116  
Imposto de palhota 84, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 115  
Independência nacional 142, 143, 145  
Acordo Geral de Paz 148, 149  
Eleições pós-independência 149  
Estratégias 146, 147  
Guerra de desestabilização 145-149  
República Popular de Moçambique 146-147  
Linhagem 19  
    Linhagem matrilinear 19  
    Linhagem patrilinear 20  
Luta de libertação nacional 11, 140  
Mussoco 44, 56, 97, 98, 100, 101, 115  
Nacionalismo africano 75, 117, 118, 134  
Nacionalismo moçambicano 117-120, 134-136  
    Formações nacionalistas 117-120  
Frelimo 138, 139  
Penetração imperialista 79  
    Papel de Portugal 79-81  
Penetração mercantil  
    Asiática 36-38  
    Europeia 39  
    Portuguesa 39  
Periodização 9  
    Da História de Moçambique 10-11  
Política colonial  
    Ensino 129, 130  
    Estrutura social 112-120  
    Missões católicas 129, 130  
    Planos de fomento 132, 133  
Política concessionária 100  
Política laboral 104, 123  
Povos de origem bantu  
    Expansão e fixação bantu 16-17  
    Sociedades moçambicanas após a fixação bantu 19-21  
Prazos da Coroa 10, 41-44, 48, 55, 57, 58, 85, 96, 97, 98, 102  
Proletariado urbano 113-116  
Reinos afro-islâmicos da costa 62-65  
    Sultanato de Angoche 62, 63  
    Xecado de Quitangonha 64  
    Xecado de Sancul 63, 64  
    Xecado de Sangage 65  
Sistema de parentesco 19  
Trabalho migratório 107-110  
Tributo(s) 19, 26, 27, 29, 34, 35, 61, 68, 69, 70  
    Tributos regulares 34  
    Tributos rituais 34  
Unidade nacional 117, 138

# SÍMBOLOS DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Bandeira



Emblema



## Hino Nacional

### Pátria Amada

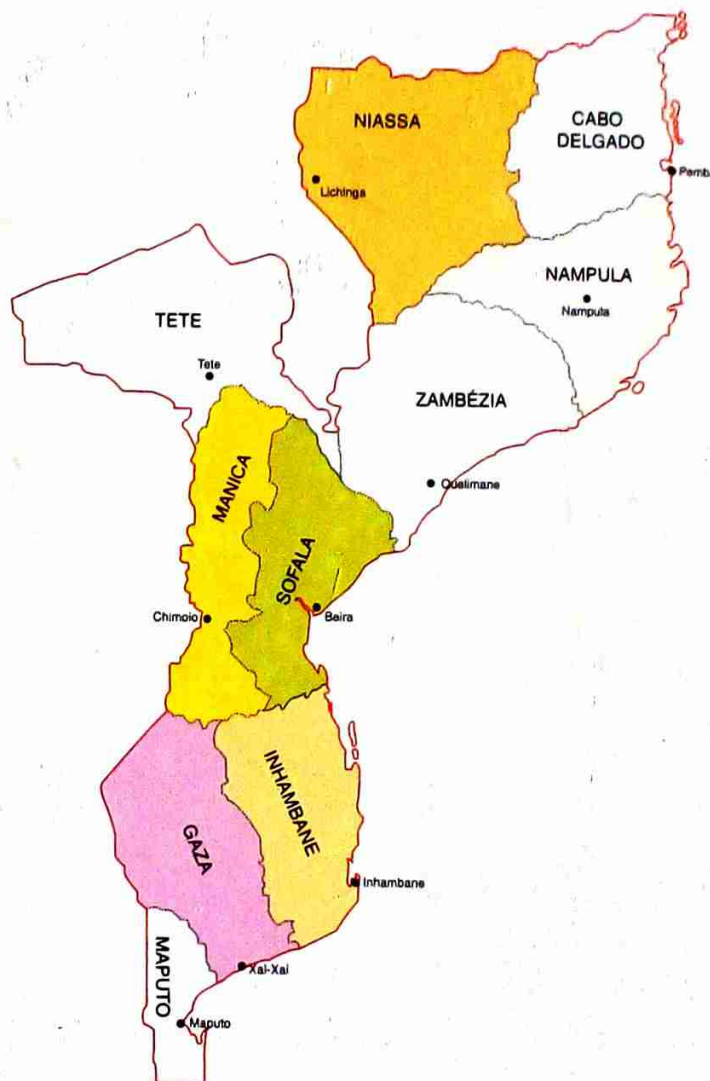
Na memória de África e do mundo  
Pátria bela dos que ousaram lutar  
Moçambique o teu nome é liberdade  
O sol de Junho para sempre brilhará.

### Coro

Moçambique nossa terra gloriosa  
Pedra a pedra construindo o novo dia  
Milhões de braços, uma só força  
Ó pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo  
Colhe os frutos do combate pela paz  
Cresce o sonho ondulado na Bandeira  
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando no chão do teu suor  
Pelos montes, pelos rios pelo mar  
Nós juramos por ti, ó Moçambique.  
Nenhum tirano nos irá escravizar.



ISBN 978-06360-981-0-7



9 780636 098107